

MATOSINHOS

Novo Horizonte de Qualidade

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Responsáveis pelo PDM

Executivo

PRESIDENTE DA CÂMARA

Narciso Miranda

VEREADORES

Guilherme Vilaverde

Joaquim Queirós

Guilherme Pinto

Rui Terraséca

Alfredo Barros

Nogueira da Silva

António Canotilho

António Carlos Coelho

Maria Rosário Lóio

Maria Olívia Ferreira

Técnicos

DIRECTORES DE DEPARTAMENTO

Joaquim Meireles

Miguel Mendes

Palmira Macedo

Joaquim Sousa

Eduardo Valente

Luis Garcia

Gabinete do Presidente

ADJUNTO

Manuel Seabra

SECRETÁRIO

Jacinto Costa

Equipa do Plano

(Equipa mista)

DA CMM:

Miguel Mendes — ARQUITECTO — COORDENADOR DAS EQUIPAS

João Ferreira — ARQUITECTO — COORDENADOR DA EQUIPA DA CMM

José Gonçalves — ARQUITECTO

António Oliveira — ARQUITECTO

Pedro Canedo — ARQUITECTO

Luis Berrance — ARQUITECTO

Orlando Almeida — DESENHADOR

Ana Costa — DESENHADORA

Paula Miranda — DESENHADORA

José Coelho — DESENHADOR

António Ribeiro — DESENHADOR

Rui Silva — DESENHADOR

Manuela Cruz — 1º OFICIAL ADMINISTRATIVA

Raquel Mota — ESCRITURÁRIA DACTILOGRAFA

DO CEFA-UP:

Nuno Portas — ARQUITECTO — CONSULTOR E COORDENADOR DA

EQUIPA DO CEFA-UP ATÉ NOVEMBRO DE 1989

Manuel Fernandes de Sá — ARQUITECTO — CONSULTOR E COOR-

DENADOR DA EQUIPA DO CEFA-UP DESDE NOVEMBRO DE 1989

Rui Brás Afonso — LICENCIADO EM ECONOMIA

Rui Ramos — ARQUITECTO

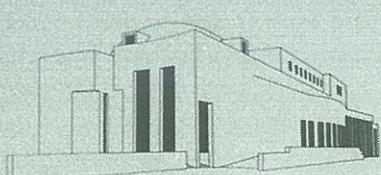
Rui Mealha — ARQUITECTO

António Babo — ENGENHEIRO CIVIL

Nuno Cardoso — ENGENHEIRO CIVIL

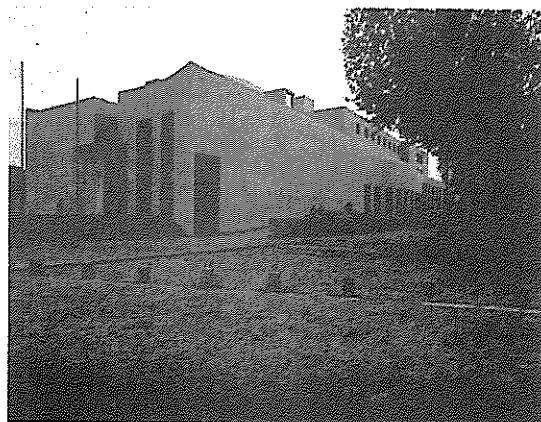
Teresa Sá Marques — LICENCIADA EM GEOGRAFIA

Álvaro Domingues — LICENCIADO EM GEOGRAFIA

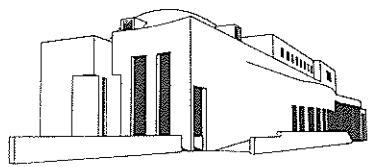


MUNICÍPIO DE MATOSINHOS

Plano Director Municipal



Câmara Municipal de Matosinhos
1992



Durante décadas, ordenamento e desenvolvimento, foram palavras ausentes do vocabulário político português pelo que, após o 25 de Abril, as Autarquias depararam com a obrigação de encetar uma urgente e profunda dinâmica de recuperação dos anos perdidos

Nesse processo, Matosinhos tornou-se uma referência, com taxas de crescimento económico e social das mais elevadas do País.

Já então, a Autarquia procurou que o desenvolvimento do Concelho respeitasse normas de rigor e de qualidade por forma a não comprometer o futuro. Foi um esforço pioneiro de ordenamento do território...

Este pioneirismo volta aqui a reafirmar-se com a aprovação do Plano Director Municipal...

A gestão autárquica assume, agora, novos desafios que obrigam à consideração de acrescidas preocupações sociais, económicas e políticas.

A necessidade de modelos plurianuais e crescentemente intermunicipais, bem como, de visões globalizadoras e suprapartidárias impõe-se hoje cada vez mais, até pela nova realidade europeia em que Portugal se inseriu, gerando inéditas complexidades.

É neste contexto que o Plano Director Municipal de Matosinhos, elaborado pelos Serviços da própria Câmara Municipal com competentes assessorias, se assume como um instrumento ordenador cujo rigor é sublinhado nos elogios das múltiplas entidades que sobre ele se pronunciaram.

A Autarquia actuará, mais uma vez, como dinamizador real do Concelho, através deste Plano Director Municipal que é, assim, o corolário de um trabalho que vem do passado, mas é também, e fundamentalmente, a assunção do futuro de Matosinhos...

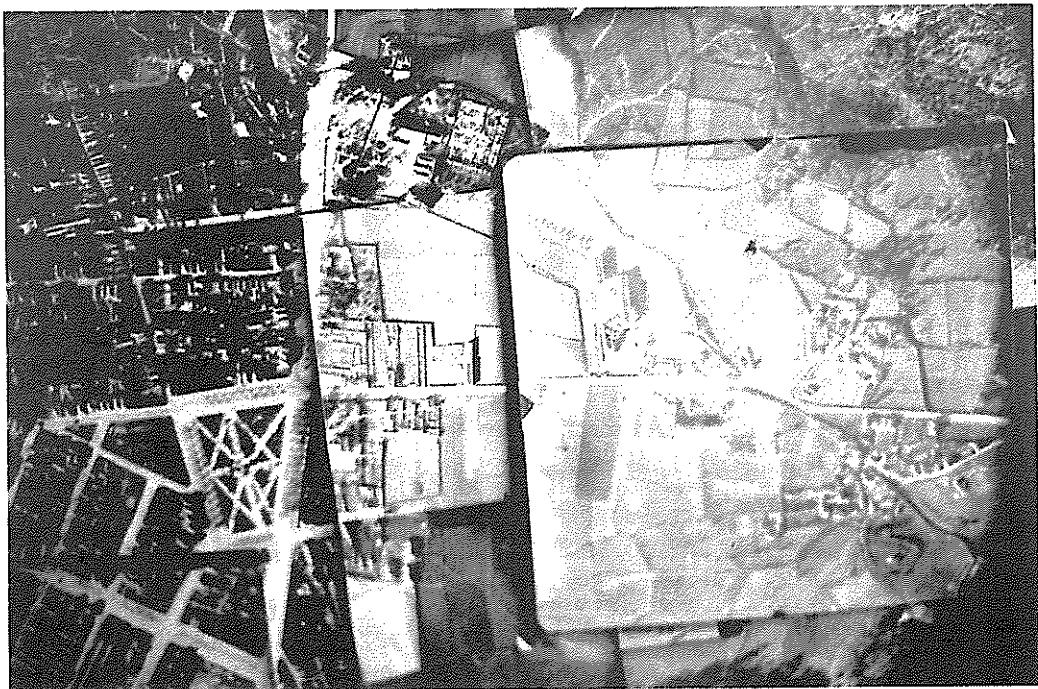
Narciso Miranda

1. INTRODUÇÃO

O recente desenvolvimento da autonomia municipal tem provocado a necessidade, sentida pelas autarquias, de disporem de suportes lógicos de decisão, o que originou a procura de estratégias especiais, e a elaboração de planos de ordenamento do território.

No campo do ordenamento, o aspecto mais sensível com que se debatem as autarquias diz respeito ao estabelecimento de critérios normativos de administração urbanística para poderem ultrapassar a tradicional casuística, e regulamentar as acções entre os diversos agentes transformadores do território.

No entanto, e para que o Plano seja realista, é essencial que possua, por



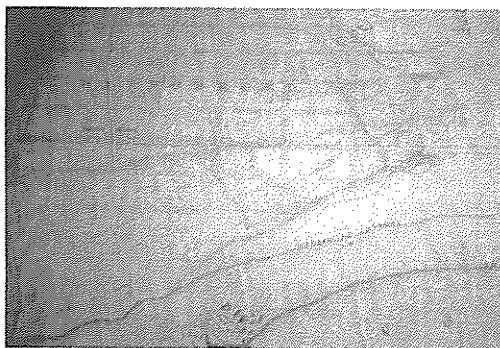
um lado, uma capacidade de adaptação à evolução da realidade, e, por outro, que corresponda a um consenso mínimo, mesmo que datado, entre os diversos agentes envolvidos, políticos e técnicos.

A necessidade de uma correcta administração urbanística do território municipal implica, obviamente, o controlo das alterações de uso do solo e a protecção dos recursos naturais e construídos no Concelho.

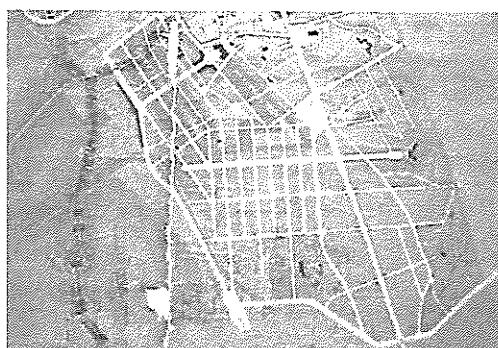
O Plano pode permitir ainda uma racionalização do investimento camarário, nomeadamente no que respeita à rentabilização do património existente, e à dotação de novas infra-estruturas e equipamentos. Constitui ainda um momento (e posteriormente um instrumento) eficaz para proceder à coordenação e compatibilização das múltiplas iniciativas, relacionando-as com os interesses que inclusivamente ultrapassam a escala concelhia.

Em suma, dir-se-ia que as razões que levam uma Câmara a elaborar um PDM têm a ver com a aceitação generalizada e prestigiante da necessidade de ordenar o território e de programar racionalmente as iniciativas municipais.

A Câmara Municipal de Matosinhos demonstrou uma preocupação primeira nesta matéria na medida em que, de há longa data, iniciou a elaboração de planos urbanísticos diversos.



Lúcio Guimarães, 1896



Moreira da Silva, 1944

Em 16 e 21 de Novembro de 1988, respectivamente, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal deliberaram mandar elaborar o PDM, definindo para o efeito que a Equipa dele encarregada seria constituída por técnicos municipais assessorados pelo Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

No Diário da República nº 37, II série, de 13 de Fevereiro de 1990, foi nomeada a Comissão de Acompanhamento constituída por Arqº Mário Castro

(CCRN), Dr^a Maria José (DGOT), Eng^a Pires Marques (JAE) e Eng^o Donasbotto e Meneses (DSRAEDM), cuja constituição se manteve após a publicação do Decreto-Lei nº 69/90.

A Câmara Municipal decidiu então prosseguir a elaboração do Plano nos termos deste último diploma.

Realizaram-se quatro reuniões da Comissão de Acompanhamento com a Equipa do Plano, a última das quais com a participação de representantes da Direcção Geral da Aviação Civil, dos Aeroportos e Navegação Aérea e da Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

Com grande empenho de ambas as partes foi sempre possível atingir-se um amplo consenso em todas as matérias discutidas, nomeadamente quanto ao método, estratégia e opções de ordenamento, e delimitação das zonas e áreas de uso dos solos.

Como se afirmou anteriormente, a Câmara Municipal de Matosinhos optou pela elaboração do PDM pelos seus próprios técnicos. Esta fórmula, além de possibilitar uma maior intervenção dos responsáveis autárquicos no planeamento do seu concelho, o que, além de enriquecer o processo, os corresponde, permite ainda o envolvimento dos técnicos dos diferentes serviços municipais na elaboração das propostas.

Simultaneamente permite a coordenação entre a Gestão Urbanística corrente e a elaboração dos diversos documentos de Planeamento.

Terminada a elaboração do Plano, a Câmara Municipal manterá uma equipa técnica responsável pela sua manutenção, o que demonstra a preocupação por conservar a dinâmica do processo entretanto adquirida, e a consciência de que é essencial proceder a permanentes ajustes, por forma a garantir a eficácia da sua interpretação.

É essencial que o processo de planeamento seja entendido de uma forma dinâmica e actuante, capaz de compatibilizar objectivos com meios financeiros e estratégias de implementação.

O processo de planeamento tem de ser entendido na sua globalidade, no pressuposto que plano, gestão e implementação são frequentemente simultâneos, e que as diversas fases se entrecruzam em virtude da dinâmica da realidade requerer diversas «velocidades» de resposta, e graus de aprofundamento de estudo diferenciados.

Uma Autarquia Local necessita de se assumir efectivamente como o principal protagonista do ordenamento e desenvolvimento do Concelho.



2. OBJECTIVOS

O Programa orientador da elaboração do Plano Director Municipal de Matosinhos construiu-se pelo conjunto dos objectivos expressos no Decreto-Lei nº 69/90, e dos objectivos definidos pela Câmara, caracterizadores do modelo sócio-económico pretendido para o Concelho:

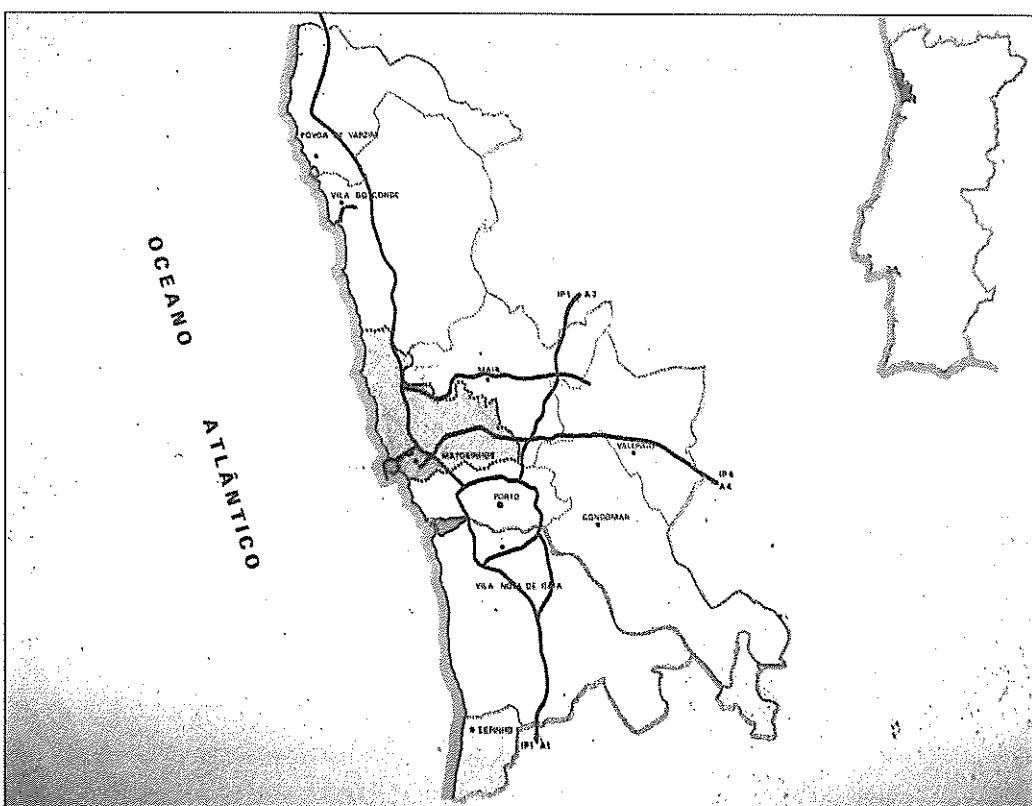
- Potenciar o Concelho de Matosinhos como área estratégica na estrutura urbana do Grande Porto;
- Atenuar as características e os aspectos de subúrbio através de um constante melhoramento do quadro de vida dos Matosinhenses;
- Prosseguir a satisfação das necessidades essenciais da população, como único e efectivo meio de contribuir para a dignificação crescente do cidadão de Matosinhos;
- Visar uma progressiva alteração do perfil social e produtivo do Concelho que, valorizando os recursos humanos e respeitando os recursos naturais e culturais, promova a expansão e modernização da actividade económica;
- Suster o aumento do factor «dormitório»;
- Induzir a qualificação dos recursos humanos;
- Assumir como valor prioritário a melhoria da qualidade de vida;
- Relevar todas as questões ambientais respeitantes aos recursos naturais;
- Reabilitar o Rio Leça e apoiar as actividades de recreio e lazer;
- Incentivar o desenvolvimento cultural;
- Incentivar a reconversão de espaços industriais obsoletos e abandonados e a instalação de empresas de produção industrial de tecnologia avançada;
- Selectividade em relação aos impactos ambientais de novas unidades industriais que se pretendem atrair.

3. SÍNTSE DOS ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO

1. GEOMORFOLOGIA

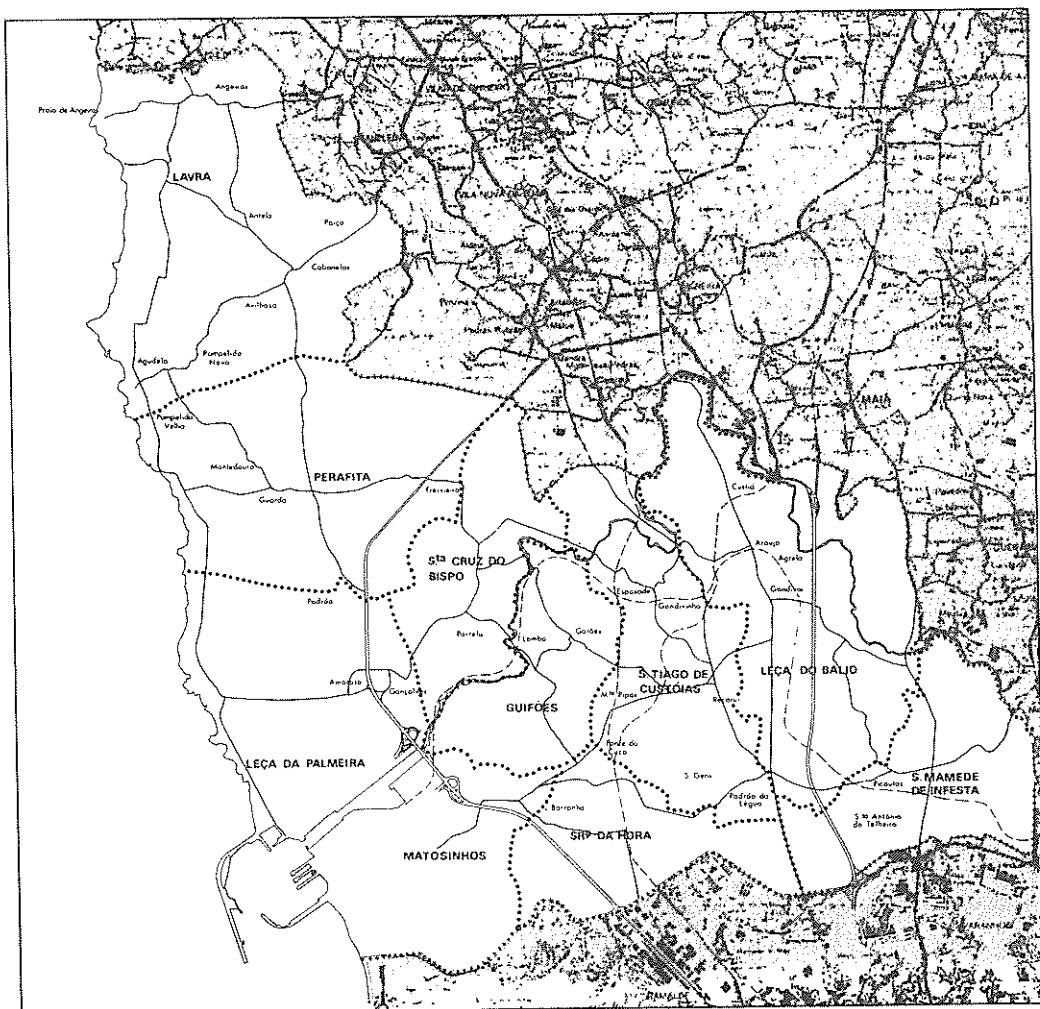
Situação

O Concelho de Matosinhos, concelho do Distrito do Porto, situa-se no Noroeste de Portugal, na Província do Douro Litoral, a norte do Concelho e Cidade do Porto, com o qual confronta, tendo ainda por limites o Oceano Atlântico a Poente, o Concelho de Vila do Conde a Norte e o Concelho da Maia a Nascente, com o qual tem maior extensão de fronteira.



A pouca distância do Rio Douro, mas fora da sua bacia hidrográfica, a maior parte do seu território estende-se na bacia do Rio Leça.

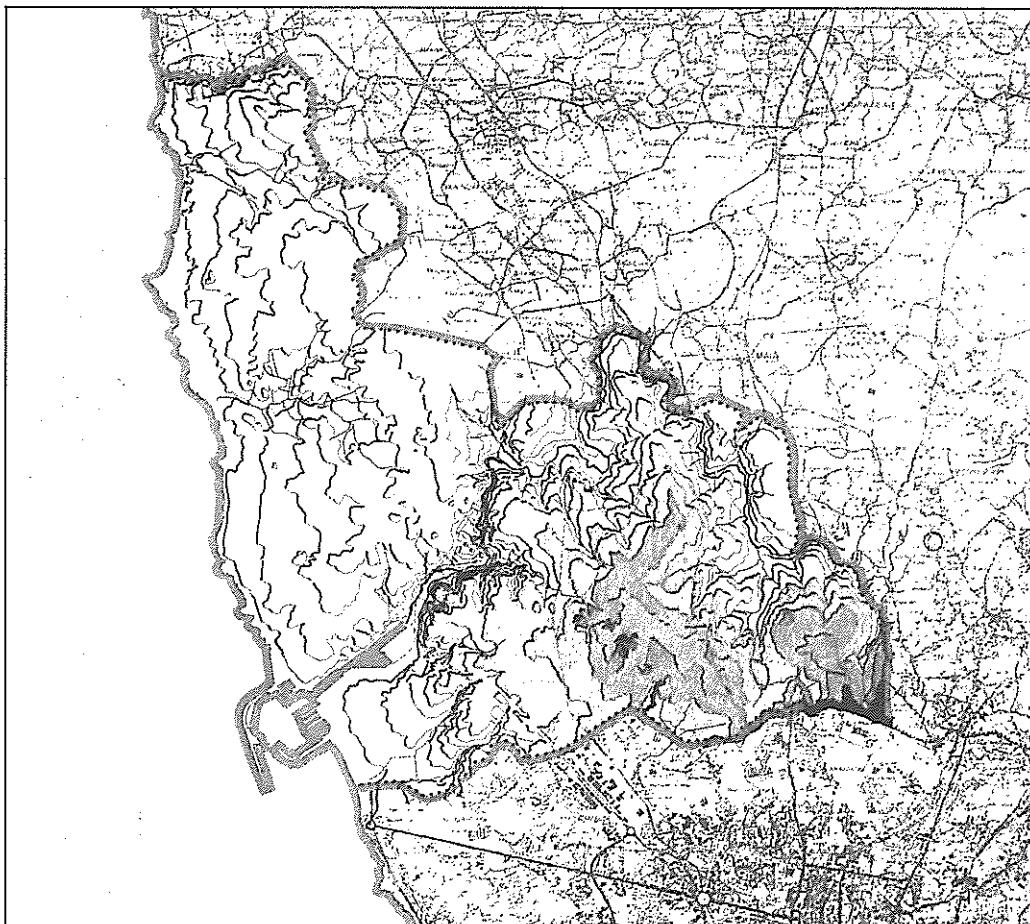
Com a área de 61,8 Km² e com cerca de 175 mil habitantes, tem como sede a Cidade com o mesmo nome e é formado por 10 populosas freguesias: Matosinhos, Leça da Palmeira, Senhora da Hora, S. Mamede de Infesta, Custóias, Leça do Balio, Guifões, Santa Cruz do Bispo, Perafita, Lavra.



As cinco primeiras, densamente povoadas, constituem já um contínuo urbano com características de cidade.

Relevo

O relevo do Concelho, pouco acentuado, elevando-se suavemente da costa para o interior, atingindo a cota máxima de 115 m no seu limite sudeste, em



S. Mamede de Infesta, é mais acidentado junto ao Rio Leça e seus afluentes, com profundos sulcos por eles marcados, fazendo avultar encostas e morros, bastante abruptos.

Hidrografia

A maior parte do território de Matosinhos estende-se pela bacia hidrográfica do Leça, para onde são drenadas não só as águas de superfície como também, infelizmente, as águas residuais negras e mal-cheirosas dos aglomerados urbanos e altamente poluentes de inúmeras indústrias que, dentro e fora do Concelho, nele descarregam livremente.

Rio, morto, com cerca de 36 Km, percorrendo no Concelho de Matosinhos 16 Km desde a sua entrada até desaguar no Porto de Leixões, a uma distância de 7 Km em linha recta, é bastante sinuoso, coincidindo por duas vezes, em certa extensão, com o limite do Concelho da Maia.



Com as mesmas características de poluição, tem como principais afluentes dentro do Concelho o Ribeiro de Picoutos, a Ribeira das Avessas, o Ribeiro de Esposade e a Ribeira da Lomba.

No extremo norte do Concelho, o Rio Donda ou Calvelhe, com características mais de ribeiro que de rio, constitui a demarcação com o Concelho de Vila do Conde e a sua bacia hidrográfica abrange de forma reduzida o território de Matosinhos, atravessando exclusivamente zonas rurais.

A restante área do Concelho de Matosinhos tem vertente directa para o mar, sendo as linhas de drenagem mais importantes o conjunto dos Ribeiros do Funtão e da Carreira, o conjunto dos Ribeiros de Joane e do Cão e, na área urbana da Cidade, o conjunto dos Ribeiros da Riguinha e de Carcavelos.

Um grande potencial de valorização do Concelho é também a sua faixa costeira marítima. A sua utilização turística, balnear e recreativa tem vindo a ser prejudicada por ocupações urbanas, abusivas e desordenadas, que em conjunto com a poluição das linhas de água que para ela drenam contribuem para a sua degradação ambiental.

A sua reabilitação, contando com o PDM e com o Plano Director de Drenagem e Tratamento das Águas Residuais, não dispensará também um projecto próprio para o seu ordenamento.



2. CLIMA

A temperatura média anual oscila entre 12,5 °C e 15 °C, reflectindo o efeito moderador do oceano, atenuante das amplitudes térmicas.

A pluviosidade média anual atinge valores entre 1000 mm e 1200 mm, sendo os dias do ano com precipitação igual ou superior a 1 mm, de 70 a 100 dias.

Os períodos de insolação têm uma duração elevada, oscilando entre 2500 e 2600 horas/ano de exposição solar, equivalentes à média de 7 horas/dia, à excepção das zonas interiores e de maior altitude, pela existência de maior nebulosidade. A radiação solar apresenta valores entre 145 e 150 Kcal/cm², o que, conjugada com a insolação, contribui para as boas condições do Concelho como local de veraneio.

A humidade do ar é elevada pela proximidade do Oceano Atlântico, com valores médios anuais entre 80 e 85%.

Pela presença do Atlântico, tem vento predominante do quadrante Oeste, seguindo-se o do Leste e do Norte, depois o do Sudoeste e do Noroeste e, por último, o do Sul e do Sueste.

Assim, o Concelho de Matosinhos, quanto ao seu clima, apresenta características gerais de zona costeira; é temperado; tem condições de salubridade, excepto nas encostas mal insoladas voltadas a Norte e em pequenas áreas de terrenos baixos e alagadiços. A zona litoral é mais afectada pelos ventos de noroeste no Verão e de sudoeste no Inverno.

3. GEOLOGIA

Constituição

Porque densamente urbanizado, o Concelho de Matosinhos é de difícil caracterização. Encontra-se geologicamente muito alterado e consequentemente muito aplanado, com um coberto vegetal bastante espesso, em média nunca inferior a um metro.



É constituído na sua maioria por granitos, que na parte mais central do Concelho estão alterados e caulinizados. Perifericamente a estes granitos existem xistos e gnaisses, denotando uma faixa metamórfica bastante acentuada. Ocasionalmente, nas zonas costeiras, estas formações estão recobertas por simples depósitos areníticos, ou por formações dunares. Em geral os granitos e os gnaisses encontram-se alterados.

Nível Freático

A toalha freática encontra-se a um nível elevado, causando por vezes problemas, nomeadamente quando a natureza do terreno não permite o seu total escoamento, diminuindo a resistência do solo para construções, fundações, leitos de estradas, etc... Ela anda associada à litologia e alteração da rocha, variando consoante estas variam.

Recursos Minerais

À excepção da de caulino, as outras mineralizações não têm qualquer significado explorativo.

Sendo o jazigo de Caulino o mais importante do Concelho, este situa-se dentro de uma vasta formação caulinizada a norte do Porto, tomando particular importância no interior do polígono com vértices em Sendim, Santiago de Custóias, S. Mamede de Infesta, Armeal, Lapa e Ramalde, encaixado em plena mancha granítica.

Uma das duas grandes explorações, da responsabilidade da Companhia Anglo-Portuguesa de Caolinos, já terminou a sua lavra. Outra concluirá a exploração a muito curto prazo.

4. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO HUMANA

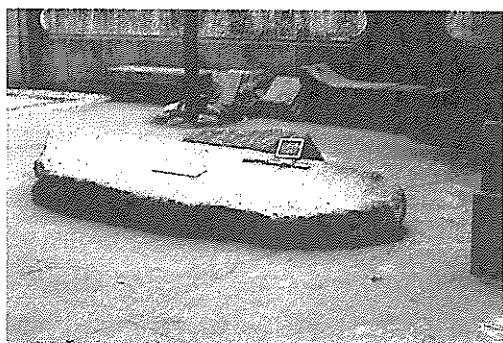
Os mais antigos vestígios da passagem humana no actual território de Matosinhos são seixos afeiçoados, recolhidos próximo do Castelo do Queijo e na Boa Nova. Datando de há cerca de 10 mil anos (Mesolítico), são vestígios da cultura material de pequenas comunidades humanas caçadoras-recolectoras que no litoral recolhiam moluscos e eventualmente pescavam.

As primeiras marcas deixadas pelo Homem na paisagem do Concelho, datando de há mais de 5 mil anos (Neolítico), foram os **dólmens** ou **antas**. Em

Antela, Lavra, ainda hoje é possível observar alguns esteios desses monumentos megalíticos. Documentos medievais dão-nos indicação da existência de dólmenes e menires em Custóias, Guifões, Leça da Palmeira, Leça do Balio, Santa Cruz do Bispo e S. Mamede de Infesta.

Nos finais da Idade do Bronze, o desenvolvimento económico, social e demográfico permitiu a erupção de um tipo de habitat proto-urbano amuralhado de altitude, associado a uma cultura que perdurará e caracterizará toda a Idade do Ferro – **a castreja**.

Em Matosinhos há ainda hoje vestígios de vários castros, nomeadamente no Monte Castêlo (Guifões), Monte Crasto (Lavra), Matalto (Custóias), Recarei (Leça do Balio), **Freixieiro** (Perafita), **Monte Castro** (S. M. Infesta) e **Esposade** (Custóias).



Esteio de dólmen, Antela (Lavra)



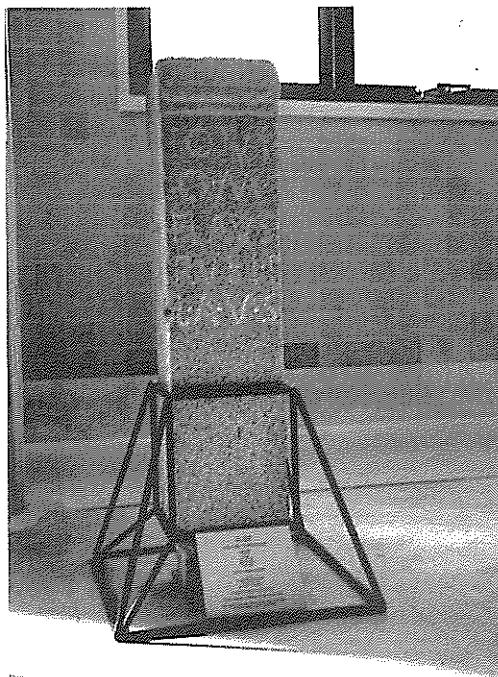
Castro de Monte Castêlo

A romanização dos **Calaicos**, povo que habitava esta região, foi relativamente rápida, nomeadamente ao longo do século I. A abertura de grandes vias e a construção de **pontes** (como a de Guifões e a da Ponte da Pedra) fazem parte de uma política generalizada de desenvolvimento das comunicações, do comércio e da agricultura.

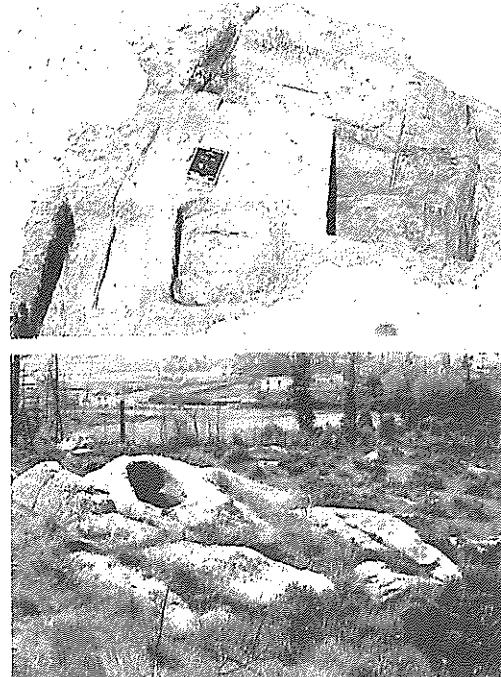
São vários os vestígios romanos no Concelho. O estuário do Leça e a zona de Lavra terão sido dos locais mais romanizados, bem atestados neste último por vestígios de uma **villa** (no Funtão) e actividade industrial de **salmoura** e, eventualmente, de **garum** (na praia de Angeiras).

O período histórico que se segue está ainda bastante obscuro. Sabe-se que Suevos e Visigodos se estabeleceram nesta área entre os séculos V e VIII.

As sepulturas cristãs escavadas na rocha de Montedouro (Perafita), datadas dos séculos IX a XI, comprovam-nos que esta área não só se manteve ocupada como a invasão muçulmana não teve aqui grandes efeitos.



Ara Romana e tanques de Salmoura
(à direita, em cima)



Em baixo: Sepultura escavada na rocha, Montedouro
(séculos IX a XI)

Antes da aparição de Portugal como estado independente, já importantes estruturas religiosas e civis aqui se sediaram. No século IX existia já um mosteiro em **Lavra**, no século X terá surgido o **Mosteiro de Leça do Balio** e na primeira metade desse mesmo século também o Mosteiro de Bouças estava já implantado, guardando a imagem do Bom Jesus de Bouças, hoje conhecida por Senhor de Matosinhos.

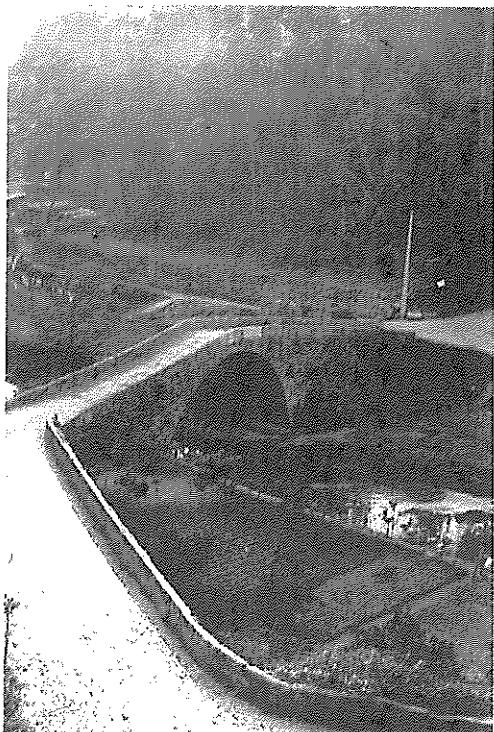
Castelos roqueiros ou simples locais estratégicos de vigilância militar terão existido em vários locais, reflectindo de alguma forma a instabilidade que então se vivia. A toponímia dá-nos algumas pistas de atalaias, casos como Viso (Senhora da Hora) ou Monte Custódias (Custórias).

Ainda hoje existem no Concelho dois belos exemplares de arquitectura viária medieval: as pontes românicas de D. Goimil (Custórias) e do Carro (Santa Cruz do Bispo/Guifões).

Em 1258, já existiam praticamente todos os aglomerados humanos que encontramos hoje em dia no actual Concelho de Matosinhos. A área deste andava na época distribuída por duas divisões administrativas: o **Julgado de Bouças** e as **Terras da Maia**.



Mosteiro de Leça do Balio



Ponte românica do Carro



Ponte Românica de D. Goimil

Com Carta de Foral atribuída em 1514 pelo rei Manuel I, e importante centro produtor agro-pecuário, Matosinhos torna-se num dos principais polos abastecedores do Porto.

Nessa época dos Descobrimentos, o mosteiro de N^a Sr^a da Conceição (cuja quinta é hoje parque público) vivia momentos significativos. O seu belo pórtico de estilo manuelino, um dos poucos vestígios hoje visíveis, comprova-o.

Entretanto, no século XVI, face à ruína em que se encontrava o Mosteiro de Bouças, a imagem do Bom Jesus foi transportada para a **Igreja de Matosinhos**. Este facto marcará o definitivo apagamento do lugar de Bouças face à importância crescente do núcleo de Matosinhos. Dois séculos depois, profundas alterações são registadas no templo, atribuídas a Nicolau Nasoni. Àquele arquitecto italiano pertencem outras construções, nomeadamente edifícios e estruturas arquitectónicas diversas nas quintas do Chantre e do Bispo .



Igreja de Matosinhos

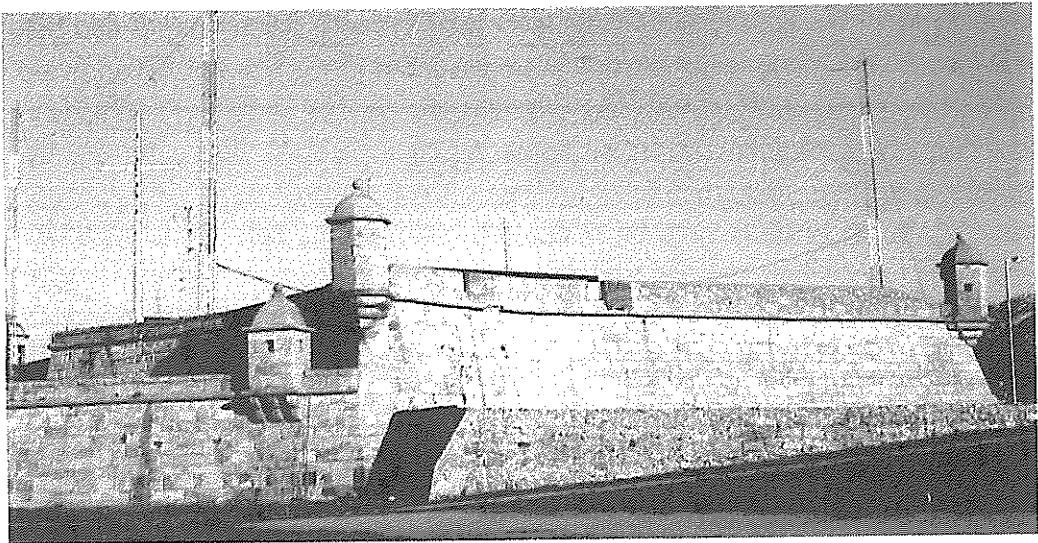


Portal da Quinta do Bispo

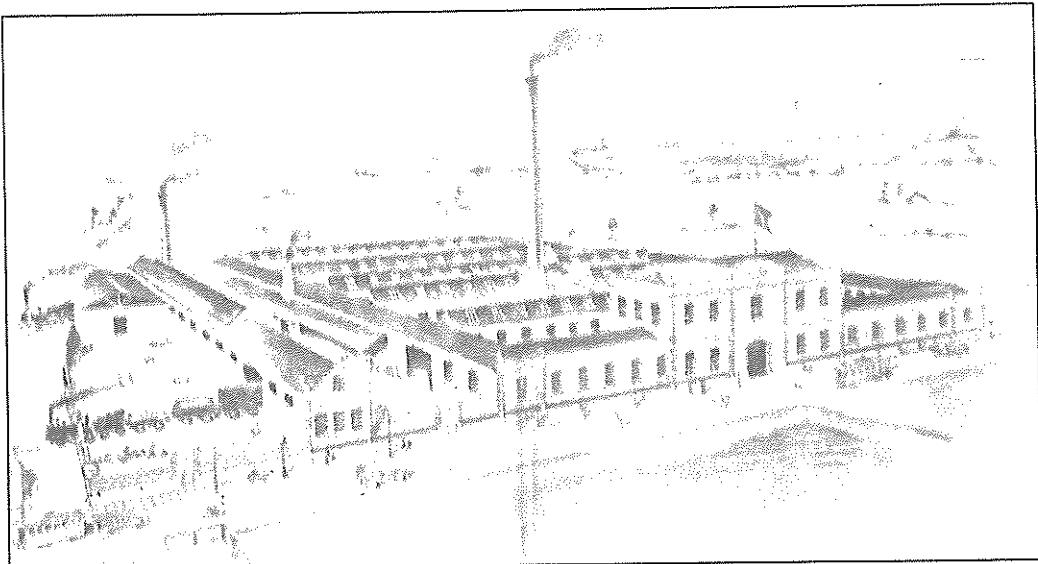
O desenvolvimento agrícola era então acentuado. **Moinhos de água e moinhos de vento** caracterizaram esta fase pré-industrial.

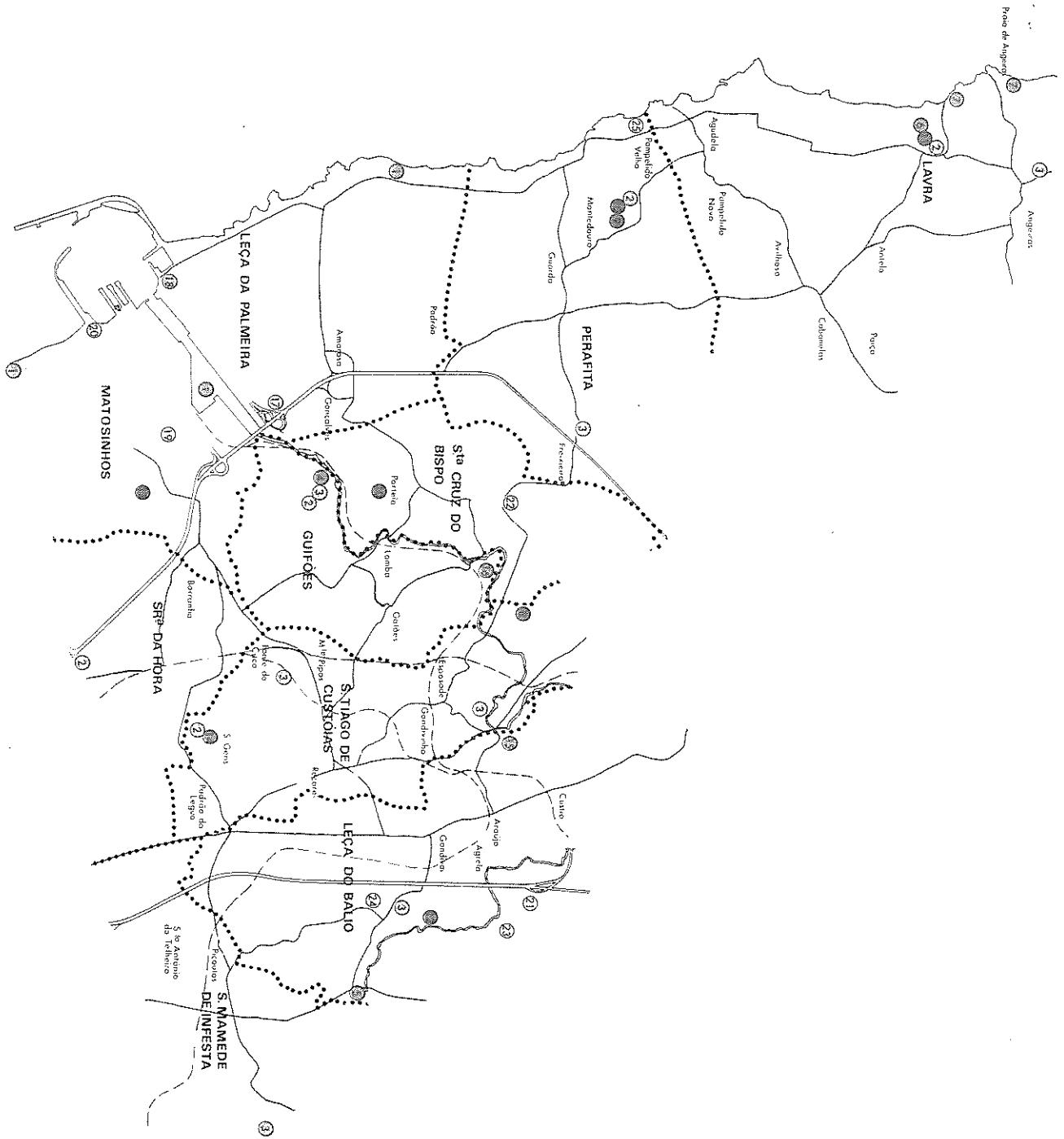
Mas o mar continuava a trazer novidades. Caso de uma forte e característica comunidade piscatória que se fixou ao longo das margens do estuário do Leça.

Mas trazia também invasores e piratas. Contra eles, as autoridades edificaram importantes fortalezas litorais, como foi o caso do **Forte de N^o Sr^a das Neves** (Leça da Palmeira).



A necessidade de um porto de abrigo, primeiro, e um arrojado projecto de desenvolvimento económico-portuário, depois, levou à construção, desde os finais do século passado, do porto de Leixões. Tal marcou o início de um profundo processo de transformações no qual a indústria conserveira desempenhou verdadeiro papel de líder.





I UTENSÍLIOS ÍNCRÍVEIS AFÉCIONADOS
apx. 10.000 c.
2 DOMÉNSIS 3.300 a. 1500 c.
3 CASCOS - séc. VII a.C. o séc. IV d.C.
4 PONTE DE SUCERES - séc. I a séc. II
5 PONTE DA PEDRA - séc. I a séc. II
6 VILA DO JUNHO - séc. III a séc. IV
7 TANQUES DE SAGA CAVADOS NOS ROCHEADOS
séc. III a séc. IV
8 HOMEM DA MACA - séc. II a séc. V
9 SERULITURAS TARDO-ROMANAS - séc. III a séc. VIII
10 SERULITURAS CRISTAS ABERTAS NA ROCHA
séc. IV a séc. VI
11 MOSTEIRO DE LAVRA - séc. IX
12 MOSTEIRO DE LEÇA DO BALIO - séc. X
13 MOSTEIRO DE BOUCHAS - séc. XII
14 ATALAIA DO MONTE CUSTODIAS - séc. VIII
15 PONTE ROMÂNICA DE D. GOMILO - séc. XII
a. séc. XIII
16 PONTE ROMÂNICA DO CARRO - séc. XII o séc. XV
17 MOSTEIRO DE NP SR DA CONCEIÇÃO - séc. XV
18 FORTE DE NP SR DAS NEVES - séc. XVI
19 IGREJA DE MATOSINHOS - séc. XVII
20 PATRÓIO DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
séc. XVII
21 QUINTA DO CHAMARÉ - séc. XVIII
22 QUINTA DO BISPO - séc. XVIII
23 QUINTA DO FARÉS - séc. XVIII
24 QUINTA DO ALVO - séc. XVIII
25 OBRESCO DA MEMÓRIA - 1840

Muitas das marcas deixadas pelo Homem na paisagem de Matosinhos encontram-se classificadas como Património Cultural:

- Os tanques cavados nos rochedos da Praia de Angeiras;
- O Cruzeiro e o Mosteiro de Leça do Balio;
- O Padrão do Bom Jesus de Matosinhos;
- O Castro do Monte Castelo de Guifões;
- O conjunto de elementos arquitectónicos delineados por Nazoni, na Quinta de Santa Cruz do Bispo;
- O Forte de Leça da Palmeira;
- A Igreja Paroquial de Matosinhos;
- A Ponte do Carro;
- A Ponte de D. Goimil;
- A Quinta do Chantre;
- A Quinta de Fafães;
- Duas sepulturas abertas na rocha granítica, em Pampelido;
- O Padrão da Memória;
- A Estátua de Manuel da Silva Passos;
- A Quinta do Alão;
- A Capela de S. Félix.

Outros testemunhos merecem igualmente uma atenção especial e necessária classificação. São eles mais duas sepulturas abertas na rocha, em Montedouro, Perafita; a «estátua» do Homem da Maça, presumivelmente tardorromano, no Monte de S. Brás, Santa Cruz do Bispo; os Titãs utilizados na construção do porto de Leixões; e outras estruturas do período industrial.



5. DEMOGRAFIA

Integrado na Área Metropolitana do Porto, um dos maiores aglomerados urbano-industriais do País, o Concelho de Matosinhos, com a área de 61,8 Km², tinha, segundo o Censo de 1981, 136.498 habitantes.

Populacionalmente, representa cerca de 12% do Agrupamento, antecedido por Vila Nova de Gaia, com 20%, e pelo Porto, com 30%.

Este peso demográfico justifica-se pelo dinamismo da base económica concelhia, nomeadamente pelo crescimento de um conjunto de actividades dinamizadas pela localização do Porto de Leixões. Para além disso enquadra-se numa área metropolitana com forte capacidade polarizadora.

Matosinhos possui um forte crescimento populacional nas últimas décadas, traduzido numa grande densidade populacional – 2191 hab/Km², só ultrapassada pela do Concelho do Porto. O crescimento populacional é muito superior ao das médias nacionais, da Região Norte e da Área Metropolitana do Porto. De 1960 a 1981 a população residente de Matosinhos aumentou de 50%, face aos 12% do Continente, aos 12% da Região Norte e aos 34% da AMP.

Na distribuição da população por sectores de actividade, o sector dominante é o secundário, representando a indústria transformadora a maior percentagem da população activa. O sector primário é insignificante.

Em 1981, o Concelho de Matosinhos apresentava um significativo equilíbrio entre emprego/residência, com um excedente de 842 empregos, ultrapassado pelo Porto com um excedente de 76.129. Retendo o Porto 100% da sua população residente estudante, Matosinhos consegue reter 75%.

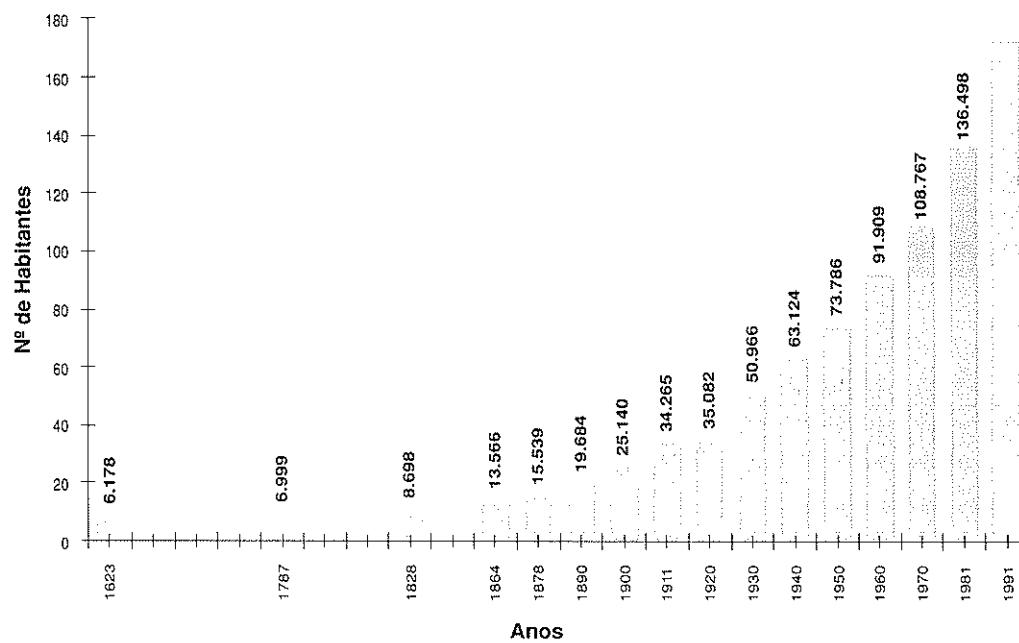
O factor mais importante que contribuiu para a evolução demográfica das últimas décadas foi o crescimento constante da população residente. A taxa de crescimento é desde há alguns anos positiva: 18,4% na década de 60; 22,5% na década de 70.

Apesar do fenómeno da emigração, a taxa de crescimento explica-se pela elevada taxa de natalidade e pela proximidade do centro urbano do Porto.

Quanto à estrutura da população, por observação das pirâmides etárias 60/70 e 70/81, nota-se um aumento relativo de todos os grandes grupos etários, ainda que de desigual importância relativa.

A estrutura etária revela uma certa tendência para o envelhecimento, com um alargamento significativo dos escalões intermédios.

O maior adensamento populacional verifica-se nas Freguesias que se situam em contacto com o Concelho do Porto e em volta do Porto de Leixões.

Evolução da População desde 1623

Todas as Freguesias evidenciaram desde os anos 60 um crescimento demográfico. No entanto, a Freguesia de Matosinhos manteve-se constante de 1970 a 1981. A evolução demográfica deixa transparecer a forte capacidade de criação de emprego da base económica local.

Nos últimos cinco anos houve um elevado aumento da população concelhia, face à dinâmica construtiva de dezenas de Cooperativas de Habitação que se instalaram no Concelho de Matosinhos, apesar do decréscimo de natalidade notada em igual período.

Como o Plano foi elaborado antes do Censo de 1991, os dados de referência foram os do Censo de 1981 e de outros estudos, nomeadamente da CCRN.

6. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

Matosinhos é um importante concelho da Região Norte e está fortemente inserido e articulado com a Área Metropolitana do Porto, cuja população ultrapassa 1,2 milhões de habitantes.



Apesar de a Cidade do Porto constituir um grande centro de emprego contíguo, com excedente de postos de trabalho, em Matosinhos existe um equilíbrio significativo entre emprego e residência.

Os valores respeitantes à distribuição da População Residente Activa evidenciam o peso relativo do emprego nos sectores Secundário e Terciário.

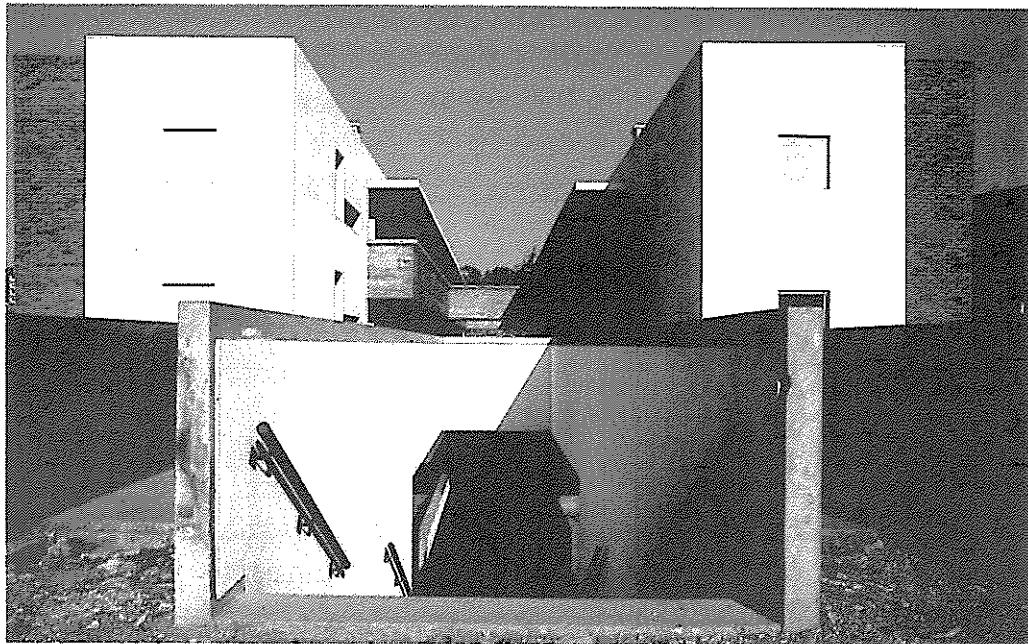
A actividade piscatória representa um volume de pescado na ordem das 60 mil toneladas/ano. Comparando com o PNB nacional na indústria transformadora, nos sectores considerados, Matosinhos representa 45% do PNB no sector dos petróleos e derivados, 20% na maquinaria, aparelhagem eléctrica e aços; 3.9% no têxtil; 3.7% no químico e 1.5% no ramo alimentar.

Os indicadores respeitantes à capacidade do desempenho do tecido industrial transformador revelam situações muito favoráveis, particularmente no que respeita ao volume de produção, produtividade e níveis salariais. No conjunto da actividade industrial, as mais de 500 unidades industriais em sectores muito diversificados fazem de Matosinhos um dos mais industrializados concelhos do País.

O sector terciário deve o seu peso, sobretudo, às actividades de comércio retalhista e serviços pessoais, aos serviços colectivos, ao comércio grossista e aos transportes, cuja expansão está ligada à localização de infra-estruturas portuárias, terminais de carga, aeroporto e alfândega. Estas infra-estruturas, e actividades a elas associadas, estão na base de uma forte geração de tráfego de veículos pesados.

Num dos mais ricos e industrializados concelhos do País coexistem problemas e aspectos prejudiciais para os seus habitantes, consequência do seu crescimento rápido e desordenado, em especial entre os anos 50 e 70.

Matosinhos não escapou à herança do loteamento ilegal, não obstante ter sido dada prioridade à habitação de custos controlados, a partir dos finais da década de 70.



Habitação Social — Programa municipal de 1100 fogos

A convergência de grandes infra-estruturas de transporte, que em parte determinam a sua base económica, gera uma concentração de instalações de transferência modal (de mercadorias), ocupando apreciável espaço de armazenagem e contribui para saturar o seu principal eixo rodoviário – a EN 107.

Também as instalações de refinação e de armazenamento de combustíveis vieram a ocupar espaços estratégicos do Concelho, com óbvio impacto ambiental negativo.

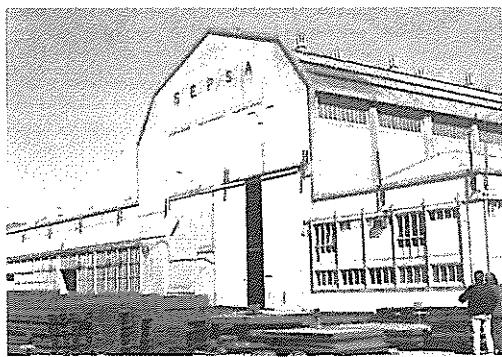
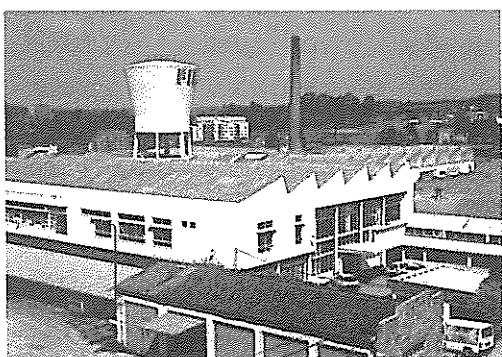


Aspira o Município a uma progressiva alteração do seu perfil produtivo e social, contando para isso com a melhoria das acessibilidades metropolitanas, bem como com a expansão e modernização das actividades económicas, valorizando o factor trabalho e os serviços de apoio à produção, proporcionando assim a reconversão das áreas industriais e de armazenagem obsoletas.

7. PERFIL INDUSTRIAL

O concelho de Matosinhos, fortemente industrializado e urbanizado, apresenta um tecido produtivo relativamente diversificado. As actividades dominantes são as indústrias alimentares, as têxteis, o vestuário, os produtos metálicos e máquinas, as indústrias químicas e os artigos e matérias plásticas.

Apresenta-se como uma área peri-urbana que foi atractiva, em termos industriais, face ao processo de desindustrialização do Porto. Nos anos oitenta, a área concelhia sentiu um processo de relocalização industrial incentivado pela necessidade de expansão das unidades industriais existentes.



A área industrial antiga do centro urbano de Matosinhos apresenta, com a falência do sector conserveiro, características urbanas típicas de áreas sujeitas a um forte processo de desindustrialização.

O tecido industrial de Matosinhos apresenta uma estrutura locativa e produtiva muito diversificada:

- marcas deixadas no território pela indústria conserveira ;
- pequenas unidades localizadas de forma errática, com mais ou menos tensões com um espaço fortemente urbanizado;
- empresas fortemente consumidoras de espaço e com necessidade de fácil acessibilidade ao Porto e ao exterior localizadas ao longo ou nas proximidades das grandes vias de comunicação;
- um conjunto de grandes empresas que, pelo espaço que ocupam, são um tampão à expansão urbana (Refinaria, a armazenagem e transformação de combustíveis) ou são descaracterizadoras da malha urbana e exigem uma regulamentação urbanística urgente com vista a uma requalificação desses espaços (as oleaginosas, alimentares, aglomerados, fiações e tecelagens).



Assim, interessa reflectir sobre o futuro que queremos dar a este concelho fortemente industrializado, em que as funções indústria, residência, comércio e serviços se misturam no espaço, nem sempre da forma menos conflituosa.

Uma política privilegiando principalmente a residência, os serviços, o lazer e os equipamentos colectivos, juntamente com a raridade e os preços demasiado elevados dos terrenos disponíveis, permitindo especulações e disputas em desfavor da indústria, actualmente agressiva relativamente às mencionadas, poderá criar condições a uma desindustrialização do concelho, criando graves problemas de emprego. Nem toda a indústria é incompatível com a residência.

A estratégia deverá ser, sobretudo, centrada numa acção heterogénea, em função das áreas, da indústria em questão, da sua dimensão e dos impactos ambientais. Por um lado, nas áreas fortemente urbanizadas deve privilegiar-se as indústrias de fraca dimensão, que ocupem pouco espaço, não poluentes, que não provoquem muito tráfego. Por outro, a desarticulação do tecido urbano em algumas áreas atingiu tal amplitude que a acção urbanística centrar-se-á, mais do que em modificações de fundo, no controlo das iniciativas futuras e na atenuação dos danos urbanísticos (poluição, tráfego, resíduos) que estas estão ou venham a causar.

Concluindo, pensa-se que há acções a desenvolver:

- Fomentar a recuperação e a reconversão da área industrial antiga de Matosinhos-Sul e estabelecer medidas de iniciativa pública que facilitem a sua nova utilização. A requalificação urbanística desta área pode criar condições à instalação local de actividades fortemente inovadoras, criando espaços produtivos acessíveis a jovens empresários e a pequenas e médias empresas que apostem na Modernização e na qualificação do tecido industrial existente.
- A aplicação rigorosa das normativas ambientais comunitárias levar-nos-ia à detecção de um grande número de estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos e tóxicos. No entanto, só em casos pontuais se detectam sérios problemas, perfeitamente individualizados, que requerem medidas rigorosas.
- Deverá ser revisto o funcionamento e o ordenamento do sistema viário, de forma a que a acessibilidade, as operações de carga-descarga e o estacionamento deixem de ser entraves para a actividade produtiva e não criem congestionamentos.
- A carência de formação especializada e, nalguns casos, de formação básica são graves problemas que prejudicam a actividade produtiva deste concelho.

– O Município deverá incentivar os estabelecimentos de ensino, os centros de emprego e as empresas a desenvolverem estruturas de formação básica e especializada de qualidade. Por outro lado, criar incentivos para que estruturas de ensino médio e superior e técnico-profissional, privadas ou públicas, articuladas com o tecido produtivo concelhio, se localizem em Matosinhos.

Estes esforços deverão convergir para manter um sector industrial forte e diversificado e atrair/encorajar indústrias novas, susceptíveis de renovar o tecido empresarial existente e criar emprego qualificado, procurando fixar empresas em crescimento, cujas necessidades de espaço estão a deslocá-las para fora do concelho. Uma estratégia global de desenvolvimento não deve desprestigar a indústria em favor de outras actividades que estão na «moda».

8. SERVIÇOS DE APOIO À PRODUÇÃO

Este tipo de serviços apresenta um perfil de localização muito concentrado, de matriz urbana e com uma clara sobre-representatividade nas grandes metrópoles.

As inúmeras segmentações destes serviços dificulta a sua avaliação criteriosa, não só no que respeita ao potencial e características do emprego gerado, mas também, nomeadamente, ao nível dos impactes urbanísticos e das condições de localização. Basta lembrar a situação muito corrente em Matosinhos onde se tem verificado uma tendência de localização de empresas ou dependências de serviços rotineiros e pouco qualificados ligados a actividades de transporte e armazenagem, muitas vezes com a sede social localizada no Porto.

Matosinhos é um concelho em vias de forte integração num espaço metropolitano mais vasto, detém vantagens comparativas importantes para se apresentar como uma alternativa credível de localização de actividades de serviços e possui um conjunto de infra-estruturas (nó rodoviário e ferroviário regional, área portuária, terminal de cargas, aeroporto e parque de feiras e exposições) que actuam como polarizadoras de determinadas actividades de serviços delas dependentes.

É neste contexto que devem ser equacionadas as potencialidades futuras do concelho e também as deseconomias e os impactes negativos que entretanto se geraram:

- Um perfil de serviços de carácter maioritariamente rotineiro e com nítida incidência em actividades onde dominam formas de emprego pouco qualificadas.
- Actividades predadoras de espaço e com impactes urbanísticos negativos, originando tensões no uso do solo.

A relativa concentração das actividades de serviços em Matosinhos é (ainda) sobretudo o resultado da concentração da fileira dos serviços relacionados com a actividade de transporte, exportação, armazenagem e comercialização grossista de produtos finais e matérias primas.

As concentrações locativas mais evidentes situam-se na proximidade das infra-estruturas do transporte internacional marítimo e rodoviário, sobretudo na área Leixões/Freixieiro/Perafita, junto ao porto comercial e terminais de carga e na antiga zona conserveira de Matosinhos-Sul.

O tipo de actividades geradas são fortemente consumidoras de solo (sem o perfil vertical típico das áreas de concentração de escritórios/serviços), geradoras de tráfego de pesados e pouco importantes na oferta de emprego qualificado; a situação limite destes efeitos negativos verifica-se ao nível da forte pressão de localização de depósitos de granito, madeiras, contentores, etc., e de áreas de movimentação de cargas e veículos pesados e de uma diversidade de actividades de armazenagem.



É de constatar que a desconcentração de funções de serviços a partir do Porto, ou a localização de novas empresas, tem sido profundamente selectiva e desfavorável a Matosinhos. Mesmo contando com a relativa saturação de algumas áreas de serviços no Porto (sobretudo na zona da Boavista) e com a correspondente tendência inflacionária ao nível do imobiliário que aí se regista.

No entanto, a nova configuração das acessibilidades metropolitanas já está a favorecer as tendências policéntricas de localização dos serviços. É exactamente aqui que Matosinhos deve jogar os seus trunfos, antecipando um esforço de requalificação urbanística que potencie as vantagens já adquiridas da boa articulação que possui em termos metropolitanos e regionais.

A orientação estratégica das políticas de regulação e promoção dos serviços deverá conter várias dimensões:

- Contrariar a expansão de actividades que geram impactes urbanísticos negativos (tráfego de pesados no interior da malha urbana, ocupação indiscriminada de espaços de armazenamento de mercadorias e depósitos ao ar livre).
- Actuação nas áreas já fortemente comprometidas por esse tipo de actividades, conseguindo a sua estruturação interna (infra-estruturas e arrumação urbanística).
- Potenciar as vantagens comparativas da inserção metropolitana e da proximidade ou contiguidade à zona de expansão dos serviços mais qualificados do Porto, nomeadamente, modernização e requalificação urbanística de Matosinhos-Sul, e outras áreas com inegáveis potencialidades, como é o caso de Leça da Palmeira.

Estas intervenções dizem respeito a áreas que apresentam melhores possibilidades de captação de serviços ou foram já objecto de fortes ocupações e pressões de actividades de serviços ligadas com o transporte e a armazenação. Estas áreas têm como máximo divisor comum o facto de se localizarem tangencialmente ao eixo estratégico do desenvolvimento recente dos serviços do Grande Porto: Gaia/Arrábida, Boavista, Via-Rápida, Aeroporto.

9. EQUIPAMENTO

O Município de Matosinhos conseguiu nos últimos anos uma distribuição equilibrada de equipamentos públicos por todo o Concelho, servindo de forma satisfatória as populações residentes.

Equipamento Educativo

O alargamento da escolaridade obrigatória, a inexistência de infra-estruturas suficientes para os diversos graus de ensino, a sobreocupação de alguns estabelecimentos, a necessidade de reduzir distâncias percorridas pelos alunos, as carências sentidas ao nível do equipamento básico e de apoio pedagógico, são algumas das dificuldades e problemas que o Município terá que resolver.

Tal como tem acontecido por toda a Europa, no Concelho de Matosinhos, com o envelhecimento da população, também se tem verificado o fenómeno demográfico da diminuição da população estudantil, o que provocará reflexos importantes no parque escolar concelhio.

É a nível do ensino pré-escolar que se fazem sentir as maiores necessidades. Das cerca de 6500 crianças do escalão etário respectivo, apenas se encontram matriculadas 1576, e destas somente 2,6% no ensino oficial, nas 16 salas de aula que se distribuem pelo Concelho. Compreende-se assim a necessidade de estabelecimentos deste nível em zonas onde são inexistentes.

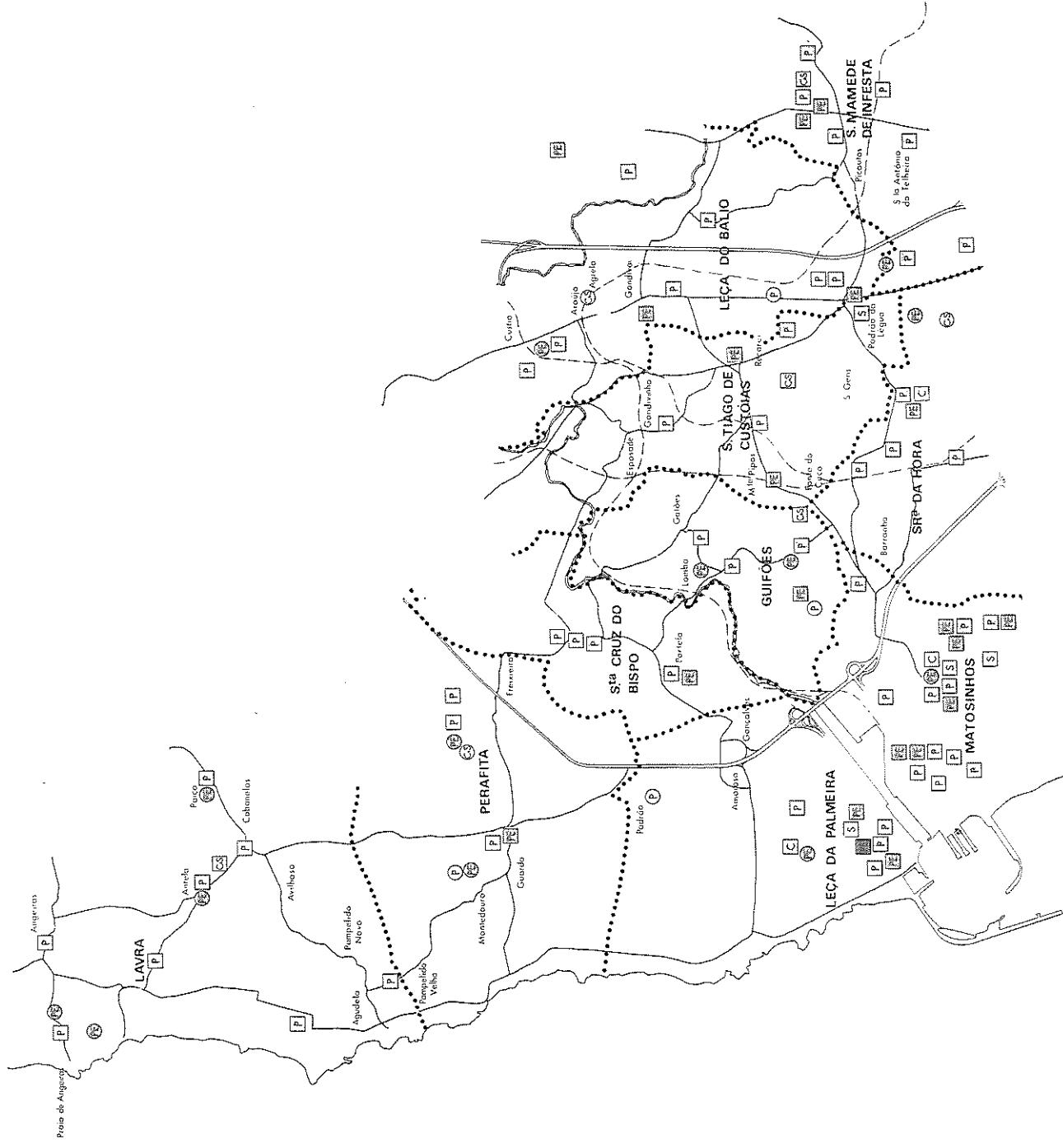
No entanto, salvo algumas excepções, não se justifica a construção de novos estabelecimentos de raiz. A adaptação realizada na Escola de Santos Dias (S. Mamede de Infesta) demonstra uma opção económica e eficaz. O decréscimo da população estudantil ao longo do próximo decénio permitirá a libertação de algumas salas do 1º ciclo do ensino básico e a respectiva reconversão com custos mínimos.

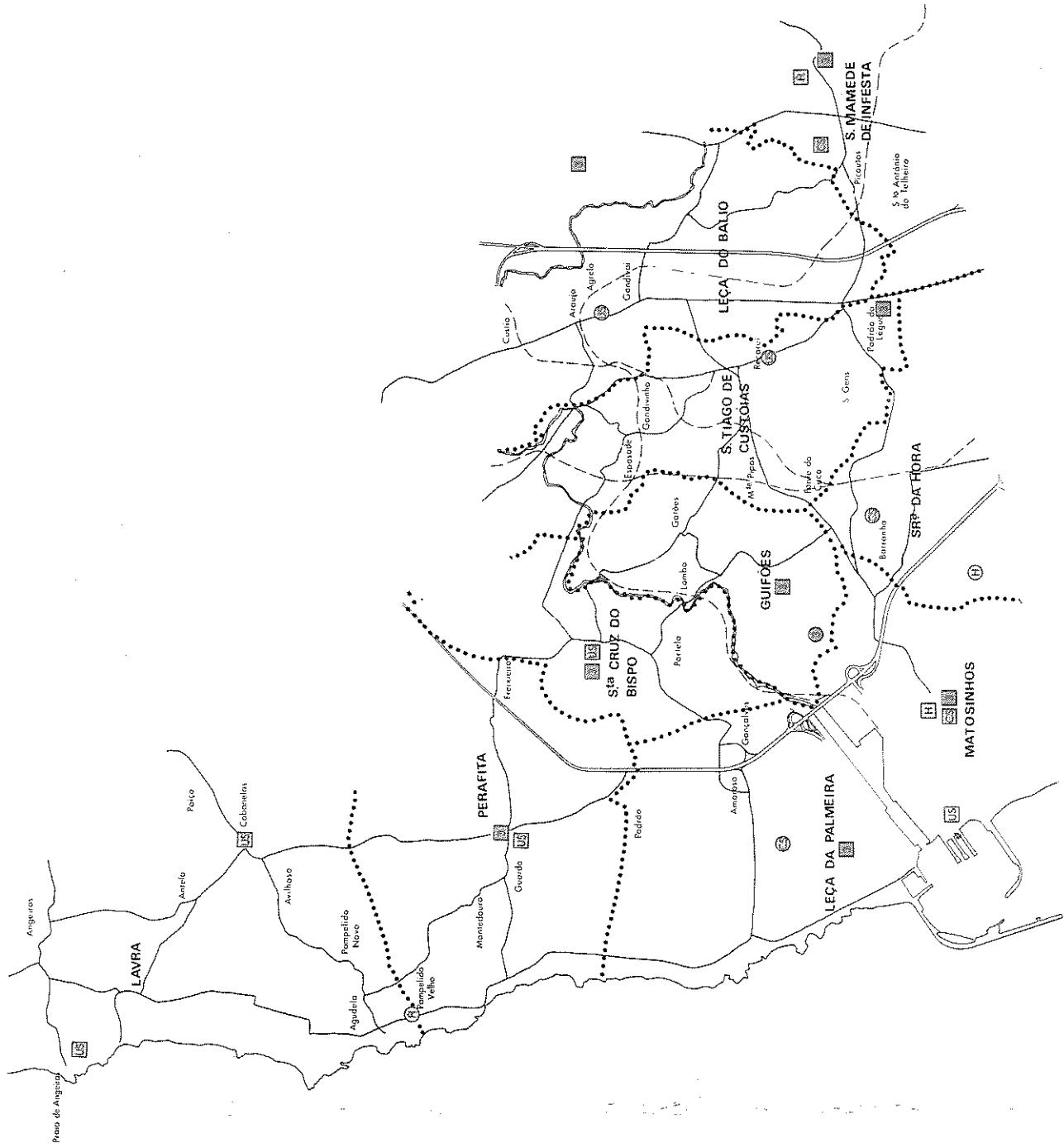
Ao nível do 1º ciclo do ensino básico, é de considerar que há, na generalidade, uma boa distribuição dos estabelecimentos no Concelho. Há no entanto que referir o envelhecimento de parte dos edifícios, que exigirá a continuação das acções municipais de manutenção e recuperação.

Não obstante esta boa rede escolar e a utilização a curto prazo de novos edifícios que se encontram em conclusão, alguns problemas ressaltam com necessidade de resolução muito urgente. Trata-se do excesso de alunos por sala, rondando os 50, nas escolas nº 1 da Cruz de Pau (Matosinhos), do Monte da Mina (Leça do Balio) e da Amorosa (Leça da Palmeira).

A solução destes problemas não dispensará a construção de 3 escolas de 8 salas, respectivamente, na Cruz de Pau, no Monte da Mina e em Monte de Espinho.

Concretizando-se estas acções, o parque escolar concelhio, neste nível de ensino, satisfará relativamente ao número de instalações, bem como aos locais de implantação. De facto, a média prevista de 22,2 alunos por sala, para o ano 2000, corresponde à actual melhor situação verificada no Concelho.





Legend:
□ - EXISTENTE
○ - A CRIAR
CS - CENTRO DE SAÚDE
US - UNIDADE DE SAÚDE
H - HOSPITAL
CR - CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE DEFICIENTES
3 - APOIO À 3^ª IDADE

Nos outros níveis do ensino básico e do secundário, com a conclusão das escolas C+S de S. Mamede de Infesta, de Guifões e de Cabanelas, com a construção prevista das escolas C+S de Leça do Balio e do Seixo, pela análise da distribuição concelhia destes equipamentos e respectivas áreas de influência, ressalta a necessidade de uma outra escola C+S na zona do Freixieiro.

No que respeita aos níveis de ensino médio e superior, pela importância de manter, ou mesmo de aumentar, os valores da capacidade de retenção da população residente estudante e pelo seu contributo dinamizador da valorização da actividade produtiva e da capacidade empresarial existentes, é evidente a necessidade de atrair a instalação no Concelho de equipamento deste tipo.

É fundamental assegurar terrenos ou edifícios para a concretização de um objectivo desta importância.

Equipamento de Saúde e Assistencial

Nesta área assiste-se já a um razoável nível de cobertura concelhia, com o Hospital Distrital, os 4 Centros de Saúde, de Matosinhos, de Leça da Palmeira, da Senhora da Hora e de S. Mamede de Infesta, e as 5 Unidades de Saúde, de Angeiras, do Paiço, de Perafita, de Santa Cruz do Bispo e de Matosinhos.

A curto prazo esta situação melhorará com a conclusão e a entrada em funcionamento do Novo Hospital Distrital de Matosinhos e do novo Centro de Saúde da Senhora da Hora.

Existem contudo duas zonas do território concelhio cuja população se encontra deficientemente servida – Custóias e Leça do Balio. Estudos municipais apontam já a localização de duas Unidades de Saúde nestas zonas.

Do mesmo modo foi também prevista a construção de um novo edifício para alojar o Centro de Saúde de Leça da Palmeira, presentemente mal instalado.

Relativamente aos restantes serviços de assistência, além dos centros de apoio a deficientes, além do centro de apoio a crianças abandonadas, como a Casa do Caminho, no apoio à terceira idade existem já alguns lares e centros de dia, propriedade ou administrados por instituições privadas de solidariedade social.

Sendo este o sector mais carenciado na área assistencial, importa desde já assegurar, distribuídos por todo o Concelho e enquadrados nos aglomerados urbanos, terrenos para novas implantações.

Serviços Públicos

Nesta matéria interessa referir a necessidade urgente de construção de novos edifícios para a Junta de Freguesia de S. Mamede de Infesta e para a Junta de Freguesia de Lavra, face às más condições de instalação em que se encontram.

A prevista substituição da G.N.R. pela P.S.P. na Vila de S. Mamede de Infesta, implica a criação de um novo aquartelamento.

O norte do Concelho, especialmente Lavra, pelas suas características rurais e pelas distâncias aos serviços que o apoiam, deveria ser dotado de um posto próprio da G.N.R. e de uma secção de Bombeiros.

Quanto aos serviços ligados à área cultural é relevante referir que todas as Freguesias deveriam ser dotadas com Bibliotecas Públicas, que poderiam funcionar nos edifícios das respectivas Juntas, e que é notada a ausência na sede do Município de uma «Casa da Cultura», com Auditório e áreas para exposições e para outras actividades culturais.

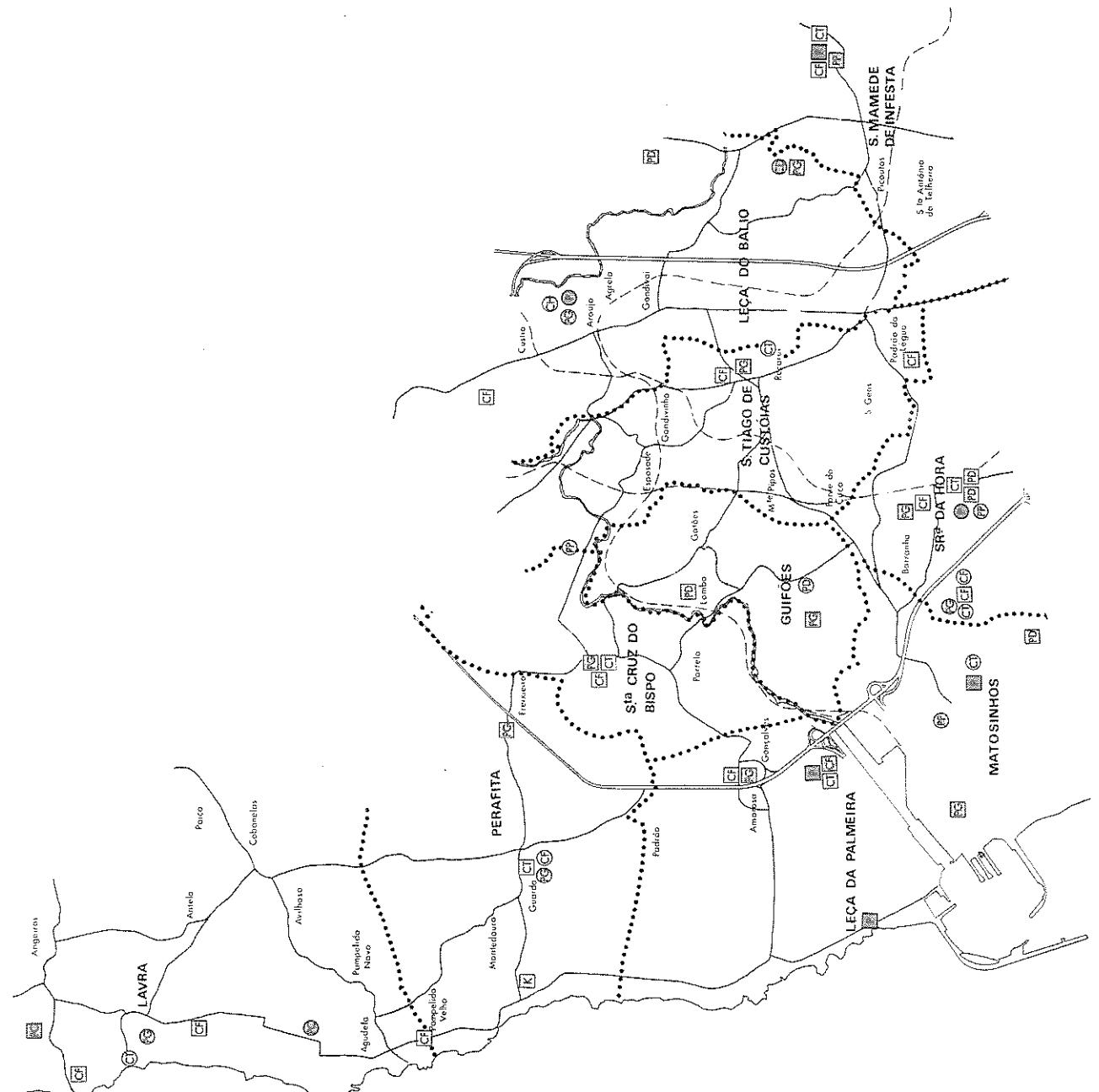
Mercados, Feiras, Igrejas e Cemitérios

Dispõe o Município de Matosinhos de 3 Mercados situados em locais estrategicamente privilegiados – o do Centro da Cidade, o de S. Mamede de Infesta e o de Angeiras, Lavra – não se notando a necessidade do seu aumento em quantidade, face aos inúmeros supermercados, Hipermercado e Feiras que complementam este tipo de serviço. Destas, destacam-se a de Custóias, a da Senhora da Hora e a de Santana, Leça do Balio, todas com recintos próprios.

Próximo da Igreja Paroquial de Custóias encontra-se reservada há algum tempo uma área de terreno adquirida pelo Município para permitir a construção de uma nova Igreja Paroquial. Este destino deve ser mantido para que se venha a conseguir a satisfação de um anseio antigo das populações locais.

Por idêntico motivo é necessário definir uma localização para uma Igreja para a Paróquia do Araújo, que presentemente dispõe apenas de uma Capela para a sua prática religiosa.

Além dos Cemitérios de Freguesia existentes, dispõe o Concelho de 4 Cemitérios Municipais. Os de Custóias e de S. Mamede de Infesta dispõem de reservas de terrenos, aprovadas pelo Município, para futuras ampliações, pelo que, em termos de carências, é apenas sentida a necessidade de afectar áreas para ampliação dos cemitérios de Lavra, de Perafita, de Leça da Palmeira (Sardoal), de Guifões e de Santa Cruz do Bispo.



Equipamento Desportivo, Recreativo e de Lazer

Matosinhos dispõe de 4 piscinas municipais, um parque de campismo, 2 circuitos de manutenção, 2 campos de mini-golfe, vários campos de ténis, 8 pavilhões ginnodesportivos, 6 polidesportivos descobertos, um kartódromo, um campo de tiro, 4 clubes de vela, um recinto equestre e 16 campos de futebol.

No Concelho existem 215 Colectividades Culturais, Desportivas e Recreativas. 150 têm a prática desportiva como uma das suas actividades dominantes. Muitas dispõem de recintos e estruturas próprias para essa prática, mas quase todas com dificuldades de ampliação dos seus espaços para modernização e reestruturação do seu equipamento e actividades.

Sente-se portanto a necessidade de assegurar a reserva de algumas áreas envolventes a esses equipamentos para a sua ampliação, e de delimitar novos espaços para a resolução das carências existentes nesta matéria. Para além das localizações para equipamento desportivo já definidas pelo Município, de que se realça o Centro de Desportos e Congressos e a Piscina Olímpica Coberta da Senhora da Hora, entre outros, é de destacar a falta de um Complexo Desportivo a nascente do concelho, de Gimnodesportivos em Lavra, Perafita, Leça da Palmeira e Leça do Balio e de inúmeros Polidesportivos Descobertos para apoio das populações locais.

Nesta área, as características especiais do Norte do Concelho, com a sua faixa litoral, de potencial utilização turística, balnear e de veraneio, fazem antever a necessidade de um Novo Parque de Campismo.

O parque público da Quinta da Conceição, em Leça da Palmeira, os jardins, as praças e as outras áreas verdes públicas ou urbanas existentes, começam a sentir-se manifestamente insuficientes em termos ambientais e nas relações de equilíbrio urbano entre o edificado e o não edificado.

Sendo de grande importância implementar-se no mais curto prazo a construção dos Parques Públicos do Centro da Cidade, da Senhora da Hora e de S. Mamede de Infesta, já há alguns anos prevista, tal não se mostrará suficiente no futuro, face às expansões e adensamento urbano previsíveis.

Ainda neste campo, o Monte de S. Braz, em Santa Cruz do Bispo, com a sua envolvente, há já alguns anos delimitada para constituir um Parque Público Natural, pelo que representa para a população de Matosinhos e para o Grande Porto, merece uma especial atenção na sua salvaguarda.

Crendo-se que a despoluição do Rio Leça venha a ser uma realidade, o potencial que representam as suas margens e encostas aponta a conveniência de nelas serem previstas áreas para a instalação de equipamento público ou privado de apoio ao recreio e lazer, e outro de índole cultural e social.

10. REDE VIÁRIA

Vias de atravessamento

O Concelho de Matosinhos apresenta uma ocupação territorial muito condicionada pelas principais infra-estruturas rodoviárias existentes. A Estrada de Circunvalação, a Via Rápida e a Via Norte são vias vocacionadas para tráfego rápido de atravessamento e ligação, que condicionaram toda a restante rede viária pelas ligações e atravessamentos que permitem. Acentuaram ainda a diferenciação da procura, do tipo de ocupação e mesmo do uso das várias parcelas do território concelhio e influenciaram nos últimos anos a localização industrial e de serviços, afectando em alguns casos a continuidade do crescimento urbano.

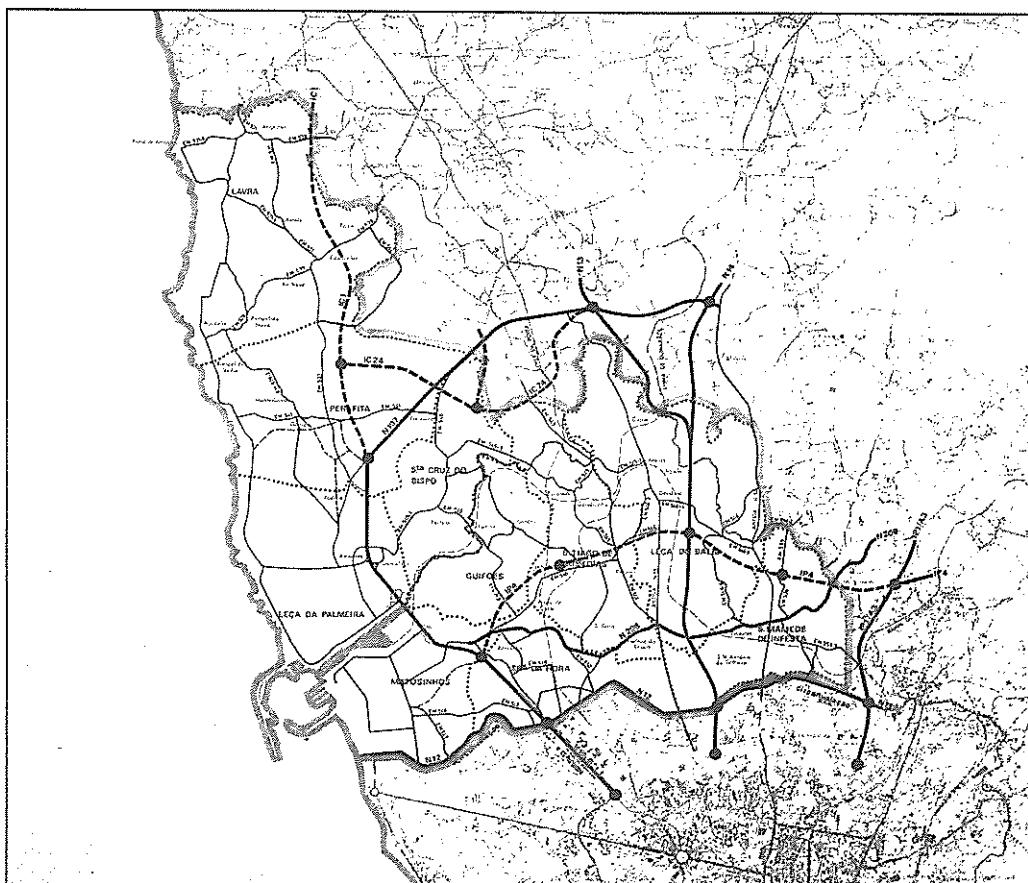
A Circunvalação desempenhou nas duas últimas décadas um papel decisivo na resolução dos problemas de tráfego, mas fragmentou o espaço urbano exterior que, em regra, é de deficiente legibilidade, resultado da urbanização ao longo de uma rede viária irregular e de características rurais. A construção de novas vias de função idêntica (VCI e IP4) vai possibilitar o esvaziamento da função periférica da Circunvalação em alguns dos seus troços, permitindo a gradual interpenetração das estruturas viárias das duas margens, com benefícios para a melhoria qualitativa do tecido urbano.

A convergência de grandes infra-estruturas nacionais de transporte em Matosinhos, que em parte determinam a sua base económica, gerou uma concentração de instalações de transferência modal (de mercadorias) ocupando extensas áreas e contribuiu para a saturação do principal eixo viário interno e de atravessamento – a N107, cujo volume de tráfego ultrapassa os 25.000 veículos/dia.

Esta via, conjuntamente com a Via Norte/N13 e a própria Circunvalação, constituem um Anel de localização industrial, de serviços e de grandes equipamentos, podendo desempenhar uma função estruturadora das ligações das redes complementares que lhes são marginais, através de uma correcta política de amarração e atravessamentos.

Rede local

A cidade de Matosinhos e Leça encontram-se separadas entre si pelo Porto de Leixões, sendo reduzido o número das ligações actuais, agravadas pelas limitações que apresentam à circulação.



A faixa litoral a norte da refinaria e a poente do aeroporto possui uma rede viária extensa, que atravessa áreas agrícolas e núcleos rurais de forte concentração e com alguma ocupação marginal mais recente. Tanto as características dessa rede viária como a política de ocupação do solo preconizada para a zona desaconselham qualquer artéria «atlântica» de grande capacidade, pelo que as opções a tomar se devem limitar à beneficiação das estradas existentes e de alguns atravessamentos urbanos, bem como à criação de melhores ligações tanto à Via Rápida, no nó do Freixieiro, como a Vilar do Pinheiro e Pedras Rubras.

O miolo central limitado pelo Anel rodoviário referido anteriormente, e que irá ser dividido em duas partes pelo IP4, apresenta já duas situações distintas. A zona da Senhora da Hora/Custóias é relativamente densa com tipologias de ocupação variadas e possui uma rede de arruamentos muito descontínua e heterogénea com grandes limitações. A N 208 está comprometida como ligação viária cómoda entre Matosinhos e S.Mamede de Infesta, mas a sua valorização

como eixo estruturante é fundamental, pelo que deverão ser encontradas alternativas que melhorem a circulação.

Na segunda zona, de Santa Cruz do Bispo/Guifões, de características muito heterogéneas tanto nos aspectos morfológicos como de ocupação do solo, predomina a construção clandestina servida por uma rede de caminhos rudimentares. É atravessada pelo rio Leça, muito sinuoso e cujo vale é muitas vezes encaixado, dificultando o traçado da rede viária de atravessamento interior. Essas ligações deverão ser melhoradas.

A zona a nascente da Via Norte é atravessada por dois eixos viários importantes que se cruzam no centro de S. Mamede de Infesta – a EN 208 e a antiga EN14. Este cruzamento viário determinou o crescimento urbano do núcleo da freguesia que se estende para norte até ao Centro da Maia. A construção da Via Norte determinou o desenvolvimento de um cordão industrial localizado ao longo da sua margem nascente. Para este sector do concelho considera-se importante a melhoria dos acessos ao Porto e ao nó do IP4, assim como o prolongamento dos eixos transversais referidos anteriormente e a criação de uma alternativa ao IP4/N208 para nascente do nó da Unicer.

11. TRANSPORTES PÚBLICOS

No caso de Matosinhos, por fazer parte da Área Metropolitana do Porto, à luz da nova Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, os transportes ficam sujeitos a um regime especial, dada a complexidade dos problemas de transporte que se estabelecem na área.

No artigo 27º da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, intitulado «Ordenamento e exploração dos transportes nas regiões metropolitanas», o seu ponto primeiro refere-se à necessidade de ser estabelecido um plano de transportes. A responsabilidade de elaborar este plano será da Comissão Metropolitana de Transportes, a instituir.

Rede Ferroviária

O território do concelho é atravessado por duas linhas – a Linha de Circunvalação de Leixões e a Linha da Póvoa; há ainda uma terceira – a Linha de Lousado/Guimarães que, partindo da Senhora da Hora, inscreve a parte inicial do seu traçado no concelho.



A Linha da Leixões é um eixo de via larga, actualmente com muito pouco movimento, e exclusivamente de mercadorias, a que o novo Plano de Modernização da CP atribui funções logísticas .

As Linhas da Póvoa e de Guimarães formam um sistema exclusivamente vocacionado para o transporte de passageiros. A Linha da Póvoa, dupla da Trindade até à Senhora da Hora, teve recentemente algumas beneficiações, das quais se destacam a nova estação de Custóias, estando previsto um continuado investimento nesta linha, independente de uma futura privatização. A Linha de Guimarães, pertencendo igualmente à rede base principal, tem o seu plano de modernização mais atrasado.

Transportes públicos rodoviários

No Concelho operam os S.T.C.P. e quatro operadores privados. Utilizando percursos na rede distribuidora principal e secundária das vias municipais, constata-se a existência de uma quase completa cobertura do concelho, embora determinadas áreas tenham uma fraca acessibilidade motivada pelo pequeno número de ligações diárias. Actualmente, com a progressiva urbanização do Concelho e o aumento generalizado das necessidades de transporte, quer por motivo de emprego quer por motivo de ensino e outros motivos, é natural

encontrar-se alguma desadequação da oferta com a procura de transportes. Por outro lado, dada a inexistência de um plano de transportes para a Área Metropolitana do Porto que permita compatibilizar a actuação dos organismos públicos com as empresas transportadoras privadas, os transportes são substancialmente mais caros consubstanciando uma situação de desigualdade no acesso ao transporte nestas áreas.

Organização do Sistema de Transportes

A instituição da Comissão Metropolitana de Transportes não deverá ser encarada como mero substituto de instituições actuais que não funcionam.

A estruturação do sistema de transportes na área metropolitana deverá privilegiar os transportes colectivos em canal próprio, capazes de manter uma velocidade de percurso mais ou menos independente do estado de saturação das vias de uso múltiplo.

O Plano deverá, assim, ser realista, procurando acima de tudo a rentabilização das infra-estruturas existentes, nomeadamente das linhas de caminho de ferro, privilegiando a qualidade do serviço urbano e suburbano que produzem, potenciando a utilização das diferentes vocações dos diferentes modos de transporte e nos diferentes operadores, as quais criam a possibilidade da sua complementaridade.

Metro Ligeiro

Um novo sistema de transportes urbanos de alta capacidade, a concretizar-se, terá um papel fundamental na articulação geral do sistema de transportes, estruturado em vários núcleos mais ou menos independentes. Ligando esses núcleos e outros pontos fundamentais de cruzamento com a CRIP e interface em Matosinhos, ligando todos estes pontos através de um eixo de alta capacidade e assinalável velocidade, tendo em conta a natureza dos meios urbanos a atravessar. Tecnicamente exequível ao nível da exigência necessária a uma realmente eficiente ligação entre os vários núcleos ou eixos de concentração de actividades que existem actualmente ou poderão vir a desencadear no futuro entre Matosinhos e outros Municípios. Esta proposta será uma das chaves da coordenação dos transportes na AMP no futuro.

12. A FLORESTA

Pelo levantamento do parque florestal do Concelho, pela verificação das respectivas composições fundamentais, pelo enquadramento das áreas florestadas existentes quanto aos seus eventuais programas produtivos, de recreio e de protecção, pela sua participação na definição e qualificação de «unidades de paisagem» legíveis, verifica-se que:

- O território do Concelho não apresenta verdadeiras estruturas de uma paisagem natural de escala considerável.
- Os elementos de macroestrutura física – orla litoral, bacias hidrográficas, áreas florestadas sequenciais, canais de vária ordem – são referências facilmente identificáveis com valores naturais intrínsecos.
- O Concelho de Matosinhos encontra-se ao nível basal, com nítida influência climática atlântica, correspondendo a solos geralmente depressivos, e caracterizado por uma agricultura baseada em sistemas culturais intensivos decorrentes das disponibilidades hidrológicas. Na sua componente florestal predominam o pinheiro bravo e o eucalipto, tomando este gradual prevalência em detrimento das restantes espécies.
 - Sendo a região definida por microclimas específicos, as florestas, na sua estrutura fundamental que ainda subsiste, constituem-se como reguladores do clima.
 - As alterações do uso do solo têm conduzido sistematicamente à alienação de solos com capacidade de utilização agrícola e agro-florestal.
 - A floresta assume uma grande importância na protecção e regularização dos cursos de água, em especial do Rio Calvelha e do Rio Leça e seus afluentes.
 - Na faixa litoral encontram-se manchas florestadas rarefeitas, bem como a presença de alguns exemplares de pinheiros mansos, individualizados na paisagem, eventualmente testemunhos de bosquetos outrora existentes.
 - No interior do Concelho organizam-se duas zonas que se distinguem pelo modelado do terreno, onde se afirma essencialmente uma bacia vertente caracterizada pela fragmentação dos núcleos urbanos, das áreas florestadas e das áreas agricultadas envolventes.
 - Apesar de existirem três manchas florestais com mais de 60 ha, entre nove matas consideradas como unidades operativas, pode dizer-se que a floresta se desagregou, restando da estrutura inicial, em alguns aspectos ainda legível, pequenos maciços isolados numa paisagem agrícola, de campos abertos,

conjugada com os núcleos urbanos existentes, novas urbanizações e unidades industriais dispersas.

– Do referido, conclui-se da não correspondência linear entre as dinâmicas da utilização do solo e respectivas aptidões potenciais.



Com base neste diagnóstico, consideram-se as seguintes propostas:

- As estruturas florestais que cumprem funções de protecção às linhas de água encontram-se no essencial protegidas pela regulamentação da REN, sendo de considerar a premência na elaboração de estudos específicos que definam programas de florestação de muitas das áreas daquela reserva, para que se atinja uma eficaz regularização de caudais.
- Muitas das orlas florestais, confinantes com campos agrícolas, protegendo-os dos ventos dominantes, estão enquadradas no regime da RAN, por se constituirem como estruturas participantes de sistemas culturais agro-florestais, sendo necessário zelar pela sua preservação.

- Uma parte significativa das áreas florestadas deverão ser protegidas por regimes especiais no âmbito do PDM, limitando a alteração dos usos actualmente praticados a muito baixos índices de ocupação dos solos.
- Florestação de áreas degradadas como programa para a respectiva reabilitação.
- Arborização de algumas faixas marginantes a vias existentes ou previstas.

Este tipo de acções contribui para o reforço e qualificação das unidades de paisagem legíveis no território concelhio.

13. SANEAMENTO BÁSICO

Abastecimento de Água

Para a caracterização da actual situação é tomado como indicador o nível de atendimento, entendido como a percentagem de áreas abrangidas, ou seja, com redes de distribuição de água.

No que se refere à capacidade de adução e armazenamento para a população em jogo e para um Concelho que está totalmente dependente de um fornecedor (S.M.A.S. Porto), a situação actual é deficiente, pois a capacidade de reserva existente é de 7 200 m³.

É de realçar que esta situação irá ser profundamente alterada com a conclusão e entrada em funcionamento (durante 1992) de vários reservatórios cuja capacidade total atingirá os 54 700 m³.

A conclusão deste estudo permitirá:

- Definir uma nova arquitectura do sistema de abastecimento de Água, mais consentânea com as solicitações que se apresentam e mais operativa;
- Definir as prioridades de intervenção no sistema, nomeadamente quanto à sua ampliação e remodelação;
- Definir critérios de concepção e dimensionamento a exigir na elaboração de projectos de infra-estruturas;
- Responder com mais rapidez e rigor às solicitações dos utentes, através do apetrechamento com novas tecnologias;
- Estudo integrado para novas captações.

Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Para a caracterização da actual situação no que respeita à drenagem e tratamento de águas residuais, é também tomado como indicador o nível de atendimento das populações.

Para a resolução dos problemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais, as perspectivas de evolução apontam para soluções devidamente articuladas num todo, não esquecendo as rigorosas directivas comunitárias e a crescente exigência da população.

Neste contexto, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Matosinhos mandaram elaborar um estudo de esquemas alternativos de drenagem, tratamento e rejeição de águas residuais domésticas e industriais, que conduziu à definição de um Plano Director de águas residuais.

O Plano Director de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais (P.D.D.T.A.R.) permitirá que se desenvolvam sistemas parcelares de esgotos, enquadrados no esquema global proposto para o Concelho.

O P.D.D.T.A.R. aponta como solução e destino final das águas residuais domésticas e industriais o lançamento no mar, por intermédio de um exutor, após tratamento por uma E.T.A.R..

A implementação do exutor, assim como dos emisários que nele entroncam, são consideradas obras prioritárias, estando presentemente em elaboração os respectivos estudos, que irão servir de base à execução destes empreendimentos.

Para a solução final da drenagem das águas residuais estão previstas duas linhas principais, uma a localizar ao longo da costa atlântica e outra ao longo do Rio Leça, a que corresponderão dois sistemas de emisários – «Emissário do Litoral» e «Emissário do Leça».

As condicionantes que de imediato se podem pôr para a execução destes emisários são várias. Tornam-se complexas no emissário do Leça, onde há a considerar a recolha de caudais provenientes de concelhos vizinhos, principalmente da Maia. Verifica-se situação mais favorável nas zonas mais críticas – Matosinhos, Leça da Palmeira, Senhora da Hora, Guifões, Lavra, Perafita e Santa Cruz do Bispo, por serem servidas pelo emissário do litoral.

Resíduos Sólidos

Na recolha de resíduos sólidos, pode considerar-se existir um serviço bastante bom, pelo nível de atendimento, que ronda os 100%, correspondendo a uma captação média de 260 Kg/hab/ano, e pela sua regularidade, não



existindo situações de rotura, salvo as imponderáveis, sobretudo relacionadas com avarias de viaturas.

Existem contudo alguns pontos fracos no sistema, com incidência ambiental de alguma gravidade, a necessitarem de uma resolução adequada. Resumem-se fundamentalmente ao modo de apresentação dos resíduos para recolha, colocados em todo o tipo indiferenciado de recipientes, e na falta de respeito pela hora de apresentação.

O Município presta também um serviço de recolha de resíduos sólidos industriais e comerciais, para um volume de resíduos aproximadamente igual a 5000 toneladas/ano.

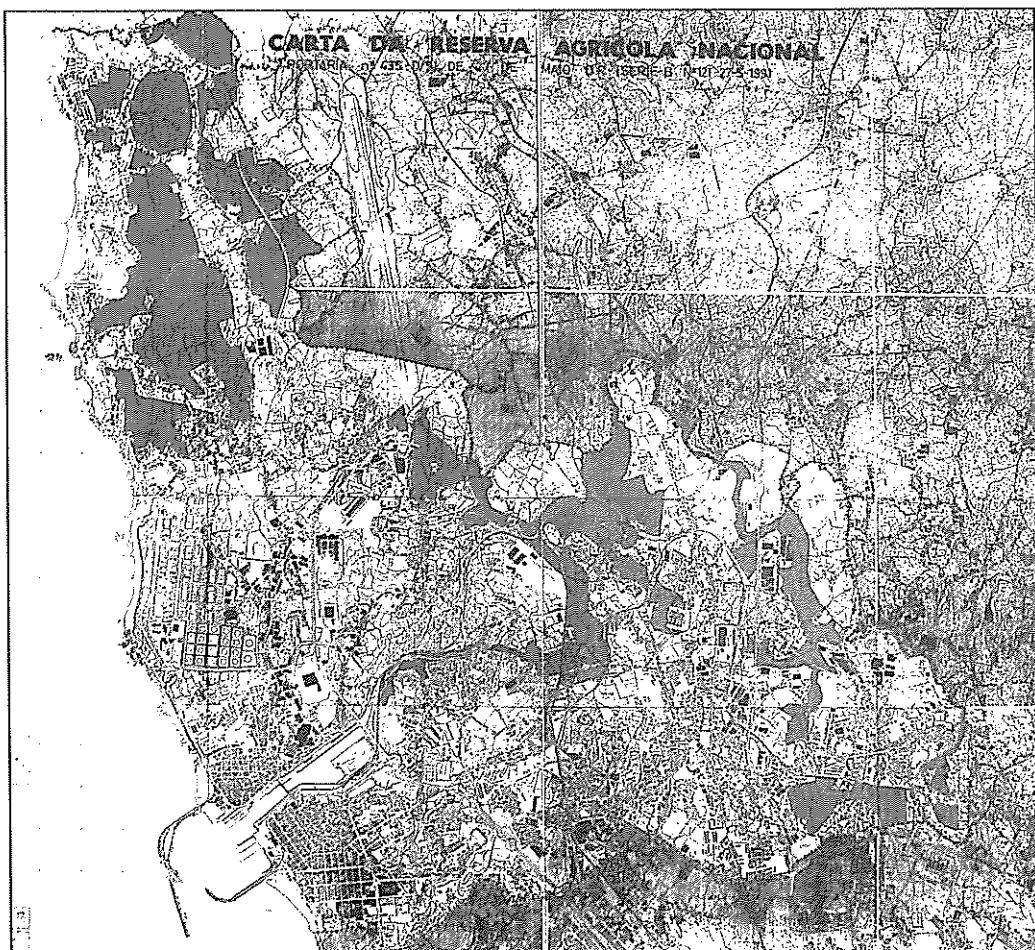
Para destino final dos resíduos sólidos é utilizado um «Aterro Sanitário» (em Santa Cruz do Bispo), ocupando uma área de cerca de 6 ha. Encontrando-se já em fase de completa saturação, urge o seu saneamento, com controlo mais completo, e ampliação com métodos de exploração tecnicamente mais adequados.

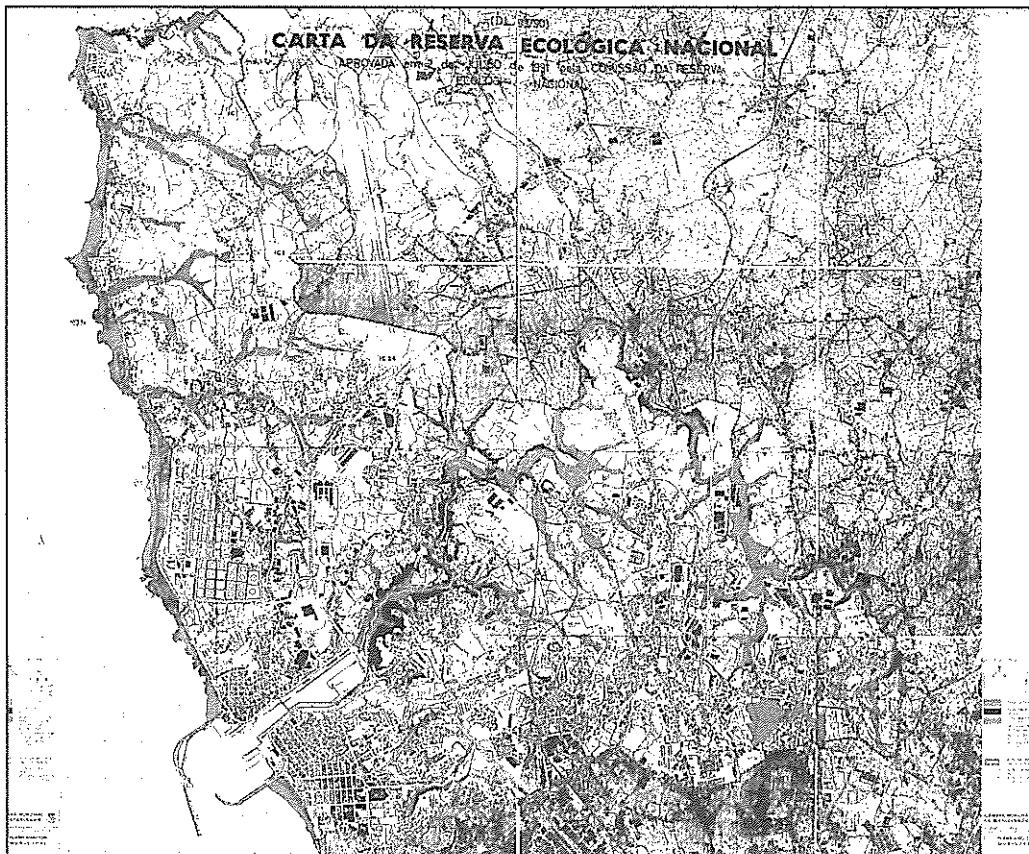
Em fase de estudo de localização e numa perspectiva intermunicipal metropolitana, encontra-se prevista a construção de uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, que virá a receber todos estes resíduos além dos de outros concelhos.

Nestas circunstâncias, convém que se definam desde já os novos usos para as áreas de aterro que vão sendo abandonadas, e intervir, recuperando-as e reintegrando-as na paisagem envolvente. Pensa-se que, vindo a ser progressivamente arborizadas e desgasificadas, permitirão a criação de novas áreas verdes de equilíbrio ambiental.

4. CONDICIONANTES

A tramitação própria ligada ao processo de elaboração e aprovação da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional, antecedeu a conclusão e a entrega formal do PDM.





A Carta da RAN de Matosinhos foi publicada no Diário da República de 27 de Maio de 1991 pela Portaria nº 435-D/91, e a Carta da REN de Matosinhos foi aprovada pela Comissão da Reserva Ecológica Nacional em 2 de Julho de 1991.

O Regulamento da Reserva Ecológica Nacional veio a admitir que dentro das áreas urbanas e nos seus limites as áreas da Reserva Ecológica sejam utilizadas como espaços verdes de recreio e lazer, na criação de jardins e parques públicos com o respectivo e pontual equipamento de Apoio. Do mesmo modo, algumas áreas da «Zona Costeira», delimitadas na Carta, poderão vir a ser utilizadas para a instalação de Equipamento de Apoio à Praia, Turístico, Recreativo/Desportivo, Científico/Cultural e para a ETAR final e exutor da rede de saneamento prevista no Plano Director de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais.

Constituem também condicionantes do Plano as Servições Administrativas resultantes de legislação específica, nomeadamente Declarações de Utili-



Planta de Condicionantes

dade Pública, Serviços Especiais, Proteções e Áreas «Non-Aedificandi», e Corredores de Alta Tensão.

Além de todas estas condicionantes de natureza legal e normativa, a multiplicidade do uso dos solos, determinando a actual situação urbanística, representada na Planta da Situação Existente, constitui igualmente uma condicionante fundamental para a definição da estratégia geral de ordenamento.



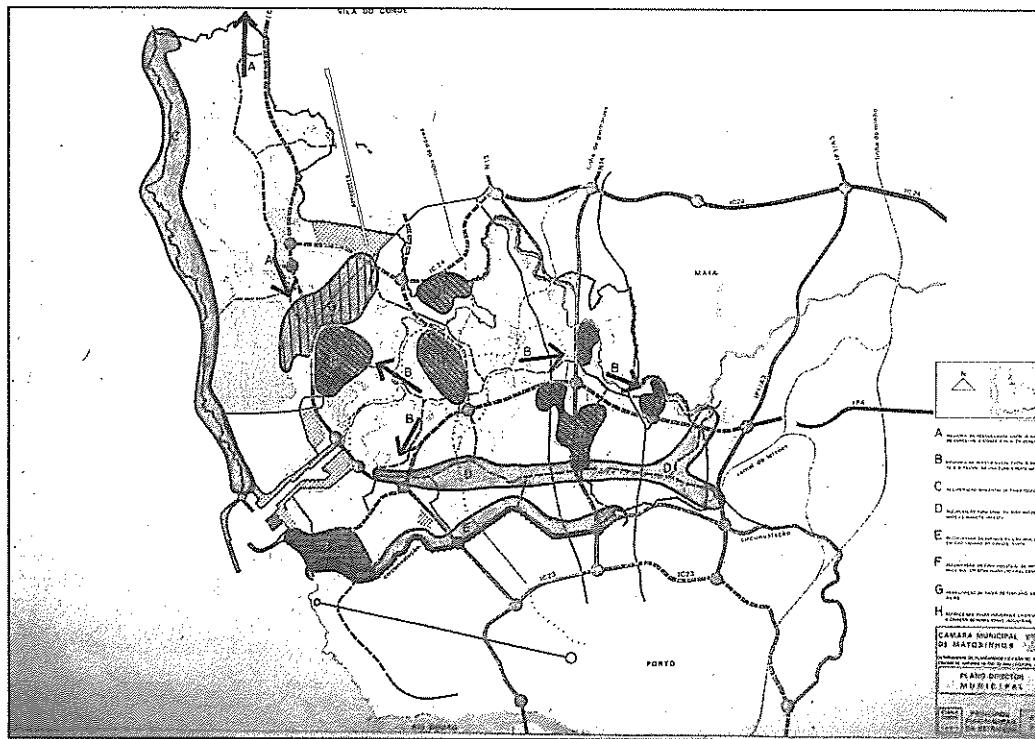
Planta da Situação Existente

5. ESTRATÉGIAS E MÉTODO

Presentes os objectivos a atingir, pela análise da situação concelhia nos diversos sectores, incluindo a actual situação urbanística e suas condicionantes, pela análise dos Estudos de Caracterização, e atendendo às sugestões neles contidas, definiu-se a estratégia geral para o novo ordenamento de Concelho:

- Melhoria das acessibilidades, em especial entre o Norte do Concelho, a Cidade, Vila do Conde e Maia; entre o nascente e poente do Concelho a norte do canal do IP 4; e à Estrada da Circunvalação.
- Recuperação ambiental da Faixa Costeira e salvaguarda das características ambientais de equilíbrio do Norte do Concelho;
- Recuperação funcional do eixo urbano Matosinhos/S. Mamede de Infesta;
- Reversão da Estrada da Circunvalação em Eixo Urbano Central do Grande Porto;
- Reversão da Zona Industrial de Matosinhos-Sul em zona plurifuncional central da Cidade;
- Reabilitação da Faixa de Terciário do Freixieiro;
- Reforço das Áreas Industriais existentes e criação de novas Áreas Industriais;
- Rejeição, tanto quanto possível, da monofuncionalidade de zonas e aposta no pluricentralismo como forma de se evitar «áreas dormitório» e as naturais tendências «colonizadoras», nessa matéria, da Cidade do Porto;
- Despoluição e Recuperação do Rio Leça, suas Margens e Encostas para os usos de recreio e lazer.

Como método adoptou-se a selecção de Áreas-Plano (áreas-problema) que, além de identificadas com os princípios estratégicos, permitissem o seu tratamento autonomizado sem, evidentemente, ser esquecido o seu inter-relacionamento.

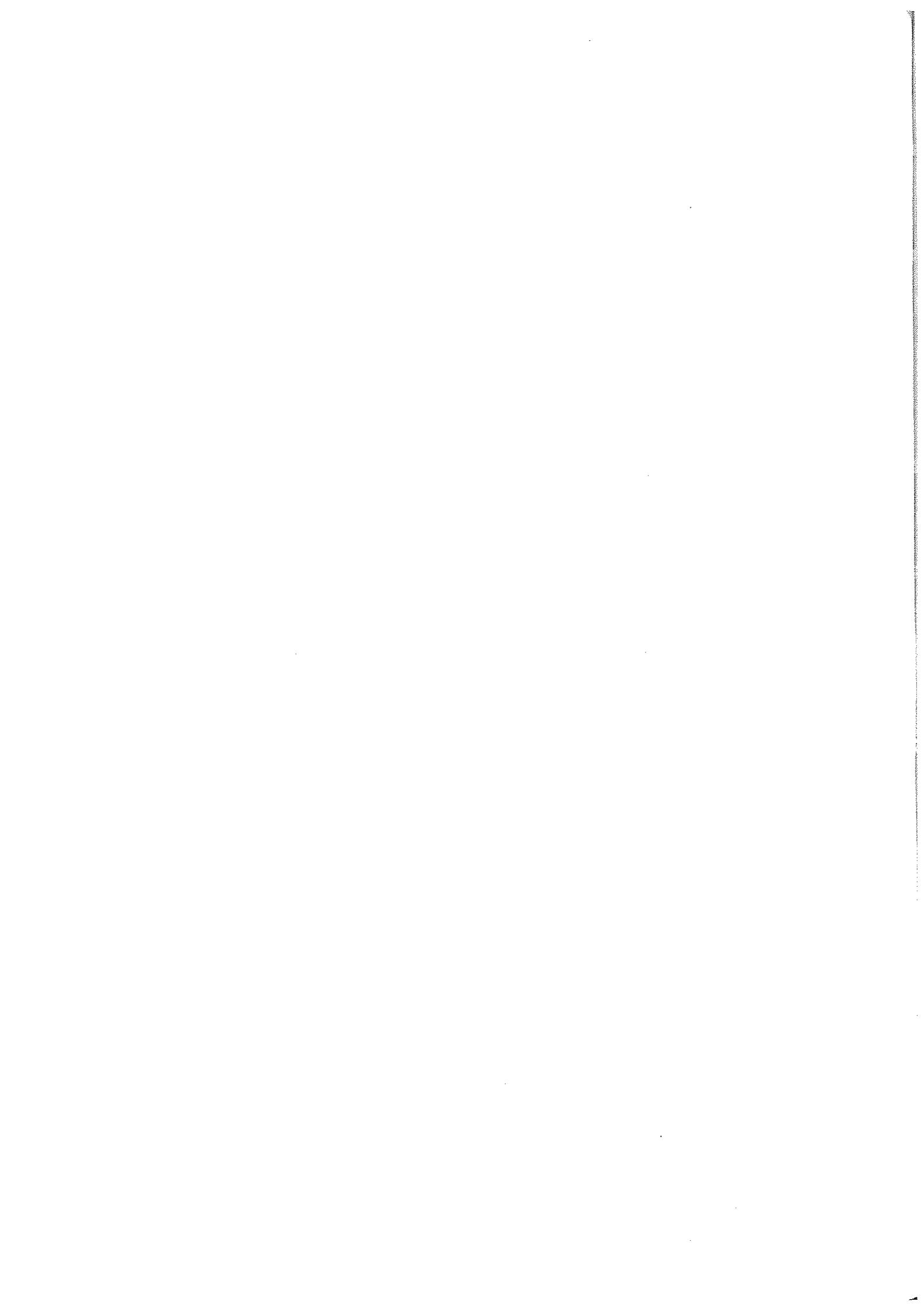


Definiram-se assim **4 áreas-plano**:

- 1º. O contínuo-urbano entre o canal do IP 4 e a Estrada da Circunvalação, incluindo também a Freguesia de Matosinhos e a parte a sul da Refinaria na Freguesia de Leça da Palmeira;
- 2º. A área a norte do canal do IP 4 e a nascente do troço final norte/sul do Rio Leça;
- 3º. A área a poente deste troço do rio e a sul do centro de Perafita e do Aeroporto;
- 4º. O Norte do Concelho, a norte do centro de Perafita e a poente do Aeroporto

... e **um problema** a merecer tratamento específico – as exigências relacionais das actividades geradas pela existência do Porto Comercial de Leixões no centro da Cidade.





6. A PROPOSTA DE ORDENAMENTO

As características do Concelho de Matosinhos, bastante urbanizado, constituindo-se em grande parte como um único aglomerado urbano, levaram a que o seu ordenamento se concentrasse na colmatação de áreas, na reorganização do seu tecido urbano e da sua malha viária, na redefinição de usos e na busca das ainda possíveis áreas de crescimento.

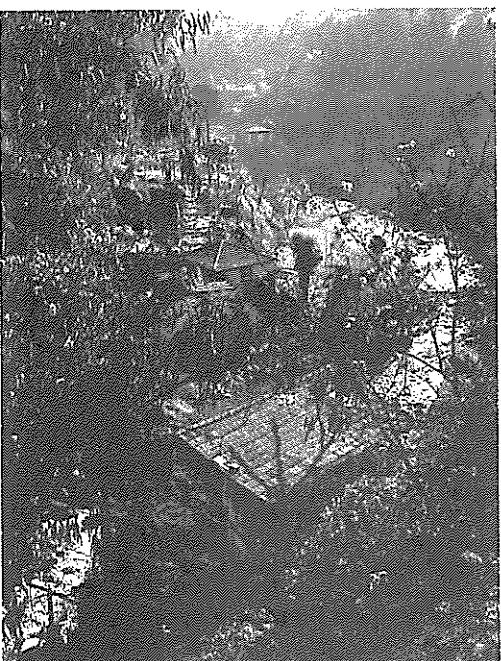
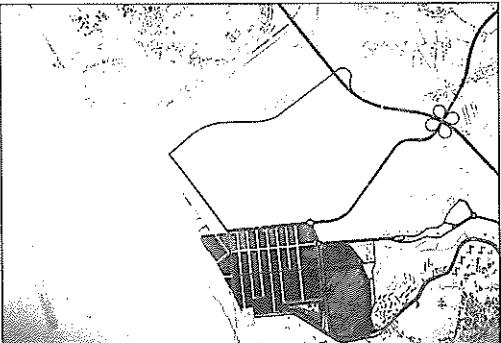
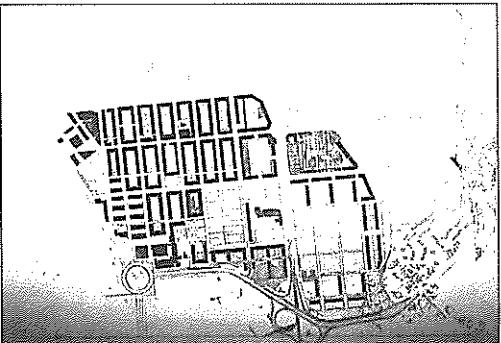
Resultou daqui que estas áreas de crescimento, escassas, merecessem a proposta de atingirem os limites máximos admissíveis, a partir dos quais qualquer outra expansão apresenta graves riscos para o equilíbrio urbano e ambiental.

Foi assim introduzida uma intemporalidade na realização do Plano, no que respeita fundamentalmente à urbanização e à ocupação com edificações destas novas áreas. Razão pela qual as perspectivas de crescimento demográfico não tiveram interesse significativo no cálculo dos espaços necessários para a sua absorção.

Para a 1^a Área, grande contínuo urbano apoiado no eixo da N 208, na N 107 e envolvendo o Porto de Leixões, o Plano propõe apenas ajustamentos na malha viária e tecido urbano, redefinindo-se usos, e reserva de grande parte dos espaços ainda livres para instalação de equipamento e zonas verdes de equilíbrio. Criam-se também vários centros para a instalação predominante de serviços em zonas que se apresentam como potenciais «dormitórios».

Na rede viária aumentam-se as ligações à Circunvalação e melhoram-se os atravessamentos para o norte do IP 4, bem como os dos centros congestionados da Senhora da Hora, do Padrão da Léguia e de S. Mamede de Infesta.

É nesta área que se sediam dois grandes projectos decorrentes da estratégia estabelecida – o Projecto de Reversão da Área Industrial de Matosinhos-Sul e o Projecto de Reversão da Estrada da Circunvalação.



A 2^a Área tem características suburbanas, com um crescimento apoiado numa infra-estrutura viária antiga e radial.

A reserva, há já mais de 30 anos, do canal para o IP 4 e as deficientes ligações viárias entre os vários aglomerados, ainda com referências de actividade agrícola, levaram a que quase todos eles ficassesem em situação de depressão económico-social. A rede ferroviária, como barreira intransponível pelas PN's, quase permanentemente encerradas, também para isso contribuiu.

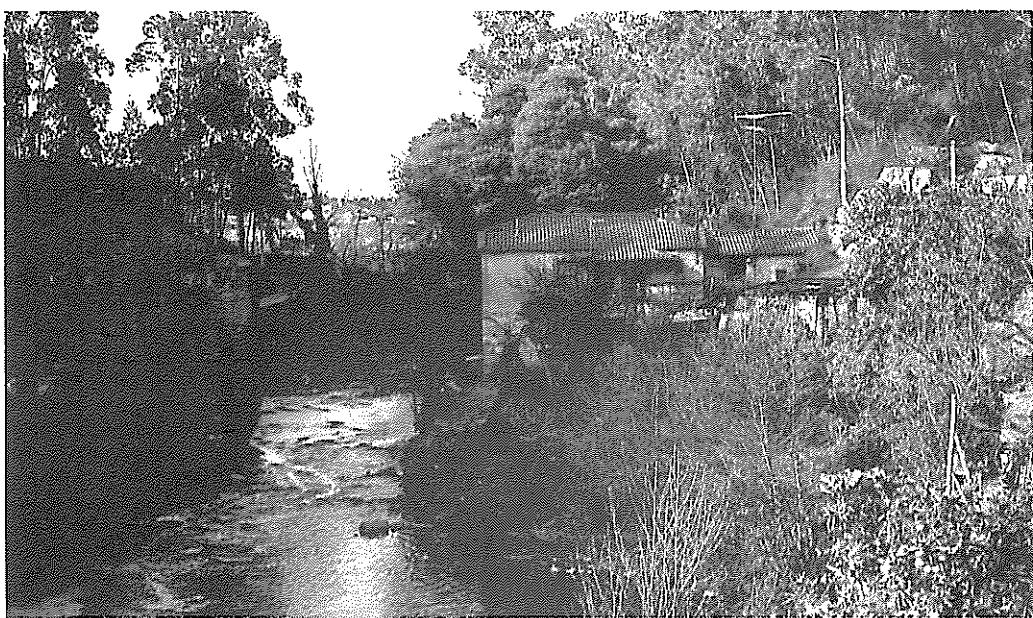
Para esta área propõem-se as maiores expansões urbanas relativamente ao resto do Concelho, pela importância das relações sentidas com a vizinha Cidade da Maia e com os Nós da Rede Viária Nacional.

É aqui onde recai grande parte da importância da nova rede viária municipal proposta, criando novas acessibilidades entre os vários aglomerados e entre eles e os principais centros mais directos de actividade – Freixieiro, Área Industrial da Via Norte, S. Mamede de Infesta...

Na perspectiva de criar uma alternativa à actividade meramente residencial, são criadas nesta área duas novas zonas industriais – a de Guifões e a das Carvalhas – estrategicamente localizadas em relação à nova rede viária nacional e à rede ferroviária. A sua importância resulta igualmente do facto das zonas

industriais existentes se encontrarem praticamente esgotadas ou subvertidas com outros usos e interessar ao Município atrair novas e modernas unidades industriais.

Sendo esta área atravessada pelo Rio Leça, é a que mais directamente poderá beneficiar das potencialidades que o rio, as suas margens e encostas, poderão oferecer após a respectiva despoluição, que se continua a acreditar possível, fundamentada na implementação do Plano Director de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais. Destinaram-se aqui algumas áreas para a instalação de equipamentos para a atracção e apoio às actividades de recreio e lazer.



A 3^a Área é uma área densamente urbanizada, com grande instalação da actividade terciária de armazenagem, ligada à actividade portuária e aos transportes, muito apetecível e sujeita a grandes pressões para a localização de novos armazéns, pela proximidade do Porto de Leixões e do Aeroporto, e por se encontrar estruturada em torno do principal eixo rodoviário do Concelho, a N 107.

Face a estas realidades, propõe-se que ela continue a constituir uma grande área de concentração dessa actividade terciária. São introduzidos no entanto aspectos de ordenamento para a sua reestruturação ambiental e paisagística, dos quais se releva a necessidade da elaboração de um Plano de Pormenor para as imediações do troço da N 107 a desafectar pela JAE.

Os conflitos existentes entre os grandes núcleos de loteamentos e construção ilegais que aqui surgiram, e a concentração de áreas de armazenagem, são resolvidos pela delimitação precisa das suas fronteiras e pela criação de áreas de equipamento que os apoiem e completem.

Os terrenos destinados desde 1969 para a instalação da Sacor/Petrogal e por ela não usados e dispensados, em zona muito comprometida ambientalmente e pela superfície que aquela empresa ocupa, são reservados para a concentração de instalações de armazenagem de combustíveis, na perspectiva da transferência das instalações dessa natureza, que se encontram presentemente localizadas no Centro da Cidade, pelos graves riscos que aí representam e pelo obstáculo que colocam ao seu reordenamento.

Quanto ao Norte do Concelho, para a recuperação ambiental da faixa costeira, atingida em toda a sua extensão pela ocupação desordenada de inúmeros loteamentos e construções ilegais, destinam-se os espaços livres marginantes das praias à instalação de equipamento para o seu apoio e, pontualmente, para o apoio ao turismo. É admitida a colmatação e remate do tecido urbano existente, com urbanização e construção apoiadas na tipologia residencial unifamiliar de baixa densidade, apostando-se no desenvolvimento e crescimento de um polo interior a nascente, como forma de desincentivar a ocupação corrente a partir da costa, destruindo áreas arborizadas e agrícolas que a todo o custo se impõe preservar.



Trata-se do polo já atractivo de Cabanelas, pela localização da nova Escola C+S, dispondo de alguns serviços e desenvolvido à volta do principal cruzamento de vias e transportes públicos.

Na salvaguarda das características ambientais e de equilíbrio ainda existentes, principalmente os dois grandes corredores florestais e agrícolas norte/sul, propõem-se expansões residenciais dos restantes aglomerados urbanos sobre áreas ambientalmente menos sensíveis.

Esta grande zona tradicionalmente rural, dispondo ainda de explorações agrícolas com certa importância, carece da quase inexistente actividade terciária, em especial do comércio de apoio local, e de equipamento de apoio os tradicionais usos de veraneio, de recreio e lazer.

Pelo referido e pelos objectivos definidos, são manifestamente inconvenientes, nesta área, instalações de carácter industrial.

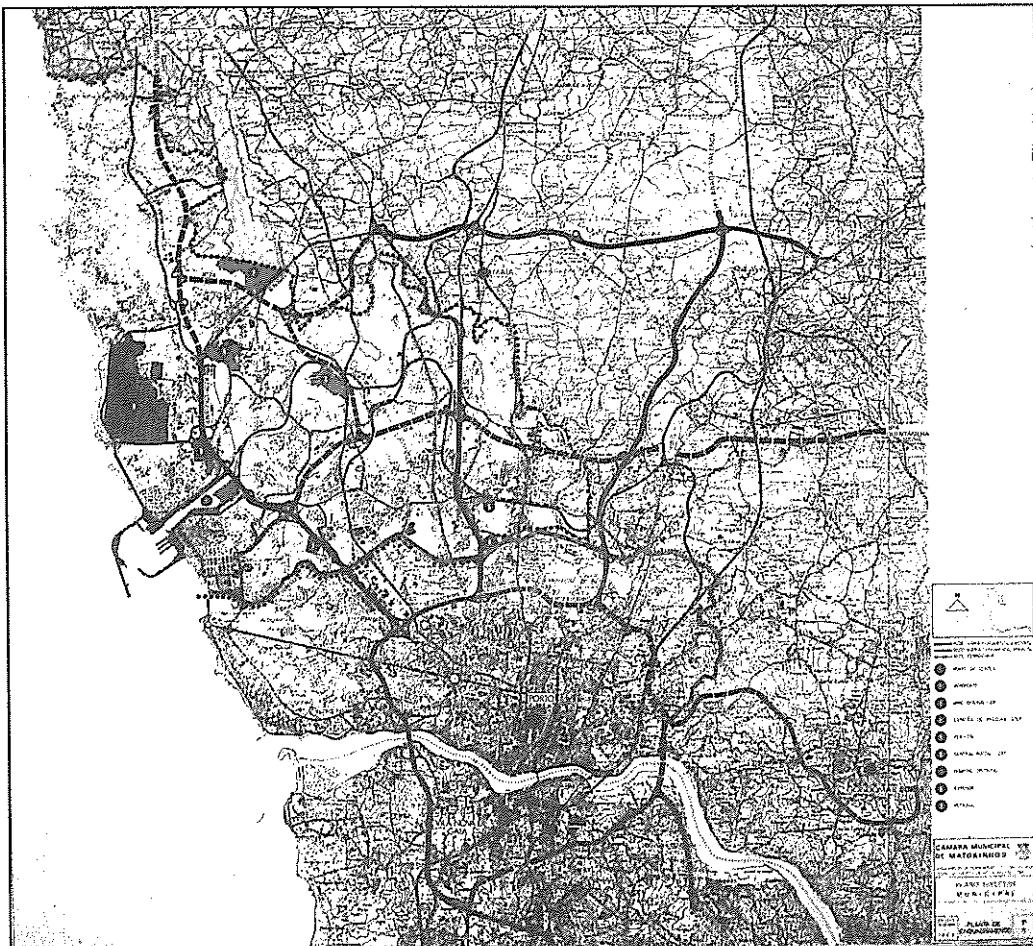
É de reconhecer que a actividade populacional de residentes de zonas com estas características pode, lucrativa e qualitativamente, oscilar entre a agricultura selectiva e as actividades comercial e de prestação de serviços.

Quanto ao problema que é a necessidade de se encontrar resposta para uma correcta relocalização de determinado tipo de actividades geradas pelo Porto de Leixões, ou seja o problema da armazenagem de madeiras importadas, de pedra para exportação, de contentores, de veículos, etc., seleccionaram-se espaços o mais próximo possível do porto, com hipóteses de ligação directa com ele, e nas imediações dos Nós do Freixieiro e de Perafita dos IC 1/IC 24. Ficam assim rapidamente ligados com os locais de carga ou descarga e a rede viária nacional, evitando-se a circulação de veículos pesados sobre a rede municipal.

Estes espaços, com regulamentação específica e rigorosa evitando a adulteração do uso, que de novo conduziria a uma falência de resposta, permitem de imediato a desejada transferência dos inúmeros parques destes materiais que se encontram dentro dos aglomerados urbanos, especialmente em zonas residenciais da Cidade.

Rede Viária

A programação da Rede Viária no Concelho de Matosinhos partiu da análise do nível de compatibilização entre as vias existentes ou programadas, com base nos conceitos que definem os vários níveis a estabelecer, donde resultaram algumas propostas de alteração quer à rede a cargo da Junta Autónoma de Estradas, quer de novas ligações previstas pelo Município.



Foi aceite o traçado do IC1 a poente do Aeroporto, na condição da reserva de um canal para uma Via Rápida de reforço do IC1 entre o Nó de Custóias do IP4 e o Nó do Aeroporto do IC24.

Em finais de 1990 foi conhecida a decisão de introduzir o pagamento de portagem no troço do IP4 a nascente do Nó da Unicer com a Via Norte, o que na prática implica a impossibilidade de o IP4, nesse troço, constituir uma variante à actual N 208. Perante esse facto, formulou-se uma proposta no sentido de que a JAE, a Brisa e a Câmara estudassem uma nova variante. Por parte da Câmara esse estudo está concluído e integra já o PDM, aceitando-se no entanto que a JAE ou a Brisa venham a optar por alternativas próximas da estudada.

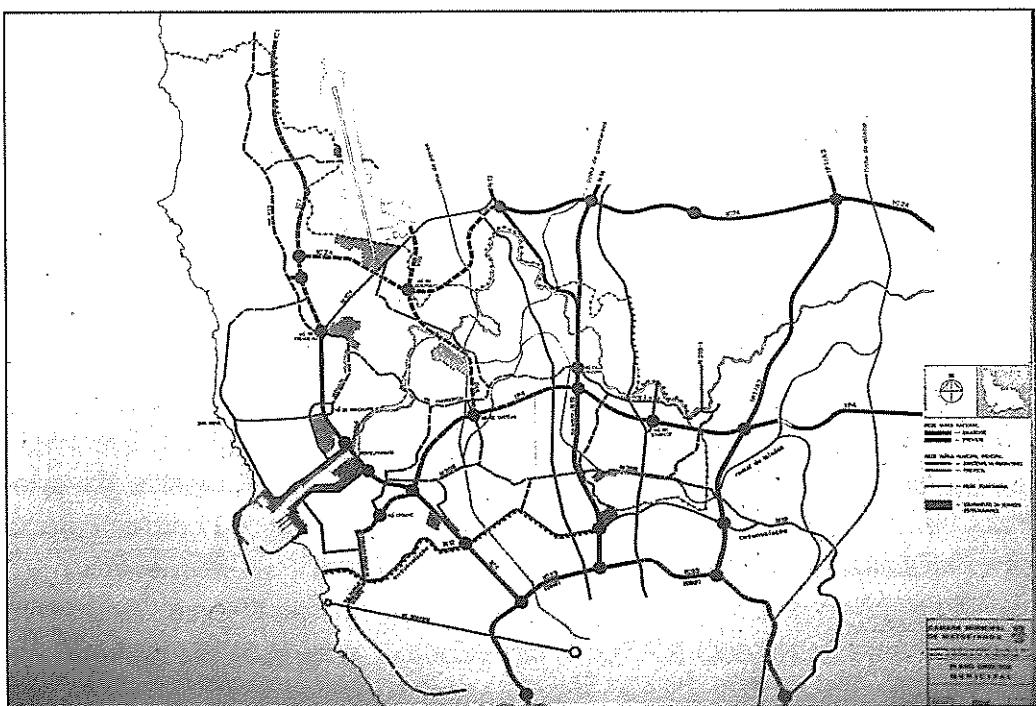
Relativamente ao Terminal de Mercadorias, que o GNFP previu em S. Mamede de Infesta, com a respectiva declaração de utilidade pública em situação de caducidade, e protocolo de localização denunciado pela Câmara

Municipal, considera-se que a sua localização acarreteria graves inconvenientes, nomeadamente em virtude da sua inserção no tecido urbano e da deficiente acessibilidade à rede nacional e regional, sobre carregando a Estrada da Circunvalação. Por outro lado, o próprio Plano não o poderia contemplar sobre áreas da RAN e da REN.

REDE FUNDAMENTAL

A proposta do PDM aponta a definição de uma Rede Viária Fundamental incluindo as seguintes vias:

- IP4 entre a A3 Porto/Braga e a actual Via Rápida (IC1) com prolongamento para poente até à Av. Afonso Henriques;
- IC1 entre a via de cintura interna do Porto (IC23) e o IC5, com início a norte em Vila do Conde/Póvoa de Varzim;
- IC24 entre o nó de Perafita do IC1 e a A3;
- Via Norte/N13 entre a via de cintura interna do Porto (IC23) e o IC24.
- N14 entre a Via Norte e o IC24.
- Via Rápida Interior (VRI) entre o nó de Custóias do IP4 e o nó do Aeroporto do IC24, com prolongamento de acesso às suas zonas de serviço e estacionamento.



A esta malha de hierarquia superior serão acometidas funções de grande articulação nas deslocações de âmbito regional e nacional, de captação dos fluxos de atravessamento concelhio e ainda de distribuidor dos fluxos intra-concelhios e intrametropolitano de longo curso.

REDE DISTRIBUIDORA PRINCIPAL

Esta rede integra as vias nacionais e municipais que estabelecem a cobertura das zonas do Concelho de mais forte ocupação e ainda as que estabelecem as ligações secundárias aos Concelhos vizinhos.

A Rede Distribuidora Principal deverá ser objecto de um tratamento que, para além da adopção de um perfil transversal tanto quanto possível constante e de características físicas adequadas ao tipo de tráfego, a identifique como tal através da uniformidade da pavimentação, da sinalização e da instalação de equipamentos fixos de apoio aos transportes públicos.

Fazem parte desta rede os seguintes eixos viários existentes ou a criar na totalidade ou em parte:

A – EIXOS LITORAIS:

- Conjunto de Avenidas Urbanas que circundam a cidade de Matosinhos e Leça da Palmeira por poente e a Refinaria por sul. Poderá incluir uma nova ligação entre as duas Avenidas do Porto de Leixões, no extremo nordeste das docas e inferior à Ponte/Viaduto da actual N107 (a estudar com a APDL e Direcção Geral de Alfândegas);
- Variante à M 531 a Perafita e Angeiras, a partir do nó do Freixieiro, com ligação ao IC1 e continuação até Vila do Conde. Inclui ainda as ligações a Vilar do Pinheiro, a Pedras Rubras e a envolvente norte e poente da Refinaria.

B – EIXOS TRANSVERSAIS:

- N 107 e Variante Industrial ligando em conjunto o Nó do IC24/N13 ao Nó do Freixieiro e deste ao Nó de Gonçalves no IC1;
- Via Transversal e Variante à N 208 a norte do IP4, entre a Variante Industrial do Freixieiro e Parada, na Maia. Estabelece ligações com o IP4 nos Nós de Custóias, da Unicer e de S.Mamede de Infesta;
- N208 entre a cidade de Matosinhos (nó urbano do IP4) e a Circunvalação (a poente do Nó com a A3) que deverá incluir uma série de intervenções pontuais de criação de trajectos urbanos alternativos.

– N12 (Circunvalação) que deverá ser objecto de um programa inter-municipal de valorização urbana e ambiental que a consagre como grande «boulevard» ligando equipamentos da AMP.

C – VIAS LONGITUDINAIS:

- Antigas N's 13 e 14 .
- Ligações de Fecho entre as:
 - a) N 107 e a Via Transversal, com passagem a sul do Nó do IC24 do Aeroporto;
 - b) Via Transversal e a N 208 a sudoeste do IP4, por Guifões;
 - c) Via Transversal e a N 208 com passagem pelo Nó de Custóias do IP4;
 - d) N208 e a Circunvalação (Nó do IC1) pela Barranha;
 - e) N208 e a Circunvalação pelo Viso;
 - f) Variante à N208 e a Circunvalação, a nascente da Via Norte;
 - g) Variante à N208 e a própria N208 a nascente de S.Mamede de Infesta;
 - h) Variante à N208 e a antiga N14 pelo nó de S.Mamede do IP4.

Uso dos Solos

Partindo destas grandes opções, o Plano define e delimita para o território de Matosinhos três grandes zonas de uso diferenciado do solo:

- A **ZONA URBANA E URBANIZÁVEL**, que define os futuros limites dos aglomerados urbanos. Inclui as áreas urbanas existentes, as ocupações superiormente autorizadas há data do Plano, as colmatações e as expansões urbanas previstas.
- A **ZONA NÃO URBANIZÁVEL**, zona onde, pelos objectivos do Plano e por questões de equilíbrio ambiental, é indesejável a construção, a não ser por questões de sobrevivência de actividade agrícola respectiva, ou de criação de melhores condições de gestão de áreas florestadas ou arborizadas.
- A **ZONA DE SALVAGUARDA ESTRITA**, que inclui a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional, onde se aplica a respectiva legislação específica, mas salvaguardando-se o princípio de que deverá ser, no máximo possível, «limpa» de quaisquer edificações. Inclui também as áreas «Non-Aedificandi» criadas por legislação própria para as Servidões Administrativas.

O princípio adoptado da plurifuncionalidade não evitou a necessidade da diferenciação de preferências ou de exclusividades de uso. Não esquecendo esse princípio, na Zona Urbana e Urbanizável distinguiram-se várias áreas:

- A **Área Predominantemente Residencial**, destinada à localização predominante da actividade residencial, complementada com as actividades comercial, de equipamento, de serviços e industrial, desde que compatíveis com a função habitar. Não é admitida nesta área a actividade de armazenagem autónoma, grande geradora de tráfego, pela predação de espaços, da rede viária e congestionamentos de trânsito que ela cria.
- A **Área Exclusiva de Moradia Isolada**, criada na perspectiva de introduzir elementos locais na gestão e salvaguarda de áreas arborizadas existentes e de arborização de outras. A ocupar apenas com lotes de grandes dimensões para moradias isoladas no seu interior. Surge também como área tampão e de transição da ZONA URBANA E URBANIZÁVEL para a ZONA NÃO URBANIZÁVEL e para a ZONA DE SALVAGUARDA ESTRITA.
- A **Área Predominantemente de Serviços**, localizada em zonas centrais deles carenciadas e em zonas que se apresentam com as tais características de potenciais «dormitórios». Destina-se à implantação predominante de serviços ligados à actividade terciária, com possibilidade de instalação de outros usos compatíveis, como o residencial, o de equipamento e o industrial. Exclui-se a actividade de armazenagem, pelas mesmas razões já expressas para a Área Predominantemente Residencial.
- A **Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem**, coincidente com a conhecida «Faixa de Terciário do Freixieiro» que se estrutura ao longo da Rua de Óscar da Silva, desde o sul da Refinaria e ao longo da N107 até ao sul do Aeroporto. Destina-se à localização predominante de serviços ligados à actividade terciária, incluindo outros usos, desde que destes não venham a resultar situações de incompatibilidade. Exclui-se desta área a armazenagem autónoma a descoberto, com localização específica, por já não existirem espaços apreciáveis para a instalação dos outros serviços, em especial de armazéns, e por ser impeditiva da pretendida reorganização urbanística e paisagística.
- A **Área Exclusiva de Armazenagem a Descoberto** destina-se à única e exclusiva actividade de parqueamento e armazenagem de materiais a descoberto, no âmbito do problema e perspectiva já referidos. Vem permitir a desejada transferência dos parques destes materiais que se encontram dentro dos aglomerados urbanos.

Área Predominantemente Residencial
 Área Exclusiva de Moradia Isolada
 Área Predominantemente de Serviços
 Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem
 Área Exclusiva de Armazenagem a Descoberto
 Área Exclusiva de Armazenagem de Combustíveis
 Área Predominantemente Industrial
 Área Verde, de Parque e Cortina de Protecção Ambiental
 Conjunto Arquitectónico / Paisagístico a Salvaguardar
 Área de Equipamento
 ZONA NÃO URBANIZÁVEL
 ZONA DE SALVAGUARDA ESTRITA

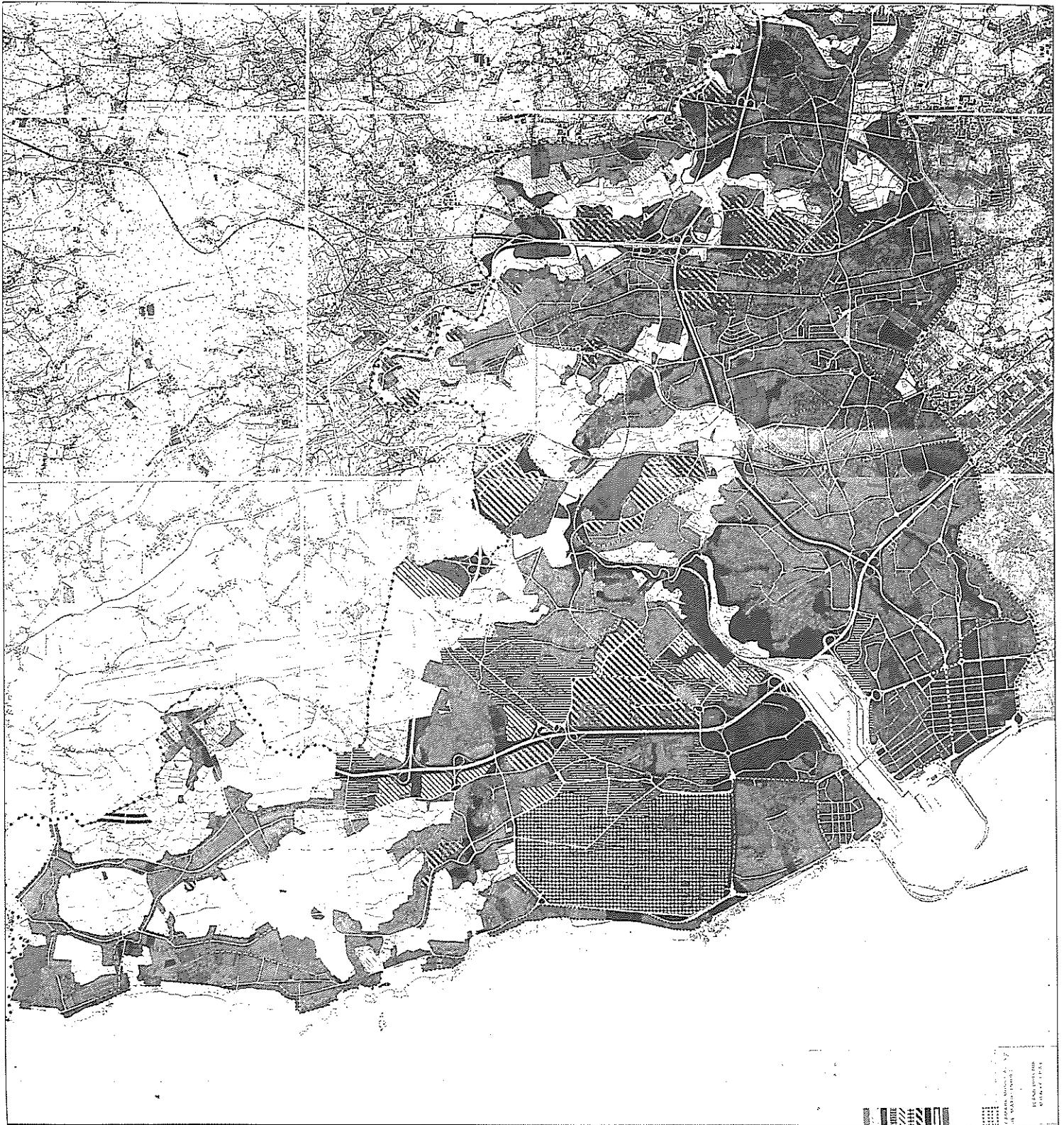
DJS

Detalhe de Uso dos Solos

Uso Sujeito à Previa Elaboração do Plano de Urbanização ou Porteiro

Plano de Urbanização ou Porteiro

ZONA URBANA E URBANIZÁVEL



– A **Área Exclusiva de Armazenagem de Combustíveis**, como antes referido, constitui uma reserva de terrenos para a transferência, logo que possível, das instalações desta natureza que se encontram dentro da área da Cidade. Neste processo de transferência ter-se-á que contar com o apoio dos organismos e entidades que tutelam a instalação e o funcionamento desta actividade.

– A **Área Predominantemente Industrial**, destinada à localização das actividades industriais, sem embargo da instalação de outros usos, constitui as designadas «zonas industriais» do Decreto Regulamentar nº 10/91. Nesta área não são contudo admitidas unidades industriais que apresentem elevado grau de risco para o homem e o ambiente, nem as que não possam adoptar medidas antipolução ou resolver o tratamento e destino final dos seus efluentes. Aí a actividade residencial apenas será de admitir se já existente ou se resultar dum processo de colmatação.

– A **Área de Equipamento**, inclui o equipamento já existente, as localizações superiormente aprovadas, e as novas áreas com dimensão significativa para a implantação do equipamento necessário no Concelho. Implantação quer por iniciativa municipal, quer por iniciativa privada.

– A **Área Verde, de Parque e Cortina de Protecção Ambiental**, que delimita os jardins e os parques públicos ou privados existentes, os considerados necessários a criar para o uso de recreio e lazer, e as cortinas a arborizar para a protecção ambiental de eixos viários ou entre diferentes usos do solo. As áreas da Reserva Ecológica, localizadas dentro dos aglomerados urbanos ou nos seus limites, são também utilizadas para este fim.

– **Conjunto Arquitectónico/Paisagístico a Salvaguardar**, abrange conjuntos edificados e/ou paisagísticos, classificados ou não, que, pela sua importância cultural e ambiental, devem ser salvaguardados. São pequenas quintas solarengas dos séculos XVIII e XIX e quintas de recreio dos fins do



Quinta do Chantre



Quinta de Fafaiães

século XIX, além do conjunto arborizado do Monte de S. Brás e sua envolvente, cujo aproveitamento para grande parque público é um anseio antigo do Município. Prevê o Plano que, nestes conjuntos, qualquer intervenção seja cuidadosa e rigorosamente avaliada para não defraudar tão importante objectivo.

Índices e Tipologia

Em áreas onde não existam outros instrumentos urbanísticos a definir-los, a tipologia, os alinhamentos e as cérceas são condicionados aos que se verificam como dominantes do conjunto onde se insere a intervenção. Do mesmo modo, com algumas excepções, a área bruta total de pisos de construção acima do solo não excede a área total do terreno afecto ao empreendimento.

Detalhes de Uso do Solo

Por pressões que se fazem sentir para urbanização apressada de determinados terrenos, e pela necessidade de desde logo se garantir a observância de novos alinhamentos e tipologias, que permitam a realização adequada dos arruamentos previstos, das vias e do reordenamento pretendido, detalhou-se em alguns locais o uso dos solos.

Esses «Detalhes de Uso do Solo», anexos à Planta de Ordenamento do Plano e nela identificados, destinam-se a melhor apoiar a Gestão Urbanística Municipal na garantia dos objectivos mencionados.

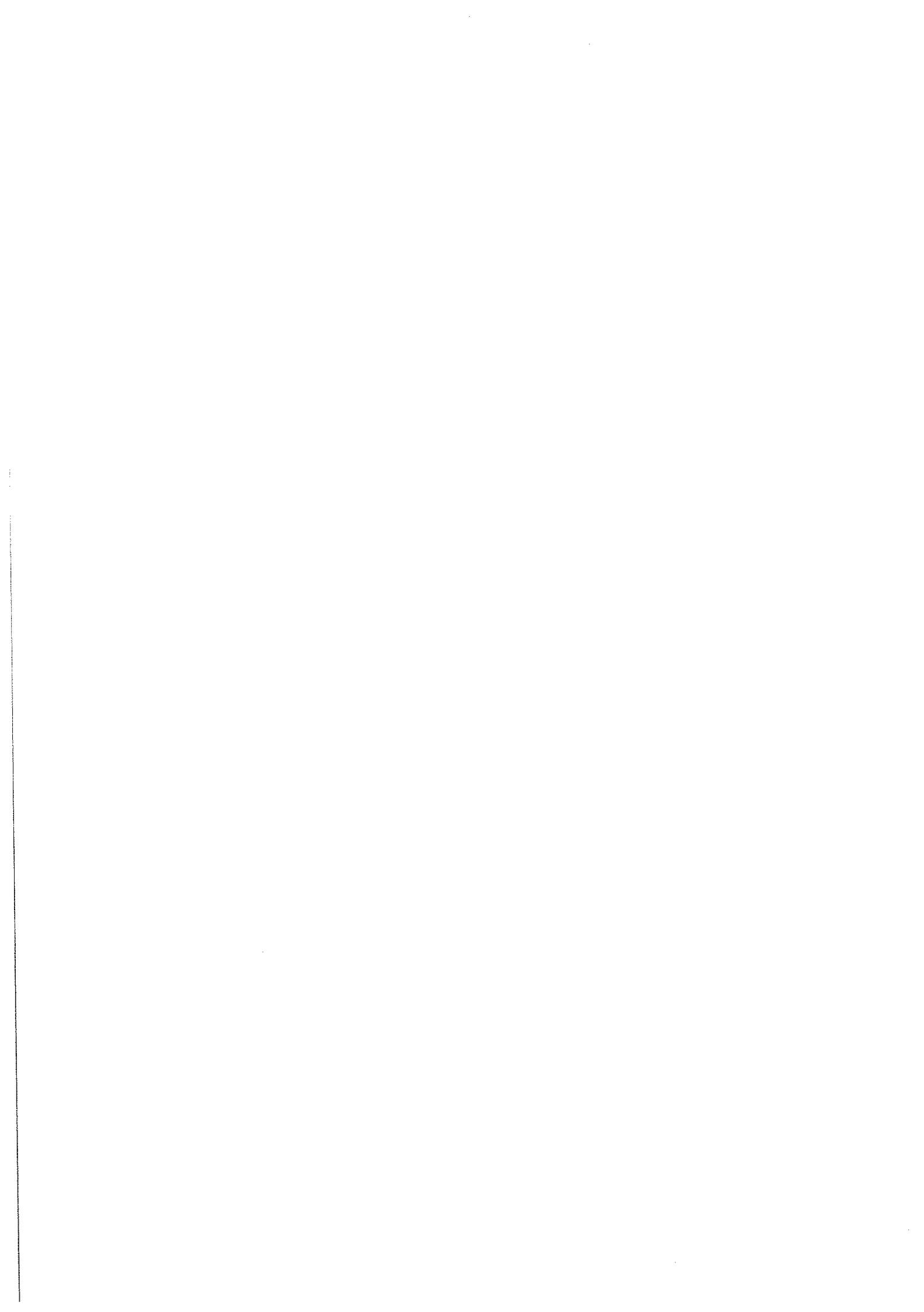
Áreas sujeitas à prévia elaboração de outros planos

Em áreas sensíveis, fundamentalmente nas novas zonas centrais, nas zonas industriais, nas zonas de expansão e ao longo da faixa costeira, onde é exigível a grande qualidade do desenho urbano, define o Plano que a alteração de uso dos solos com construção ficará sujeita à prévia elaboração de um Plano de Urbanização ou de Pormenor.

7. PARECER DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

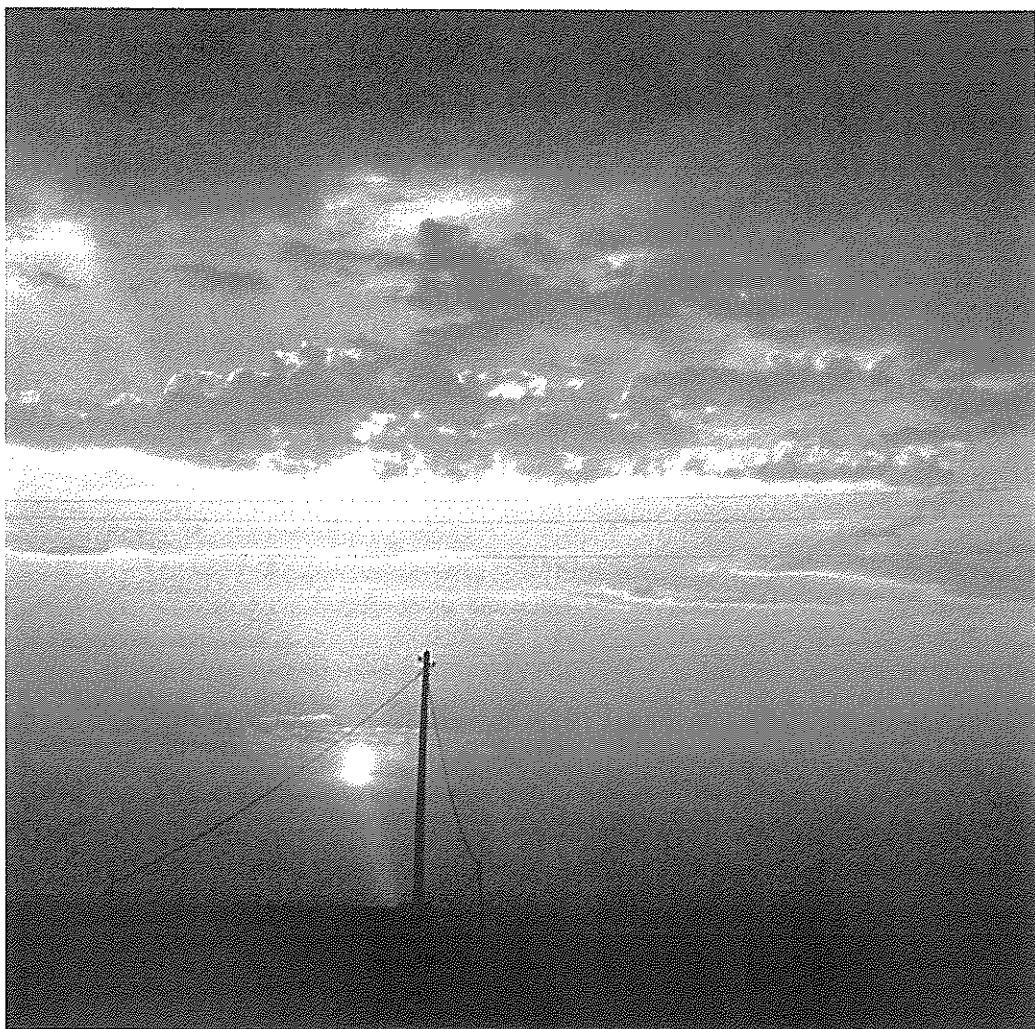
«...a Comissão de Acompanhamento considera que o Plano Director Municipal de Matosinhos merece parecer favorável, uma vez que cumpre a legislação em vigor, e tem em consideração a realidade específica do Concelho e as suas potencialidades, procurando, tanto quanto possível, encontrar soluções adequadas ao correcto ordenamento do território municipal.

A Comissão de Acompanhamento entende de realçar a intenção manifestada pela Câmara Municipal, em manter uma equipa técnica que ficará responsável pela implementação do Plano e que, em paralelo, poderá proceder aos ajustamentos necessários para garantir a eficácia de interpretação das diversas opções, em função da dinâmica inerente à evolução do processo urbanístico.»



8. APROVAÇÃO

Por proposta da Câmara, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o Plano Director Municipal de Matosinhos na sua reunião de 3 de Fevereiro de 1992.





9. REGULAMENTO

BASE 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

Artigo 1º – (Âmbito e aplicação)

Todas as acções de parecer, aprovação ou licenciamento de construções, reconstruções, recuperações, ampliações, instalações, alterações de uso, destiques de parcelas, loteamentos, obras de urbanização e qualquer outra acção que tenha por consequência a transformação do revestimento ou do relevo do solo, ficam sujeitas às seguintes disposições regulamentares, apoiadas pela documentação gráfica anexa que faz parte integrante deste regulamento.

Artigo 2º – (Designação)

O território do Concelho de Matosinhos é abrangido por três tipos de zonas com as seguintes designações:

- a) ZONA URBANA E URBANIZÁVEL;
- b) ZONA NÃO URBANIZÁVEL;
- c) ZONA DE SALVAGUARDA ESTRITA.

Artigo 3º – (Omissões e Vigência)

1 – Qualquer situação não prevista neste regulamento observará o disposto na demais legislação vigente e no Regulamento Municipal de Ocupação dos Solos, aprovado pela Assembleia Municipal.

2 – Este regulamento entra em vigor na data da sua publicação no Diário da República, de acordo com o nº 3 do Artigo 18º do Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de Março.

BASE 2 – ZONA URBANA E URBANIZÁVEL:

Artigo 4º – (Designação)

Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por ZONA URBANA E URBANIZÁVEL, que engloba:

- Área Predominantemente Residencial;
- Área Exclusiva de Moradia Isolada;

- Área Predominantemente de Serviços;
- Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem;
- Área Exclusiva de Armazenagem a Descoberto;
- Área Exclusiva de Armazenagem de Combustíveis;
- Área Predominantemente Industrial;
- Área de Equipamento;
- Área Verde, de Parque e Cortina de Protecção Ambiental;
- Conjunto Arquitectónico/Paisagístico a Salvaguardar.

Artigo 5º – (Aglomerados)

As Zonas Urbanas e Urbanizáveis definem os limites de Aglomerados para efeitos do disposto no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 400/84 de 31 de Dezembro e no ponto 3 do Artigo 2º do Decreto-Lei nº 124/73 de 24 de Março.

BASE 2.1 – ÁREA PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL:

Artigo 6º – (Designação)

Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Área Predominantemente Residencial**.

Artigo 7º – (Uso)

1 – A Área Predominantemente Residencial destina-se à localização predominante de actividades residenciais, complementadas com outras actividades, nomeadamente comerciais, de equipamento, de serviços e industriais, desde que não prejudiquem ou criem condições de incompatibilidade com a actividade residencial.

2 – Nesta área, na observância do Decreto Regulamentar nº 10/91, de 15 de Março, apenas são admitidas actividades industriais das Classes C e D.

3 – Nesta área não são admitidos Armazéns ou Arrecadações autónomos.

4 – As áreas de arrecadação e de armazenagem necessárias ao funcionamento das actividades mencionadas em 1, só serão admitidas desde que intimamente ligadas àqueles estabelecimentos e não excedam 35% da área total do seu conjunto (estabelecimento + armazém + arrecadação).

Artigo 8º – (Condições de Incompatibilidade)

1 – Considera-se que existem condições de incompatibilidade quando as actividades mencionadas no Artigo 7º:

- a) Dêem lugar a vibrações, ruídos, mau cheiro, fumos, resíduos poluentes ou agravem as condições de salubridade;
- b) Perturbem as condições de trânsito ou de estacionamento, nomeadamente com operações de carga ou descarga;
- c) Acarretem agravados riscos de toxicidade, incêndio ou explosão.

2 – A Câmara Municipal poderá inviabilizar a instalação de qualquer actividade por razões de incompatibilidade, assim como poderá cancelar a respectiva licença de utilização, no caso de se verificar qualquer uma das situações mencionadas em 1.

Artigo 9º – (Anexos)

1 – A área máxima para anexos, para arrecadação, tratamento de roupa, garagens, em lotes ou parcelas de habitação unifamiliar e multifamiliar, é respectivamente de 45m² e 25m² por fogo, não podendo em qualquer caso exceder 10% da área do lote ou parcela.

2 – Os anexos em logradouros de lotes de habitação só poderão ter um piso coberto, o seu pé-direito médio não poderá exceder 2,40 m e a sua cobertura não poderá ser acessível.

Artigo 10º – (Alinhamentos e Cérceas)

1 – Nas áreas que não estejam sujeitas à prévia elaboração de Planos de Urbanização ou de Pormenor e em que não existam Detalhes de Uso do Solo, nem Planos de Pormenor ou Alinhamentos e Cérceas aprovados, os alinhamentos e cérceas das edificações a licenciar ficam definidos pelo alinhamento das fachadas e pela cércea dominante do conjunto em que se inserem, não sendo invocável a eventual existência de edifícios vizinhos ou envolventes que excedam o alinhamento ou a altura dominante do conjunto.

2 – Em edifícios com fachada marginante à via pública não é admitido qualquer corpo balançado relativamente ao plano da fachada, com excepção de varandas, galerias, palas ou ornamentos.

Artigo 11º – (Índices)

Nas áreas objecto do Artigo anterior, desde que não haja contradição com o seu articulado, a área bruta total de pisos acima do solo não poderá exceder a área total do terreno afecto ao empreendimento.

Artigo 12º – (Estacionamento)

1 – Qualquer nova construção deverá assegurar dentro do lote ou parcela que ocupa o estacionamento suficiente para responder às suas próprias necessidades, no mínimo de um lugar por cada 150 m² da área bruta total de pisos acima do solo, não se incluindo neste valor as áreas de arrecadação e de armazenagem.

2 – Além deste estacionamento, qualquer nova construção ou novo loteamento deverá criar um número de lugares de estacionamento para utilização pública, no mínimo de um lugar por cada 150 m² da área bruta total de pisos acima do solo, não se incluindo neste valor as áreas de arrecadação e de armazenagem. Exceptuam-se os casos em que, na relação com o espaço público do lote ou parcela a que respeita, se verifique inequivocadamente tal ser impossível ou inconveniente.

Artigo 13º – (Vias e Infra-estruturas)

1 – Nesta área e nos casos de construção em lotes ou parcelas constituídas, destaque de parcelas ou loteamentos, a Câmara Municipal poderá, sempre que o entender, exigir a cedência das áreas necessárias à rectificação de arruamentos, tanto para a melhoria da faixa de rodagem como para passeios, jardins ou espaços públicos.

2 – Nesta área e nos casos de construção em lotes ou parcelas constituídas, destaque de parcelas ou loteamentos, a Câmara Municipal exigirá a construção da totalidade das infra-estruturas habituais, assim como a sua preparação para a ligação às redes públicas.

Artigo 14º – (Dimensão dos Lotes)

Nesta área admitem-se todas as dimensões de lotes ou parcelas, desde que as respectivas construções cumpram o estipulado neste regulamento e não afectem negativamente as áreas envolventes do ponto de vista urbanístico.

Artigo 15º – (Outros Condicionalismos)

Desde que não haja contradição com o presente Regulamento, no que respeita a outros condicionalismos de loteamento ou construção, aplica-se o Regulamento Municipal de Ocupação de Solos aprovado pela Assembleia Municipal.

BASE 2.2 – ÁREA EXCLUSIVA DE MORADIA ISOLADA:**Artigo 16º – (Designação)**

1 – Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10 000) designadas no seu conjunto por **Área Exclusiva de Moradia Isolada**.

2 – A esta Base aplica-se o disposto nos Artigos 8º, 13º e 15º deste Regulamento.

Artigo 17º – (Uso e Tipologia)

1 – A Área Exclusiva de Moradia Isolada destina-se à localização da actividade residencial em edifícios unifamiliares isolados no lote ou parcela a que dizem respeito, numa perspectiva de gestão e salvaguarda de áreas arborizadas existentes, e de arborização de outras.

2 – É apenas admitida como actividade complementar a instalação de pequeno comércio de apoio local, em situações pontuais e localizado no rés-do-chão da edificação, desde que não prejudique ou crie condições de incompatibilidade com a actividade residencial.

Artigo 18º – (Dimensão dos Lotes)

Nesta área apenas é admitida a construção em lotes ou parcelas de terreno com a área mínima de 2500 m².

Artigo 19º – (Condições de Construção)

1 – A área máxima de implantação não poderá exceder 250 m², incluindo-se neste valor os limites de eventuais caves.

2 – Qualquer edificação não poderá implantar-se a menos de 25,00 m de edificação existente ou prevista em lote ou parcela confinante, nem poderá ser realizada qualquer construção a menos de 3,00 m dos limites da propriedade a que respeita.

3 – Apenas são admitidos dois pisos de construção acima do solo, não podendo qualquer pavimento de cobertura de cave exceder a altura de 1,00 m acima do terreno natural, na situação mais desfavorável.

4 – Nesta área não são admitidos anexos isolados da edificação principal, integrando-se as suas funções habituais na área máxima de implantação referida.

5 – Não é admitido qualquer tipo de pavimentação ou impermeabilização do terreno além de 20% da área do lote ou parcela de terreno, incluindo-se neste valor a área de implantação do edifício.

Artigo 20º – (Vedações)

Nesta área apenas serão admitidas vedações de propriedade de alvenaria aparente de pedra com a altura máxima de 0,80 m acima do terreno natural, e/ou de rede metálica, com a altura máxima de 1,60 m acima do terreno natural. Em qualquer dos casos, ou autonomamente, poderá ser usada sebe viva de qualquer altura.

Artigo 21º – (Arborização)

Nesta área o licenciamento de qualquer construção fica dependente da prévia apresentação de um projecto de arborização do lote ou parcela de terreno, para plantio de espécies arbóreas, salvaguardando a preservação das existentes com interesse ecológico e paisagístico e das legalmente defendidas. Dependerá igualmente da apresentação de uma caução que garanta a concretização desse projecto, a libertar após vistoria municipal sobre a completa e correcta realização do plantio.

BASE 2.3 – ÁREA PREDOMINANTEMENTE DE SERVIÇOS:**Artigo 22º – (Designação)**

- 1 – Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Área Predominantemente de Serviços**.
- 2 – A esta Base aplica-se o disposto nos Artigos 8º a 15º deste Regulamento.

Artigo 23º – (Uso)

- 1 – A Área Predominantemente de Serviços destina-se à localização predominante de serviços ligados à actividade terciária, com exclusão da armazenagem, sem embargo da possibilidade de instalação de outros usos, nomeadamente residenciais, comerciais, de equipamento e industriais, desde que não criem condições de incompatibilidade.

2 – Nesta área apenas são admitidas actividades industriais das Classes C e D.

3 – Nesta área não são admitidos armazéns ou arrecadações autónomos.

- 4 – As áreas de arrecadação e de armazenagem necessárias ao funcionamento das actividades mencionadas em 1, só serão admitidas desde que intimamente ligadas àqueles estabelecimentos e não excedam 35% da área total do seu conjunto (estabelecimento + armazém + arrecadação).

BASE 2.4 – ÁREA PREDOMINANTEMENTE DE SERVIÇOS E DE ARMAZENAGEM:**Artigo 24º – (Designação)**

- 1 – Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem**.

2 – A esta Base aplica-se o disposto nos Artigos 8º a 10º e 12º a 15º deste Regulamento.

Artigo 25º – (Uso)

- 1 – A Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem destina-se à localização predominante de serviços ligados à actividade terciária, incluindo unidades de armazenagem

coberta, sem embargo da possibilidade de instalação de outros usos, nomeadamente residenciais, comerciais, de equipamento e industriais, desde que do facto não resultem condições de incompatibilidade.

2 – Nesta área apenas são admitidas actividades industriais das Classes C e D.

3 – Nesta área não são admitidas áreas autónomas de Armazenagem a Descoberto.

Artigo 26º – (Índices)

1 – Nesta área, desde que não haja contradição com o disposto no Artigo 10º do presente Regulamento, a área bruta total de pisos acima do solo não poderá exceder a área total do terreno afecto ao emprendimento.

2 – Quando, em área, a ocupação predominante do lote ou parcela for a Armazenagem e/ou Indústria, a área máxima de implantação de construções não poderá exceder 40% da área total do lote ou parcela a que respeitam, destinando-se a restante área de terreno para acessos, ajardinamento, estacionamento e parque descoberto de material de apoio às actividades nele instaladas.

BASE 2.5 – ÁREA EXCLUSIVA DE ARMAZENAGEM A DESCOBERTO:

Artigo 27º – (Designação)

1 – Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Área Exclusiva de Armazenagem a Descoberto**.

2 – A esta Base aplica-se o disposto nos Artigos 8º e 12º a 15º deste Regulamento.

Artigo 28º – (Uso)

1 – A Área Exclusiva de Armazenagem a Descoberto destina-se à única e exclusiva actividade de parqueamento e armazenagem de materiais a descoberto.

2 – O parqueamento, armazenagem e manipulação dos materiais não poderão criar condições de incompatibilidade com a envolvente imediata do lote ou parcela a que respeitam, sendo obrigatoriamente criada cortina arbórea de protecção ambiental nas frentes confinantes com outros usos ou vias.

3 – As construções cobertas para apoio a esta actividade não poderão no seu conjunto exceder a área máxima de implantação de 5% relativamente à área total do lote ou parcela a que respeita, nem 2 pisos acima do solo.

4 – Nas áreas identificadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) com AD 1 e AD 2, apenas é admitido o parqueamento ou armazenagem de pedra e madeira.

5 – Na área identificada na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) com AD 1, não é admitida qualquer construção acima do terreno natural. O tipo e altura de vedações de propriedade serão definidos pela Direcção Geral de Aviação Civil.

BASE 2.6 – ÁREA EXCLUSIVA DE ARMAZENAGEM DE COMBUSTÍVEIS:

Artigo 29º – (Designação)

1 – Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Área Exclusiva de Armazenagem de Combustíveis**.

2 – A esta Base aplica-se o disposto nos Artigos 12º a 15º deste Regulamento.

Artigo 30º – (Uso)

1 – A Área Exclusiva de Armazenagem de Combustíveis destina-se à única e exclusiva actividade de armazenagem de combustíveis, numa perspectiva de reserva de terreno para receber por transferência as instalações desta natureza localizadas noutras áreas do Concelho.

2 – Nesta área apenas serão admitidas outras instalações da mesma natureza além das referidas após se encontrarem garantidas as áreas indispensáveis ao processo de transferência mencionado em 1.

BASE 2.7 – ÁREA PREDOMINANTEMENTE INDUSTRIAL:**Artigo 31º – (Designação)**

1 – Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Área Predominantemente Industrial**.

2 – Estas áreas constituem no seu conjunto as «zonas industriais» para efeitos do disposto no Artigo 4º do Regulamento do Exercício da Actividade Industrial, anexo ao Decreto Regulamentar nº 10/ 91, de 15 de Março.

3 – A esta Base aplica-se o disposto nos Artigos 8º a 10º e 12º a 15º deste Regulamento.

Artigo 32º – (Uso)

1 – A Área Predominantemente Industrial destina-se à localização predominante da actividade industrial, sem embargo da possibilidade de instalação de outros usos, nomeadamente comerciais, de equipamento e de serviços, desde que do facto não resultem condições de incompatibilidade.

2 – Nesta área as actividades não industriais apenas se poderão instalar em lotes ou parcelas autónomos das instalações industriais.

3 – Nesta área não são admitidas actividades extractivas, de refinação ou transformação do petróleo, de produção ou armazenagem de gás, de produção ou tratamento de combustíveis; actividades que representem elevado grau de risco para o homem e o ambiente inerente ao seu exercício, numa perspectiva de coabitAÇÃO de uma área com outras actividades industriais diversificadas; nem instalações que não possam pelos seus próprios meios adoptar medidas antipoluição ou resolver o necessário tratamento e destino final dos seus efluentes.

4 – Nesta área não são admitidos armazéns ou arrecadações autónomos.

5 – As áreas de arrecadação e de armazenagem necessárias ao funcionamento da actividade industrial só serão admitidas desde que intimamente ligadas ao estabelecimento industrial e não excedam 45% da área total do conjunto das edificações.

6 – As áreas de arrecadação e de armazenagem necessárias ao funcionamento das outras actividades mencionadas em 1, só serão admitidas desde que intimamente ligadas àqueles estabelecimentos e não excedam 35% da área total do conjunto das edificações.

7 – Nesta área, a instalação de actividades residenciais apenas será admitida em processo de colmatação ou de remate de conjuntos residenciais existentes no seu seio.

Artigo 33º – (Índices)

1 – Nesta área, desde que não haja contradição com o disposto no Artigo 10º do presente Regulamento, a área bruta total de pisos acima do solo não poderá exceder a área total do terreno afecto ao emprendimento.

2 – A área máxima de implantação de construções para a actividade industrial não poderá exceder 40% da área total do lote ou parcela de terreno a que respeitam, destinando-se a restante área de terreno para acessos, ajardinamento, estacionamento e parque descoberto de material de apoio às actividades nele instaladas.

Artigo 34º – (Arborização)

Nesta área, o licenciamento de instalações industriais, em lotes ou parcelas de terreno confinantes com lotes ou parcelas residenciais, fica dependente da prévia apresentação de um projecto de arborização para plantio de espécies arbóreas numa faixa com pelo menos 20,00 m de largura em toda a extensão da confinidade. Dependerá igualmente da apresentação de uma caução que garanta a concretização desse projecto, a libertar após vistoria municipal sobre a completa e correcta realização do plantio.

BASE 2.8 – ÁREA DE EQUIPAMENTO:

Artigo 35º – (Designação)

Estão incluídas nesta Base as áreas, existentes e previstas, com dimensão relevante, delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Área de Equipamento**.

Artigo 36º – (Uso)

1 – A Área de Equipamento destina-se à localização exclusiva de equipamentos de interesse público ou colectivo, quer de iniciativa municipal quer de iniciativa privada.

2 – Inclui-se no conceito de equipamento os serviços públicos e hotéis, estalagens e estabelecimentos similares hoteleiros (com as definições do Decreto Regulamentar nº 8/89, de 21 de Março), bem como parques de campismo.

3 – Nas áreas identificadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) com uma letra, apenas é admitida a instalação do equipamento correspondente à respectiva Legenda.

4 – Nesta área será motivo de inviabilização de construção o facto de, por força da legislação vigente, as soluções individuais para as infra-estruturas se mostrarem impossíveis ou inconvenientes.

Artigo 37º – (Índices)

A área bruta total de pisos acima do solo não poderá exceder a área total do terreno afecto ao empreendimento.

Artigo 38º – (Estacionamento)

Qualquer instalação de novo equipamento deverá assegurar, dentro da área de terreno a ele destinada, o estacionamento suficiente para responder às suas próprias necessidades.

Artigo 39º – (Informações sobre Cedências)

A Câmara Municipal só informará da necessidade de cedência obrigatória de áreas para equipamentos públicos, no âmbito da legislação em vigor (evitando posteriores alterações a propostas formalizadas), quando seja solicitada informação prévia.

Artigo 40º – (Margem de acerto de delimitação)

Admitem-se pequenos acertos dos limites da Área de Equipamento, na sua contiguidade, mediante elaboração de Plano de Urbanização ou de Pormenor, por razões de cadastro de propriedade ou por razões de qualidade urbanística, desde que não seja alterada significativamente a área prevista na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) nem sejam alterados os limites da Zona de Salvaguarda Estrita.

BASE 2.9 – ÁREA VERDE, DE PARQUE E CORTINA DE PROTECÇÃO AMBIENTAL:**Artigo 41º – (Designação)**

Estão incluídas nesta Base as áreas existentes e previstas com dimensão relevante, delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Área Verde, de Parque e Cortina de Protecção Ambiental**.

Artigo 42º – (Uso)

1 – A Área Verde, de Parque e Cortina de Protecção Ambiental destina-se à localização exclusiva, quer por iniciativa municipal quer por iniciativa privada, de jardins e parques, públicos ou privados, a utilizar para recreio e lazer, e de cortinas arbóreas para protecção ambiental de eixos viários ou entre diferentes usos do solo.

2 – Nesta área e desde que não haja sobreposição com «Área Non-Aedificandi de Servidão Administrativa», é apenas admitida a construção pontual de equipamento de apoio à sua utilização.

Artigo 43º – (Informações sobre Cedências)

A Câmara Municipal só informará da necessidade de eventual cedência obrigatória de áreas para este tipo de espaços públicos, no âmbito da legislação em vigor (evitando posteriores alterações a propostas formalizadas), quando seja solicitada informação prévia.

Artigo 44º – (Arborização)

O licenciamento de qualquer construção, destaque de parcelas ou loteamento, em propriedade abrangida por cortina de protecção ambiental de eixos viários ou entre diferentes usos de solo, quando não seja necessária a sua cedência ao domínio municipal, fica dependente da prévia apresentação de um projecto de arborização do lote ou parcela de terreno, para plantio de espécies arbóreas, salvaguardando a preservação das existentes com interesse ecológico e paisagístico e das legalmente defendidas. Dependerá igualmente da apresentação de uma caução que garanta a concretização desse projecto, a libertar após vistoria municipal sobre a completa e correcta realização do plantio.

BASE 2.10 – CONJUNTO ARQUITECTÓNICO/PAISAGÍSTICO A SALVAGUARDAR:**Artigo 45º – (Designação)**

Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Conjunto Arquitectónico/Paisagístico a Salvar**.

Artigo 46º – (Uso)

Nesta área, com a observância do disposto nas outras Bases do presente Regulamento, na perspectiva de salvaguardar a importância cultural e ambiental do conjunto arquitectónico e/ou paisagístico, qualquer construção, reconstrução, recuperação, ampliação, instalação, alteração de uso, destaque de parcela, loteamento, obra de urbanização, apenas será admitida após apreciação e parecer favorável de uma Comissão Técnica a nomear pela Câmara Municipal para o efeito, e aprovação pela Assembleia Municipal.

BASE 3 – ZONA NÃO URBANIZÁVEL:**Artigo 47º – (Designação)**

Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Zona Não Urbanizável**.

Artigo 48º – (Loteamentos e Destaques de Parcelas)

Nesta Zona não são permitidos loteamentos ou destaques de parcelas.

Artigo 49º – (Condições de Construção)

1 – Em propriedades ou parcelas de terreno constituídas, é apenas permitida a construção de:

a) Uma habitação unifamiliar, desde que a propriedade ou parcela em causa possua uma área mínima de 7500 m² e acesso a partir de caminho público;

b) Instalações de apoio à actividade agrícola do prédio em que se localizam, desde que devidamente justificadas.

2 – Essas construções só poderão ser permitidas caso não afectem negativamente as áreas envolventes, quer do ponto de vista paisagístico, quer da sua utilização.

Artigo 50º – (Vias e Infra-estruturas)

1 – Toda e qualquer cedência para abertura de novas vias, ou alargamento e rectificação das existentes, não é constitutiva de direitos de construção.

2 – A impossibilidade ou a inconveniência da execução, nesta Zona, de soluções individuais para as infra-estruturas, poderá ser motivo de inviabilização da construção.

3 – A execução e manutenção de todas as infra-estruturas próprias necessárias à construção nesta Zona ficam a cargo dos interessados e não obrigarão a previsão ou execução de novas infra-estruturas pelo Município.

BASE 4 – ZONA DE SALVAGUARDA ESTRITA:**Artigo 51º – (Designação)**

Estão incluídas nesta Base as áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000) designadas no seu conjunto por **Zona de Salvaguarda Estrita**. Nesta Zona é vedada a construção ou a alteração de uso dos solos, com as excepções previstas na legislação específica aplicável.

Artigo 52º – (Reserva Agrícola Nacional)

As áreas da RAN estão incluídas nesta Zona e encontram-se delimitadas na Planta de Condicionantes (escala 1/10.000) de acordo com a Carta da Reserva Agrícola de Matosinhos, publicada no Diário da República nº 121, I série, de 27 de Maio de 1991, pela Portaria nº 435-D/91 de 27 de Maio. É aplicável o disposto no Decreto-Lei nº 196/89 de 14 de Junho.

Artigo 53º – (Reserva Ecológica Nacional)

As áreas da REN estão incluídas nesta Zona e encontram-se delimitadas na Planta de Condicionantes (escala 1/10.000) de acordo com a Carta da Reserva Ecológica de Matosinhos, conforme o disposto no Decreto-Lei nº 93/90 de 19 de Março.

Artigo 54º – (Áreas «Non-Aedificandi» de Servições Administrativas)

As Áreas «Non-Aedificandi» de Servições Administrativas estão incluídas nesta Zona e encontram-se delimitadas na Planta de Condicionantes (escala 1/10.000) de acordo com a Planta de Servições Administrativas e legislação publicada. É aplicável o disposto na respectiva legislação.

BASE 5 – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES:**Artigo 55º – (Outras Servições Administrativas)**

Em todo o território do Concelho de Matosinhos, serão observadas todas as demais protecções, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, constantes da legislação em vigor, nomeadamente as assinaladas na Planta de Condicionantes.

Artigo 56º – (Outras Áreas Verdes e de Equipamento)

Na Zona Urbana e Urbanizável, além das áreas delimitadas na Planta de Ordenamento (escala 1/10.000), a Câmara Municipal, através da elaboração de Planos de Urbanização ou de Pormenor, poderá definir outras áreas verdes e de equipamento, com eventual cedência obrigatória no âmbito da legislação aplicável.

Artigo 57º – (Margem de acerto e rectificação)

1 – Durante a vigência do presente Regulamento e das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, admite-se o acerto pontual dos limites da Zona Urbana e Urbanizável, apenas na sua contiguidade, e por razões de cadastro de propriedade, desde que não sejam alterados os limites da Zona de Salvaguarda Estrita, mediante parecer favorável de uma Comissão Técnica a nomear pela Câmara Municipal para o efeito, e aprovação da Assembleia Municipal.

2 – A área da Zona Urbana e Urbanizável a ampliar em cada acerto não poderá ser superior à área já incluída da propriedade a que respeita.

Artigo 58º – (Actualização)

Este Regulamento destina-se a vigorar até à sua reapreciação, que deverá incluir também a revisão da Planta de Ordenamento (conforme o disposto no nº 1 do Artigo 19º do Decreto-Lei nº 69/90), não se excluindo no entanto a possibilidade de a Câmara manter uma actualização permanente da Planta de Condicionantes, em função de alterações à legislação em vigor ou da publicação de novas Serviços Administrativas.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJECTIVOS	11
3. SÍNTESE DOS ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO	13
1. Geomorfologia	13
2. Clima	17
3. Geologia	18
4. Histórico da Ocupação Humana	19
5. Demografia	26
6. Caracterização Sócio-Económica	27
7. Perfil Industrial	30
8. Serviços de Apoio à Produção	33
9. Equipamento	35
10. Rede viária	40
11. Transportes Públicos	42
12. A Floresta	45
13. Saneamento Básico	47
4. CONDICIONANTES	51
5. ESTRATÉGIAS E MÉTODO	55
6. A PROPOSTA DE ORDENAMENTO	59
7. PARECER DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	71
8. APROVAÇÃO	73
9. REGULAMENTO	75

Dra Teresa Sá Marques

Caracterização e orientações gerais para uma política industrial municipal

Perfil industrial do concelho de Matosinhos

ESTUDOS SECTORIAIS
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MATOSINHOS
CENTRO DE ESTUDOS DA FACULDADE DE ARQUITECTURA - CEFER-UP

Índice

1ª Parte

I- O concelho de Matosinhos no distrito do Porto

- 1 Inserção regional e estrutura de actividades
- 2 Emprego e residência de activos em Matosinhos

II- O concelho de Matosinhos

- 3 Dinâmica industrial
- 4 Dimensão dos estabelecimentos industriais na actualidade
- 5 Integração produtiva local

III- As freguesias do concelho de Matosinhos

- 6 Análise por freguesia da representatividade industrial
- 7 Distribuição espacial dos estabelecimentos industriais

2ª Parte

Introdução

- 1 Mobilidade industrial – apresentação da problemática
- 2 Mobilidade industrial – demonstração empírica
- 3 Vantagens e Inconvenientes da localização em Matosinhos
- 4 Condições locais

3ª Parte

Política industrial

- 1 Política industrial municipal – opinião dos empresários industriais
- 2 Breves considerações sobre política industrial
- 3 Algumas acções a concretizar

— a cidade do Porto (Mapa I.I), ainda que denote, como vimos, uma estrutura declaradamente tecnicária, apresenta a mais alta contribuição no sector industrial distrital — cerca de 17,5%.

No entanto, ainda que a estrutura do emprego tenha estas configurações, a importância concelhia do sector industrial relativamente ao total distrital (Mapa I.2), leva-nos a tirar as seguintes ilações:

— os concelhos localizados a leste, com um tecido produtivo predominantemente agrícola e onde o emprego na indústria não ultrapassa os 31% dos activos.
— os concelhos caracterizados por uma estrutura de emprego fortemente industrial, mas de 67% dos activos, numa área de "industrialização rural difusa";
— os concelhos caracterizados por uma estrutura de emprego restantes concelhos do distrito;

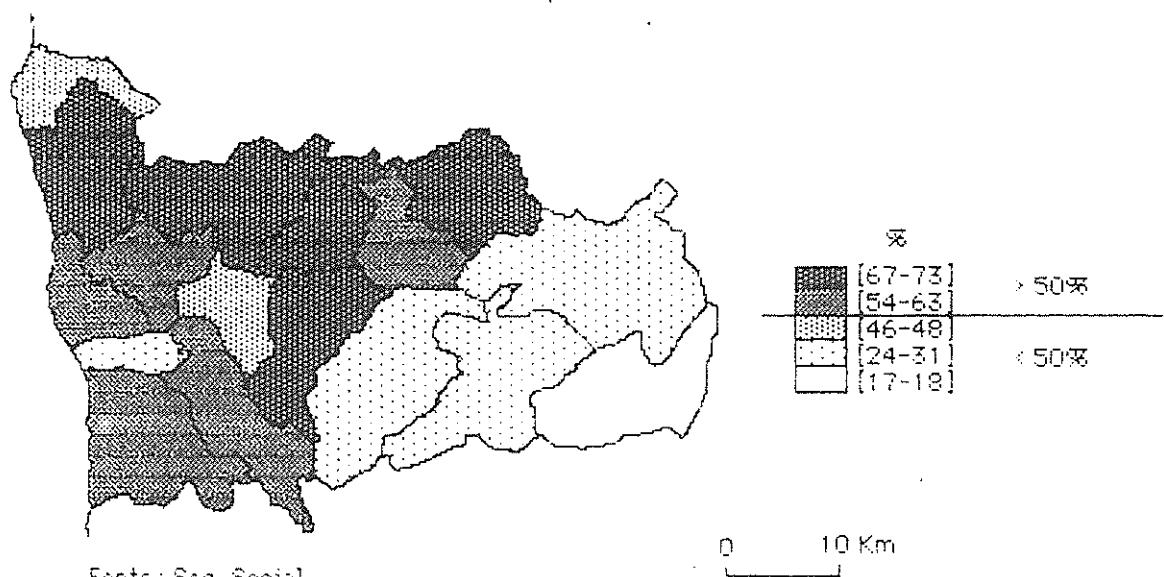
mas com valores já significativos quando comparados com os um sector tecnicário claramente mais fraco que na cidade do Porto, maioritário, estando compreendido entre 54% e 63%, e, denotando de Gaiá, Gondomar, Maia — em que o emprego na indústria é os concelhos periféricos — Matosinhos (56%), Vila Nova

do concelho muito diversificado (Mapa I.I);
— a cidade do Porto, caracteriza-se por uma fraça incidência do sector industrial, resultante do forte peso do sector tecnicário;

I. Insereção regional e estrutura de actividades

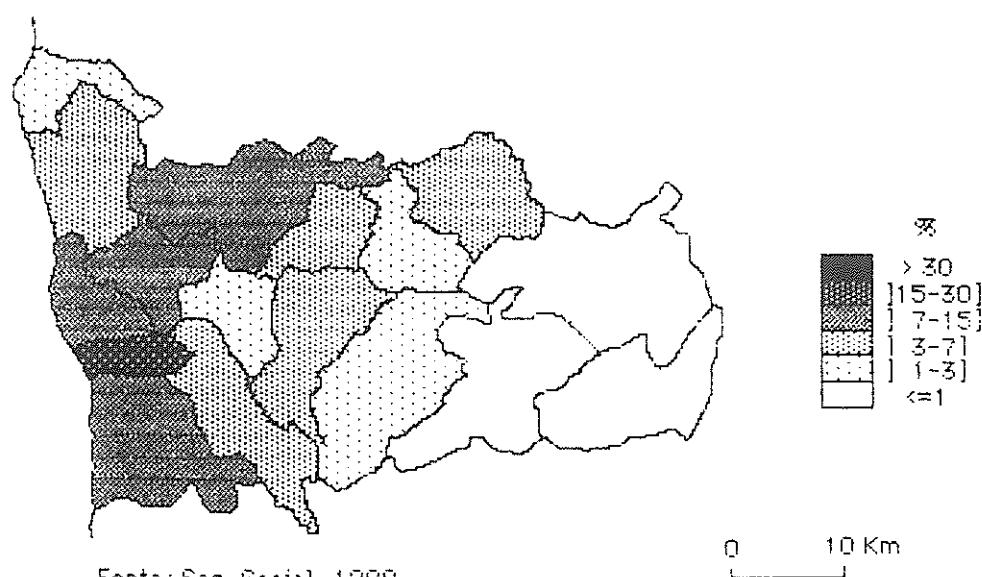
I - O concelho de Matosinhos no distrito do Porto

MAPA 1.1 - Importância do emprego na indústria transformadora,
relativamente ao total dos activos por concelho



Fonte: Seg. Social

MAPA 1.2 - Emprego na indústria no distrito do Porto,
importância do concelho relativamente ao total distrital, 1988.



Fonte: Seg. Social, 1988.

é ainda de referir, a predominância da indústria alimentar (C.A.E.31) e da indústria química e dos plásticos (C.A.E.35) comparativamente com o distrito. Relativamente aos outros ramos de actividade a contribuição concelhia é baixa.

indústrias metalomecânicas e elétricas, representativas de 45% do emprego na indústria.

indústrias desnível e explicado, sobretudo, pela contribuição das distritais. Este desnível é observado: 41,5% em Matosinhos e 33,4% nos estes dois ramos industriais, traduzida no elevado peso que menor diversificação industrial, verificando-se, no entanto, uma pelo maior nível de emprego, verificando-se, no entanto, uma transpor tes² (C.A.E. 38) são os ramos de actividade responsáveis metalícos, máquinas elétricas e não elétricas e material de vestuário e calçado (C.A.E. 32) e a indústria de fabrico de produtos emprego) é ligeiramente superior à do distrito (48%), mas a estrutura por ramos de actividade difere significativamente.

Em Matosinhos, tal como no distrito, a indústria têxtil, A importância do emprego industrial em Matosinhos (56% do

emprego concelhia declaradamente industrial (Mapa 1.2).

12,5%, (Mapa 1.1), valor superado pelo concelho do Porto (17,5%). Deparamos em simultâneo, com uma estrutura de forte contributo para o emprego industrial do distrito,

1a Conclusão: O concelho de Matosinhos apresenta um

contribui com menos de 7%).

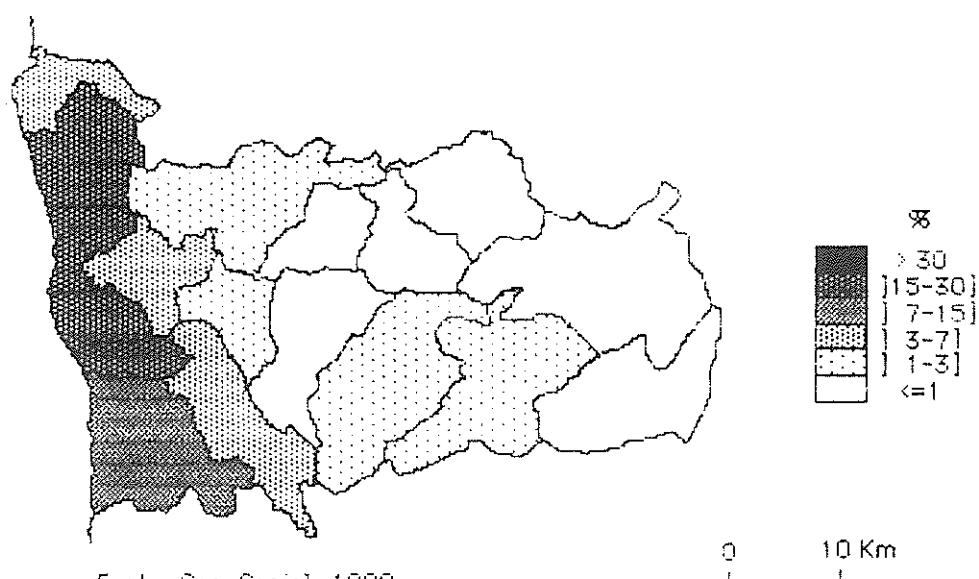
— os restantes concelhos, ainda que com estruturas concelhias muito diversificadas (Mapa 1), apresentam uma reduzida fatia do emprego industrial do distrito (cada concelho de 12,5%) e com valores um pouco mais fracos o da Maia (8,8%).

Vila Nova de Gaia (15%), o de Matosinhos e o de Santo Tirso (cerca compreendidas entre os 8% e os 15%, encostramos o concelho de Villa Nova de Gaia (15%), o de Matosinhos e o de Santo Tirso (cerca

— com contribuições industriais muito significativas,

MAPA 1.3 - Indústrias da Alimentação, bebidas e tabaco - Ramo-3.1 (C.A.E.)

- Emprego no Distrito do Porto - importância do concelho relativamente ao total distrital, 1988.

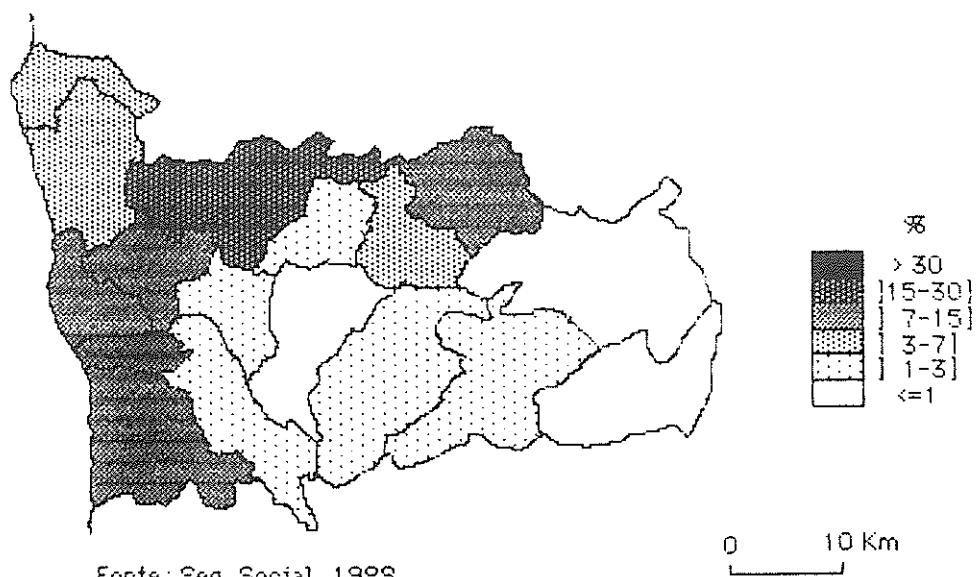


Fonte : Seg. Social, 1988.

0 10 Km

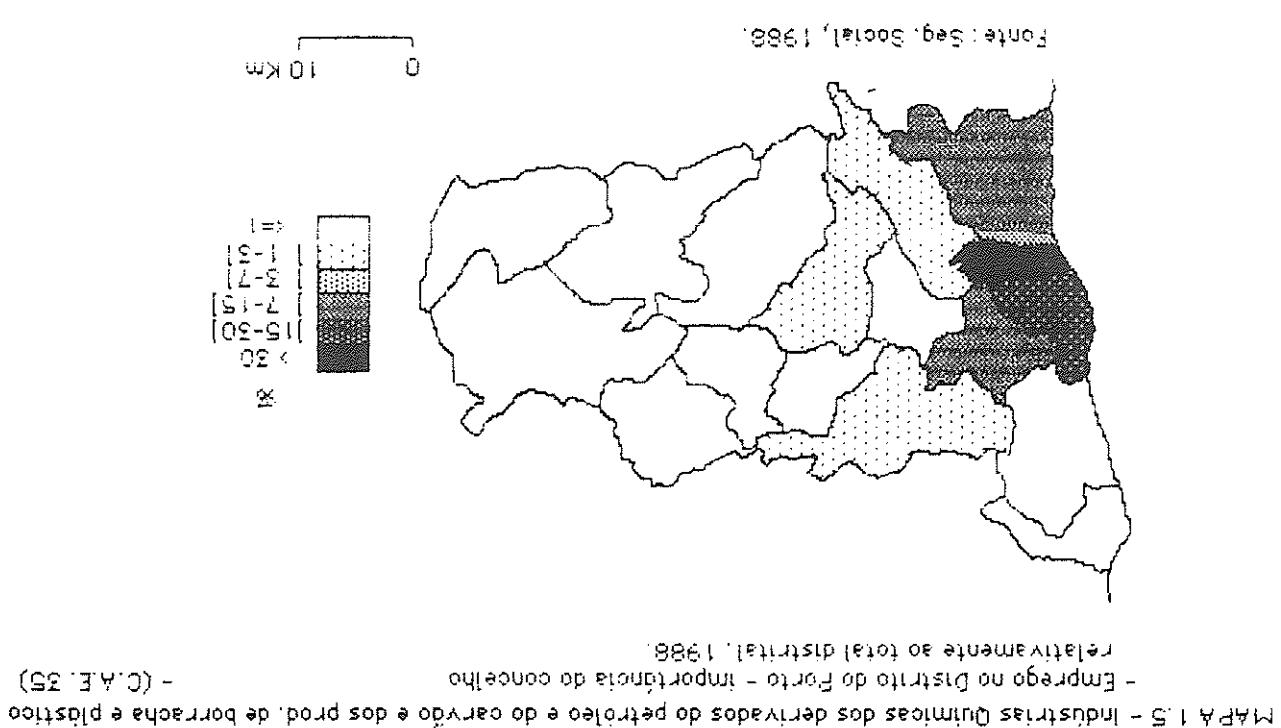
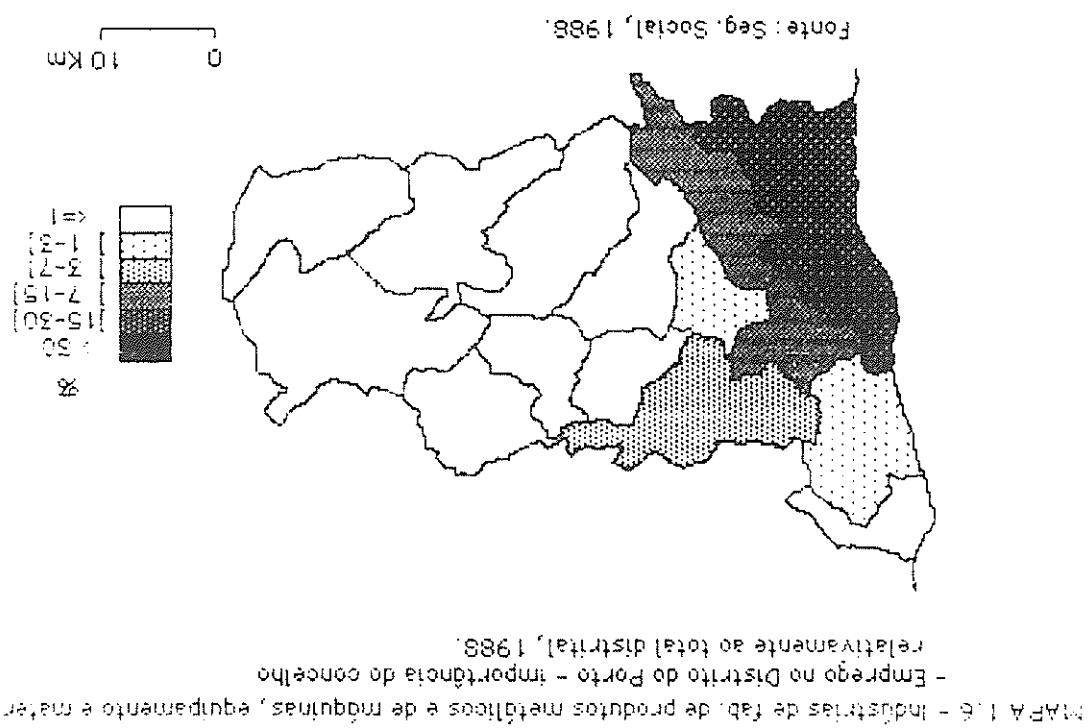
MAPA 1.4 - Indústrias Têxteis, do vestuário e do couro - Ramo - 3.2 (C.A.E.)

- Emprego no Distrito do Porto - importância do concelho relativamente ao total distrital, 1988.



Fonte : Seg. Social, 1988.

0 10 Km



Analise-se, em termos espaciais, os ramos de actividade mais representativos do concelho:

Indústria Alimentar (Mapa 1.3): apresenta uma forte incidência na faixa litoral do distrito, sobretudo nos concelhos de Matosinhos (26% do emprego distrital), Porto (21%) e Vila do Conde (19%). Esta mancha de emprego contrapõe-se uma outra mais larga, em que o sector alimentar quase não está representado.

Indústria Têxtil (Mapa 1.4): apresenta uma representação espacial mais abrangente, sobressaindo o concelho de Santo Tirso (21.5%), representante distrital da importância deste ramo no "Vale do Ave", que se estende para Norte (já no distrito de Braga). Também, o Porto (13%), Vila Nova de Gaia (12%), Maia (11%) e Matosinhos (8%) são concelhos com fortes contributos de emprego neste ramo de actividade.

Indústria Química (Mapa 1.5): está fortemente localizada no concelho do Porto, cerca de 40% do emprego deste ramo, e no concelho de Matosinhos (27%). Com menor incidência, refira-se o concelho da Maia (12%) e o de Vila Nova de Gaia (9%). Na restante área distrital esta actividade está praticamente ausente.

Indústria de fabrico de produtos metálicos, máquinas eléctricas e não eléctricas e material de transportes (Mapa 1.6): está concentrada nos concelhos de Matosinhos (26%), Vila Nova de Gaia (22.5%) e Porto (20%), e, ainda, com menor importância, na Maia (8%) e Gondomar (7.5%). Na restante área os valores são pouco significativos.

2º Conclusão: Matosinhos, no distrito do Porto, é um concelho especializado na Indústria da Alimentação e Bebidas (C.A.E. 31), na Indústria Química (C.A.E. 35), na Indústria Metalomecânica (C.A.E. 38) e, numa menor percentagem, na Indústria Têxtil, Vestuário e Calçado (C.A.E. 32) — gráfico 1.1.

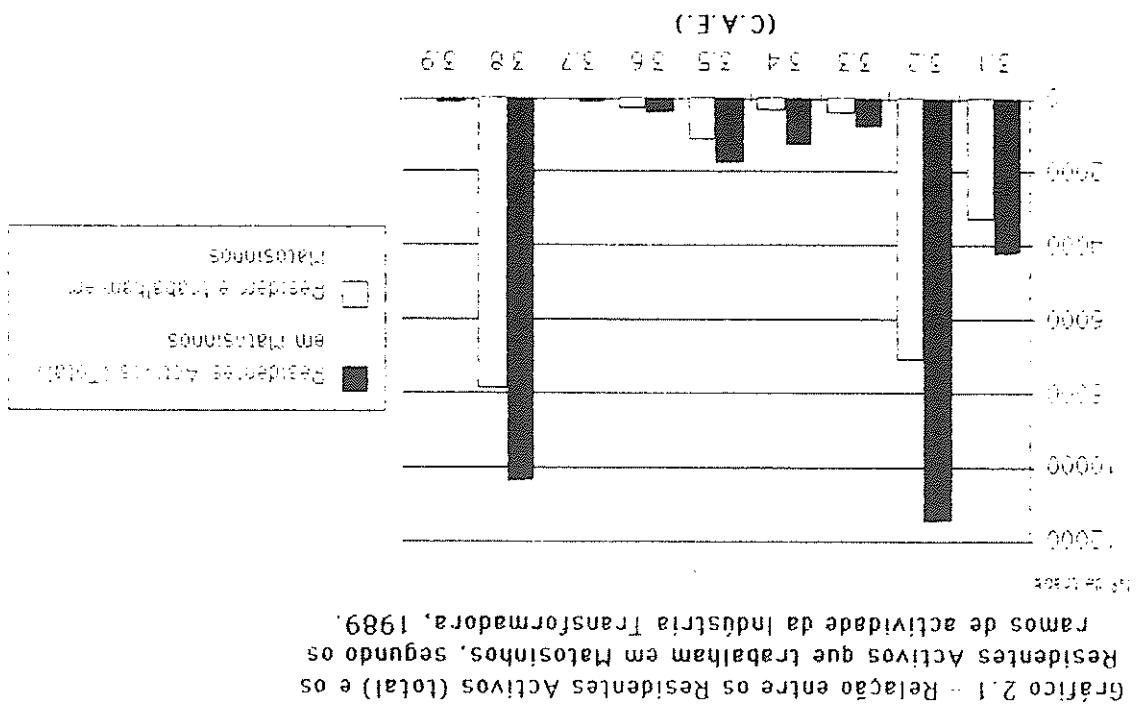
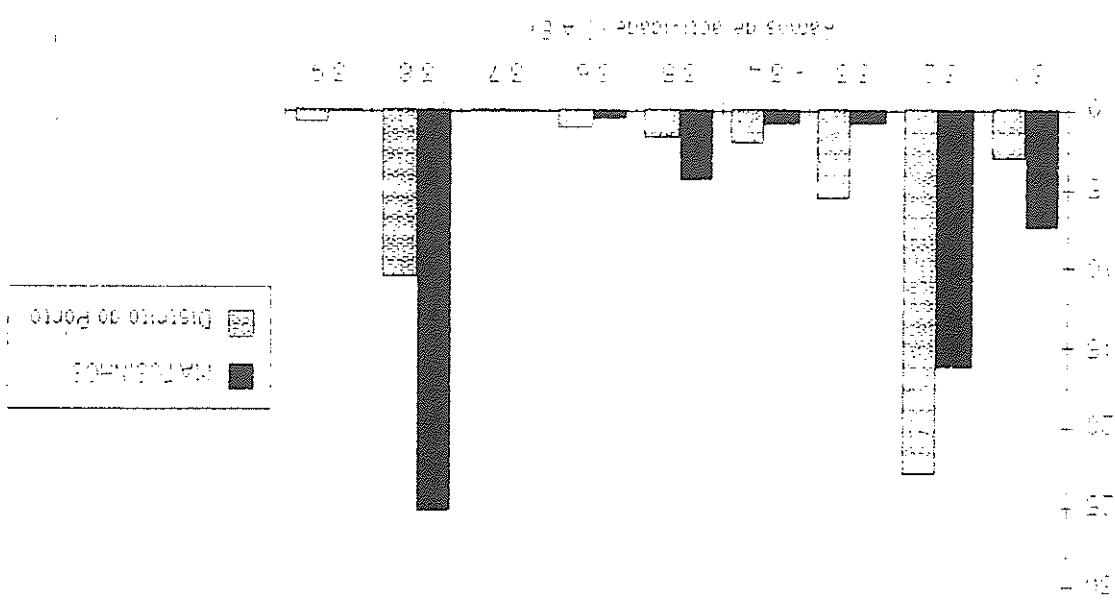


Gráfico 2.1 - Relação entre os Residentes Ativos (total) e os ramos de actividade da indústria transformadora, 1989.
Residentes Ativos que trabalham em Matosinhos, segundo os ramos de actividade da indústria transformadora, 1989.



Estrutura do emprego na indústria transformadora, relativamente ao total do emprego, em Matosinhos e no distrito do Porto

Gráfico 1.1 -

2. Emprego e residência de activos em Matosinhos

Vamos interrelacionar o emprego local e a residência de activos no concelho, de forma a detectar os movimentos casa-trabalho por ramos de actividade industrial e avaliar as interdependências e o grau de autonomia do concelho, em termos de oferta de emprego e de procura local.

Em Matosinhos residem 65367 activos e o concelho dá emprego a 65658 indivíduos. Para a indústria o desequilíbrio é maior: 30677 para 36269. Com valores declaradamente superiores para o emprego, o concelho parece ser excedente em mão de obra industrial.

Nos residentes activos ressalta a forte percentagem de indivíduos que residem e trabalham no próprio concelho, sobretudo no sector industrial (67% para a indústria e 57% para os residentes activos em geral), implicando movimentos de curta distância, a maioria deles realizados a pé³.

Analizando esta relação por ramos de actividade (gráfico 2.1), podemos verificar que em quase todos os ramos de actividade, mais de 50% dos residentes activos trabalham no concelho onde residem.

Por outro lado, analisando o local de residência dos empregados na indústria em Matosinhos, podemos concluir que, em termos absolutos, saem de Matosinhos em direcção ao local de trabalho noutro concelho 10072 indivíduos, dos quais 43% são activos na Têxtil e 25% nas metalomecânicas e eléctricas.

Por fim, entram no concelho para aí ir trabalhar 15 664 activos, sobretudo para as indústrias metalomecânicas e eléctricas (47%) e têxtil (26.1%).

Nos dois ramos industriais mais importantes, é de referir que enquanto na Têxtil se compensam os movimentos de entrada e de

³ Iremos ver que, as áreas de forte concentração de residência coincidem com áreas de importante concentração industrial.

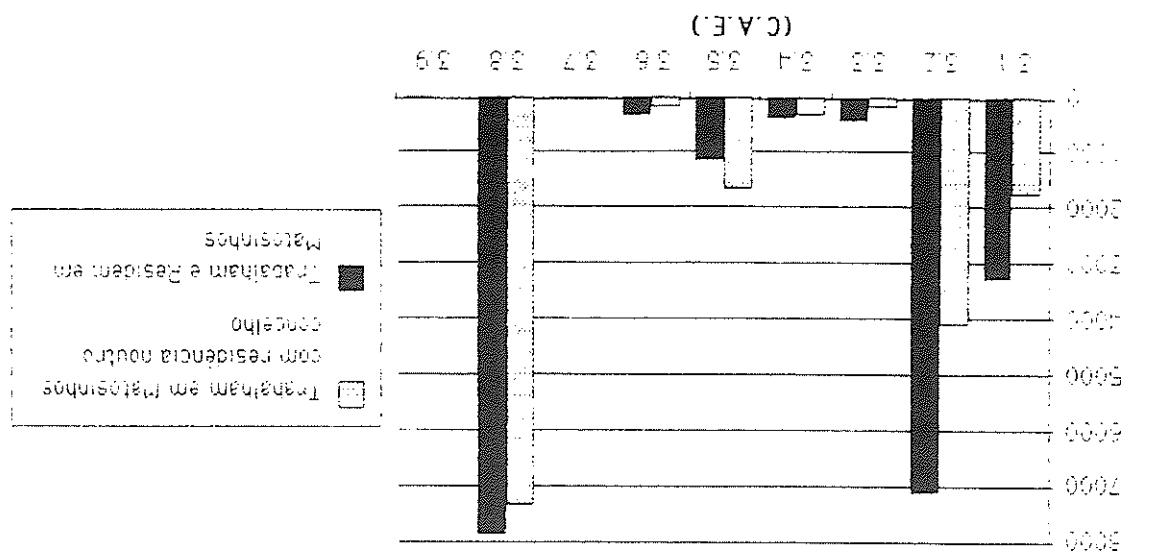


Gráfico 2.3 - Emprego em Matoinhos com e sem Residência no concelho, segundo os ramos de actividade da indústria transformadora, 1989.

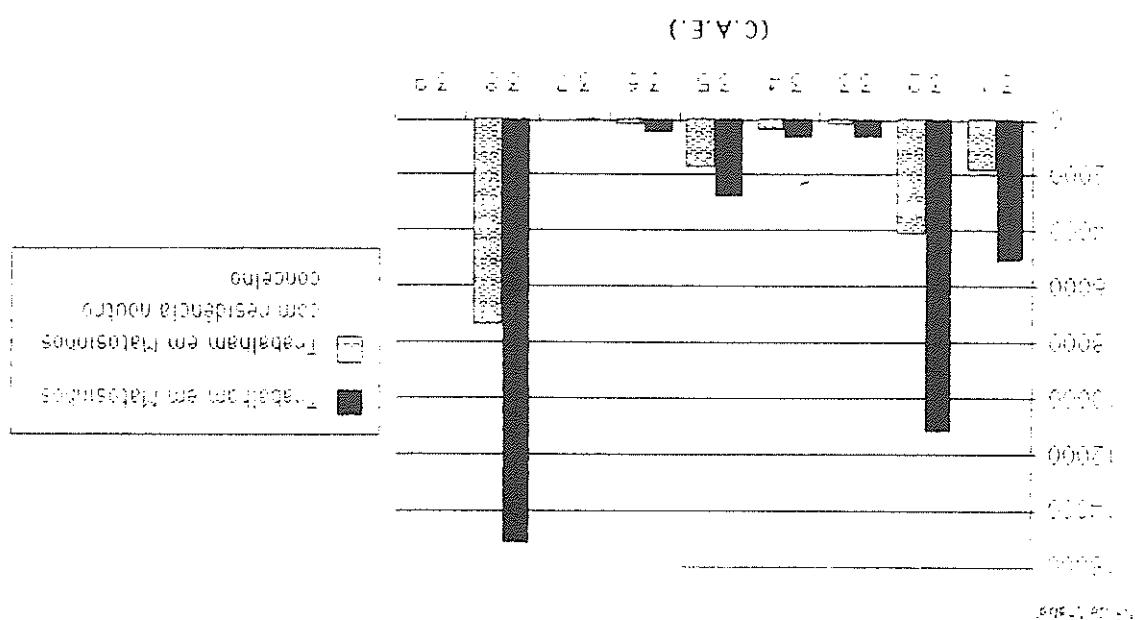


Gráfico 2.2 - Relação entre o Emprego Total e o Emprego com residência no Concelho, segundo os ramos de actividade da indústria transformadora, 1989.

Gráfico 2.4 – Residência dos activos em Matosinhos por principais locais de trabalho, 1989.

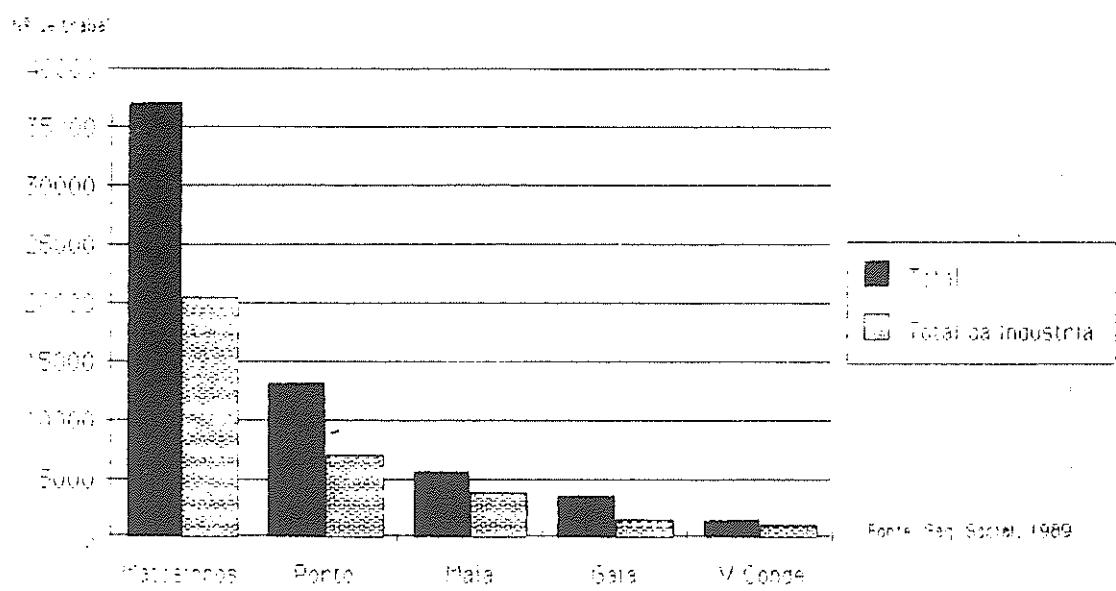
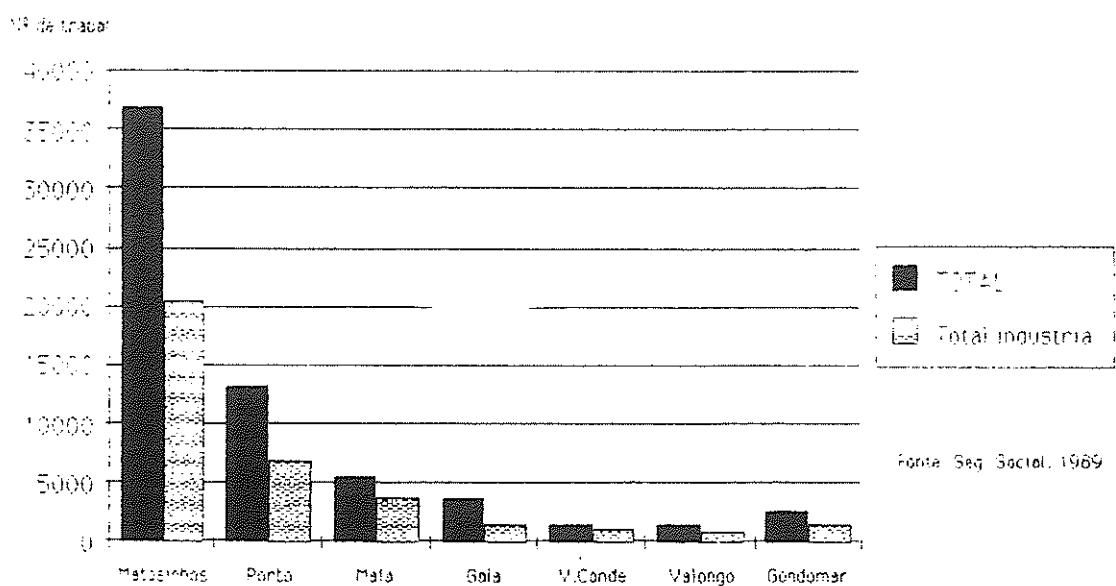


Gráfico 2.5 – Local de trabalho em Matosinhos por local de residência



3^a Conclusão: Ainda que a indústria de Matosinhos empresas novas ou já existentes no concelho de Matosinhos, b) a capacidade de retenção dessa mão de obra em a) as necessidades de formação; de formação profissional dirigida, deverá ter em conta:

4^a Conclusão: Uma política de incentivo industrial e/ou de oferta de mão de obra local.

A explicação desse fenômeno poderá estar numa superior exigência no nível de especialização profissional das metalomecânicas e elétricas, que não é correspondido em termos de ofertas de mão de obra local.

* nas restantes indústrias as diferenças não são significativas.

- * as indústrias metalomecânicas e elétricas, embora representem 45% do emprego local, só 17,5% dos residentes optam por trabalhar neste setor;
- * a indústria metalomecânica e elétrica (37%), ainda que seja o 2º ramo em termos de emprego (29%);

Neste concelho, a oferta de mão de obra (residentes activos) demonstra um perfil que contrasta com o do emprego: demónstra um menor valor correspondente ao que serve para ir trabalhar sobretudo, nas metalomecânicas e elétricas e na textil. O menor valor correspondente aos que servem para ir trabalhar na indústria metalomecânica e elétrica é de 15664 indivíduos,

3^a Conclusão: Ainda que a indústria de Matosinhos empregue uma forte percentagem de residentes activos locais (20605 activos), também emprega um importante número de mão de obra residente no exterior (15664 indivíduos), (20605 activos), também emprega um importante número de residentes activos locais sobretudo, nas metalomecânicas e elétricas e na textil. O menor valor correspondente aos que servem para ir trabalhar noutro concelho.

Total Ind.	20605	10072	15664
Metalom.	2887	2493	7353
Textil	7117	4350	4092
Residem e trab. em Matos.	Saem p/ ir trab. fora Entram p/ trab. em Matos.		

safida, nas metalomecânicas e elétricas, o concelho aparece deficitário em mão de obra.

Analise-se os destinos e as origens dos movimentos dos activos na indústria:

- * Os movimentos de saída do concelho fazem-se sobretudo com o Porto (33% do emprego total do concelho) e com a Maia (8.7%). Para o Porto deslocam-se (em termos relativos), sobretudo, activos do sector terciário. No movimento para a Maia predomina a mão de obra industrial.
- * Os movimentos de entrada têm origem no Porto (45% das entradas), na Maia (24%), em Vila Nova de Gaia (9%) e em Gondomar (9%). Para a indústria, do Porto e de Gondomar vêm trabalhar 52%-53%; da Maia e de V. Nova de Gaia 67% e 64% respectivamente.

II - O concelho de Matosinhos

3. Dinâmica industrial

No concelho de Matosinhos o processo de industrialização iniciou-se de uma forma mais ou menos precária já em pleno século XX⁴.

A distribuição geográfica da indústria no concelho reflecte a influência da proximidade do centro urbano do Porto, concentrando-se nas freguesias limítrofes dessa cidade, Matosinhos, S. Mamede Infesta e Senhora da Hora. Outros factores parecem ter ponderado na localização inicial da indústria: a existência de um porto de mar essencial para a exportação e importação, a abundância de recursos naturais (produto pescado, por exemplo), a existência de mão de obra em quantidade e barata,

⁴ Para uma percepção mais completa do processo de industrialização do concelho até aos sessenta ver: Cordeiro, José M. Lopes, "A Indústria Conserveira em Matosinhos - Exposição de Arqueologia Industrial", Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989.

Fonte: Ferreira do Amaral, A Industrialização em Portugal, Lisboa, 1966.

Actividade	Nome da Empresa	Localização: Situação: Actual
IND. DA ALIMENTAÇÃO		
- Conservas Peixe	- Algrave Exportador, Lda.	Matosinhos: Faria
- António & Henriques Serrano, Lda.	Coneiras Unidas, Lda.	Matosinhos: Transferiu-se
- Matosinhos: Faria	Fab. de Cons. Vasco da Gama, Lda.	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Francisco Alves & Filhos, Lda.	Joaõ C. Gragalo Herd., Sucrs.	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Francisco Faria & Cia.	Ramires & Cia. (1940)	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Vendida a "Maria Elisabeth"	Margues Neves & Cia. (1917)	Matosinhos: Vendida a "Maria Elisabeth"
- Matosinhos: Magogem - Tingo	Lopes da Cruz & Cia.	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Magogem - Tingo	Socied. de Fomenio Industrial, Lda.	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Milho	(1920)	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refinaria - Açúcar	Camerino Campos & Cia, Lda.	Matosinhos: Custoias
- Matosinhos: Refinaria de Angóla, Lda.	Soc. Prod. de Leveduras Seleccio-	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	Soc. Prod. de Angóla, Lda.	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	Portuguese Uniao Fabril	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	Refriegerantes Lda.	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	Refrigeraentes SARL	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	Confecções Levan, SARL	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	Fab. de Tecidos de Seda Leonesa,	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	Emp. Fábril do Norte, SARL(1905)	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- Textil de Algodão	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- IND. TEXTILS E DE CONFECÃO	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- IND. QUIMICAS	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- IND. METALURGICAS DE BASE	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- IND. FABRICACAO DE PRODUTOS METALICOS	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- CONS TRUGAO DE MÁQUINAS	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- CONS TRUGAO DE MÁQUINAS E OUTRO MAT. ELÉCTRICO	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- FORMADORES e Trans-	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- "Elaeccc." Emp. Fábril Máquinas	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- Scherlon Portuguesa - Const. Met.	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- Vilainho & Moura, Lda.	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- Constr. Biocelulas e	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- IND. TRANSFORMADORES DIVERSAS	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- "Sundelete" Soc. Industrial de Plastics, SARL.	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- Plastics, SARL.	Matosinhos: Faria
- Matosinhos: Refrigéranos	- E.M. Actividade: S. Mam. Int.	Matosinhos: Faria
FONTE: Ferreira do Amaral, A Industrialização em Portugal, Lisboa, 1966.		

Gráfico 3.1

Ano de constituição das empresas (LDA, CRL,SA):Total

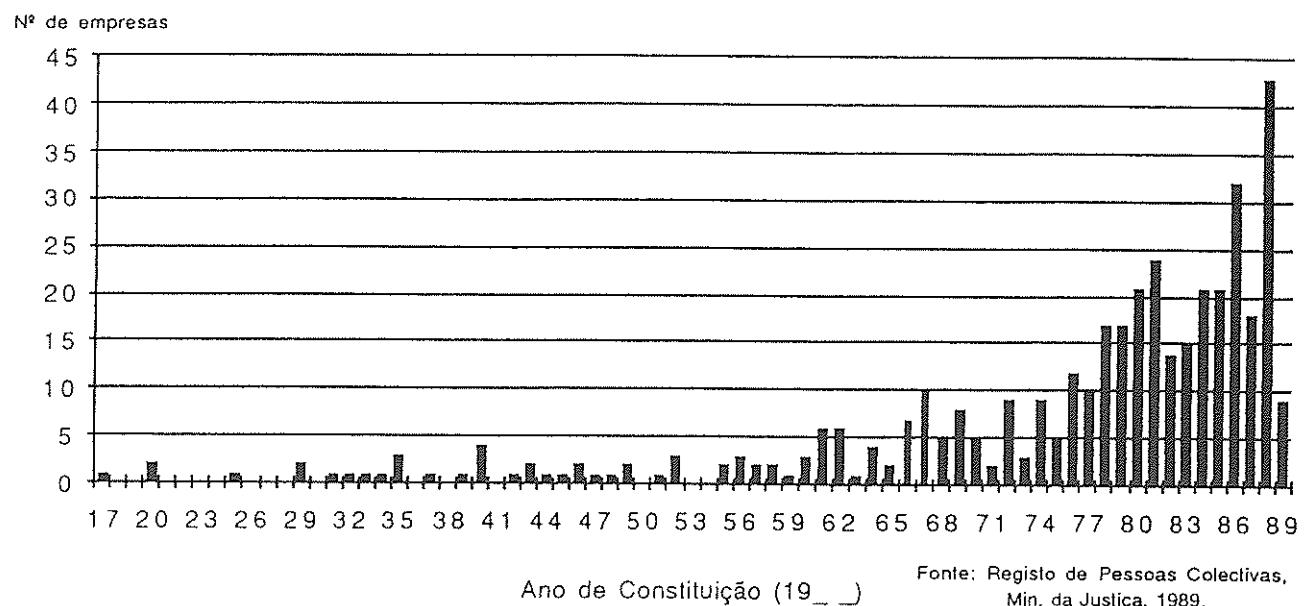
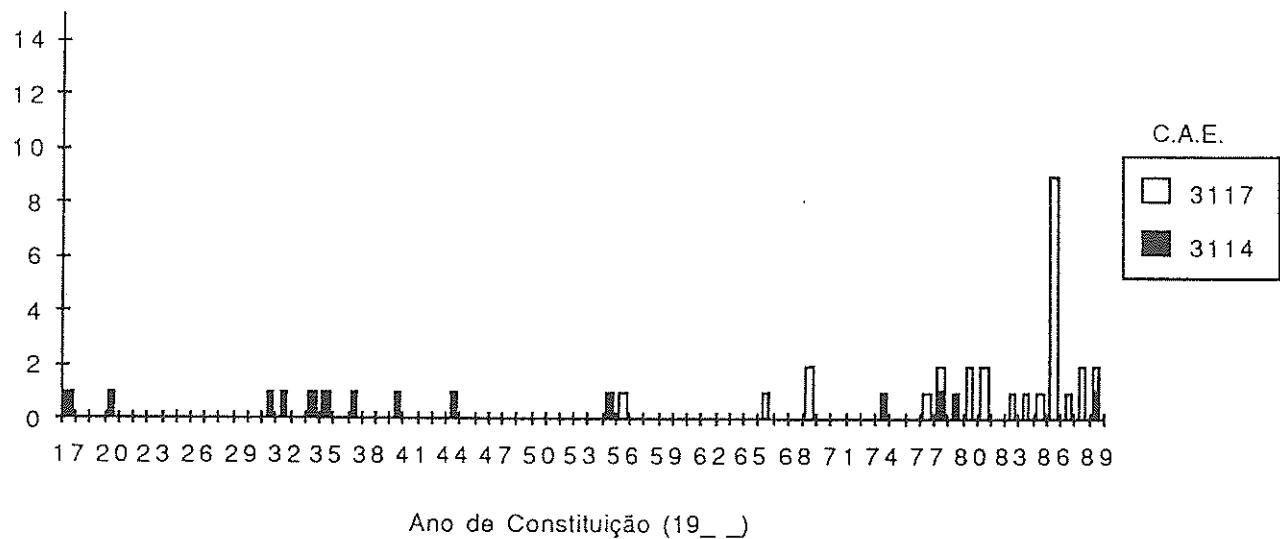
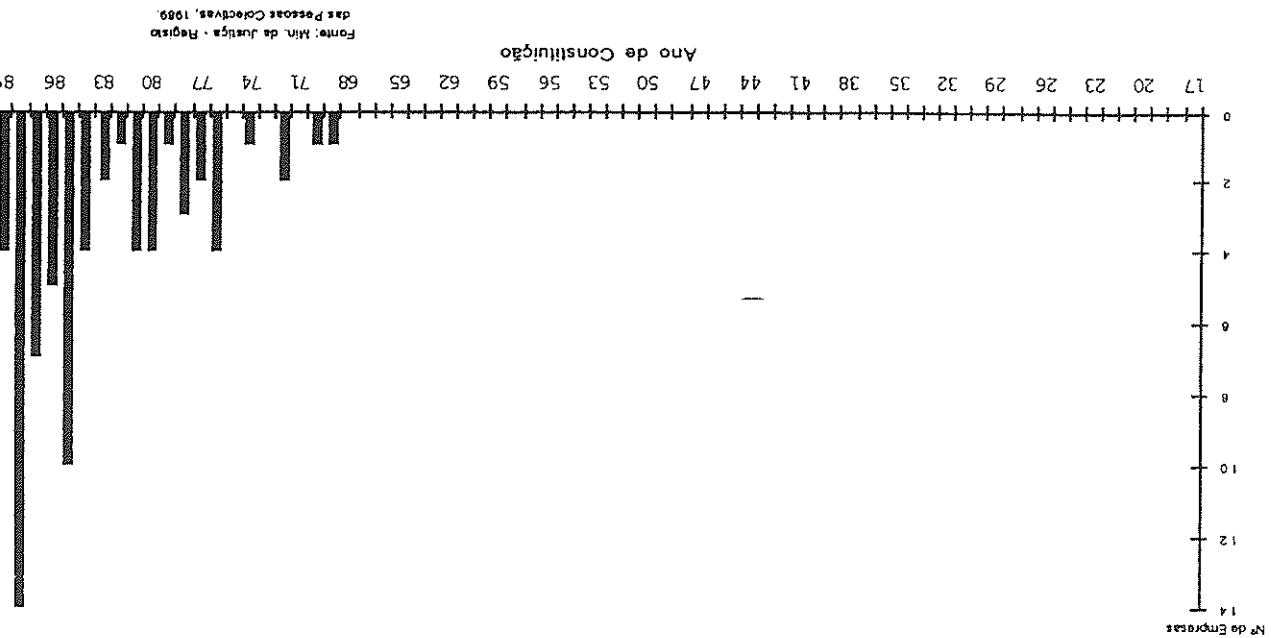


Gráfico 3.2

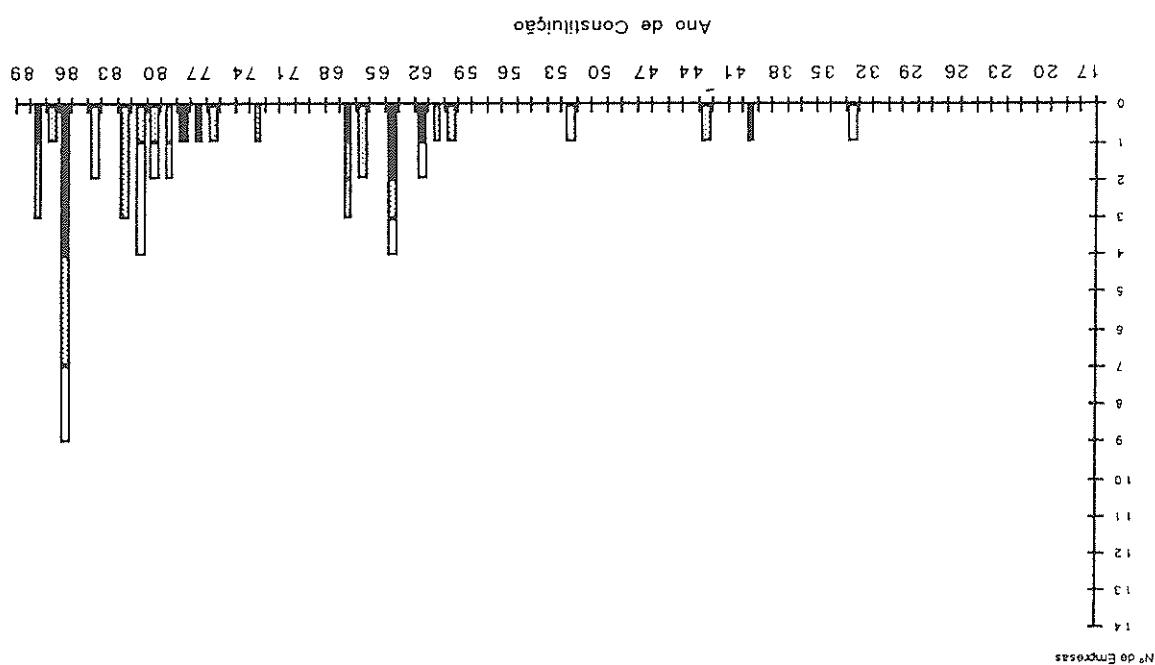
Ano de constituição das empresas (LDA, CRL,SA) Alimentares (CAE
31) dos ramos mais representativos





Data de constituição das empresas do Ramo do Vestuário (CAE 322) - Matosinhos

Gráfico 3.4



Data de constituição das empresas do Ramo Textil (CAE 321)

Gráfico 3.5

a abundância de recursos energéticos⁵ e a forte acessibilidade deste concelho (a abertura da Circunvalação e as linhas de Caminhos de Ferro que ligavam o concelho às linhas do Douro e Minho contribuíram para isso).

Em 1966, Matosinhos era já um concelho muito industrializado, como verificamos pelo elevado número de estabelecimentos das principais empresas indústrias Nacionais (quadro 3.1).

Note-se que, as freguesias com um maior número de unidades eram, nos finais dos anos sessenta, Matosinhos, S. Mamede Infesta, Leça da Palmeira e ainda, Senhora da Hora e Leça do Balio.

No actual tecido produtivo industrial de Matosinhos encontramos unidades industriais constituídas no início do século e nos últimos meses⁶ (gráfico 3.1):

* A indústria das conservas (CAE 3114 — gráfico 3.2) apresenta actualmente a estrutura etária mais envelhecida (75% das empresas iniciaram a actividade antes de 1976), predominando as empresas constituídas antes de 1945. No sector encontramos unidades constituídas no início do século e que atravessaram todas as flutuações e crises do mercado, que tanto perturbaram o crescimento normal desta actividade.

* A indústria têxtil (CAE 321- gráfico 3.3) apresenta hoje, idades mais diversificadas, reflectindo o forte crescimento dos anos sessenta, a crise do sector logo a seguir ao 25 de Abril, a estabilidade e o surgimento de novas empresas nos finais de setenta e anos oitenta. A situação sólida e estável deste sector poderá estar associada à referida estrutura de idades (40% das empresas existiam já antes de 1976).

⁵ A proximidade do litoral facilitava o transporte do carvão importado e a existência do rio Leça e seus afluentes permitia o recurso à energia hidráulica.

⁶ Analisando a data de constituição das unidades industriais inscritas no Registo de Pessoas Colectivas do Ministério da Justiça para 1989 (excluídas as empresas em nome individual).

conservas sentiu diversificagão industrial.
concelho. A imagem industrial, durante décadas, associada à
tem contribuído para uma alteração da especializagão do
recentemente também as eléctricas) nos últimos catorze anos
produtos metálicos, de máquinas não eléctricas e
metalomecânicas e eléctricas (incluindo só o fabrício de
dinâmica da indústria têxtil, vestuário e das indústrias
5º Conclusão: A mortalidade do sector conservador e a

estabelecimentos são anteriores a 1976.
no concelho, constatamos que 44% e 36%, respetivamente, dos
máquinas não eléctricas (CAE 382), com forte representatividade
relativamente ao fabrício de produtos metálicos (CAE 381) e de
hoge a laborar unidas anteriores à 2ª Guerra Mundial.
apresenta indicações de uma indústrialização antiga, estando ainda
eléctricas e não eléctricas e material de transportes (CAE 38)

* A indústria de fabrício de produtos metálicos, máquinas
subcontratadas por "tradings" localizadas na cidade do Porto.
constituígo de pequenas empresas de confecção, a maioria delas,
sobre tudo da indústria têxtil. Difiramente assistimos à
investimento e acessível ao ex-operário ou ao ex-encaregado,
arranque desta indústria intensiva em mão de obra: o
Não são necessárias grandes somas de capital fixo para o
alta mortalidade empresarial e comprovada e ultrapassada.
A fertilidade deste tecido industrial é de tal maneira elevada que a
depois de 1976 — em que todos os dias nascem e morrem empresas.
acompanha a evolução nacional deste ramo industrial, sobre tudo
apresenta a estrutura mais jovem. A dinâmica do tecido produtivo
* A indústria do vestuário (C.A.E. 322 - gráfico 3.4)

4. Dimensão dos estabelecimentos industriais na actualidade

Nos finais dos anos oitenta, as indústria metalomecânicas e eléctricas (CAE 38) representam 41.0% das empresas e 45.1% do emprego industrial, seguida pela têxtil (CAE 32) com, respectivamente, 28.5% e 28.8%. Quanto ao emprego industrial é de realçar a indústria alimentar (CAE 31) — 13.4% — e as químicas (CAE 35) — 7.9%. Estas quatro indústrias totalizam 95.2% do emprego na indústria.

As dimensões médias das empresas são mais elevadas nos ramos de actividade com maior representatividade em Matosinhos, reflectindo, em parte, uma estrutura de maior dimensão associada a unidades mais desenvolvidas e com perspectivas mais sólidas.

As químicas apresentam em média 109 pessoas ao serviço, por unidade, sobredimensionada pela localização em Leça da Palmeira da "Petrogal", com cerca de 1900 trabalhadores. Os outros três ramos apresentam valores semelhantes entre si: ramo alimentar, 48 pessoas; têxtil, 35 pessoas; metal. e eléctricas, 38. Nos restantes as médias variam entre as 5 (madeiras, mobiliário,... — CAE 33) e as 20 pessoas (cerâmica, vidros,... — CAE 36) — quadros em anexo.

O número médio de pessoas por empresa esconde realidades muito diversificadas. No tecido produtivo industrial deste concelho predominam unidades industriais de pequena dimensão, o que está associado à forte dinâmica industrial: cerca de 55% das empresas têm menos de seis pessoas ao serviço e 33% de 6 a 50 pessoas, perfazendo um total de 88% (quadro 4.1). Se excluirmos dos cálculos as que têm menos de 6 indivíduos, dado que na Segurança Social estão inscritas muitas empresas que não têm pessoas ao serviço (cerca de 15% a 20%) e/ou que não laboram, verificamos que 74% das unidades têm entre seis e cinquenta pessoas, o que confirma a predominância de pequenas unidades. As empresas com menos de 50 pessoas, ainda que empreguem menos de 20% da mão de obra da indústria, constituem a base da actual dinâmica de industrialização — gráfico 4.1 e 4.2.

Gráfico 4.1 - Repartição das empresas por classes de dimensão, segundo o ramo de actividade (C.A.E.)

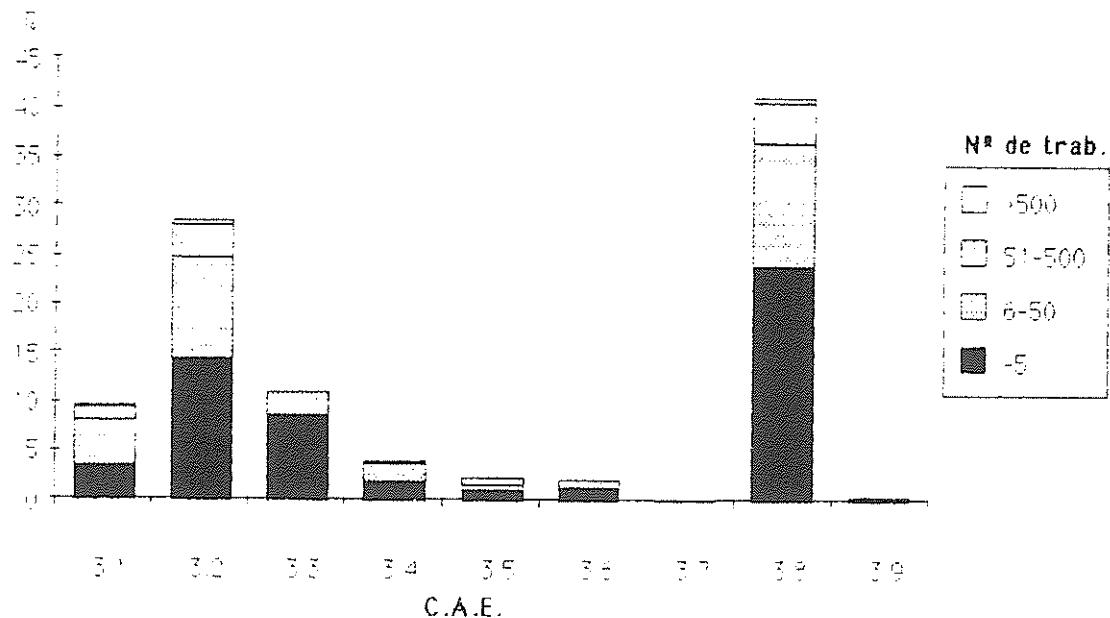
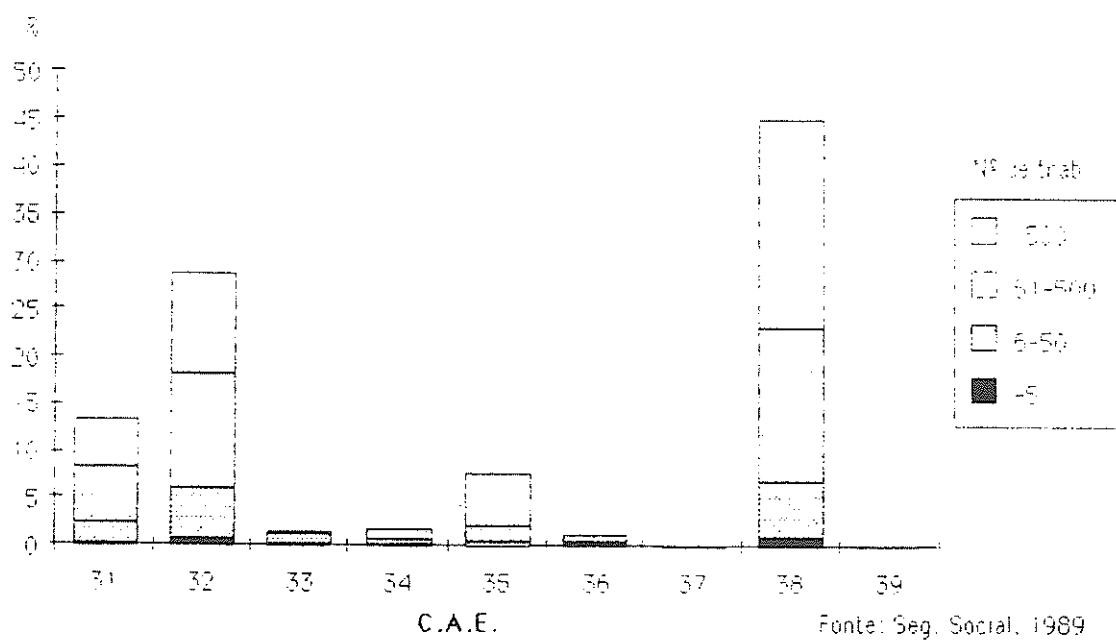


Gráfico 4.2 - Repartição do emprego por classes de dimensão, segundo o ramo de actividade (C.A.E.)



Fonte: Seg. Social, 1989

proximidade a um grande centro de pesca, fator crucial ao A localização inicial neste concelho é justificada pela tecido produtivo local.

As indústrias de conservas apresentam-se integradas no

Indústrias das Conservas (C.A.E. 3114)

5. Integração produtiva local

Uma política industrial e de formação profissional deve obrigatorialmente passar pela constatação das estratégias industriais que lhe estão associadas.

total.

absorvem 43% do emprego da indústria e 24% do emprego serviço) concentradas em quatro ramos industriais, que encontra-se grandes empresas (com mais de 500 pessoas ao industrial seja constituída sobretudo por pequenas empresas,

6º Conclusão: ainda que a estrutura empresarial

empresas.

predominante está nas empresas com 50 a 500 pessoas ao serviço (12.1%), logo seguida pelas empresas com mais de 500 pessoas (10.8%), ainda que a dinâmica actual da indústria de confecção de vestuário determine elevados valores no número de pequenas indústria). Na têxtil (CABE 32), a estrutura do emprego empresas (com mais de 500 pessoas a trabalhar em grandes indústrias) e maior nº de pessoas a trabalhar em pequena dimensão (com menos de 50 pessoas, 36% das unidades concentram, simultaneamente, o maior nº de empresas de concorrentes aos quatro ramos mais representativos do concelho, com mais de 500 pessoas ao serviço que empregam 43% do emprego da indústria e 24% do emprego total.

Embora o tecido produtivo seja maioritariamente constituído por pequenas empresas, encontramos, pelo menos, três empresas As indústrias metalomecânica e eléctrica (CABE 38)

abastecimento diário, antes de surgirem os processos de congelação.

As empresas compram localmente a maior parte da matéria prima (peixe) e exportam quase toda a produção. São estabelecimentos que fabricam todas as fases produtivas internamente, que compram o "vazio", em geral, em Matosinhos e que exportam directamente para o exterior.

A maioria dos empresários deste sector são residentes em Matosinhos ou no Porto.

Com relações directas ou indirectas com este ramo industrial, encontramos no concelho, designadamente, a Indústria de fabrico de redes, de latoaria e litografia em folha de flandres, de máquinas para a indústria de fabrico de "vazio" e de óleos de peixe⁸.

Indústrias têxteis e do vestuário (CAE 321 e 322)

A indústria têxtil (CAE 321) está integrada em tecidos produtivos de outras áreas: Ave, Barcelos e Porto.

Os estabelecimentos localizados em Matosinhos:

- vendem e/ou compram produtos (fio, tecido) a unidades industriais localizadas nessas áreas;
- são subcontratados para a realização de algumas fases produtivas (designadamente, acabamentos, tinturaria e estamparia) por unidades localizados nessas áreas;
- contratam fases produtivas a unidades dessas áreas industriais.

Há um jogo de interrelações produtivas que se realiza entre o tecido produtivo de Matosinhos e outras áreas especializadas na Têxtil.

A localização dos estabelecimentos em Matosinhos é justificada pela forte acessibilidade deste concelho (ao aeroporto, porto de Leixões, terminal tir, cidade do Porto e às áreas especializadas na Têxtil).

⁸ Através da utilização dos desperdícios de peixe das indústrias de Conservas.

— a proximidade ao Porto de Leixões, pelos serviços de reparação naval que lhe estão interentes (necessidade de fornecimento de motores, elices,) e pela sua utilização na importação de produtos pesados e volumosos necessários ou

neste concelho;

especialização da mão de obra e contribuir para a sua expansão fabricação de cravadeiras e embaladarias, o que levou a uma certa complementar o ciclo produtivo da indústria das conservas na — na primeira metade deste século, esta actividade surgiu a

associar-se a diferentes factores:

O processo de extensão deste ramo em Matosinhos poderá

eléctricas e não eléctricas e material de transporte (CAE 38)

Indústrias de fabrico de produtos metálicos, máquinas

A ligação do tecido produtivo do concelho com o base industrial do "Ave", Barcelos e Porto, é, ainda, evidenciada em papel e plástico, algumas das quais fabricam exclusivamente peças industriais de fabrico de tubos, cartonagens e embalagens para essas áreas.

A produção destina-se sobretudo à exportação, daí que a integração produtiva é mais extrema do que local ou regional. O cliente exterior é o responsável pela concepção do produto, envia os modelos e, muitas vezes, os tecidos e manda confeccionar ça, em

parte da colégio.

A indústria do vestuário (CAE 322) está representada em Matosinhos por pedreiras e medianas empresas, subcontratadas diretamente por empresas ou agências estrangeiras ou através de um representante, agente ou de uma "trading" (localizados no Porto). Algumas destas unidades subcontratadas, contratam, por sua vez, outras, para a realização de alguma fase produtiva ou de

parte da coleção.

A indústria do vestuário (CAE 322) está representada em

Quando há interesse de mudar a localização do estabelecimento, tem-se em vista uma aproximação às áreas com que estão integrados.

fabricados pelos estabelecimentos deste ramo, foi um factor de atração desta actividade;

— as ligações fáceis a um grande centro urbano (Porto), para compra de matérias primas (representantes e armazenistas aí sediados), venda de produtos e prestação de serviços de manutenção e reparação também contribui para a dinamização deste ramo;

— a localização neste concelho de grandes empresas do ramo, contribuiu, também, através da subcontratação⁹ por elas desencadeada para o surgimento de um grande número de pequenas e médias empresas deste sector. A expansão da subcontratação, nos últimos anos, está associada à necessidade de se alcançarem maiores níveis de competitividade só conseguidos através de um aumento da especialização, que permitirá resolver custos¹⁰, qualidade e capacidade de inovar;

— a construção civil é a actividade motora deste ramo industrial, através da produção e/ou prestação de serviços de apoio por ela desencadeados: canalizações, instalações eléctricas e mecânicas, estruturas metálicas, pinturas e revestimentos, equipamento para a construção civil, ascensores e elevadores, entre outros.

Podemos encontrar neste ramo industrial estabelecimentos que desenvolvem diferentes tipos de relações económicas: indústrias subcontratadas, contratantes e/ou independentes. No entanto, a subcontratação realizada pela "EDP", "Petrogal", "Portucel", "Efasec", "CP" e por diversas empresas da construção civil absorvem um grande número de estabelecimentos localizados neste concelho.

O que parece haver em comum entre estas indústrias, mais do que relações produtivas, são as necessidades de utilização do porto de Leixões, aeroporto de Pedras Rubras, terminal de carga do Freixieiro (nas importações e exportações) e a acessibilidade à cidade do Porto (pelo mercado, pelos serviços que oferece e

⁹ A "Oliveira & Ferreira", "Sepsa", "Sonafi", "Efasec", entre outras.

¹⁰ Nas pequenas empresas o custo da mão de obra é mais baixo, o controlo do trabalho é superior e a capacidade de organização laboral é mais baixa.

total, dos quais se 5,4% não estão localizados nestas freguesias, mais acentuada na indústria, que compreende 56,2% do emprego 88,4% do emprego total (gráfico 6.1). Esta lógica concentradora é Senhora da Hora, S. Mamede, Infesta e Lega do Balio, totalizando concentra-se em círculo freguesias: Matosinhos, Lega da Palmela, * O emprego, sem especificar ramos de actividade,

desigualdades não se manifestam em termos espaciais: industrial, não significa que interamente os desequilíbrios e as desigualdades não se manifestam em termos espaciais:

6. Análise por freguesia da representatividade industrial

III - As freguesias do concelho de Matosinhos

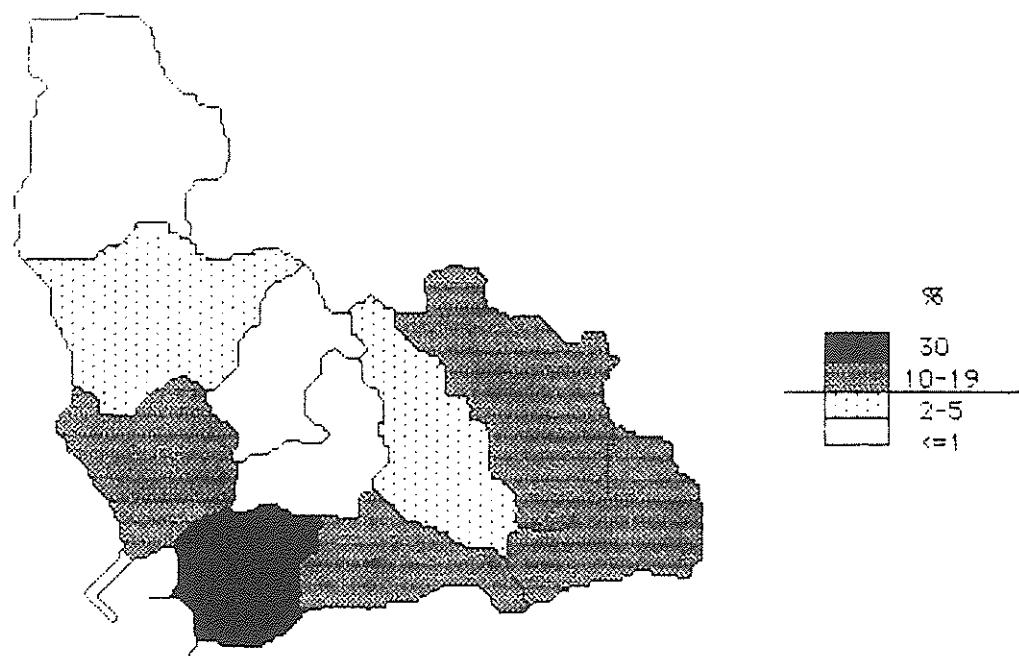
No entanto, a acessibilidade ao terminal terrestre, aeroporto, porto de mar e a cidade do Porto são mais importantes nestas localizações do que as necessidades de integragão produtiva local. No entanto, a acessibilidade ao terminal terrestre, aeroporto, Porto são cruciais.

Porto é para as quais a acessibilidade é a facil ligação ao eléctricas, para as quais a acessibilidade é a fácil ligação ao fabrício de produtos metálicos, máquinas eléctricas e não manutenção dinamizam um grande número de empresas de localizadas no Porto. A construção civil e os serviços de textil ("Ave" e Barcelos) e com os intermediários produtivos relacionam-se com as áreas industriais especializadas na indústria têxtil.

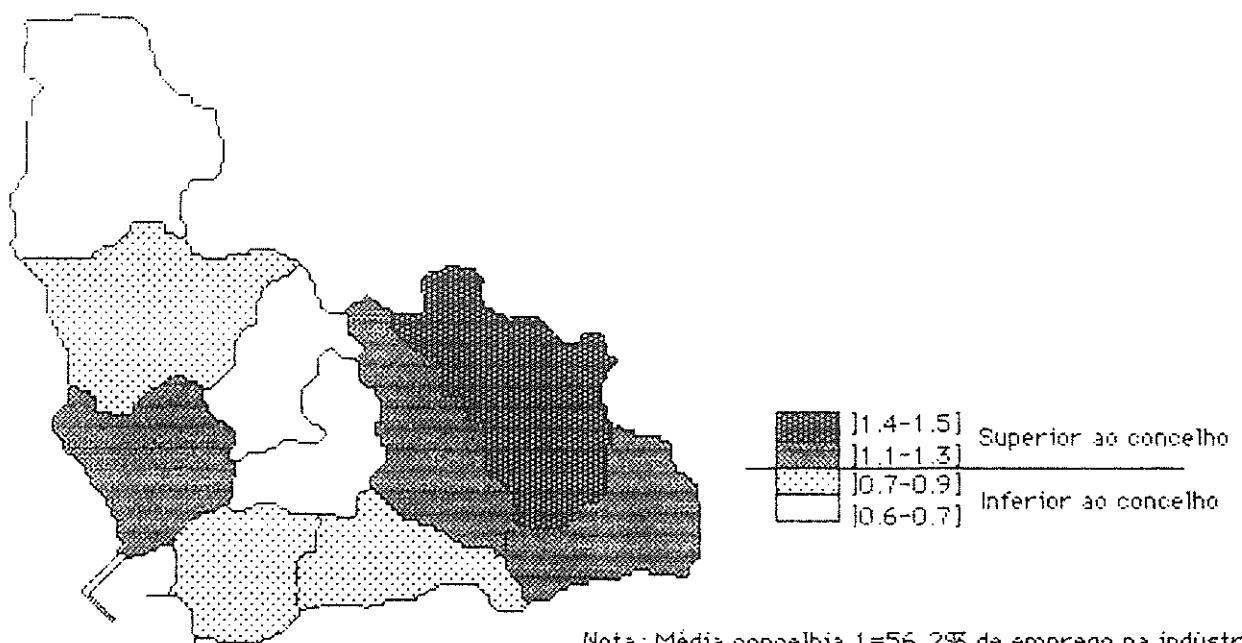
7º Conclusão: A indústria de conservas é a actividade mais

Matosinhos, do que, a necessidades de integragão produtiva local. Empresas como a "Petrogal", "Unicer", "Gist-Brocades", "Sical", "Jomar", entre outras, devem-se, mais, a proximidade de interfaces de transporte apontados e à disponibilidade de espaço em procura) e a outras áreas produtivas. A localização de grandes

Mapa 6.1 - Emprego na indústria por freguesia, relativamente ao total do concelho.



Mapa 6.2 – Especialização Industrial, relativamente ao perfil do concelho



Nota: Média concelhia 1=56,2% de emprego na indústria

11 Esta freguesia representa só 2.4% do emprego da concelho, sendo 1.6% referente à indústria.

As novas empresas, constituidas entre 1976-89, embora tenham surgido em quase todas as freguesias, privilegiaram as

(12.7%) e Senhora da Hora (8.1%).
Palmela (21.4%), S. Mamede Linfesta (16.8%), Leça do Balio do emprego das metalomecânicas e eléctricas), e ainda em Leça da localiza-se preferencialmente na freguesia de Matosinhos (35.7% transpore (Mapa 6.3) —, sobretudo fabrício de produtos metálicos, produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de

* C.A.E. 38 (45% do emprego industrial) — Fabricação de freguesias, leva-nos a novas inferências:

A análise sectorial (gráfico 6.2 e quadro 6.1), por

abaixo da média do concelho.
indústria e o seu perfil de actividades industriais está muito Santa Cruz do Bispo são pouco representativas no emprego da relativamente à média concelhia, e industrial; Lavora, Guifões e emprego da indústria e que são áreas cujo perfil dominante, Matosinhos, que mobilizam uma fracção importante do Mamede Linfesta, que relativamente ao seu perfil industrial, aí abrange a indústria de transformação, que é a sua principal actividade.

* São as freguesias de Leça da Palmeira e S. total industrial «seja pouco representativa.
subir o seu perfil industrial, ainda que relativamente ao emprego do sector terciário; por outro lado, a freguesia de Cusco vê perder, um pouco, o seu carácter industrial, devendo a importância diferente (Mapa 6.2). Por um lado, a freguesia de Matosinhos relativamente ao perfil do concelho, apresenta uma imagem algo * O perfil de especialização industrial de cada freguesia

por ordem decrescente da importância do emprego na indústria.
(16.1%), S. Mamede Linfesta (14.6%) e Senhora da Hora (10.5%). Leça da Palmeira (18.7% do emprego industrial), Leça do Balio 30.2% do emprego total da indústria, seguida pelas freguesias de concelho (mais 19.5% nas outras actividades, totalizando 36.5%) ou emprego desse concelho, concentrando 17.0% do emprego total do concelho (mais 19.5% nas outras actividades, totalizando 36.5%) ou

* A freguesia de Matosinhos representa o maior centro de implantado em metade das freguesias do concelho — Mapa 6.1.

Podemos então afirmar que 90% do emprego da indústria está

Gráfico 6.1 - Emprego (%), total e na Indústria Transformadora, por freguesias, 1989.

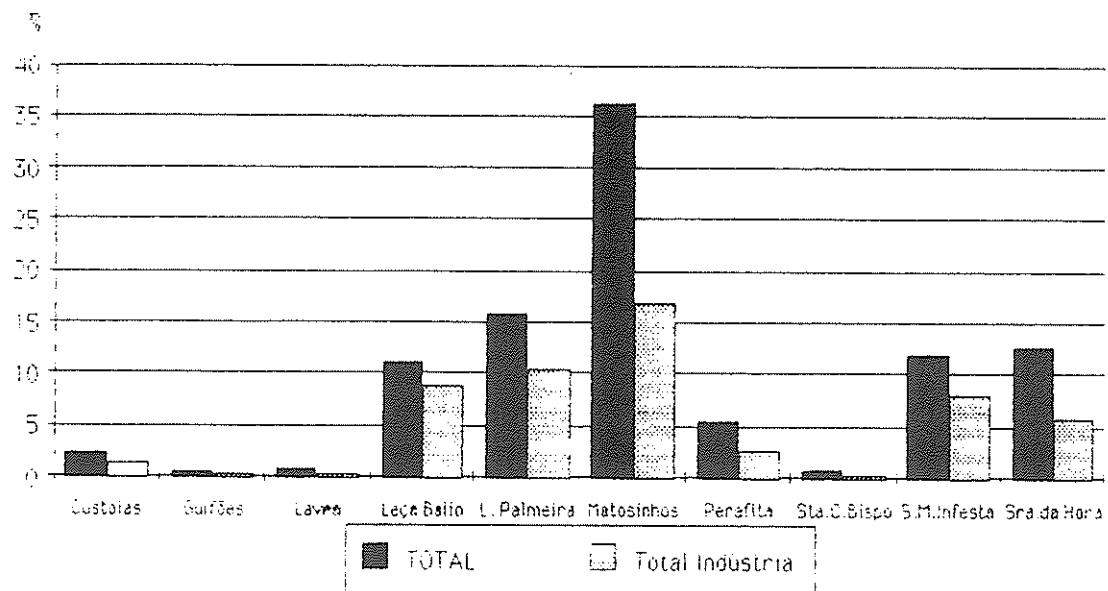
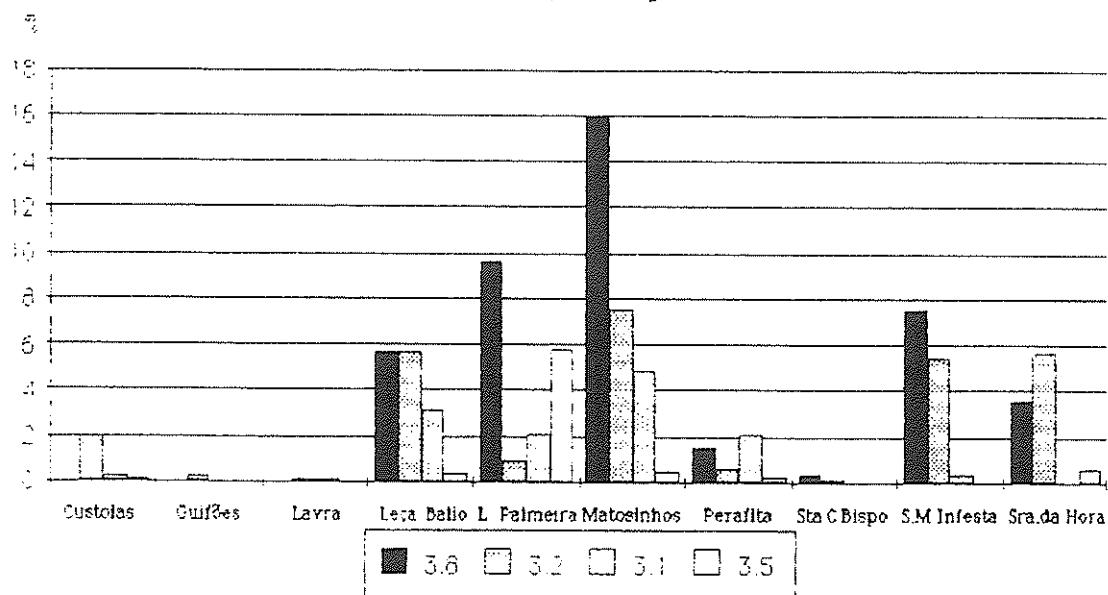


Gráfico 6.2 - Emprego (%), nos principais ramos da indústria transformadora, por freguesias, 1989.



freguesias de Matosinhos, S. Mamede Infesta e a Senhora da Hora (esta última só no fabrício de máquinas não eléctricas). O facto concentram-se em Matosinhos (26.4% do emprego da textil), Leça do Balio (19.8%), Senhora da Hora (19.7%), S. Mamede Infesta (19.2%) e com menor incidência em Custoias (7.0%).

texteis, do vestuário e do couro (Mapa 6.4) — a textil e o vestuário, concetram-se em Matosinhos (26.4% do emprego da textil), Leça do Balio (19.8%), Senhora da Hora (19.7%), S. Mamede Infesta (19.2%) e com menor incidência em Custoias (7.0%).

A forte dinâmica deste ramo é, predominantemente, da responsabilidade da confecção, que opta declaradamente pelas freguesias de S. Mamede Infesta, Matosinhos e Custoias. Esta A Textil, propriamente dita, não parece apresentar consumidores de espaço.

A Textil, propriamente dita, não tende a espacial vicinada.

Nos últimos anos a dinâmica deste ramo está nas padarias/pastelarias¹³, com uma grande concentração na freguesia de Matosinhos, o que vem de encontro com a percepção da mudança dos hábitos e das atitudes da população.

* C.A.E. 31 — (13.4% do emprego industrial) Indústrias da alimentação, bebidas e tabaco (Mapa 6.5), sobretudo a alimentação, opta por Matosinhos (36.8% do emprego nas alimentares) e depois por Leça do Balio (24.0%), Perafita (15.9%) e Leça da Palmeira (15.6%).

* C.A.E. 32 (28.8% do emprego industrial) — Indústrias do carvão e dos produtos de hortácea e de plástico (7.9% do petróleo e

* C.A.E. 35 — Indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de hortácea e de plástico (7.9% do petróleo e

12 Nestas indústrias estão incluídas uma grande variedade de actividades, com diferentes graus de poluição, desde a decapagem, zincagem,.... (muito poluentes) até à oficina de pequenas reparações eléctricas (não poluentes).

13 DAs 30 empresas (excluíndo as empresas em nome individual) imcrias no Registo de Pessoas Colectivas do Ministério da Justiça, entre 1976 e 1989, no sector da alimentação, bebidas e tabaco (C.A.E 31), 22 são pastelarias e/ou padarias (9 na freguesia de Matosinhos).

* C.A.E. 31 — (13.4% do emprego industrial) Indústrias da alimentação, bebidas e tabaco (Mapa 6.5), sobretudo a alimentação, opta por Matosinhos (36.8% do emprego nas alimentares) e depois por Leça do Balio (24.0%), Perafita (15.9%) e Leça da Palmeira (15.6%).

A forte dinâmica deste ramo é, predominantemente, da responsabilidade da confecção, que opta declaradamente pelas freguesias de S. Mamede Infesta, Matosinhos e Custoias. Esta A Textil, propriamente dita, não parece apresentar consumidores de espaço.

A Textil, propriamente dita, não tende a espacial vicinada.

ultimamente empregadora, não é poluente, nem grande actividade é de manter em espaços residenciais, pois sendo fortemente empregadora, não é poluente, nem grande actividade é de manter em espaços residenciais, pois sendo freguesias de S. Mamede Infesta, Matosinhos e Custoias. Esta concetram-se em Matosinhos (26.4% do emprego da textil), Leça do Balio (19.8%), Senhora da Hora (19.7%), S. Mamede Infesta (19.2%) e com menor incidência em Custoias (7.0%).

Leça, do vestuário e do couro (Mapa 6.4) — a textil e o vestuário, destas fábricas estabelecem-se, sobretudo, em freguesias muito urbanizadas, e de algumas dessas actividades serem largamente poluentes, deverá implicar por parte do poder municipal, um maior controlo das actividades ali desenvolvidas¹².

**Quadro 6.1 - Emprego (%) nos ramos de actividade da indústria transformadora, por freguesias, 1989.
(relativamente ao total da indústria)**

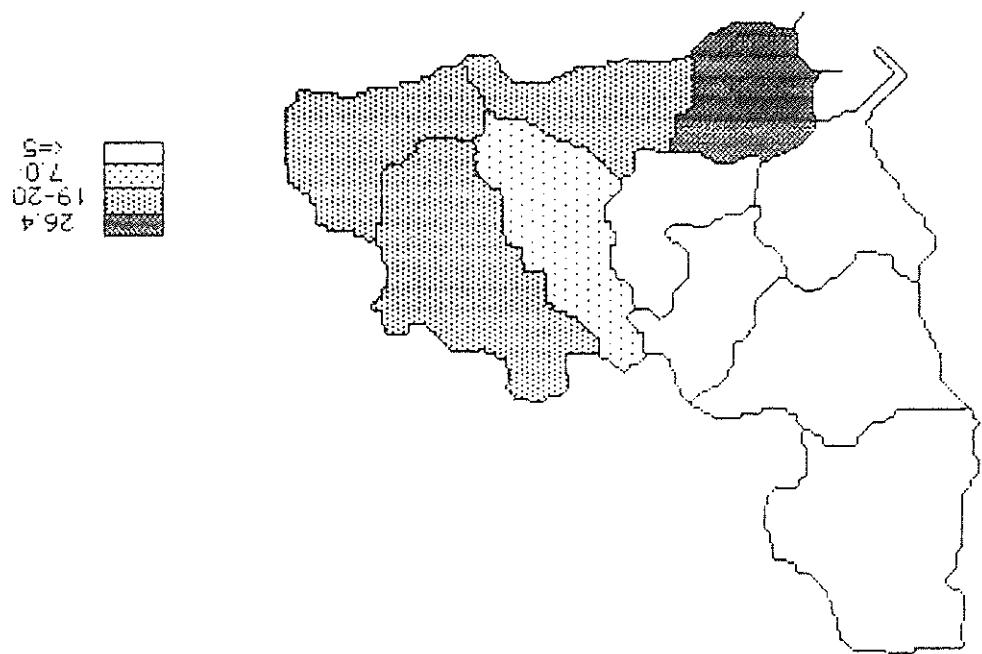
C.A.E.	Custodiadas	Cunhadas	Lavrás	Leça/Baixo	Pálm.	Fatos/linhos	Pérolas	S.º C. Biog.	S.º C. Ind.	S.º C. Horas	Freq.	Total
3.8	0.1	0.1	0.1	5.7	1.0	0.6	1.5	9.5	5.7	3.4	0.2	36.1
3.2	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0	26.8
3.1	0.3	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0	18.4
3.5	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0	13.9
3.4	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	0.1	1.7
3.3	0.0	0.0	0.0	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	1.6
3.6	0.1	0.0	0.0	0.8	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.2
3.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
3.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Total Ind.	2.8	0.5	0.7	16.1	18.7	30.2	4.8	6.6	14.6	10.5	0.5	100.0

Fonte: Sén. MCT, 1989.

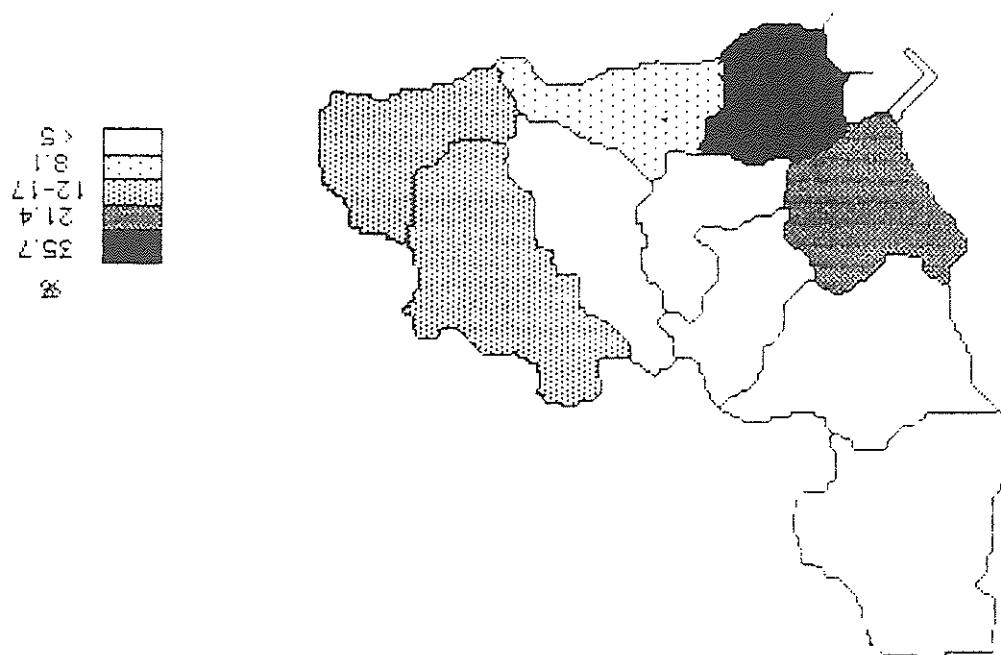
**Quadro 6.2 - Emprego (%) nos ramos de actividade da indústria transformadora, por freguesias, 1989.
(relativamente ao total do ramo industrial)**

C.A.E.	Custodiadas	Cunhadas	Lavrás	Leça/Baixo	Pálm.	Fatos/linhos	Pérolas	S.º C. Biog.	S.º C. Ind.	S.º C. Horas	Freq.	Total
31	2.2	0.7	24.0	15.6	36.8	15.9	0.0	0.0	3.3	0.2	0.9	100.0
32	7.0	1.1	0.6	19.8	3.6	26.4	2.1	0.5	19.2	19.7	0.0	100.0
33	0.4	1.6	10.9	4.1	1.7	35.5	17.1	4.3	13.0	7.6	4.1	100.0
34	0.0	0.0	0.0	3.0	6.4	24.8	0.7	0.6	41.0	14.8	5.6	100.0
35	2.8	0.0	0.0	5.7	7.3.3	6.0	3.7	0.0	1.0	7.5	0.0	100.0
36	11.3	0.0	0.0	68.8	1.6	11.3	0.5	0.0	3.3	3.0	0.0	100.0
37	0.0	0.0	0.0	6.0	2.4	0.0	0.0	0.0	4.9	92.7	2.0	100.0
38	0.1	0.1	0.5	12.7	21.4	35.7	3.3	0.8	16.8	8.1	0.8	100.0
39	32.4	0.0	0.0	0.0	0.0	16.2	0.0	0.0	51.4	0.0	0.0	100.0
Total Ind.	2.8	0.5	0.7	16.1	18.7	30.2	4.6	0.6	14.6	10.5	0.5	100.0

Fonte: Sén. Soc. 1989.

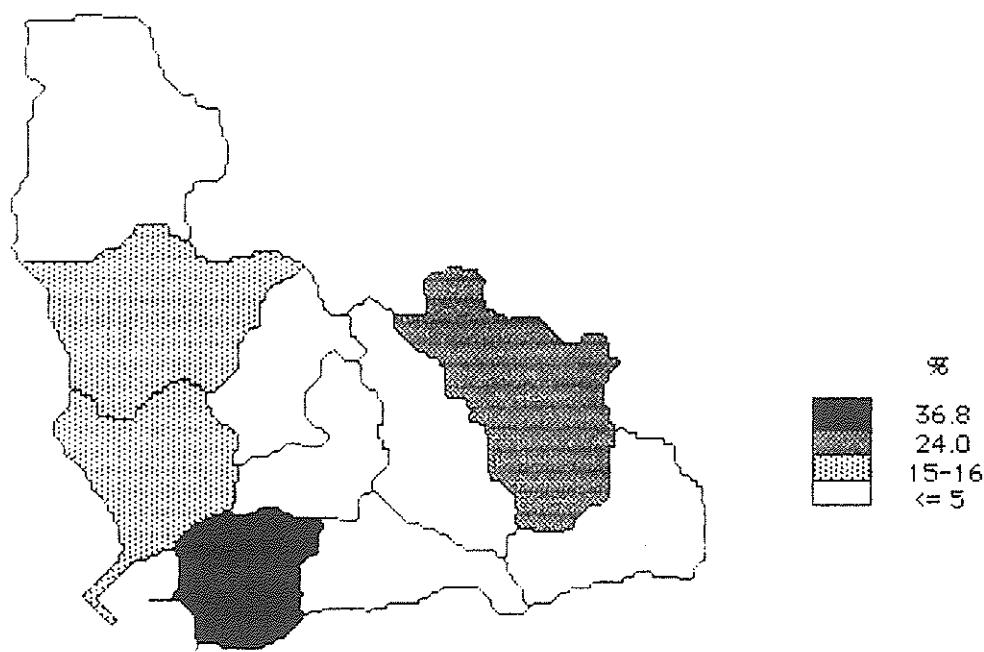


Mapa 6.4 - Localização do emprego na indústria têxtil, vestuário e calçado (freguesia relativamente ao total do concelho)

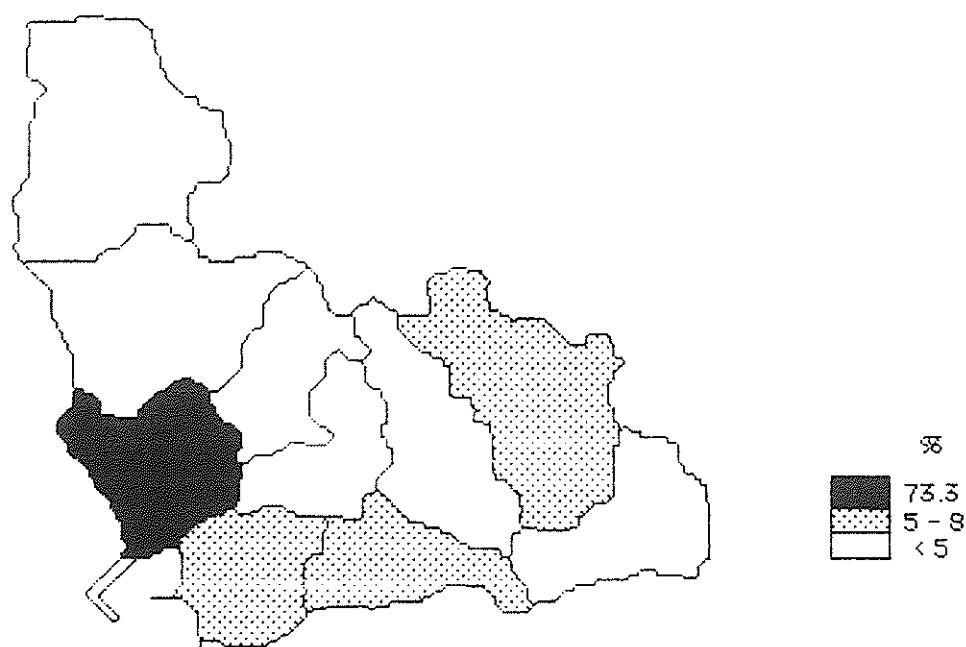


Mapa 6.5 - Localização do emprego da indústria de fabrico de produtos metálicos, de máquinas eléctricas e não eletrónicas, construção de material de transportes e fabrico de material de optica, ... (freguesia relativamente ao total do concelho)

Mapa 6.5 – Localização do emprego da indústria da alimentação, bebidas (freguesia relativamente ao total do concelho).



Mapa 6.6 - Localização do emprego da indústria de fabrico de produtos químicos, refinaria de petróleo, fabrico de derivados do petróleo e do carvão e indústria da borracha e dos plásticos (freguesia relativamente ao total do concelho)



- 21 É de referir a Localizagão, designadamente, de um número considerável de algumas confecções.
- 20 É de referir a Localizagão, designadamente, da Indústrias das Conservas "Fábrica de Conservas Paitita", "Ramires & Cia., Lda.", "Aguiar, Pedrosa & Cia., Lda.".
- 19 É de referir a Localizagão, designadamente, da "Petrogal".
- 18 É de referir a Localizagão, designadamente, da "FACAR" (CAE 384).
- 17 É de referir a Localizagão, designadamente, da "Shell Portuguesa"
- 16 É de referir a Localizagão, designadamente, de um grande número de Indústrias das Conservas, "Antônio Lucas & Filhos, Lda.", "Conservaria Portuguesa", Juíz de Fora & Cia., "Conservas Alva, Lda.", "Gisit-Brocades, Cia., Lda.", e outras alimenteras, "Padamar" e "Pinhais & Ca., Lda.", "Gisit-Brocades, Lda."
- 15 É de referir a Localizagão, designadamente, da "Nacitex", "Dueime, Construsolda".
- 14 É de referir a Localizagão, designadamente, da "Oliveteira & Ferreirinha — Intermacional de Montagens Industriais, Lda", da "Cerralharia Leixões, Lda." e da Indústrias Metalúrgicas, S.A.R.L.", da "Oliveteira & Ferreirinha — Construsolda".

<p>metal, e elétricas (CAE 38)</p> <p>- 9,7% do emprego total do concelho 18,</p> <p>químicas (CAE 35)</p> <p>- 5,8% do emprego total do concelho 19,</p> <p>alimentar (CAE 31)</p> <p>- 4,9% do emprego total do concelho 16,</p> <p>textil (CAE 32)</p> <p>- 7,6% do emprego total do concelho 15,</p> <p>metal, e elétricas (CAE 38)</p> <p>- 16% do emprego total do concelho 14,</p>	<p>— Lega da Palmira, predominia o emprego na indústria:</p> <p>— Matosinhos, predomina o emprego na indústria:</p> <p>representativas será de considerar (quadro 5.1):</p>
	<p>— 0,5% do emprego total do concelho 17,</p> <p>químicas (CAE 35)</p> <p>- 4,9% do emprego total do concelho 16,</p> <p>alimentar (CAE 31)</p> <p>- 7,6% do emprego total do concelho 15,</p> <p>textil (CAE 32)</p> <p>- 16% do emprego total do concelho 14,</p> <p>metal, e elétricas (CAE 38)</p> <p>- 9,7% do emprego total do concelho 18,</p> <p>químicas (CAE 35)</p> <p>- 5,8% do emprego total do concelho 19,</p> <p>alimentar (CAE 31)</p> <p>- 4,9% do emprego total do concelho 16,</p> <p>textil (CAE 32)</p> <p>- 7,6% do emprego total do concelho 15,</p> <p>metal, e elétricas (CAE 38)</p> <p>- 16% do emprego total do concelho 14,</p>

- 8º CONCLUSÃO: relativamente às freguesias mais representativas será de considerar (quadro 5.1):
- Matosinhos é Lega do Bairro concentrado, respetivamente, 7,5%, importânciada do emprego na "Petrogal". Senhora da Hora, Palmela, com 73,3% dos activos, reflectindo novamente a químicas dos derivados do petróleo, concentram-se em Lega da emprego industrial) — Mapa 6.6 —, em especial as indústrias químicas dos derivados do petróleo, concentraram-se em Lega da Palmela, com 73,3% dos activos, reflectindo novamente a importânciada do emprego na "Petrogal". Senhora da Hora, Matosinhos é Lega do Bairro concentrado, respetivamente, 7,5%, 6,0% e 5,7% do emprego.

— Senhora da Hora, predomina o emprego na indústria:

têxtil (CAE 32)	— 5.7% do emprego total do concelho ²² ,
metal. e eléctricas (CAE 38)	- 3.7% do emprego total do concelho ²³ .

— S. Mamede Infesta, predomina o emprego na indústria:

metal. e eléctricas (CAE 38)	- 7.6% do emprego total do concelho ²⁴ ,
têxtil (CAE 32)	— 5.5% do emprego total do concelho ²⁵ ,

— Leça do Balio, predomina o emprego na indústria:

metal. e eléctricas (CAE 38)	- 5.7% do emprego total do concelho ²⁶ ,
têxtil (CAE 32)	— 5.7% do emprego total do concelho ²⁷ ,
alimentar (CAE 31)	— 3.2% do emprego total do concelho ²⁸ .

7. Distribuição espacial dos estabelecimentos industriais (Mapas em anexo)

Neste concelho, a ausência de acções urbanísticas orientadoras e/ou canalizadoras da distribuição espacial da indústria, é a característica mais visível na análise que se segue.

O interesse tardio da administração local pelos problemas da implantação industrial, possibilitou a invasão de todo o tipo de indústrias, não se destacando, à primeira vista, qualquer estratégia espacial (Mapa em anexo). É de realçar:

22 É de referir a localização, designadamente, da "Empresa Fabril do Norte", "José Ribera", "Sociedade Industrial do Seixo" e um grande número de pequenas e médias confecções.

23 É de referir a localização, designadamente, da "Emoação", A Perfiladora", "Cimopóvel", "IACM", "SGO".

24 É de referir a localização, designadamente, da "A. Resistente, Sociedade de Parafusos, Lda.", "Vilar - Indústrias Metalúrgicas", "Ferfor - Empresa Industrial de Ferramentas", "Sonafi".

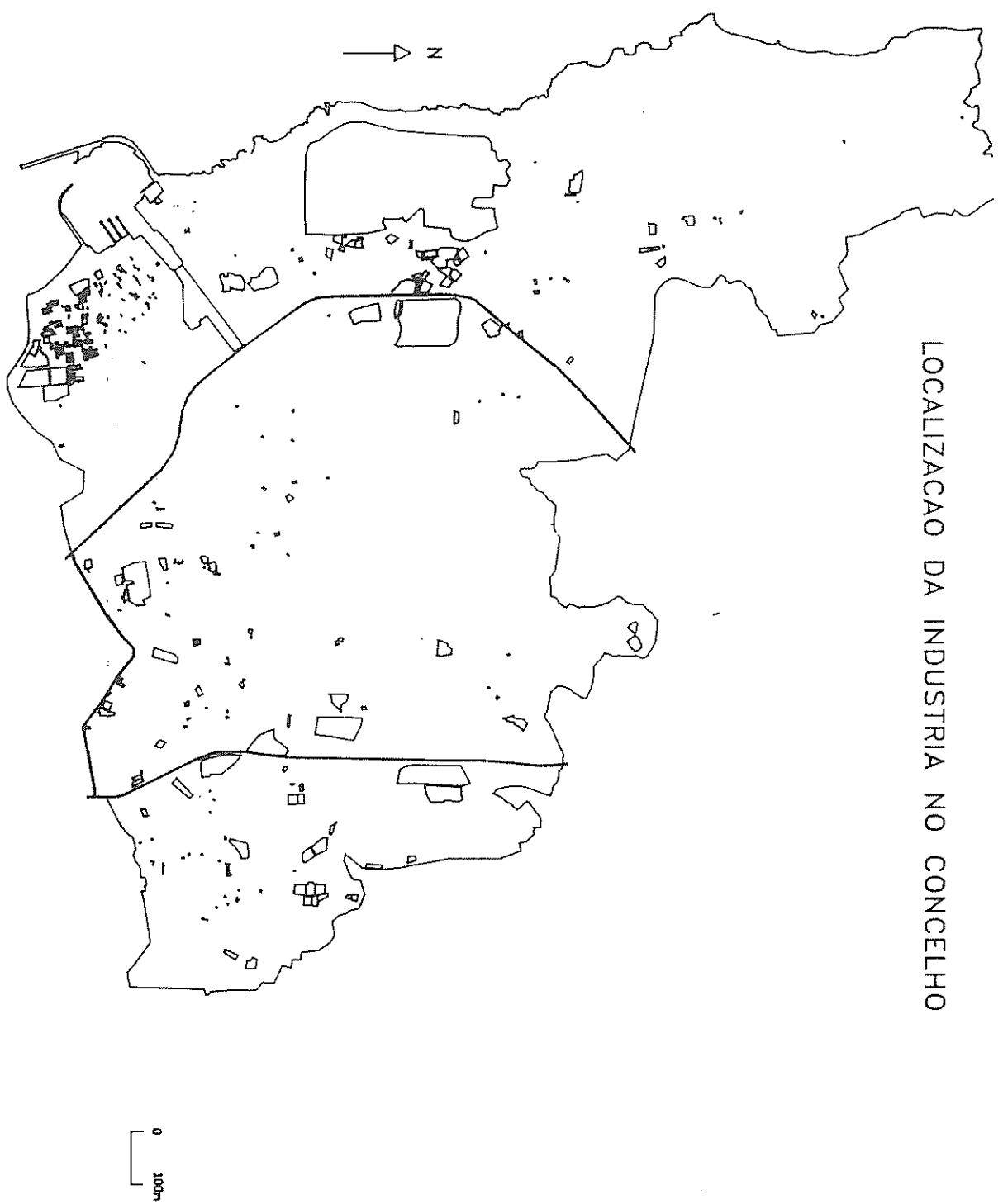
25 É de referir a localização, designadamente, da "Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra, Lda.", "Fil-Fiação do Leça", "Vaz Ferreira, Lda", "José Rodrigues Granjo, Sucessores".

26 É de referir a localização, designadamente, da "Sepsa" e "Efasec"

27 É de referir a localização, designadamente, da "Fábrica de Tecidos Lionesa", e muitas outras empresas de fiação, tecelagem e acabamentos de algodão e de confecção de vestuário.

28 É de referir a localização, designadamente, da "Agros" e da "Unicer - União Cervejeira, EP".

LOCALIZACAO DA INDUSTRIA NO CONCELHO



* Na freguesia de Matosinhos destaca-se, pelas marcas deixadas no território, a indústria conserveira.

Especialmente, no núcleo industrial do centro urbano de Matosinhos emergem as grandes instalações industriais das conservas, representações arquitectónicas de um período áureo deste ramo industrial: Av. Menéres, R. Brito Capelo, R. de Sousa Aroso, entre outras. Hoje estão em abandono declarado, reconvertidas em armazéns e, algumas, ainda a ser utilizadas pela actividade conserveira.

* As empresas fortemente consumidoras de espaço localizam-se principalmente ao longo ou nas proximidades das grandes vias de comunicação (EN 107, Via Norte, antiga estrada para a Maia, Circunvalação). A necessidade de grandes áreas para a actividade produtiva e de fácil acessibilidade ao Porto e ao exterior levaram a esta opção locativa (ver mapas de localização das diferentes unidades industriais — anexo).

* Neste concelho destaca-se ainda um conjunto de empresas, que pelo espaço que ocupam e pela descaracterização urbana que provocam, exigem uma urgente intervenção urbanística.

* A fraca acessibilidade de algumas áreas, não cortadas por importantes vias de comunicação, tornaram-as pouco atractivas à localização de unidades industriais:

- a área compreendido entre a "via rápida,(no sector norte das freguesias de Sta. Cruz do Bispo, Guifões e Custóias);
- a freguesia de Lavra.

Relativamente a Lavra, consideramos ser um espaço a preservar em termos ambientais, pela proximidade do mar e pelo predomínio das actividades agrícolas. Quanto à outra área, pensamos estar já comprometida pela abertura de novas vias e pela inerente expansão urbanística.

Intróduçâo

Tendo presente o processo de industrialização do concelho de Matosinhos, temos de considerar que:

Matosinhos, temos de considerar que:

— Matosinhos foi uma área peri-urbana atractiva, em termos industriais, face ao processo de *desindustrialização* do Porto, pelo espaço que disponibilizou para a indústria que se transferia urbaniзаго e da necessidade de expansão das unidades industriais — o concelho sente, neste momento, sintomas de uma vaga de *desindustrialização*, resultante do forte e rompante processo de aquela cidade;

— o concelho sente, neste momento, sintomas de uma vaga de *desindustrialização*, resultante do forte e rompante processo de aquela cidade;

— a área industrial do centro urbano de Matosinhos — a área industrial do centro urbano de Matosinhos apresenta, sobretudo com a falência do sector conservador e/ou concelho fortemente industrializado, em que a habitação invade os espaços disponíveis e em que as funções industriais, residenciais, comerciais e serviços misturam-se no espaço e nem sempre da forma mais apazível.

Perante esta heterogeneidade de situações, interessa questionar e refletir sobre o futuro que queremos dar a este concelho fortemente industrializado, em que a habitação invade os espaços disponíveis e em que as funções industriais, residenciais, comerciais e serviços misturam-se no espaço e nem sempre da forma mais apazível.

Um cenário tendencial pode em evidência as nefastas consequências que esse movimento parece acarretar (poluição a integrado de diferentes actividades, tendo como pressupostos as vantagens que um cenário optimista repousa na vontade de manter e acolher industrial, problemas de tráfego, descaracterização urbana, ...) e consequências que esse movimento parece acarretar (poluição a integrado de diferentes actividades, tendo como pressupostos as vantagens que

culturais possam acarretar.

Um cenário tendencial pode em evidência as nefastas consequências que esse movimento parece acarretar (poluição a integrado de diferentes actividades, tendo como pressupostos as vantagens que um cenário optimista repousa na vontade de manter e acolher industrial, problemas de tráfego, descaracterização urbana, ...) e consequências que esse movimento parece acarretar (poluição a integrado de diferentes actividades, tendo como pressupostos as vantagens que

um cenário tendencial põe em evidência as nefastas consequências que esse movimento parece acarretar (poluição a integrado de diferentes actividades, tendo como pressupostos as vantagens que um cenário optimista repousa na vontade de manter e acolher industrial, problemas de tráfego, descaracterização urbana, ...) e consequências que esse movimento parece acarretar (poluição a integrado de diferentes actividades, tendo como pressupostos as vantagens que

1. A mobilidade industrial — apresentação da problemática

Para a compreensão da dinâmica industrial deste concelho é necessário, antes de mais, analisar o processo de *desindustrialização* ou de *exurbanização* das actividades industriais.

Em trinta anos, a localização de numerosas actividades económicas modificou-se muito. A relocalização afectou particularmente os tecidos urbanos, nos quais cerca de metade dos estabelecimentos industriais modificou a sua localização. Sobretudo nas grandes cidades, a desindustrialização dos núcleos centrais fez-se acompanhar pela industrialização das periferias, tendencialmente ao longo dos grandes eixos rodoviários. Esta mutação não afectou só o tecido industrial, mas também o "terciário pesado" (comércio por grosso, transportadores, armazéns,...) grandes consumidores de superfície e fortemente exigentes de acessibilidade.

No processo de desindustrialização, os factores de expulsão da actividade industrial em meio urbano, foram e são mais importantes que os factores de atracção da nova localização. A inadaptação do parque imobiliário é sem dúvida o factor crucial desta mudança de instalação; numerosos estabelecimentos industriais não estão adaptados às novas tecnologias de produção, às exigências dos grandes volumes de stocks e às novas formas de transporte e novas técnicas de carga/descarga.

Localizadas em ruas estreitas, com muito tráfego urbano, sem área privada de estacionamento, em que o acesso e o movimento de grandes camiões é feito com grande dificuldade e acarretando graves engarrafamentos, pressiona as indústrias a procurarem outra instalação.

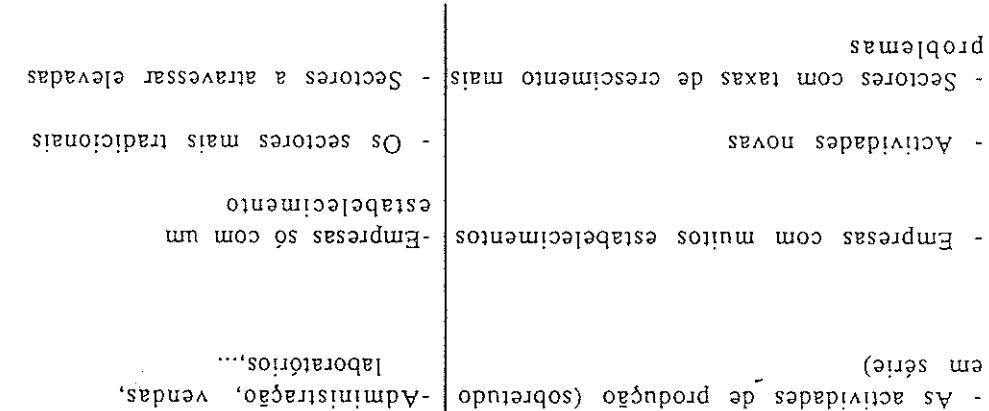
Por outro lado, a indústria urbana gera problemas com a vizinhança (sobretudo com a residência), pelo barulho, odores, fumos, engarrafamentos de tráfico que acarretam, criando hostilidade e focos de pressão junto dos poderes públicos. Assim, aumentar ou modernizar as instalações industriais nas áreas urbanas em que o espaço disponível é escasso e atinge valores

insustentáveis e onde os factores extremos a contrariam, parecem estar condensadas. A transferência das actividades mais consumidoras de espaço intra-urbano mas também pelas modificações estruturais internas às empresas. A reorganização das empresas, que passaram de unidades artesanais a funcional em pedreiras instaladas urbanas a empresas de superior dimensão e melhor equipadas, implicou quase sempre a procura de uma nova localização. Há ainda a considerar outros factores de desindustrialização:

- Mudanças de localização
- As actividades de produção (sobretudo administrativa, vendas, em série)
- Empresas com muitos estabelecimentos
- Empresas só com um estabelecimento
- Actividades novas
- Os sectores mais tradicionais
- Sectores com taxas de crescimento maiores
- Sectores com elevadas taxas de crescimento maiores
- Problemas

Este processo parece estar, também, dependente da localização original. A maioria é mais provável nas áreas mais centrais, contemplando com maior incidência a produção e a armazenagem, ficando na localização original o sector administrativo, o atendimento a clientes, as salas de exposição, os laboratórios de investigação, funções pouco consumidoras de espaço e para as quais a centralidade é crucial.

E assim de referir a ligação espacial entre a primeira localização e aquela para onde a actividade é transferida. Esta transferência é feita no sentido da periferia mas para um local de forte acessibilidade à localização original (ao longo de vias de transferência e feita no sentido da periferia mas para um local de forte acessibilidade à localização original (ao longo de vias de comunicação que partem da direcção anterior); por exemplo: um estabelecimento localizado no sector ocidental da cidade tende a



deslocar-se para a periferia a ocidente. Esta deslocação está relacionada com a vontade de utilizar os serviços localizados no raio de acção da anterior localização (agências bancárias, de seguros, empresas de serviços, ...) e, por outro lado, com a necessidade de encurtar a distância que a empresa terá de suportar no deslocamento da mão de obra.

São sobretudo as empresas transferidas que tiram mais benefícios da mutação, pois podem organizar melhor a actividade produtiva ou beneficiar de melhores facilidades de comunicação. Esta deslocação depende, em larga medida, do capital necessário ao financiamento da transferência, da capacidade de suportar o transporte de mão de obra para o novo local de trabalho e da capacidade e dinâmica da estrutura empresarial.

2. Mobilidade industrial

Demonstração empírica - resultados dos inquéritos²⁹

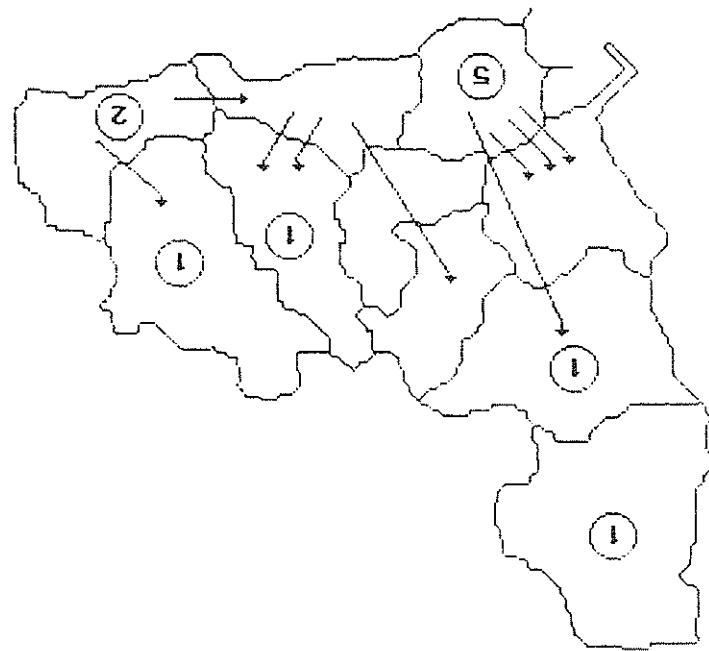
A análise das tendências de localização das indústrias já existentes ou das novas indústrias na área do Grande Porto, mais concretamente em Matosinhos, deve ser, neste momento, um dos eixos privilegiados da nossa investigação.

Dos estabelecimentos inquiridos, constatamos que só 57% dos estabelecimentos iniciaram a sua actividade neste concelho e aqui têm permanecido desde a fundação; os restantes já estiveram localizados em duas (31%) ou três instalações (11%).

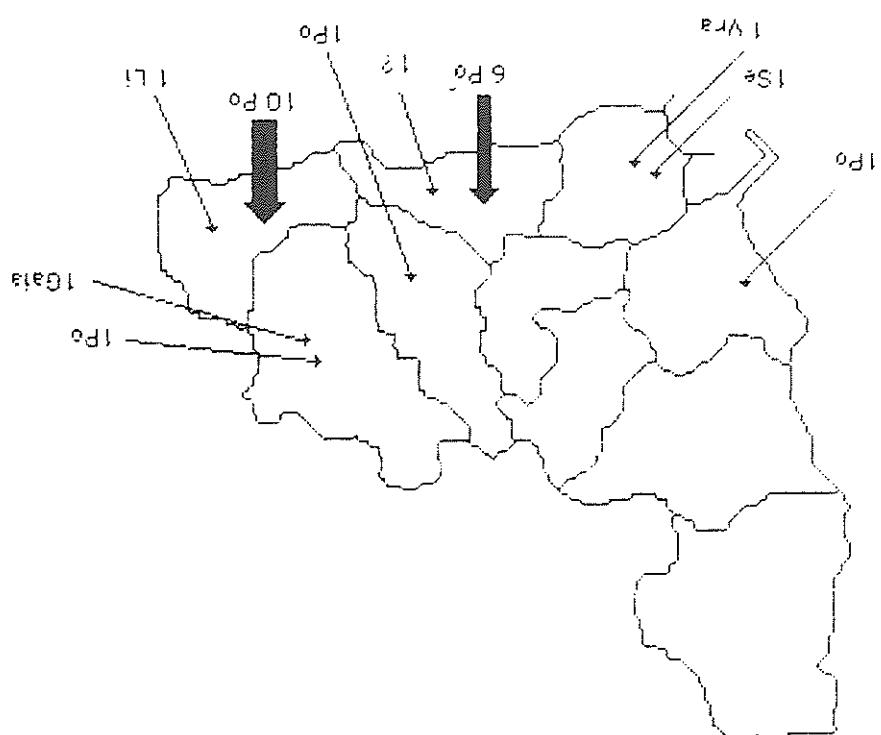
Esta mobilidade elevada que afectou 42% das unidades industriais, apresenta trajectórias e motivações diversificadas (quadro 2.1):

²⁹ Foi realizado nos últimos meses de 1989 um inquérito aos estabelecimentos industriais localizados em Matosinhos, de forma a ultrapassarmos as insuficiências das nossas estatísticas oficiais. Fizemos cerca de 110 entrevistas, com a colaboração da Dra. Ana Paula Delgado, a quem desde já agradecemos, estando aqui tratadas 98, dada a morosidade na entrega dos restantes.

Fonte: Inquérito realizado, 1989.
 x → sentido do movimento
 x → origem de estabelecimentos
 ← movimento dentro da propriedade
 freguesia



Fonte: Inquérito realizado, 1989.
 x → sentido do movimento
 x → origem de estabelecimentos
 ← origem de movimentos



MAPA 2.1 - Origem dos estabelecimentos industriais actualmente localizados em Matosinhos -

QUADRO 2.1.1 - Factores de localização

Estabelecimentos com a 1^a localização fora de Matosinhos

Factores de Localização	Estabelecimentos com origem:			
	1º Lote no Porto	2º Localização no Porto	1º Localização em outros concelhos	2º Localização em Matosinhos
A-Proximidade de um centro pesqueiro e da lata	1	1	3	2
B-Residência de alguns sócios	1	1	2	1
C-Espaco ou edifício disponível para comprar ou arrendar	8	1	1	1
D-Disponibilidade de mão de obra	1	1	1	1
E-Integrarão produtiva	1	1	1	1
F-Edifício disponível já adaptado a actividade industrial	2	2	2	2
G-Acessível ao aeroporto e terminal porto de Leixões ou do Porto	2	1	1	1
H-Necessidade de ampliação das instalações existentes e inadaptadas	1	1	1	1
I-Pequena empresa com instalações inadaptadas e pequeno espaço	1	1	1	1
J-Portaria	1	1	1	1

Estabelecimentos com a 1^a localização em Matosinhos

Factores de Localização	Polidade interna	
	1º Localização	2º Localização
A-Proximidade de um centro pesqueiro e da lata	1	1
B-Residência de alguns sócios	1	1
C-Espaco ou edifício disponivel para comprar ou arrendar	5	4
D-Disponibilidade de mão de obra	5	5
E-Integrarão produtiva	5	5
F-Edifício disponível já adaptado a actividade industrial	2	2
G-Acessível ao aeroporto e terminal porto de Leixões ou do Porto	1	2
H-Necessidade de ampliação das instalações existentes e inadaptadas	2	2
I-Pequena empresa com instalações propriedade de pessoas proprietárias	16	16
J-Portaria	1	1

Fonte: Inquerito realizado (1999).					
	151	152	153	154	155
31	15	31	32	33	31
32	25	21	21	11	11
33	31	11	11	11	11
34	41	11	11	11	11
35	41	11	11	11	11
36	31	11	11	11	11
37	31	11	11	11	11
38	31	111	21	81	37
39	31	111	11	11	11
Total	96	151	59	151	96

BAIXO (C a E)	16 Ponto	nosso Concelhos	em instalções	regulões
Estatísticas Comunidade	Tabela			

Quadro 2.1.2 - Ramos de actividade dos establecimentos industriais, segundo o local da sua instalação.

1. Cerca de 43% dos estabelecimentos (18% das unidades entrevistadas) iniciaram a actividade no Porto e transferiram-se para o concelho de Matosinhos, entre 1950 e 1974 (só um caso em 1980) — Mapa 2.1.

A situação tem em geral este percurso: a primeira empresa é instalada em pequenas instalações próprias ou arrendadas no Porto; com o crescimento da empresa e com as necessidades de ampliação e de instalações mais adaptadas à actividade, conjugadas com as desconomias do espaço urbano — tráfego, dificuldade em estacionar, falta de espaço — os estabelecimentos optam pela transferência para o concelho de Matosinhos.

O movimento proveniente do Porto é então justificado, sobretudo, pela exiguidade de espaço e a inadaptação das instalações industriais anteriores (por 72% dos estabelecimentos), pela oferta de edifícios e espaços para venda ou arrendamento no concelho de Matosinhos, quando pensaram em mudar de instalações (44%), e pelo facto da residência de alguns dos sócios estar localizada em Matosinhos (17%). É ainda de referir que a freguesia de S. Mamede Infesta, apresenta-se como a mais preferida, o que está relacionado com a localização anterior dessas empresas (Montes Burgos, Carvalhido,...).

Esta mobilidade afecta, principalmente, os estabelecimentos de fabrico de produtos metálicos (CAE 381) — onze dos dezoito que saíram do Porto — e um pouco a Têxtil (CAE 321) — três empresas.

2. Só 12% dos estabelecimentos (5% das unidades entrevistadas) iniciaram a actividade fora de Matosinhos e não no Porto — Mapa 2.1. Este movimento, face aos outros, tem pouco significado e só afectou a indústria das conservas e o fabrico de produtos metálicos. Relativamente à primeira indústria, representa a desconcentração produtiva explicada pela escassez de sardinha nas outras áreas de pescado (Vila Real de Santo António e Sesimbra). Quanto à segunda, prende-se novamente com necessidades de expansão e de instalação melhor adaptadas à actividade industrial — quadro 2.1.

disponível, apresentam estabelecimentos que carecem de espaço e maioria das frequências, excluíndo as que têm ainda muito terreno a grande mobilidade das unidades industriais desse conceito. A crescimento das empresas, que parece estar a afetar e a provocar

E a necessidade de espaço, associada, na maioria das vezes, a

(8%).

prendem com o carácter poluente de algumas fases produtivas exemplo o Ave para a teixil) e com processos municipais que se outras áreas especializadas em determinados setores (por com a necessidade de uma maior integração produtiva, favorecida problemas de acessibilidade, que envolvem a actividade industrial, dos terrenos onde estão alojados (em 14% dos casos), com nas instalações actuais (em 47% dos casos), com o elevado valor curto prazo concetivável) relacionam-se com a falta de espaço justificativos dessa instalação (por vezes, sob a forma de projeto a instalações (36,7% dos estabelecimentos) — Quadro 2.2. Os factores associada à elevada mobilidade que afectou os estabelecimentos industriais desse conceito (42%), observamos uma alta predisposição para uma futura translocação de

instalações mais adequadas.

As situações repetem-se: são fundadas pequenas empresas em instalações próprias ou arrendadas, na maioria das vezes na propria frequência de residência dos sócios; mais tarde, tem necessidade de expandir-se e são obrigadas a relocalizar-se em um apropriado espaço disponivel.

Os movimentos internos ao conceito que implicam um movimento para outra frequência (9 em 20 das unidades industriais), fazem-se com mais intensidade entre frequentas e para frequentas mais perifericas e logo, com mais contíguas e para frequentas mais perifericas e logo, com mais

— Os movimentos internos ao conceito que implicam um actividade industrial.

necessidades de ampliação ou com a inadaptação das instalações à dos estabelecimentos). Os motivos prendem-se com as mudanças de instalações mantendo a mesma frequência (11 em 20 — Como verificamos no Mapa 2.2, estes estabelecimentos mudaram de instalações mantendo a mesma frequência (11 em 20 entrevistas) registaram movimentos internos, dentro do conceito de Matosinhos:

3. Os restaurantes 43% dos estabelecimentos (18% no total das entrevistas) registaram movimentos internos, dentro do conceito

Quadro 2.2
Estabelecimentos industriais dispostos a mudarem de localização

Freguesias	Total dos Inquiridos	Estab. dispostos a mudarem de local.	Tipologia*									Total
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Custoijas	4	1										1
Guiões	1											0
Lavra	2	1										1
Leça da Palmeira	10	3	1	1			1		1			4
Leça do Balio	16	4	2			2		1				5
Matosinhos	25	12	5	2	1	1		1	1	1	1	13
Perafita	3	1	1									1
S. Mamede Infesta	21	8	6		2	1	1				2	12
Sra. da Hora	15	5	1	2			1		1	1		6
Sta. Cruz do Bispo	1	1	1									1
Total	98	36	17	5	3	5	3	3	3	2	3	44
Total %	100.0	36.7	47.2	13.9	8.3	13.9	8.3	8.3	8.3	5.6	8.3	

*Tipologia dos motivos da relocalização e/ou breve tendência do movimento:

- 1-Necessitam de mais espaço
- 2-Mudam de localização devido ao elevado valor, actual, dos terrenos onde estão localizados
- 3-Mudam de localização, mas privilegiam uma localização próxima da actual
- 4-Mudam de localização, mas privilegiam uma localiz. próxima da actual devido à local. da residência da mão de obra
- 5-Mudam de localização, mas privilegiam uma localização próxima da actual de forma a não perturbar a clientela
- 6-A mudança de localização favorece a integração produtiva
- 7-São estab. industriais poluentes e estão localizados em áreas muito urbanizadas
- 8-Os problemas de acessibilidade entravam a actividade industrial
- 9-Outros

O elevado valor dos terrenos leva os empresários a projetar avenida ou o investimento imobiliário, largamente rentável. O valor dos terrenos permite, nalguns casos, aplicar o capital realizado na compra de outro terreno, na construção de um edifício industrial mais funcional e/ou no reequipamento do novo estabelecimento. Pode-se observar este fato na freguesia de Matosinhos, Lega da Palmela, Senhora da Hora e S. Mamede em 25% dos casos, devido à necessidade de transferir mão de obra e/ou ao cuidado de não perturbar a clientela actual.

São as empresas sediadas na freguesia de Matosinhos (12 em 25 entrevistados) e nas áreas mais urbanizadas, que parecem atrair maior disponibilidade para mudar de instalações, devendo aos constrangimentos urbanos a que estão sujeitas, às dificuldades de expansão, aos problemas de estacionamento, à pressão imobiliária e à política municipal de desincentivação de actividades poluentes (ruídos, fumes, odores) e consumidores de espaço.

A facilidade de mobilização depende muito da fase produtiva em causa, do crescimento da empresa, da dimensão desta e do número de estabelecimentos em que está fragmentada. As mudanças suspense a actividade de laboração durante muito tempo. As grandes indústrias metalúrgicas e metalomecânicas, com equipamento muito pesado e volumoso, com estagões de transformação de energia e com exigências de mão de obra qualificada, mobilizam-se com muita dificuldade e com prejuízos elevados na produção.

A facilidade de mobilização depende muito da fase produtiva muito espaço.

São as empresas sediadas na freguesia de Matosinhos (12 em 25 entrevistados) e nas áreas mais urbanizadas, que parecem atrair maior número de pessoas que vivem em apartamentos e que têm maior disponibilidade para mudar de instalações, devendo aos constrangimentos urbanos a que estão sujeitas, às dificuldades de expansão, aos problemas de estacionamento, à pressão imobiliária e à política municipal de desincentivação de actividades poluentes (ruídos, fumes, odores) e consumidores de espaço.

A facilidade de mobilização depende muito da fase produtiva em causa, do crescimento da empresa, da dimensão desta e do número de estabelecimentos em que está fragmentada. As mudanças suspense a actividade de laboração durante muito tempo. As grandes indústrias metalúrgicas e metalomecânicas, com equipamento muito pesado e volumoso, com estagões de transformação de energia e com exigências de mão de obra qualificada, mobilizam-se com muita dificuldade e com prejuízos elevados na produção.

O elevado valor dos terrenos leva os empresários a projetar avenida ou o investimento imobiliário, largamente rentável. O valor dos terrenos permite, nalguns casos, aplicar o capital realizado na compra de outro terreno, na construção de um edifício industrial mais funcional e/ou no reequipamento do novo estabelecimento. Pode-se observar este fato na freguesia de Matosinhos, Lega da Palmela, Senhora da Hora e S. Mamede em 25% dos casos, devido à necessidade de transferir mão de obra e/ou ao cuidado de não perturbar a clientela actual.

São as empresas sediadas na freguesia de Matosinhos (12 em 25 entrevistados) e nas áreas mais urbanizadas, que parecem atrair maior disponibilidade para mudar de instalações, devendo aos constrangimentos urbanos a que estão sujeitas, às dificuldades de expansão, aos problemas de estacionamento, à pressão imobiliária e à política municipal de desincentivação de actividades poluentes (ruídos, fumes, odores) e consumidores de espaço.

A facilidade de mobilização depende muito da fase produtiva em causa, do crescimento da empresa, da dimensão desta e do número de estabelecimentos em que está fragmentada. As mudanças suspense a actividade de laboração durante muito tempo. As grandes indústrias metalúrgicas e metalomecânicas, com equipamento muito pesado e volumoso, com estagões de transformação de energia e com exigências de mão de obra qualificada, mobilizam-se com muita dificuldade e com prejuízos elevados na produção.

estar associada a factores positivos, como a dinâmica e o crescimento industrial actual.

Em Matosinhos, tencionam mudar de localização sobretudo (ver quadro) os industriais de fabricação de produtos metálicos e máquinas não eléctricas (C.A.E. 381/2), de produtos químicos e artigos de matérias plásticas (C.A.E. 35), de vestuário (C.A.E. 322) e de papel, artes gráficas e edição de publicações.

C.A.E.	Nº de Estabelecimentos	Pensam mudar de local	%
3114	9	2	
321	14	2	
322	9	4	44 %
33	3	2	
34	4	3	
35	9	5	56 %
36	2	1	
37	2		
381	21	13	62 %
382	9	3	
383	3		
384	4	1	

Nas indústrias de fabrico de produtos metálicos e máquinas não eléctricas, os factores que as fazem mudar o local do estabelecimento são a falta de espaço, a impossibilidade de se expandir, os problemas de estacionamento e congestionamento de tráfego na área e ainda, o facto de algumas das fases produtivas provocarem fumos, odores e ruídos em áreas residenciais. Pensam deslocar-se sobretudo para fora de Matosinhos, para a Maia, e também para a Trofa, Vila do Conde e Felgueiras; as que ficam no concelho optam por freguesias mais periféricas e com boa acessibilidade.

Quanto às instalações actuais pensam desactivá-las (44%) e reconverte-las (44%) em área de serviços administrativos e comerciais ou em área de armazéns de stocks e serviços de manutenção; só dois estabelecimentos pensam mudar, mantendo as actuais instalações com as mesmas características.

Quanto às indústrias de produtos químicos e artigos de matérias plásticas (C.A.E. 35) os factores enunciados são semelhantes aos anteriores, pois algumas destas empresas estão localizadas em áreas residenciais, sendo poluentes. São pequenas empresas (com menos de 50 pessoas ao serviço), que ocupam

perito.

32 11% pensa manter-se na mesma freguesia ou entao para outra muito

31 Referiram Villa Nova de Gaia, Valongo e Gondomar.

30 Mencionaram, designadamente, Villa Nova de Famalicão (Trofa), Villa do Conde, Paços Ferreira, Paredes, Felgueiras, Guarrada e outros concelhos perifeicos.

As instalações actuais irão ser desactivadas em 33% dos casos, ou recorveridas total ou parcialmente em 44% dos estabelecimentos. São, por um lado, os serviços administrativos, comerciais, de exposição/venenda, e por outro, os serviços de manutenção, montagem e stock, as factores positivos da localização actual.

Matosinhos (47%)³², de forma a não por em causa os factores positivos da localização actual. No entanto, a maioria dos empresários desloca-se no interior de indústria, ou noutras concelhos do Grande Porto³¹. Na perifericas³⁰, com superior disponibilidade de espaço para a indústria, ou noutras concelhos mencionados, localizam-se em áreas proximidade de Matosinhos.

Das outras concelhos mencionados, localizam-se em áreas disponibilidade de terrenos de grandes dimensões e à das 14) devido às actuais facilidades Municipais, a 14 em 98 entrevistados), sendo a Maia a área privilegiada (7 grande número de empresários (39% dos que pensam mudar, sair do concelho parcer estaria nas expectativas de um industriais. -

Conclusão: Áreas atrativas para os estabelecimentos

As pedreiras industriais de fabrico de papel, artes gráficas e edição de publicações lamentam a falta de espaço para sua expansão e os problemas de estacionamento e tráfego, pensando deslocar-se no interior de Matosinhos.

As industrias de vestuário (C.A.E. 322) deslocam-se devendo à falta de espaço para se expandirem. São pedreiras e medias empresas que, normalmente, querem manter a sua localização no concelho.

reduzidas áreas e que não têm ideias claras sobre a utilidade que vão dar às actuais instalações.

funções para as quais as instalações tendem a ser reconvertidas.

As áreas a desactivar serão, na maioria das vezes, vendidas ou reconvertidas directamente em complexos residenciais. Refira-se a grande dimensão de alguns desses terrenos (40000, 36000, 36000, 6500m²) e a sua localização privilegiada (Matosinhos, S.Mamede Infesta, Senhora da Hora, Matosinhos, respectivamente).

3. Vantagens e Inconvenientes da localização em Matosinhos

A localização neste concelho de importantes interfaces internacionais (porto de Leixões, aeroporto de Pedras Rubras, terminal TIR do Freixieiro, Exponorte,...) e o facto desta área apresentar fortes acessibilidades, não são subestimados pelas empresas industriais. Importa por isso, reforçar as vantagens comparativas e tirar os respectivos dividendos que uma localização privilegiada em termos de contactos com o exterior poderá assumir para certos sectores industriais.

Para os empresários dos estabelecimentos industriais de Matosinhos, os factores positivos da localização actual ligam-se às questões da acessibilidade (quadro 3.1): a acessibilidade aos grandes eixos viários (74.5% dos estabelecimentos), ao Terminal TIR (67%), à cidade do Porto (66%), aos fornecedores (65%), aos clientes (59%), ao Porto de Leixões (57%) e ao Aeroporto (55%).

As desvantagens locativas actuais são a escassez de espaço para expansão (47%) e de espaço infra-estruturado (39%), e, sobretudo, o preço do solo (43%) — quadro 3.1.

A proximidade dos concorrentes (72%), a dimensão dos terrenos à venda (65%), o prestígio do Município (64%), o preço do edifício e/ou o valor do arrendamento (61%), a disponibilidade de edifícios prontos a ser ocupados (50%) e o preço do solo (50%) são factores que afectam menos de metade dos empresários já

Fonte: Inquérito realizado, 1989

Factores locatívos associados à industrialização	Nº	%	Factores locatívos associados à industrialização	Nº	%	Factores locatívos associados à industrialização	Nº	%	
Máo de Obra disponivel	37	37.8	33	33.7	28	28.6	27	27.6	
Máo de Obra especializada disponivel	27	27.6	44	44.9	27	27.6	27	27.6	
Acessibilidade ao Aeroporto	65	66.3	4	4.1	29	29.6	54	55.1	
Acessibilidade ao Porto	56	57.1	0	0.0	42	42.9	56	55.1	
Acessibilidade ao Terminal Tér	66	67.3	0	0.0	32	32.7	73	74.5	
Acessibilidade aos principais eixos viários	73	74.5	3	3.1	22	22.4	58	59.2	
Proximidade dos concorrentes	12	12.2	15	15.3	71	72.4	33	33.7	
Presídio do Município	31	31.6	4	4.1	63	64.3	33	33.7	
Acessibilidade aos fornecedores	64	65.3	4	4.1	30	30.6	20	20.4	
Proximidade dos concorrentes	12	12.2	15	15.3	71	72.4	Disponibilidade de espaço para expansão	19	19.4
Presídio do Município	31	31.6	4	4.1	63	64.3	Disponibilidade de solo infra-estruturado	20	20.8
Acessibilidade aos fornecedores	64	65.3	4	4.1	30	30.6	Disponibilidade de solo a ser ocupado	16	16.3
Proximidade dos concorrentes	12	12.2	15	15.3	71	72.4	Disponibilidade de solo a ser ocupado	16	16.3
Máo de Obra especializada disponivel	27	27.6	44	44.9	27	27.6	Máo de Obra disponivel	12	12.5
Quadro 3.2	Importância, actual, de alguns factores locatívos para establecimentos da indústria Têxtil, do Vestuário, do Couro e do Calçado (C.A.E. 32)								

Fonte: Inquérito realizado, 1989

Factores locatívos associados à industrialização	Nº	%	Factores locatívos associados à industrialização	Nº	%	Factores locatívos associados à industrialização	Nº	%	
Máo de Obra disponivel	37	37.8	33	33.7	28	28.6	27	27.6	
Máo de Obra especializada disponivel	27	27.6	44	44.9	27	27.6	27	27.6	
Acessibilidade ao Aeroporto	65	66.3	4	4.1	29	29.6	54	55.1	
Acessibilidade ao Porto	56	57.1	0	0.0	42	42.9	56	57.1	
Acessibilidade ao Terminal Tér	66	67.3	0	0.0	32	32.7	73	74.5	
Acessibilidade aos principais eixos viários	73	74.5	3	3.1	22	22.4	58	59.2	
Proximidade dos concorrentes	12	12.2	15	15.3	71	72.4	Disponibilidade de espaço para expansão	19	19.4
Presídio do Município	31	31.6	4	4.1	63	64.3	Disponibilidade de solo a ser ocupado	20	20.8
Acessibilidade aos fornecedores	64	65.3	4	4.1	30	30.6	Disponibilidade de solo a ser ocupado	16	16.3
Proximidade dos concorrentes	12	12.2	15	15.3	71	72.4	Disponibilidade de solo a ser ocupado	16	16.3
Máo de Obra disponivel	27	27.6	44	44.9	27	27.6	Máo de Obra disponivel	12	12.5
Quadro 3.1	Importância, actual, de alguns factores locatívos para os establecimentos industriais								

Fonte: Inquérito realizado, 1989

Quadro 3.3

Importância, actual, de alguns factores locativos para 34 estabelecimentos da Indústria de Fab. de Prod. Metálicos, Máquinas, Mat. de Transporte, ... (C.A.E. 38)

Factores locativos associados à localização actual	Vantagem		Desvantagem		Situação neutra	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mão de Obra disponível	13	38.2	8	23.5	13	38.2
Mão de Obra especializada disponível	11	32.4	12	35.3	11	32.4
Acessibilidade à cidade do Porto	25	73.5	1	2.9	8	23.5
Acessibilidade ao Aeroporto	16	47.1	0	0.0	18	52.9
Acessibilidade ao Porto de Leixões	17	50.0	0	0.0	17	50.0
Acessibilidade ao Terminal Tir	21	61.8	0	0.0	13	38.2
Acessibilidade aos principais eixos viários	23	67.6	2	5.9	9	26.5
Acessibilidade aos clientes	23	67.6	2	5.9	9	26.5
Acessibilidade aos fornecedores	22	64.7	3	8.8	9	26.5
Prestígio do Município	5	14.7	4	11.8	25	73.5
Proximidade dos concorrentes	3	8.8	3	8.8	28	82.4
Disponibilidade de espaço para expansão	7	20.6	19	55.9	8	23.5
Disponibilidade de solo infra-estruturado	5	14.7	15	44.1	14	41.2
Disponibilidade de edifício pronto a ser ocupado	5	14.7	13	38.2	16	47.1
Preço do solo	3	8.8	16	47.1	15	44.1
Dimensão dos terrenos à venda	2	5.9	14	41.2	18	52.9
Preço do edifício/valor do arrendamento	2	5.9	12	35.3	20	58.8

Fonte: Inquérito realizado, 1989

Quadro 3.4

Tipologia dos inconvenientes da localização actual, por freguesia

Freguesias	Tipologia dos inconvenientes								Total	Total dos Inquiridos	
	1	2	3	4	5	6	7	8	Outros		
Custoias					1	1		1		1	25.0
Guifões									1	1	100.0
Lavra	1									1	50.0
Leça da Palmeira	2	1	3	2			1			7	70.0
Leça do Balio	3	2		1	2	1				7	43.8
Matosinhos	4		1	1		2		3		9	36.0
Perafita		2	2							2	66.7
S. Mamede Infesta	4		5		3	2		1	2	12	57.1
Sra. da Hora	3	1	2	1	1	1	1		1	11	73.3
Sta. Cruz do Bispo			1							1	100.0
Total	17	6	14	5	7	7	2	5	4	52	53.061
Total %	17.3	6.1	14.3	5.1	7.1	7.1	2.0	5.1	4.1	53.1	53.1
											100.0

Tipologia dos inconvenientes:

Fonte: Inquérito realizado, 1989

1- Falta de espaço

2- Problemas nas infra-estruturas

3- Probl. no acesso à fabrica, congestionamento do tráfego e probl. de estacionamento.

4- Falta de mão de obra especializada e/ou não

5- Probl. inerentes a uma localização industrial numa área residencial

6- Impossibilidade de expansão (Câmara não autoriza)

7- Ausência de integração produtiva industrial local

8- Probl. inerentes a uma industria que é poluente

estabelecimentos), principalmente nas freguesias Matosinhos,
— a falta de espaço é o problema principal (em 17% dos

quadro 3.4:

estabelecimentos industriais estão actualmente a sentir —
Conclusão: Constrangimentos locativos que os

ambiental que o Município tem vindos a desenvolver.
expansão e de laboração em áreas residenciais, devido ao controlo
(algumas das suas actividades) que está a trazer maior problemas de
nos a concluir que estamos perante uma actividade poluente
destinada relativamente ao "prestígio do Município", levava-
expansão e de solo infra-estruturado, associados a uma posição para
fracas dimensões dos terrenos à venda, a carência de espaço para
clientes, demonstrando a integração regional desse sector. A
3.3. As acessibilidades perdem importância, salvo ao Porto e aos
transporte (CAB 38) as situações, em geral, invertem-se — quadro
No fabrico de produtos metálicos, máquinas e material de

e excluindo as tinturarias), pelo Poder Autárquico.
é bem inserido na malha urbana (principalmente as concreções,
Municipal", justificada pela acetinação desse sector, pouco poluente
Port fim, refira-se a importância da variável "prestígio
necessidade de se expandir e de ocupar novos espaços industriais.
relacionadas com a dinâmica da indústria do vestuário, com a
arranhamento aparecem com implicações negativas elevadas,
actividade. O prego do solo e dos edifícios e o valor do
Aeroporto e ao Terminal T1, devido ao carácter exportador desse
acessibilidades ganham importância, sobretudo a acessibilidade ao
Para a têxtil, vestuário e calçado (CAB 32) — quadro 3.2.—, as
representativos, as posições não são coincidentes.

Relativamente aos dois ramos de actividade mais
para 45% dos empregos.
especializada preocupada forma heterogénea os empregos, no
entanto, a carência de mão de obra especializada é um problema
A disponibilidade de mão de obra em quantidade e
instalações, mas quando influenciam e negativamente — quadro

3.1.

S. Mamede Infesta, Senhora da Hora, Leça da Palmeira e Leça do Balio;

— as dificuldades de acesso à fabrica, o congestionamento do tráfego e os problemas de estacionamento são entraves à actividade industrial para 14% dos empresários (em S. Mamede Infesta, Senhora da Hora, Leça da Palmeira e Perafita);

— os problemas inerentes a uma localização industrial numa área residencial em expansão (afecta 7% dos estabelecimentos, designadamente em S. Mamede Infesta, Leça do Balio e Senhora da Hora) e as pressões desenvolvidas pelo Poder Municipal e pelos residentes locais sobre indústrias poluentes (afecta 5% dos estabelecimentos), com vista a uma salvaguarda ambiental, aplica-se a um grande número de industriais;

— a impossibilidade de expansão decretada a 7% dos estabelecimentos pelo Poder Municipal causa graves problemas ao crescimento destas empresas;

— a falta de infra-estruturas ou a inconveniente prestação dos serviços de água e electricidade, em Leça do Balio, Perafita, Senhora da Hora e Leça da Palmeira, prejudica 6% dos estabelecimentos;

— a escassez de mão de obra, especializada ou não, provoca problemas em 5% dos estabelecimentos.

4. Condições Locais

Tentando sistematizar os problemas que afectam os empresários industriais de Matosinhos, consideramos:

1. As vias de comunicação são insuficientes para 35% dos empresários (quadro 4.1). As reclamações são:

- muito tráfego e muitas zonas de estrangulamento
- ruas muito estreitas
- piso em más condições
- vias mal sinalizadas e policiadas
- muitas obras nas estradas municipais.

Freguesias	M.O.Quantidade	M.O.Qualidade	Nº lnd.	Insuficiente	Total	
Custóias	1	2	4			
Guitões			1			
Lavraria	1	1	2			
Legá da Palmeira	6	6	10	11	16	
Legá do Baílio	6	6	11	11	16	
Matosinhos	12	12	19	25		
Perafita			1	1	3	
S. Mamede Infesta	5	9	9	21		
Sra. da Hora	3	9	9	15		
Sta. Cruz do Bispo	1	1	1	1	1	
Total	34	58	58	98		
Total %	34.7	59.2	59.2	100.0		

Quadro 4.3 Insuficiências em Maio de Obra - Qualidade e Quantidade nº de estabelecimentos por freguesia

Freguesias	Telécomunicações	Aguia	Energia	Nº lnd.	Eléctrica	Total
Custóias	2	1	1	1	4	
Guitões			1		1	
Lavraria	1				2	
Legá da Palmeira	6	6	4	10		
Legá do Baílio	6	6	2	16		
Matosinhos	14	4	4	25		
Perafita		3	2	3		
S. Mamede Infesta	12	4	2	21		
Sra. da Hora	8	10	6	15		
Sta. Cruz do Bispo	1	10	6	15		
Total	57	33	25	98		
Total %	58.2	33.7	25.5	100.0		

Quadro 4.2 Reclamações declaradas pelos estab. industriais relativamente ao fornecimento de água e electricidade e às telecomunicações

Freguesias	Comunicações	Transportes	Nº lnd.	Insuficientes	Total	
Custóias	3	1	4			
Guitões			1			
Lavraria		1	2			
Legá da Palmeira	4	2	10			
Legá do Baílio	3	4	16			
Matosinhos	9	3	25			
Perafita		1	2	3		
S. Mamede Infesta	9	3	21			
Sra. da Hora	4			15		
Sta. Cruz do Bispo	1			1		
Total	34	16	98			
Total %	34.7	16.3	100.0			

Quadro 4.1 Nº de estabelecimentos industriais que declararam insuficiências nas vias de comunicação e nos transportes do concelho

As principais áreas de estrangulamento são, para os empresários industriais, a Circunvalação (rotunda dos "Produtos Estrela") e o Freixieiro (acesso ao terminal-TIR).

2. Os transportes são insuficientes só para 16% dos empresários (quadro 4.1). As reclamações são as seguintes:

- pouca frequência das carreiras
- má qualidade do serviço
- não há cumprimento dos horários
- não há horários nocturnos (depois das 20 horas e antes das 7 horas), para satisfazer as necessidades dos activos dos turnos da noite
- difíceis as ligações a Vila do Conde e do centro de Matosinhos à Senhora da Hora.

3. As telecomunicações são o grave problema deste concelho (quadro 4.2), afectam 58% dos estabelecimentos industriais. As reclamações são:

- dificuldade nas ligações internas e para o exterior
- comunicações interrompidas frequentemente
- os pedidos de novas linhas são dificilmente atendidos

4. O abastecimento de água causa dificuldades à actividade industrial a 34% dos estabelecimentos (quadro 4.2.), as quais são minorados pelo abastecimento próprio em 58% das unidades. As reclamações são:

- má qualidade da água
- o caudal do abastecimento é insuficiente
- falha a água frequentemente (por vezes durante dias)
- há áreas no concelho que não são abastecidas por água canalizada

5. O fornecimento de energia eléctrica preocupa 25% dos empresários (quadro 4.2.), devido:

- ao seu preço alto
- aos cortes de energia frequentes
- à fraca potência no Inverno.

7. Mas é a insuficiência em mão de obra especializada que

7. Mas é a insuficiência em mão de obra especializada que
- na indústria das conservas (em 7, das 9 empresas entrevistadas)
- na indústria das conservas (em 7, das 9 empresas entrevistadas)
- na indústria do vestuário (em 4, das 9 empresas entrevistadas)
- na indústria das conservas (em 7, das 9 empresas entrevistadas)
- na indústria das conservas (em 7, das 9 empresas entrevistadas)
- a indústria têxtil (em 7 das 14 empresas entrevistadas) estende, em tecelões, fideleiras, maguinistas, costureiras, carente em tecelões, bordadeiras, serralheiros, técnicos de tinturaria e estamparia, bordadeiras, serralheiros, tecnicos de tinturaria e estamparia, quadros médios, especialistas de eletrônica e engenheiros quadros médios, especialistas de eletrônica e engenheiros
- a indústria das conservas (em 7 das 9 empresas entrevistadas) precisa de pessoal especializado das cravágoes e de entrevistadas) necessita de costureiras especializadas;
- a indústria de vestuário (em 5 das 9 empresas entrevistadas) necessita de especialistas hidráulica;
- a indústria de fabrico de produtos metálicos (em 17 das 23 empresas entrevistadas) precisa de torneiros, serralheiros, carpinteiros, electricistas e especialistas na área da eletrônica e fresadores, metalizadores, decapadores, pintores, canalizadores,
- a indústria de fabrico de papel, artes gráficas e editorias de publicações (em todas as empresas entrevistadas — 4) requer
- pessoal especializado nestas atividades.

6. A insuficiência de mão de obra em quantidade causa

6. A insuficiência de mão de obra em quantidade causa
- 4,4%), com graves incidências em Matosinhos e em todos os ramos 4,4%), com graves incidências em Matosinhos e em todos os ramos entrevistas à indústria a 35% dos establecimentos (quadro 4.3 e de atividade, mas sobretudo:
- na indústria das conservas (em 7, das 9 empresas entrevistadas)
- na indústria das conservas (em 7, das 9 empresas entrevistadas)
- na indústria do vestuário (em 4, das 9 empresas entrevistadas)
- na indústria das conservas (em 7, das 9 empresas entrevistadas)
- na indústria das conservas (em 7, das 9 empresas entrevistadas)
- a indústria têxtil (em 7 das 14 empresas entrevistadas) estende, em tecelões, fideleiras, maguinistas, costureiras, carente em tecelões, bordadeiras, serralheiros, tecnicos de tinturaria e estamparia, bordadeiras, serralheiros, tecnicos de tinturaria e estamparia, quadros médios, especialistas de eletrônica e engenheiros quadros médios, especialistas de eletrônica e engenheiros
- a indústria das conservas (em 7 das 9 empresas entrevistadas) precisa de pessoal especializado das cravágoes e de entrevistadas) necessita de costureiras especializadas;
- a indústria de vestuário (em 5 das 9 empresas entrevistadas) necessita de especialistas hidráulica;
- a indústria de fabrico de produtos metálicos (em 17 das 23 empresas entrevistadas) precisa de torneiros, serralheiros, carpinteiros, electricistas e especialistas na área da eletrônica e fresadores, metalizadores, decapadores, pintores, canalizadores,
- a indústria de fabrico de papel, artes gráficas e editorias de publicações (em todas as empresas entrevistadas — 4) requer
- pessoal especializado nestas atividades.

Quadro 4.4

Insuficiências em Mão de Obra em QUANTIDADE
nº de estabelecimentos por freguesia e principais ramos

Freguesias	Ramos de Actividade (C.A.E.)	Total Inq.				
	3.1	3.2	3.8	Outros	Total	%
Custoias	31		1		1	
Guifões				1	:	
Lavra				0		1
Leça da Palmeira	3		2		5	50 %
Leça do Balio		3	2	1	6	37.50 %
Matosinhos	7	2	1	2	12	48 %
Perafita				0		2
S. Mamede Infesta	1		1	3	5	23.80 %
Sra. da Hora	1		2		3	20 %
Sta. Cruz do Bispo				1	1	15
Total	11	6	9	8	34	34.70 %
Total %	73.3	24.0	24.3	38.1	34.7	9.8
						100.0

Fonte: Inquérito realizado, 1989

Quadro 4.5

Insuficiências em Mão de Obra ESPECIALIZADA
nº de estabelecimentos por freguesia e principais ramos

Freguesias	Ramos de Actividade (C.A.E.)	Total Inq.				
	3.1	3.2	3.8	Outros	Total	%
Custoias	31		1	1	2	
Guifões		1			1	4
Lavra				0		1
Leça da Palmeira	3		3		0	2
Leça do Balio	5	3	3	1	11	68.80 %
Matosinhos	7	3	6	3	19	76 %
Perafita				1	1	5
S. Mamede Infesta	2		3	4	9	42.90 %
Sra. da Hora		4	5		9	60 %
Sta. Cruz do Bispo				0		15
Total	12	14	21	11	58	59.20 %
Total %	66.6	66.0	56.8	52.3	59.2	9.8
						100.0

Fonte: Inquérito realizado, 1989

Política industrial

I. Política industrial municipal, segundo a opinião dos empresários industriais do concelho de Matosinhos

Segundo a opinião dos empresários industriais de Matosinhos, o papel do Município no desenvolvimento industrial deveria concentrar-se basicamente na criação de zonas industriais (23% dos empresários) e de infra-estruturas básicas necessárias ao sector (17%) — quadro 1.1 e 1.2. Cerca de 25% dos empresários não têm opinião sobre o papel do município.

Estas sugestões vão naturalmente de encontro com as preocupações de falta de espaço e de infra-estruturas, que tanto estão a afetar o desenvolvimento industrial do concelho. Quase todos os ramos industriais apresentam empresações a lembrar estes carências e a mostrar a necessidade e a urgência de as ver solucionadas.

A textil, vestuário e calçado (C.A.E. 32) parece mais preocupada com outras questões, o que é compreensível, pois a textil (C.A.E 321) apresenta uma estrutura sólida, estabilizada e pouco dinâmica e o vestuário (C.A.B. 322), pelas suas características, consome pouco espaço e é pouco exigente de infra-estruturas. Estas empresas gostariam que as más condições de acessibilidade e comunicação fossem resolvidas, de forma básica e eficiente e de ordemação do território, e as carências de mão de obra com formação básica e especializada possam ser resolvidas, de acesso directamente ou por incentivo Municipal.

O fabrício de produtos metálicos (C.A.B. 381) e de máquinas não eléctricas (C.A.E. 382) lamentam a falta de zonas industriais no concelho, de forma a solucionarem os problemas de falta de espaço e a minorarem as consequências ambientais em áreas fortemente residenciais. É interessante focar a importância que este ramo deu ao incentivo, estimulado pelo Município, à

Quadro 1.1
A opinião dos empresários sobre o papel do Município no desenvolvimento industrial,
segundo os ramos de actividade dos estabelecimentos industriais

O papel do Município no desenvolvimento industrial	Ramos de actividade industrial (C.A.E.)							Total Nº
	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	
Criar as infra-estruturas básicas necessárias ao sector industrial	4	2	2	1			2	6
Criar zonas industriais	3	1	1	2	1	1	14	17
Proteger o ambiente e ordenar o território		3				1	1	23
Melhorar as condições de acessibilidade e comunicação	2	3				1	1	5
Incentivar a formação básica e profissional		4				1	1	6
Incentivar a exportação	1	2				3	3	7
Incentivar a qualidade da produção		2					2	3
Incentivar a divulgação de informação no campo tecnológico			1					1
Incentivar o desenvolvimento de serviços de apoio ao sector produtivo					1			1
Incentivar a cooperação entre empresas e a acção das associações					4			4
Incentivar a actividade industrial sem especificar					1		2	3
Melhorar os serviços Camarários (em rapidez e eficiência)	1	1		3		1		6
Auxiliar as pequenas empresas através de informação	1	1	1			3		6
Sem opinião	4	8		4	1		8	25
Outros	2	1	2	1				6
Total de estabelecimentos inquiridos	15	25	3	4	9	2	3	98

Fonte: Inquérito realizado, 1989

O papel do Município no desenvolvimento industrial	%	Ramos de actividade industrial (C.A.E.)			Total
		3.1	3.2	3.8 outras ind.	
Criar as infra-estruturas básicas necessárias ao sector industrial	26.7	8.0	16.2	23.8	17.3
Criar zonas industriais	20.0	4.0	37.8	23.8	23.5
Proteger o ambiente e ordenar o território	0.	12.0	2.7	4.8	5.1
Me钻研orar as condições de acessibilidade e comunicação	13.3	12.0	2.7	0.	6.1
Incentivar a Formação básica e profissional	0.	16.0	8.1	0.	7.1
Incentivar a exportação	6.7	8.0	0.	0.	3.1
Incentivar a qualidade da produção	0.	8.0	0.	0.	2.0
Incentivar a divulgação de informação no campo tecnológico	0.	4.0	0.	0.	1.0
Incentivar o desenvolvimento de serviços de apoio ao sector produtivo	0.	0.	2.7	0.	1.0
Incentivar a Cooperação entre empresas e a acção das Associações	0.	0.	10.8	0.	4.1
Incentivar a actividade industrial sem especificar	0.	0.	5.4	4.8	3.1
Me钻研orar os serviços Camarários (em rapidez e eficiência)	6.7	4.0	2.7	14.3	6.1
Auxiliar as pequenas empresas sobretudo através de informação	0.	4.0	8.1	9.5	6.1
Sem opinião	26.7	32.0	21.6	23.8	25.5
Outros	13	4.0	0.	19.0	6.1

Fonte: Inquérito realizado, 1989

cooperação entre empresas e à acção local de Associações sectoriais.

A indústria alimentar pretendia que a acção Municipal se concentrar-se na criação de infra-estruturas básicas e de zonas industriais, mas também na melhoria das condições de acessibilidade e comunicação dentro do concelho.

Os incentivos indirectos, à formação básica e especializada, exportação, qualidade da produção, divulgação de informações no campo tecnológico, cooperação entre empresas e associações e ao desenvolvimento de serviços de apoio ao sector produtivo, foram sugeridos no seu conjunto por 21% dos empresários. Este comportamento poderá estar relacionado com uma política municipal agressiva desenvolvida, nos últimos anos, pelo município, levando a classe empresarial a esperar deste poder uma acção que ultrapassa as competências e as capacidades de um Município.

A opinião dos empresários sobre o papel do Município no desenvolvimento industrial, não varia muito segundo a dimensão do estabelecimento inquirido. Naturalmente, as pequenas empresas gostariam de ser mais apoiadas, sobretudo através de informação.

2. Breves considerações sobre política industrial

Deverá ou não o Município permitir a inserção de actividades industriais em áreas urbanizadas? A maioria das reflexões hoje apoia-se em duas opiniões:

— coexistência de funções é um factor crucial à animação urbana

— a interpenetração assegura uma repartição mais equilibrada das populações.

Seguindo esta lógica, nem as antigas zonas industriais deverão ser obrigatoriamente afectadas à indústria, mas acolher equipamentos colectivos, novas zonas de habitação, ou zonas de

Uma questão se põe: quais deverão ser entao os critérios que levam à incentivação ou à restrição da atividade industrial em áreas formamente urbanizadas?

Podemos comegar por enumerar alguns critérios:

- fraça dimensão do estabelecimento e fraça necessidade de solo ($10 \text{ a } 20 \text{ m}^2$ por emprego);
- pouco nocivas;
- geradoras de pouco tráfego;
- atividades com grande ligação às atividades urbanas (que favoregam a integração de diferentes funções);
- atividades que empreguem uma forte percentagem de mão de obra feminina (privilegiando um local de trabalho dentro do domicílio que facilita a execução das atividades domésticas, aliviando-as no tempo dispendido na deslocação para o trabalho).

Com base nestes critérios poderemos propor:

- atividades ligadas aos serviços: tipografias, impressão publicitária, reprografia, fotografia industrial, fotogravura, encadernação;
- empresas subcontratadas, a mecânica de pequena série e de precisão, com forte valor acrescentado: utensílios mecânicos de precisão, instrumentos de medida, componentes para máquinas de precisão;
- fabrico de material eléctrico e eletrônico;
- empresas de produção de componentes e assistência no sector das telecomunicações;
- empresas industriais na área da biotecnologia;
- laboratórios dentários e de óptica;
- pequenas confecções, subcontratadas ou não, e pequenas actividades em couro;
- firmas ligadas à função comercial: assistência e montagem de máquinas;
- empresas cuja actividade está ligada ao espaço urbano: material de protecção a incêndios, fabricação de material e

serviço e de comércio, como também as áreas urbanizadas não devem repelir toda a indústria.

Uma questão se põe: quais deverão ser entao os critérios que levam à incentivação ou à restrição da atividade industrial em áreas formamente urbanizadas?

Podemos comegar por enumerar alguns critérios:

- fraça dimensão do estabelecimento e fraça necessidade de solo ($10 \text{ a } 20 \text{ m}^2$ por emprego);
- pouco nocivas;
- geradoras de pouco tráfego;
- atividades com grande ligação às atividades urbanas (que favoregam a integração de diferentes funções);
- atividades que empreguem uma forte percentagem de mão de obra feminina (privilegiando um local de trabalho dentro do domicílio que facilita a execução das atividades domésticas, aliviando-as no tempo dispendido na deslocação para o trabalho).

Com base nestes critérios poderemos propor:

- atividades ligadas aos serviços: tipografias, impressão publicitária, reprografia, fotografia industrial, fotogravura, encadernação;
- empresas subcontratadas, a mecânica de pequena série e de precisão, com forte valor acrescentado: utensílios mecânicos de precisão, instrumentos de medida, componentes para máquinas de precisão;
- fabrico de material eléctrico e eletrônico;
- empresas de produção de componentes e assistência no sector das telecomunicações;
- empresas industriais na área da biotecnologia;
- laboratórios dentários e de óptica;
- pequenas confecções, subcontratadas ou não, e pequenas actividades em couro;
- firmas ligadas à função comercial: assistência e montagem de máquinas;
- empresas cuja actividade está ligada ao espaço urbano: material de protecção a incêndios, fabricação de material e

assistência à decoração, fabrico de pequenos móveis e de restauro, especialistas alimentares e pastelaria.

Enfim, trata-se de actividades que consomem pouco espaço, não apresentam nocividades importantes, estão fortemente ligadas ao meio urbano, em forte expansão e crescimento, de elevado valor acrescentado. Muitas firmas asseguram, por exemplo, uma actividade de reparação ou de serviço após-venda e desenvolvem paralelamente à fabricação uma função de grossista.

Mas, a fórmula proposta orienta para, as áreas urbanizadas, uma interpenetração de actividades de produção, comercialização, formação, lazer, que poderão ser incentivadas nas áreas abandonadas ou semi-ocupadas das "zonas industriais" e nas áreas em processos recentes de urbanização.

Uma política autárquica privilegiando principalmente a residência, os serviços, o lazer e os equipamentos comunitários, juntamente com a rariedade e os preços demasiado elevados dos terrenos disponíveis, permitindo especulações e disputas em desfavor da indústria, actualmente actividade agressiva relativamente às mencionadas, poderá criar condições a uma forte desindustrialização do concelho, criando graves problemas de emprego. De forma alguma a indústria é incompatível com a residência.

Considerando que, nos anos setenta, um grande número de responsáveis públicos locais admitia e favorecia a desindustrialização dos grandes centros, enaltecedo as virtudes da expansão do "terciário" e que depois de 1975 esses mesmos responsáveis, face à amplitude do declínio industrial anterior, têm vindo a implantar uma nova política de reindustrialização, temos de adoptar uma estratégia intermédia.

A estratégia estará, sobretudo, centrada numa acção heterogénea, em função das áreas e dos ramos de actividade em questão. Se por um lado, se deve privilegiar algumas áreas (por exemplo o centro industrial de Matosinhos, as áreas circunvizinhas à Exponor, a Avenida da Senhora da Hora e outras) através de apoios à localização do terciário e de certas indústrias que ocupem pouco espaço, não nocivas, que não provoquem muito tráfego,, por outro, a desarticulação do tecido urbano em algumas áreas atingiu tal amplitude que a acção urbanística

3. Algumas ações a concretizar

central-se-á, mas do que em modificações de fundo (desde já comprometidas), no controlo das iniciativas futuras e na criação urbanísticos (poluição, tráfego, resíduos, ...) que estes estão ou de esquemas de "indemnização" à autarquia pelos "danos" venham a causar.

— Fomentar a recuperação e a reconversão de edifícios industriais não utilizados e establecer medidas de iniciativa pública que facilitem a sua nova utilização.

A renovação de um edifício antigo, a cargo da Câmara e de outras entidades públicas e privadas, demonstrando as diversificadas potencialidades que estes edifícios podem oferecer, proposta pode criar condições à instalação local de actividades meio produtivo. Relativamente à actividade industrial, esta potenciará uma acção mais intervintiva da autarquia no meio produtivo. Relativamente à actividade industrial, esta forte mente inovadoras e qualificadas, criando espaços produtivos accessíveis a jovens empresários e a P.M.E.(s) que apostem mais na modernização e na Qualificação do que na intensificação da mão de obra não formada e auferindo baixos salários. Esta acção poderá articular no mesmo espaço serviços de apoio à actividade produtiva, comércio, instituições de formação, pedaneas centros de saúde, equipamentos de lazer, criando condições à integração de diferentes actividades.

— Uma aplicação rigorosa das normativas ambientais comunitárias levar-nos-ia à deteção de um grande número de estabelecimentos nocivos, insalubres e perigosos. No entanto, só indivíduados, que requerem medidas rigorosas. A procura de níveis de qualidade de vida não pode significar uma antipatia generalizada perante o sector industrial, há que procurar um compromisso entre a manutenção do emprego e a qualidade ambiental.

A erradicação de algumas empresas, cuja contaminação ambiental não pode ser reduzida, deveria ser prevista pelo plano, mas só em casos excepcionais.

— O Município deveria rever o funcionamento e reordenar o sistema viário, de forma que a acessibilidade, as operações de carga-descarga e o estacionamento deixem de ser entraves para a actividade produtiva e não criem congestionamentos que afectem a população em geral.

— A carência de formação especializada e, nalguns casos, de formação básica é um dos problemas que mais afecta a actividade produtiva. O surgimento de novas actividades exigentes em mão de obra qualificada e o desenvolvimento industrial, em geral, passa por uma política de formação a todos os níveis. O Município deverá incentivar, designadamente, as escolas secundárias, os centros de emprego do I.E.F.P. e as empresas, a desenvolverem estruturas de formação básica e especializada.

— Um serviço Camarário informativo dos terrenos e edifícios disponíveis para venda/arrendamento para a actividade industrial (e não só) em todo o concelho, com os preços respectivos, que facilite a circulação da informação e que dificulte especulações baseadas em desinformação, poderá ser uma acção a incentivar.

Com esta experiência a Câmara passará a dispôr de uma base de informação sobre as pressões fundiárias, que lhe pode permitir futuramente a intervenção, através de uma consultadoria junto dos proprietários e investidores, de forma a canalizar as diferentes actividades para os espaços mais propícios à sua localização e desincentivando o investimento local e a expansão de certas actividades.

Todos estes esforços deverão convergir para manter o sector industrial forte e diversificado e atrair/encorajar indústrias novas, susceptíveis de renovar o tecido empresarial existente e criar emprego qualificado. Não permitir a saída desenfreada de empresas em crescimento, cujas necessidades de espaço está a deslocá-las para fora do concelho, pois corriamo o risco de ver as

unidades mais dinâmicas a abandonar Matosinhos. Há que desenvolver as potencialidades locais (acessibilidade forte, infra-estruturação das áreas cariocas, desenvolvimento do terciário de apoio à produção local, etc.), não criando condições repulsivas à actividade produtiva independentemente das áreas e dos ramos de actividade em questão. Há que definir uma estratégia global de actividade em que não desprivilégia a indústria em favor de desenvolvimento, não desprivilégia a indústria em favor de outras actividades mais na "moda", mas criar uma imagem de qualidade, em que todos os actores da vida urbana possam gerar potencialidades locais.

- Tendo sido realizadas cerca de 110 encontros com empresas industriais no concelho de Matosinhos consideramos do massimo interesse marcar as contactos realizados. A Autarquia pode dispor de uma informação sempre actualizada se considerar as empresas que realizaram contactos de três em tres anos, a esses mesmos se realizar encontros de três em tres anos, a esses mesmos contactados como uma amostra das empresas industriais do concelho e o seu contacto deve ser feito de forma a encorajá-lo a aprofundar a sua informação acerca das empresas que realizaram contactos com a Autarquia da área industrial.

Q Sólida desses contactos deveria sofrer alterações ao realçado sempre a disposição da Autarquia

desse modo uma informação actual e não estavél no tempo, estarão sempre disponíveis para a utilização de estrategia industrial e implicações no território neste trabalho de forma a encorajá-lo a privilegiar as questões que se prendem com a estrategia industrial e implicações no território.

Ramos de Actividade (C.A.E.)

- C.A.E. 31 - **Indústrias da Alimentação, Bebidas e Tabaco.**
3114 - Conservação de peixe e outros produtos da pesca
3117 - Padaria, Pastelaria, Doçaria, Fabricação de bolachas, biscoitos e massas alimentícias
- C.A.E. 32 - **Indústrias Têxteis, do Vestuário e do Couro.**
321 - Indústrias Têxteis.
322 - Fabricação de artigos de vestuário, com excepção do calçado
- C.A.E. 33 - **Indústrias da Madeira e da Cortiça.**
- C.A.E. 34 - **Indústrias do Papel, Artes Gráficas e Edição de Publicações.**
- C.A.E. 35 - **Indústrias Químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de Borracha e de Plástico.**
- C.A.E. 36 - **Indústrias de Produtos Minerais não Metálicos, com excepção dos derivados do Petróleo Bruto e do Carvão.**
- C.A.E. 37 - **Indústrias Metalúrgicas de Base.**
- C.A.E. 38 - **Fabricação de produtos Metálicos e de Máquinas, Equipamento e Material de Transporte.**
381 - Fabricação de produtos metálicos
382 - Fabricação de máquinas não eléctricas
383 - Fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico.
384 - Construção de material de transporte
- C.A.E. 39 - **Outras Indústrias Transformadoras.**

MOTIVOS	NA EMPRESA		NO EXTERIOR		Regularidade Prest.	R% Funç.Exteriorizada
	Neste Estabelecimento	Outro Estabelec. da Empresa	Profissões Liberais	Tipo		
				Localização	Localização	
SERVICOS						
NAO UTILIZA						
Contencioso/Prob.Juríd						
Risco/Juros/Adm.						
Marcas e Patentes						
Organização da empresa						
Gestão Financeira						
Factoring						
Coperabilidade Geral						
Contabilidade Custos						
Proc.Pag. Salários						
Pes. Adminin.						
Pes. Vendas						
Pes. Produção						
Quadros. Pes. Especial.						
Outro						
Pessoal						
Serv.Gerais	Gestão					
Serv. Sociais	Relações					
Aprrov	Imprensa					
Apoio à Produção	Vendas					
Comercial	Faciluracão					
Transportes	Estudos de Mercados					
	Inf.sobre Produtos					
	Inf.sobre Clientes					
	Publicidade					
	Investigação e Desenv.					
	Engenharia, Inst.Fábris					
	Protótipos e Moldes					
	Ensaios/ Controlo Qualid					
	Manuf./Repar. Equipam.					
	Pessoal					
	Mercadorias Nacional					
	Transportos Internacionais					
	Desenvolvimento					
	Manuf. e Repararão					

11. Condições Locais

CONDIÇÕES LOCAIS		
INFRA-ESTRUTURAS		
RECRUTAMENTO DE MÃO-DE-OBRA	Transportes	
	Comunicações	
TECIDO EMPRESARIAL LOCAL	Quantidade	
	Qualidade	
APOIOS INSTITUCIONAIS	Integração produtiva entre empresas industriais locais	
	Iniciativas comuns entre empresas locais	
	Entidades locais/regionais	
	Delegações locais/regionais de entidades Nacionais	

12. Na sua opinião qual deveria ser o papel do município no desenvolvimento industrial?

.....

.....

.....

.....

13. Que percepção tem da evolução do seu sector?

.....

.....

.....

.....

14. Impacte do Mercado Único Europeu sobre a sua empresa:

.....

.....

.....

Drº Teresa Sá Marques

Anexo I

Carcaterização e orientações gerais para uma política industrial Municipal

Perfil Industrial do Concelho de Matosinhos

**CENTRO DE ESTUDOS DA FACULDADE DE ARQUITECTURA - CEF-UP
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MATOSINHOS
ESTUDOS SECTORIAIS**

**Estudos Prévios para o Plano Director Municipal do concelho de
Matosinhos**

Perfil industrial do concelho de Matosinhos

**Caracterização e orientações gerais para uma
política industrial Municipal**

ANEXO - 1

Gráficos - Quadros

Ramos de Actividade (C.A.E.)

C.A.E. 31 -	Indústrias da Alimentação, Bebidas e Tabaco.	3114 - Conservação de Peixe e Outros Produtos da Pescaria, Padaria, Pastelaria, Doceria, fabricação de bolachas, biscoitos e massas alimentícias	C.A.E. 32 -	Indústrias Texteis, do Vestuário e do Couro.	321 - Indústrias Texteis.	322 - Fabricação de artigos de vestuário com exceção do calçado.	C.A.E. 33 -	Indústrias da Madeira e da Corteça.	323 - Indústrias do Papel, Artes Gráficas e Edição de Publicações.	C.A.E. 34 -	Indústrias de Plásticos dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico.	324 - Indústrias Químicas dos derivados do petróleo bruto e do carvão e exceção dos derivados do petróleo bruto e do carvão.	C.A.E. 35 -	Indústrias de Produtos Minerais não Metalícos, com exceção dos derivados do petróleo bruto e do carvão.	325 - Indústrias de Produtos Minerais não Metalícos, com exceção dos derivados do petróleo bruto e do carvão.	C.A.E. 36 -	Indústrias Metalúrgicas de Base.	326 - Indústrias Metalúrgicas não Metalícos, com exceção dos derivados do petróleo bruto e do carvão.	C.A.E. 37 -	Indústrias Metalúrgicas de Base.	327 - Equipamento e Material de Transporte.	328 - Fabricação de máquinas para peças utensílios e outro material eléctrico.	C.A.E. 38 -	Fabricação de Produtos Metalícos e de Máquinas.	329 - Fabricação de máquinas eléctricas	330 - Fabricação de Produtos Metalícos	C.A.E. 39 -	Outras Indústrias Transformadoras.	331 - Construção de material de transporte
-------------	--	--	-------------	--	---------------------------	--	-------------	-------------------------------------	--	-------------	---	--	-------------	---	---	-------------	----------------------------------	---	-------------	----------------------------------	---	--	-------------	---	---	--	-------------	------------------------------------	--

ANEXO

1º Parte

2. Emprego e residência de activos em Matosinhos

**Quadro – Relação entre o Emprego e a Residência em Matosinhos,
por ramos de actividade, 1989.**

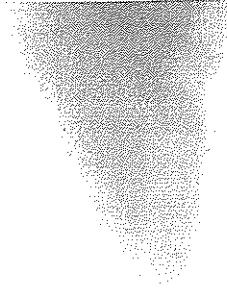
C.A.E.	Residentes Activos em Matosinhos		Emprego em Matosinhos	
	Residentes Activos	Reside e Trabalha em Matosinhos	Total Emprego	Trabalha em Matosinhos reside fora
1	473	286	60.5	347
2	223	110	49.3	174
3.1	4246	3296	77.6	5073
3.2	11467	7117	62.1	11209
3.3	786	430	54.7	623
3.4	1301	372	28.6	715
3.5	1771	1135	64.1	2810
3.6	459	311	67.8	486
3.7	124	27	21.8	69
3.8	10380	7887	76.0	15240
3.9	143	30	21.0	44
5	5353	2436	45.5	4800
6.1	6624	2955	44.6	5231
6.2	7926	4106	51.8	7695
6.3	2545	1583	62.2	2197
7	4290	2602	60.7	5308
8	1767	405	22.9	759
9.1	530	23	4.3	31
9.2	262	21	8.0	29
9.3	2576	1003	56.9	1345
9.4	271	111	41.0	154
0.0	1850	811	43.8	1319
TOTAL	65367	37057	56.7	65658
Total Indústria	30677	20605	67.2	36269
				15664
				43.2

Fonseca, Seq. Social, 1989.

QUADRO - Local de trabalho em Matosinhos per locais de residência

C.A.E.	Porto	Maia	Gaia		V. Conde		Valongo		Gondomar		TOTAL	%
			%	%	%	%	%	%	%	%		
1	24	0.2	9	0.2	17	0.5	8	0.5	3	0.2	0	0.0
2	35	0.3	9	0.2	7	0.5	9	0.5	1	0.1	3	0.1
3.1	853	6.5	350	5.9	191	12.4	205	12.4	70	4.4	126	4.6
3.2	1544	11.7	1540	27.4	299	9.7	160	9.7	234	14.6	315	11.2
3.3	54	0.4	65	1.2	15	2.3	38	2.3	6	0.4	17	0.6
3.4	176	1.3	56	1.0	34	1.6	26	1.6	15	0.9	36	1.3
3.5	886	6.7	225	4.0	167	4.4	72	4.4	98	6.1	227	8.1
3.6	75	0.6	39	0.7	19	0.5	9	0.5	8	0.5	25	0.9
3.7	36	0.3	0	0.0	1	0.1	2	0.1	1	0.1	2	0.1
3.8	3369	25.5	1515	27.0	775	32.7	542	32.7	443	28.0	704	25.1
3.9	5	0.0	0	0.0	9	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
5	658	5.0	680	12.1	299	14.0	232	14.0	205	12.8	290	10.3
6.1	1221	9.2	269	4.8	293	5.9	98	5.9	116	7.3	279	10.0
6.2	1877	14.2	459	8.2	556	5.6	93	5.6	215	13.5	389	13.9
6.3	364	2.8	72	1.3	72	1.4	23	1.4	29	1.6	54	1.9
7	1274	9.6	189	3.4	834	5.6	92	5.6	98	6.1	219	7.8
8	226	1.7	57	0.7	47	0.7	11	0.7	13	0.6	20	0.7
9.1	7	0.1	0	0	0	0.1	1	0.1	0	0.0	0	0.0
9.2	3	0.0	4	0.1	1	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
9.3	214	1.6	39	0.7	26	0.9	15	0.9	16	1.0	32	1.1
9.4	32	0.2	2	0.0	5	0.0	0	0.0	0	0.0	4	0.1
0	282	2.1	73	1.3	52	1.1	19	1.1	22	1.4	60	2.1
TOTAL	13215	100	5612	100	3717	100	1655	100	1598	100	2804	100
Total Indústr	6998	53.0	3770	67.2	1508	63.7	1054	63.7	880	55.1	1454	51.9
												15664
												54.8

Fonte: Seq. Social, 1989

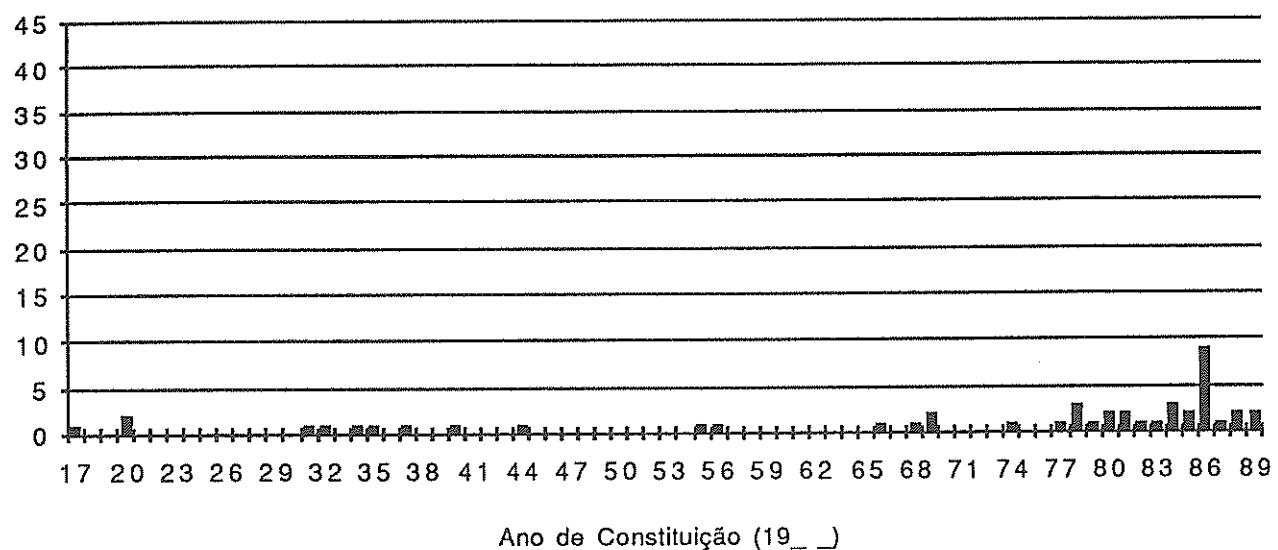


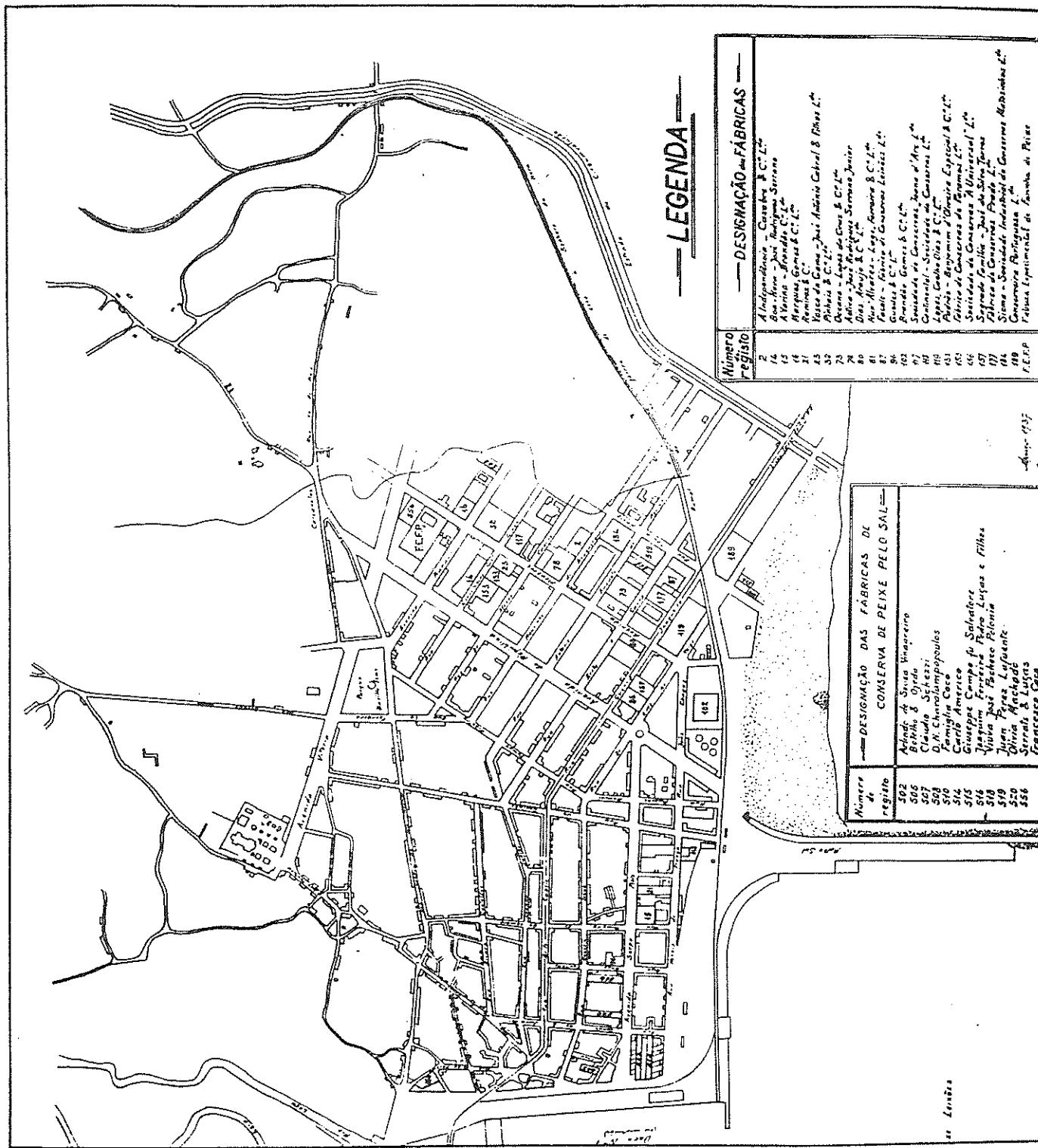
3. Dinâmica Industrial

1ª Parte

ANEXO

**Ano de constituição das empresas (LDA, CRL,SA) do Ramo Alimentar
- C.A.E. 31**

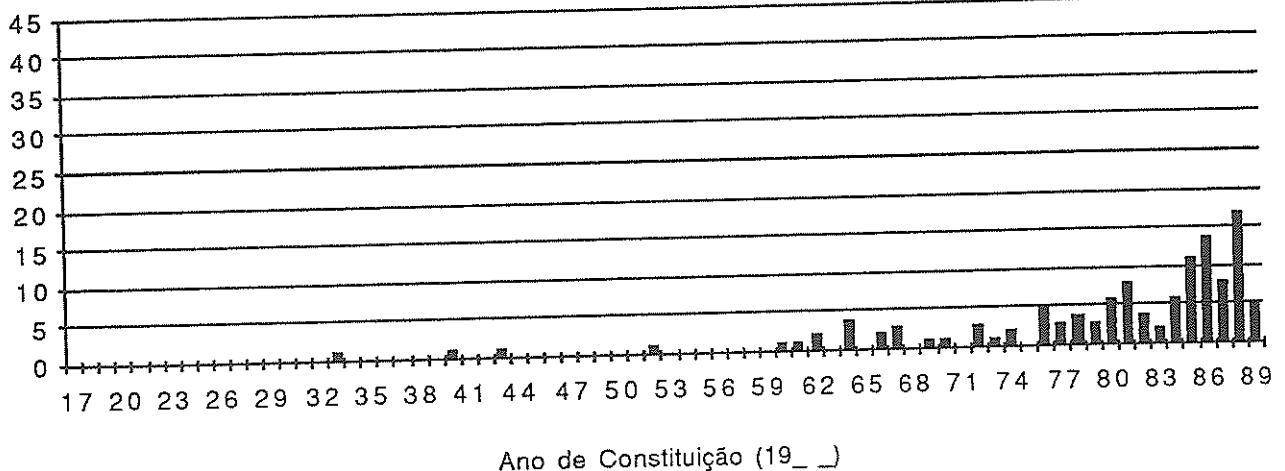




Ano de constituição das empresas (LDA, CRL,SA) - C.A.E. 32:

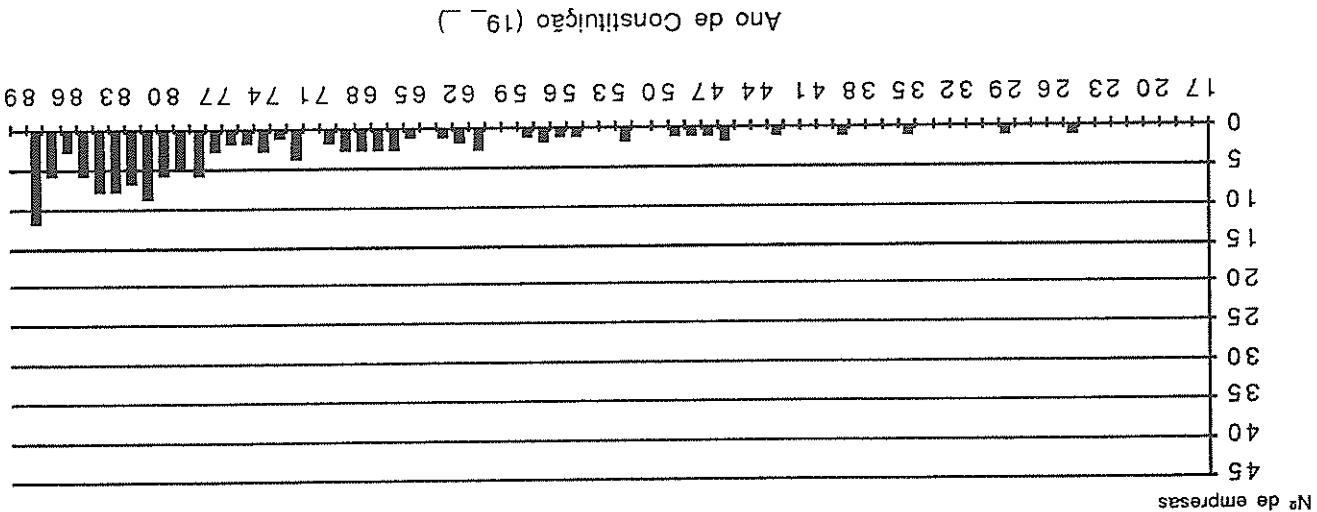
- da Indústria têxtil,
- do Fab. de art. de vestuário e do calçado
- da Ind. de curtumes e art. de couro

Nº de empresas

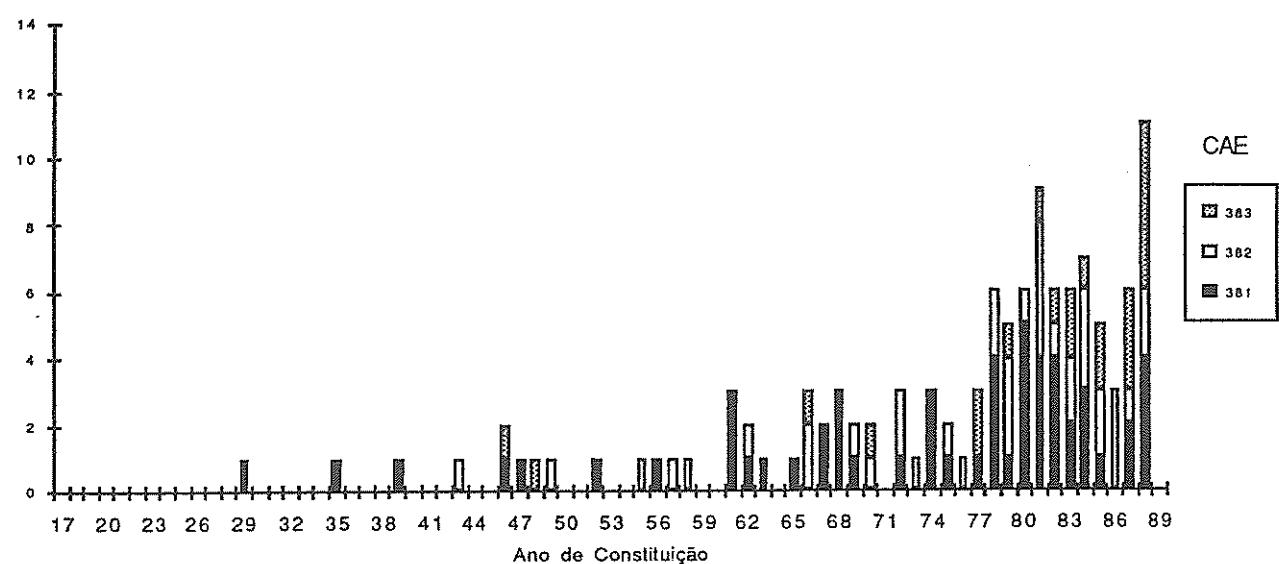


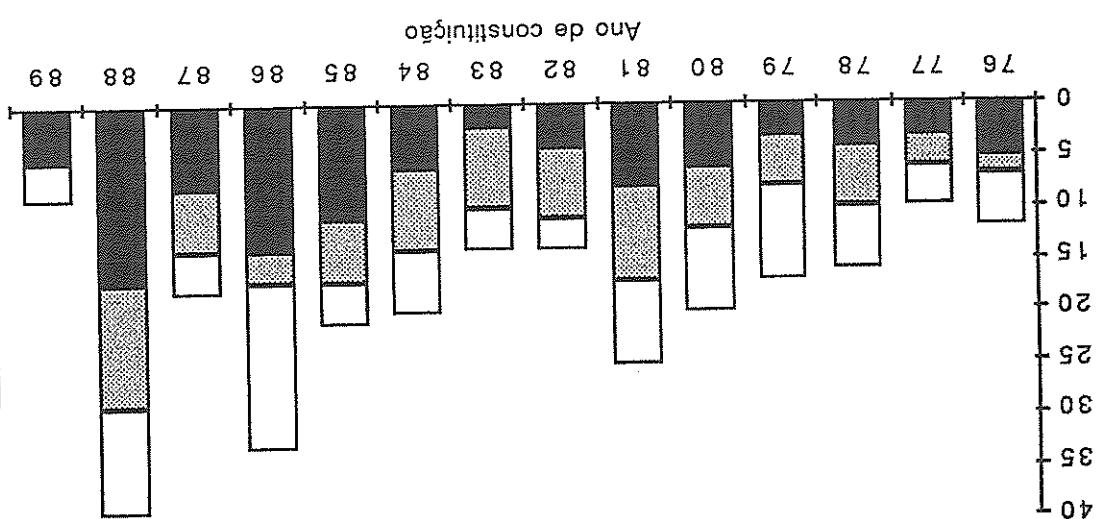
Ano de constituição das empresas (LDA, CRL,SA) - C.A.E. 38:

- do Fаб. de Prod. metálicos
- do Fаб. de Mагнитные электрические и магнитные
- da construção de Mat. de Transportes
- do Fаб. de Inst. prof., clente, e inst. de óptica



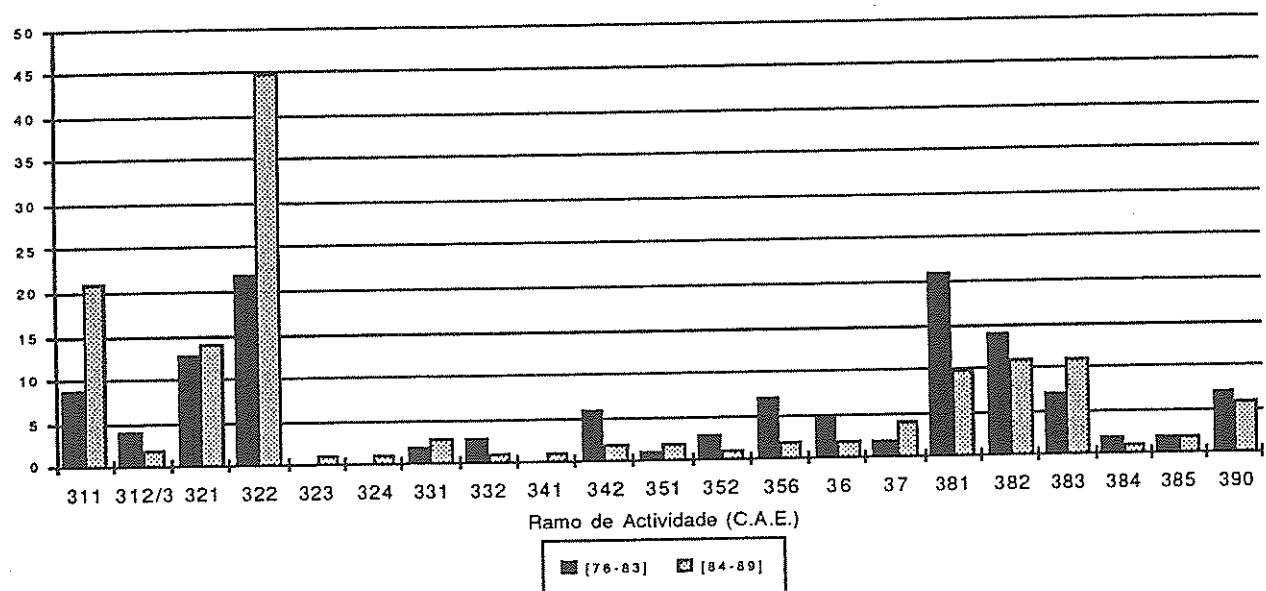
Data de constituição das empresas (LDA,CRL,SA) da Metalomecânica (CAE 38) dos ramos mais representativos





Nº de empresas constituídas de 1976 a 1989 nos dois Ramos de Actividade com maior importância no concelho: Textil... (CAE:32) e Metalomecânica... (CAE:38).

Ramos de Actividade (CAE) das empresas (LDA,CRL,SA) constituídas de [1976-89]



ANEXO

1º Parte

4. Dimensão dos estabelecimentos industriais

Quadro - Empresas e Emprego no concelho de Matosinhos, por ramos de actividade e por dimensão de empresa, 1989.

CAE	-5		6-50		51-500		>500		TOTAL	
	emp	trab	emp	trab	emp	trab	emp	trab	emp	trab
1.0	232	145	11	126	0	0	0	0	243	271
2.0	8	7	8	70	2	204	0	0	16	281
3.1	52	52	43	753	4	975	2	1655	52	4424
3.2	137	235	99	1739	31	3989	5	3561	272	9524
3.3	62	107	23	294	21	115	0	0	107	516
3.4	13	54	17	250	31	122	0	0	38	576
3.5	10	12	7	165	6	538	11	100	24	2617
3.6	12	19	7	105	1	273	0	0	20	397
3.7	2	3	1	38	0	0	0	0	3	41
3.8	229	366	116	1946	39	5376	5	7202	391	14892
3.9	4	7	2	30	0	0	0	0	6	37
4.0	0	0	0	0	1	466	0	0	1	466
5.0	221	270	66	1409	15	2547	0	0	322	4226
5.1	313	532	150	2359	13	1798	0	0	476	4689
6.2	962	1397	188	2541	10	1883	1	802	1161	6623
6.3	423	626	91	1022	1	51	0	0	515	1699
7.0	272	397	138	1916	16	1213	1	986	427	4512
8.0	204	291	26	401	0	0	0	0	250	592
9.1	14	12	1	6	0	0	1	1	7	15
9.2	1	0	2	22	0	0	0	0	3	22
9.3	167	222	45	594	2	566	0	0	154	1122
9.4	15	27	5	73	1	1	1	0	5	51
9.5	553	415	47	564	1	55	0	0	401	1042
9.6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
01	8	4	0	0	0	0	0	0	8	4
TOTAL	3750	5188	1115	16434	157	21082	15	16088	5037	58792
Total Indústria	527	837	317	5326	96	12561	13	14300	953	33024

Fonte: Seg. Social, 1989.

Quadro - Empresas e Emprego (%), no concelho de Mafamude, por ramos de actividade e por dimensão de empresa, 1989.

CAE	TOTAL									
	-5	6-50	51-500	>500	emp trab					
10	46	0.2	0.2	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	48	0.5
11	34	0.3	0.4	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4	0.5
3.1	3.1	2.1	1.3	0.2	3.4	0.2	2.8	1.8	7.5	
3.2	2.7	0.4	2.0	3.0	0.6	6.8	0.1	6.1	5.4	16.2
3.3	1.6	0.2	0.5	0.5	0.0	0.2	0.0	0.0	2.1	0.9
3.4	2.2	1.1	0.3	0.4	0.1	0.5	0.0	0.0	0.9	1.0
3.5	0.2	0.0	0.0	0.3	0.0	0.9	0.0	0.0	0.5	4.5
3.6	0.2	0.0	0.1	0.2	0.0	0.3	0.0	0.0	0.2	0.2
3.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
3.8	4.5	0.6	2.3	3.3	0.0	9.1	0.1	12.2	7.8	25.3
3.9	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1
4.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
5.0	4.4	0.4	0.5	1.7	2.4	0.3	4.2	0.0	0.0	1.2
6.2	19.1	2.4	3.7	4.3	0.2	3.2	0.0	1.4	25.0	11.3
6.3	6.3	0.6	1.1	1.8	0.0	0.0	0.0	0.0	10.2	12.1
7.0	7.0	0.7	0.7	3.7	0.3	0.3	0.1	0.0	0.0	2.1
7.6	9.4	0.4	0.4	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
8.0	9.0	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
8.2	9.2	0.2	0.2	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
8.6	9.6	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
9.6	9.6	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
9.8	9.8	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
TOTAL	74.4	8.8	22.1	28.0	3.1	35.9	0.3	27.4	100.0	100.0

Fonte: Seg. Social, 1989

ANEXO

1º Parte

6. Análise por freguesias da representatividade industrial

Quadro - Emprego, segundo os ramos de actividade, por freguesias, 1989.

C.A.E.	Freguesias										TOTAL		
	Custodias	Guiifões	Lavra	Lega-Balio	P. do Rio	T. do Rio	Tatossinhos	Perafita	S.º Bispo	S.º Inf.	Sra. Braga	Freg.	
1.0	7	9	11	11	0	0	79	16	13	22	8	9	271
2.0	2	6	0	0	0	0	61	33	17	6	0	0	261
3.1	3	6	3	3	0	0	69	33	17	6	0	0	1424
3.2	670	105	53	55	1060	1091	243	2511	1628	704	0	146	9524
3.3	5	8	55	21	0	0	183	86	22	62	39	1	516
3.4	0	0	17	37	0	0	143	4	1	36	45	3	576
3.5	72	0	0	149	169	157	98	0	0	16	106	0	2617
3.6	45	0	0	275	0	45	2	0	15	12	0	0	397
3.7	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	41
3.8	21	17	38	1686	3136	5310	498	115	2487	1972	113	14892	
3.9	12	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0	37
4.0	0	0	0	0	0	0	466	0	0	0	0	0	466
5.0	164	69	113	959	120	1323	490	90	277	191	0	0	4226
6.1	46	8	37	93	650	2712	364	111	465	394	0	0	4689
6.2	96	63	79	226	362	2561	126	53	734	537	39	39	6623
6.3	11	13	34	67	230	840	56	14	195	164	83	1699	
7.0	82	16	35	6	1421	2084	508	10	109	154	87	1	4512
8.0	1	0	3	25	69	423	3	0	194	13	0	0	692
9.1	3	0	2	9	1	5	0	0	1	6	0	0	18
9.2	0	0	9	6	0	13	0	0	0	0	0	0	22
9.3	32	1	0	60	79	426	6	15	173	17	263	1122	
9.4	0	20	0	0	33	45	0	0	3	0	0	0	101
9.5	14	15	28	55	127	444	51	6	163	13	51	0	1042
9.6	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL	1386	391	570	6569	4390	21457	3232	409	7060	1669	769	53792	
Total Indústria	926	162	219	5318	6179	9983	1593	187	4833	364	166	35024	

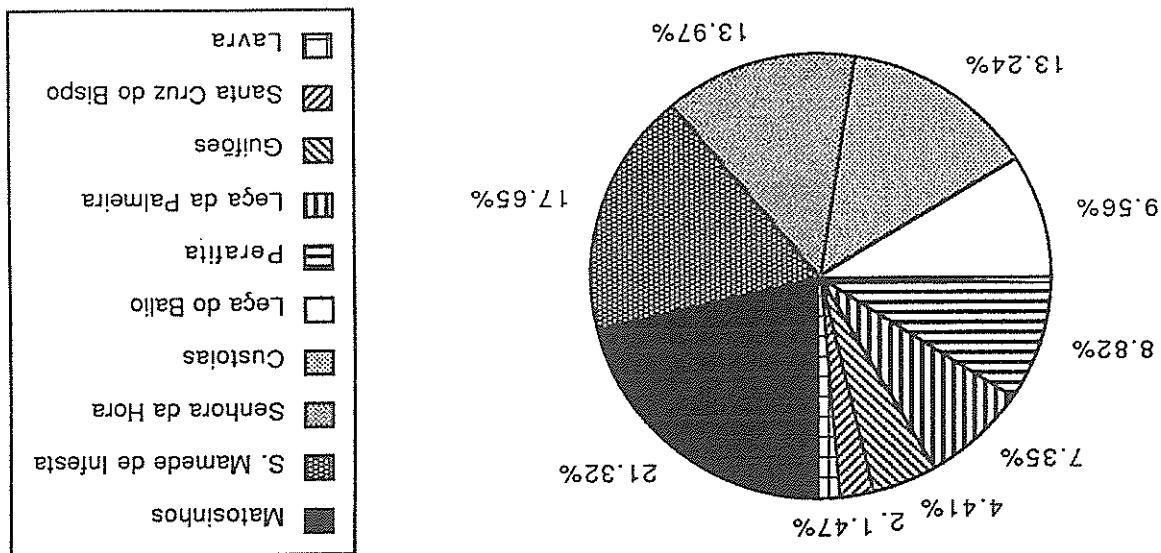
Fonte: Ag. Social, 1989.

Quadro I Emprego (%), segundo os ramos de actividade, por freguesias, 1989.

CAF	Total									
	Custos	Gulfoes	Tavaia	Lega Baixa	Lagoa	Peritaia	S. M. do C.	S. M. do L.	Freg.	Total
1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.1	0.5
2.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.5
3.1	0.2	0.1	0.1	0.1	1.1	2.8	1.2	0.0	0.0	7.5
3.2	1.1	0.3	0.1	0.1	3.1	0.6	4.3	0.3	0.1	16.2
3.3	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.3	0.1	0.0	0.9
3.4	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.2	0.0	0.1	1.0
3.5	0.1	0.0	0.0	0.3	0.0	0.0	0.2	0.0	0.0	4.5
3.6	0.1	0.0	0.0	0.5	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.7
3.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
3.8	0.0	0.0	0.0	0.1	3.2	0.0	9.6	0.6	0.2	25.3
3.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
4.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.6	0.0	0.0	0.6
5.0	0.3	0.1	0.2	1.2	0.2	2.3	0.8	0.2	0.5	7.2
6.1	0.1	0.0	0.1	0.0	1.1	4.6	0.6	0.2	0.8	8.0
6.2	0.2	0.1	0.1	0.4	0.1	4.4	0.2	0.1	1.3	11.3
6.3	0.0	0.0	0.1	0.1	0.0	1.4	0.1	0.0	0.1	2.9
7.0	0.1	0.0	0.1	0.0	2.4	3.5	0.9	0.0	0.2	6.1
8.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.7	0.0	0.0	0.1	1.2
9.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
9.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
9.3	0.1	0.0	0.0	0.1	0.1	0.7	0.0	0.0	0.3	0.4
9.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.2
9.5	0.0	0.0	0.0	0.1	0.2	0.8	0.1	0.0	0.3	1.8
9.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
0	2.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
TOTAL	4.4	0.7	1.0	1.1	16.6	36.5	5.5	0.8	1.0	100.0
Total Indústria	1.6	0.3	0.4	0.4	9.0	19.9	2.7	0.3	0.2	56.2

Fonte: Seg. Social, 1989.

Dinâmica Industrial por freguesia - % de empresas constituidas entre [1984-1989]



ANEXO

2ª Parte

2. Mobilidade industrial – demonstração empírica

Quadro
Mobilidade dos Estabelecimentos industriais de Matosinhos - Estabelecimentos com 3 localizações

1ª Localização			2ª Localização			3ª Localização			
Local	Ano	Fact.	Local	Ano	Fact.	Local	Ano	Fact.	C.A.E.
Matosinhos(freg.)	1942	B,E	Matosinhos(freg.)	1957	F	Matosinhos(freg.)	1985	H	3114
Matosinhos(freg.)	1958	E	Matosinhos(freg.)	1959	H	Matosinhos(freg.)	1969	H	342
Matosinhos(freg.)	1968	B	Matosinhos(freg.)	1971	H	Matosinhos(freg.)	1976	H	332
Matosinhos(freg.)	1979	B,I	Matosinhos(freg.)	1982	H	Matosinhos(freg.)	1985	G	382
Lavra	1972	B,I	Lavra	1974	B,H	Lavra	1981	H	322
Porto	1940	B,I	V.N.Gaia	1945	F	S. Mam. Infesta	1951	C	323
Porto	1948	I	Porto	1961	H	Sra. da Hora	1971	H	352
Porto	1953	I	Porto	1955	Outra	S. Mam. Infesta	1966	B,H	381
Porto	1964	B,C	Sra. da Hora	1972	C,H	Custoias	1974	H	352
Covilhã	1873	E	Porto	1910	F	Leça do Balio	1932	E	323
V.R.Sto.António	1853	A	Matosinhos(freg.)	1940	A,H	Leça da Palmeira	1960	?	3114

Fonte: Inquérito realizado, 1989

Quadro

Mobilidade dos Estabelecimentos industriais de Matosinhos

- Estabelecimentos com 2 localizações

1ª Localização			2ª Localização			
Local	Ano	Fact.	Local	Ano	Fact.	C.A.E.
Matosinhos(freg.)	1944	B,G	Matosinhos(freg.)	1959	H	382
Matosinhos(freg.)	1942	A	Leça da Palmeira	1950	H	3114
Matosinhos(freg.)	?	?	Leça da Palmeira	1984	outra	384
Matosinhos(freg.)	1960	B	Perafita	1977	H	372
Custoias	< 1960	B	Custoias	1971	C,B	381
Leça do Balio	1966	B	Leça do Balio	1968	H	356
Perafita	1963	E	Perafita	1967	C	382
S. Mam. Infesta	1981	B,C	S. Mam. Infesta	1981	H	382
S. Mam. Infesta	1947	B,I	S. Mam. Infesta	1986	B,H	311
S. Mam. Infesta	1948	B,C	Leça do Balio	1978	B,C,F,H	381
S. Mam. Infesta	1963	I	Sra. da Hora	1965	C,G,H	321
Sra. da Hora	1977	B,I	Custoias	1986	H	321
Sta. Cruz do Bispo	1980	C	Sra. da Hora	1981	C,H	381
Porto	1905	?	S. Mamede Infesta	1950	?	383
Porto	1922	I	S. Mamede Infesta	1952	H	384
Porto	1955	C	S. Mamede Infesta	1958	F,H	321
Porto	1964	F	S. Mamede Infesta	1964	B,C	381
Porto	1967	C	S. Mamede Infesta	1970	B,C	381
Porto	1953	?	S. Mamede Infesta	1971	F,H	342
Porto	1933	I	S. Mamede Infesta	1974	C,H	341
Porto	1970	I	S. Mamede Infesta	1980	H	381
Porto	1946	?	Sra. da Hora	1953	H	381
Porto	1943	I	Sra. da Hora	1954	C,H	381
Porto	1958	C	Sra. da Hora	1961	C,G	321
Porto	1957	?	Sra. da Hora	1967	B,H	381
Porto	<1971	I	Sra. da Hora	1971	H	381
Porto	1926	B	Leça da Palmeira	1974	C,H	382
V.N.Gaia	1961	C	Leça do Balio	1980	C,H	381
Lisboa	< 1960	I	S. Mamede Infesta	1963	B,H	381
Sesimbra	1912	A	Matosinhos(freg.)	1932	A	3114
?	1967	?	Sra. da Hora	1972	H	381

Fonte: Inquérito realizado, 1989

ANEXO

3º Parte

1. Política industrial municipal

Quadro
A opinião dos empresários sobre o papel do Município no desenvolvimento industrial,
segundo a dimensão dos estabelecimentos industriais

O papel do Município no desenvolvimento industrial	Dimensão dos estabelecimentos			(Nº de trabalhadores)	TOTAL
	< 50	%	50 - 199		
Criar as infraestruturas básicas necessárias ao sector industrial	5	11.1	6	14.3	4
Criar zonas industriais	11	24.4	9	21.4	2
Proteger o ambiente e ordenar o território	2	4.4	1	2.4	2
Melhorar as condições de acessibilidade e comunicação	2	4.4	3	7.1	1
Incentivar a Formação básica e profissional	3	6.7	4	9.5	7
Incentivar a exportação	1	2.2	2	4.8	3
Incentivar a qualidade da produção	1	2.2	1	2.4	2
Incentivar a divulgação de informação no campo tecnológico	1	2.2	0	0.0	1
Incentivar o desenvolvimento de serviços de apoio ao sector produtivo	1	2.2	0	0.0	1
Incentivar a Cooperação entre empresas e a acção das Associações	1	2.2	3	7.1	4
Incentivar a actividade industrial sem especificar	0	0.0	2	4.8	3
Melhorar os serviços Camarários (em rapidez e eficiência)	4	8.9	2	4.8	6
Auxiliar as pequenas empresas sobretudo através de informação	5	11.1	1	2.4	6
Sem opinião	11	24.4	10	23.8	23
Outros	2	4.4	4	9.5	6
Total de estabelecimentos inquiridos	45	100.0	42	100.0	98

Fonte: Inquérito realizado, 1989

Município - Freguesia	Ano	Razões

2.2. Factores da Localização actual e passada (indique as mudanças de localização do estabelecimento desde o inicio da actividade).

- 2.1. Vantagens e Desvantagens da Localização actual:
- | Vantagens | Desvantagens |
|--|--|
| - Mão-de-obra disponível | - Mão-de-obra especializada deslocalizada |
| - Acessibilidade à cidade do Porto | - Acessibilidade ao Aeroporto |
| - Acessibilidade ao Porto de Leixões | - Acessibilidade ao Terminal T1 |
| - Acessibilidade aos clientes | - Acessibilidade aos visitantes |
| - Acessibilidade aos fornecedores | - Disponibilidade de espaço para expansão |
| - Prédio do solo | - Disponibilidade de solo intra-estrutura |
| - Prédio do edifício/válor do arrendamento | - Disponibilidade de edifício pronto a ser ocupado |
| - Dimensão dos terrenos à venda | - Prédio do solo |
| - Proximidade dos concorrentes | - Prédio do edifício/válor do arrendamento |
| - Presença do Município | - Dimensão dos terrenos à venda |

1. Caracterização geral do estabelecimento
- Data da entrevista / / — N° de Ordem
- Fatrevista eleita por Entrevista efectuada a Fundação do entrevistado na empresa Nome do estabelecimento Endereço do estabelecimento Freguesia Concelho Telefone C.A.E. principal C.A.E. secundária N° de Pes. Colectiva Ano de inicio da actividade N° de Pes. Colectiva

2.3. Localização actual:

2.3.1. Quais as localizações alternativas que considerou aquando da instalação no concelho de Matosinhos?

.....
.....
.....

2.3.3. Considera que a localização actual tem inconvenientes? Não Sim
Quais?

- Considera que esses problemas podem ser resolvidos mudando de localização?
Não Sim Especifique.....
.....
.....
- Considera que ajudas Municipais de carácter financeiro, técnico, ou outras podem contribuir para a resolução desse problema? Não Sim Especifique.
.....
.....

2.3.4. É importante para a sua actividade possuir uma localização:
Onde?

- num local de prestígio
- num local c/ grande capacidade de exposição directa ao cliente de passagem

-

2.3.5. A evolução registada nos últimos anos no concelho de Matosinhos foi ou não favorável à sua actividade e em que medida?

.....
.....

2.4. Projectos futuros de localização:

- Existem projectos para a re-localização das unidades existentes e/ou para a localização de novas?
Não Sim

. Mencione os locais preferenciais para essa futura localização?

. Quais os motivos que o levam a essa opção?

. Qual a área que prevê necessária?

- Considera que a área actualmente ocupada pela actividade da empresa poderá vir a ser desactivada? Não Sim Quando prevê essa desactivação?

.....
.....

.Velocidade do Capital Social contos

3.2. Capital Social

..... Inicial
3.1. Natureza Jurídica

3. Aspectos Organizacionais

.....

Item alegou reclamação relativamente à prestação de serviços?

..... \$00	Agua
..... \$00	Telecomunicações
..... \$00	Energia

2.7. Custos mensais:

Nº de veículos	Tabel./Tipo veículo	Despesas (correio)	Orfegem (correio)

2.6. Tráfego que o estabelecimento provoca semanalmente (média):

- Não Sim Onde? Superfície
- A empresa possui terras de reserva para futura ocupação?

Superfície Total m2 Propriedade: %
Área Coberta m2 Propriedade %
Área Administrativa m2 (ou %) Propriedade %
Área Produktiva m2 (ou %) Propriedade %
Armazéns m2 (ou %) Propriedade %

2.5. Áreas ocupadas e forma de propriedade

- Considera que a área ocupada pela atividade da empresa poderá vir a ser reconvertida? Não Sim Especificar.

Estrutura do Capital Social (%)

Nacional					Estrangeiro	TOTAL
Privado			Público			
Do Concelho	Distrito	Região	Lisboa	Outros		

. A empresa é participada por qualquer outra empresa ou grupo?

Não Sim (< de 25%) (25 a 50%) (> 50%)

Indique:

a localização dessa empresa
o ramo de actividade

3.3. Relações com outros estabelecimentos/empresas:

a) A empresa participa no capital de outras empresas: Não Sim

Indique:

a localização dessa empresa
o ramo de actividade
a % de capital detida

b) Na sequência dessa participação, que funções passaram:

da empresa adquirida para a empresa/grupo adquirente
da empresa/grupo adquirente para a empresa adquirida

c) Relações económicas:

Dominante	%	Actividade/Produto
Independente	<input type="checkbox"/>
Contratante	<input type="checkbox"/>
Subcontratada	<input type="checkbox"/>

- Se é uma empresa Subcontratada indique a localização das empresas contratantes

.....
- Se é uma empresa contratante indique a localização das empresas subcontratadas e os motivos dessa subcontratação

3.4. Organização interna da empresa

Possui organigrama? Não Sim

Existem departamentos individualizados? Quais?

3.5. A Sede Social coincide com o estabelecimento?

Não Sim

Indique: Endereço postal da Sede Social

Funções da Sede Social

Actividade Principal (C.A.E.)

Não Sim Quantos?

3.6. A empresa possui outros estabelecimentos?

Fusões/ Alianças	Localização (concelho)

4. Produção e Mercados

Mai. Primes e Prod. Sem-Ack.	Mercado Interno (Concelho)	Mercado Exterior (Pct.)

4.1. Mai. Primes e Prod. Semi- acabados

Produto (% da Faturação)	Mercado Interno	Mercado Exterior
Concelho	% vendas Prod.	Pct

4.2. Produtos e Mercados

Clients	Mercado Interno (%)	Mercado Exterior (%)
Outras empresas Industriais		
Empresas de construção civil.		
Armazéns/Otorgistas		
Impressões (gráficos/edições)		
Reabilitação		
Direcções ao Pessoal		
Administrador Público		
Outros		
Outras empresas/da propria firma		
Outras empresas/da propria firma		

4.3. Quais percentagem das vendas do estabelecimento que se dirige a:

Não Sim Quantos?

4.4. As actividades exercidas e completadas por pessoas de serviços?

4.5. Quais as modalidades mais frequentes de comercialização dos seus produtos?

	Mercado Interno	Mercado Externo
- Directamente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Agentes da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Representantes da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Por catálogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Entrega a comercialização a outra empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Franchise	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4.6. Volume de Facturaçãocontos

5. Empresário/Administração actual:

Funções	Idade	Sexo	Habil. escolar técnica	Capital que detém (%)	Situaç. prof. anterior nesta empresa	antes entrar nesta empr.	Fundador	Parentesco com fundador empr. admin.

6. Pessoal ao Serviço

.Total no estabelecimento (Novembro de 1988)

.Total de Pessoas ao Serviço em 1981 e em 1984

6.1. Organização Sócio-Profissional

Personal	Nº de Pessoas ao Serviço
Membros da Dir., Ger., Adm.	
Quadruplos Téc. Superiores	
Pessoal Espec.- Produção	
Pessoal Espec.- Outros	
Emp. Escritório	
Pessoal de vendas	
Emp. de Armazém	
Motoristas	
Aprendizes/Estabiliários	
Outros	
TOTAL	

6.2. Formação Profissional

6.2.1. A sua empresa realiza formação profissional?

Onde? Por Quem?

- Pessoal Técnico
- Pessoal da Produção
- Outro

6.2.2. Recorre ou tem algum projecto de Formação no âmbito do F.S.E.?

Não Sim Especifique.

CAD/CAM	Arms/Material, mercador.	Comunidade	Terrorist/Client - Formeclad.	Pessoal	Centro de Arteses	Outros

8. Utilizações de meios informáticos

8.1. Actual utilização

8.3. Existe algum projeto de utilização de meios informáticos? Mencionar que tipo de projeto e em que área será desenvolvida:

- Quem faz a manutenção dos equipamentos e do software e onde?
- Quem elaborou o software?
- Onde?

8.2. Cumum que adunillida en el sistema de administración (métodos para la realización de las tareas).

Centro e Águia-ve							Outros
-------------------	--	--	--	--	--	--	--------

Temporary Client - formed.

CAD/CAM Amtl./Mövnerl., meercodr.

No estabe-	Outro tool	Empress	A treila	Unre-share	A treila	Unre-share
le						

8.1. Actual utilization

10. Evolução da imprensa dos mercados
União se localizam esses serviços

9.3. Recorre a outros tipos de servidores que a empresa usa?

Que tipo de seguros a empresas possuem? Lembre-se que os seguros são instrumentos de proteção.

9.2. Segundos:

Recorece a línhas especiais de crédito? Quem elabora o dossier de candidatura?

Se recorre a *agendas* locais para localizaras em Matozinhos, justifique.

1993-1994
Yearly Summary Report

—
—
—

Locais utilizados	Estatuto	Tipo de utilização
seu estatuto?		

9.1. Serviços Bancários

.....
.....

8.3. Existem algumas projeções de utilização de meios informativos? Mencionar que tipo de previsão é mais acurada e se é desejável.

- Quem faz a manutenção dos equipamentos e software e onde?

para a implementação do sistema interativo onde?

8.2. Como jui admissível o enunciado (seios são a única maneira de se alimentar a sua filha)?

Pessoal **Cotrel e Argentino**

Contraceptive/abortion.

No serial	Auto tool	Empres Settee	Abre Empress
8.1. Actual Utilizadas			

CONDIGEES LOCAIS	Transportes	Comunicações	Ocupidade	Indeleg-ação Produtiva entre empresas locais industriais locais	Industriais comuns entre empresas locais	Entidades locais/ regionais	Delegações Locais/Regionais de entidades Nacionais	APOIOS INSTITUCIONAIS	TECNO-O-PRESARIAL LOCAL	RECRUTAMENTO DE MÃO-DE-OBRA	INFRA-ESTRUTURAS
------------------	-------------	--------------	-----------	---	---	--------------------------------	---	-----------------------	-------------------------	-----------------------------	------------------

11. Condições Locais

12. Na sua opinião qual deveria ser o papel do município no desenvolvimento industrial?
13. Que percepção tem da evolução do seu setor?
14. Impacte do Mercado Único Europeu sobre a sua empresa:

CENTRO DE ESTUDOS DA FACULDADE DE ARQUITECTURA - CEFA-UP
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MATOSINHOS
ESTUDOS SECTORIAIS

Perfil industrial do concelho de Matosinhos

Caracterização e orientações gerais para uma política industrial Municipal

Anexo II

Dra. Teresa Sá Marques

Estudos prévios para o Plano Director Municipal do concelho de
Matosinhos

Perfis industriais do concelho de Matosinhos

Caracterização e orientações gerais para uma
política industrial municipal

ANEXO - 2

Mapas

Ramos de Actividade (C.A.E.)

- C.A.E. 31 - Indústrias da Alimentação, Bebidas e Tabaco.
3114 - Conservação de peixe e outros produtos da pesca
3117 - Padaria, Pastelaria, Doçaria, Fabricação de bolachas, biscoitos e massas alimentícias
- C.A.E. 32 - Indústrias Têxteis, do Vestuário e do Couro.
321 - Industrias Texteis.
322 - Fabricação de artigos de vestuário com excepção do calcado
- C.A.E. 33 - Indústrias da Madeira e da Cortiça.
- C.A.E. 34 - Indústrias do Papel, Artes Gráficas e Edição de Publicações.
- C.A.E. 35 - Indústrias Químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de Borracha e de Plástico.
- C.A.E. 36 - Indústrias de Produtos Minerais não Metálicos, com excepção dos derivados do Petróleo Bruto e do Carvão
- C.A.E. 37 - Indústrias Metalúrgicas de Base
- C.A.E. 38 - Fabricação de produtos Metálicos e de Máquinas, Equipamento e Material de Transporte.
381 - Fabricação de produtos metálicos
382 - Fabricação de máquinas não eléctricas
383 - Fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outros material eléctrico.
384 - Construção de material de transporte
- C.A.E. 39 - Outras Indústrias Transformadoras.

Nova LS mapas em anexo representam a maioria das empresas com mais de 10 pessoas ao serviços não são exclusivos. Os pretendem dar uma ideia da área ocupada pela indústria e das grandes concentrações de empregos. Fazem realizações com a colaboração das Unidades de Reguengos

1.	Total (a cores)
2.	Total
3.	Industrias da Alimentação, Bebidas e Tabaco - (C.A.E. 31).
4.	Industrias Textil, do Vestuário e do Couro - (C.A.E. 32).
5.	Industrias Químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de Plástico - (C.A.E. 35).
6.	Fabricação de produtos Metálicos e de Márquinas, Equipamento e Materiais de Transporte - (C.A.E. 38).
7.	Total (a cores)
8.	Total
9.	Industrias da Alimentação, Bebidas e Tabaco - (C.A.E. 31).
10.	Industrias Textil, do Vestuário e do Couro - (C.A.E. 32).
11.	Fabricação de produtos Metálicos e de Márquinas, Equipamento e Materiais de Transporte - (C.A.E. 38).

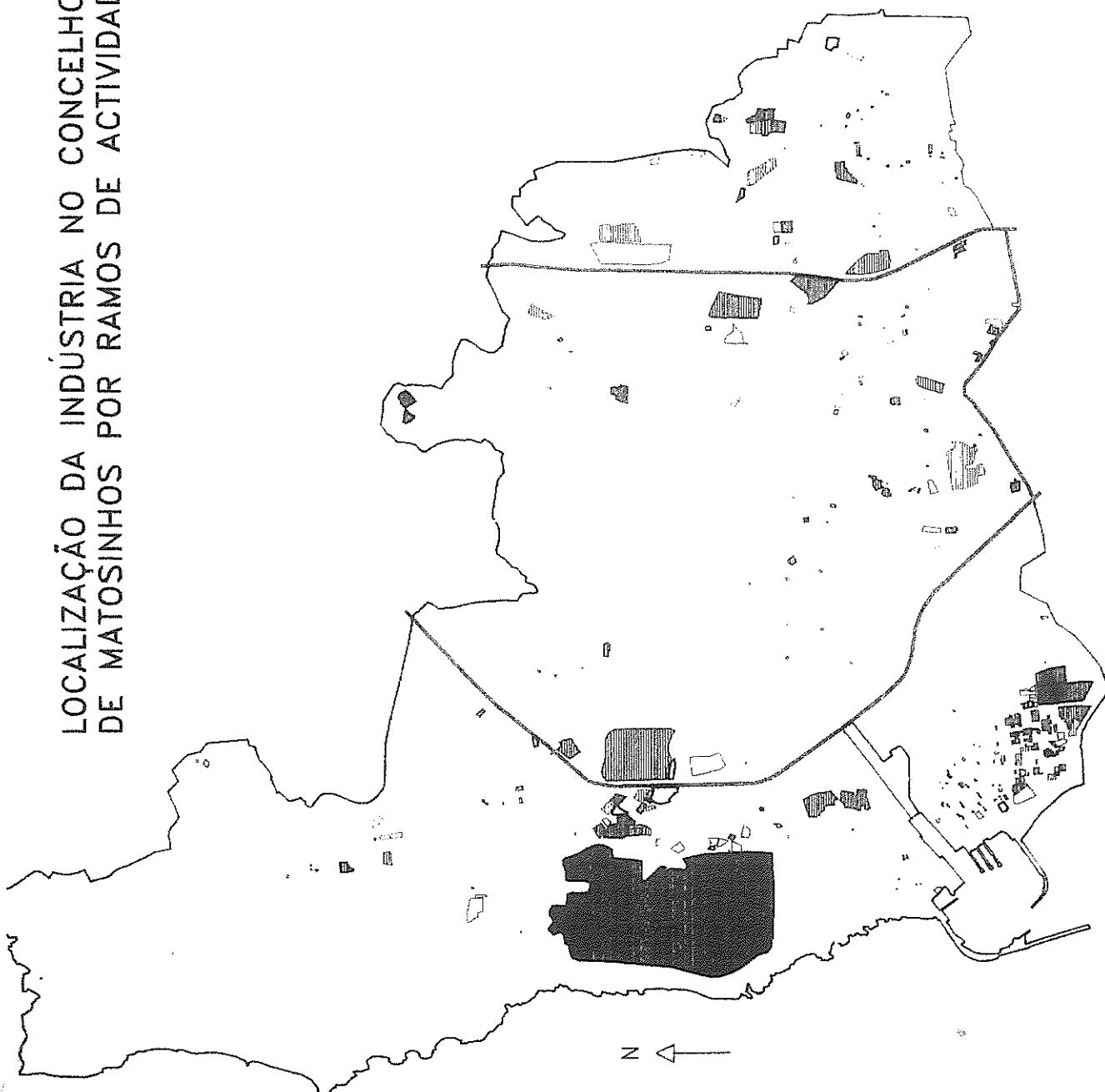
A. Localizágo da indústria no complexo de Manosinhos, por ramos de actividade (C.A.E.)

soddy

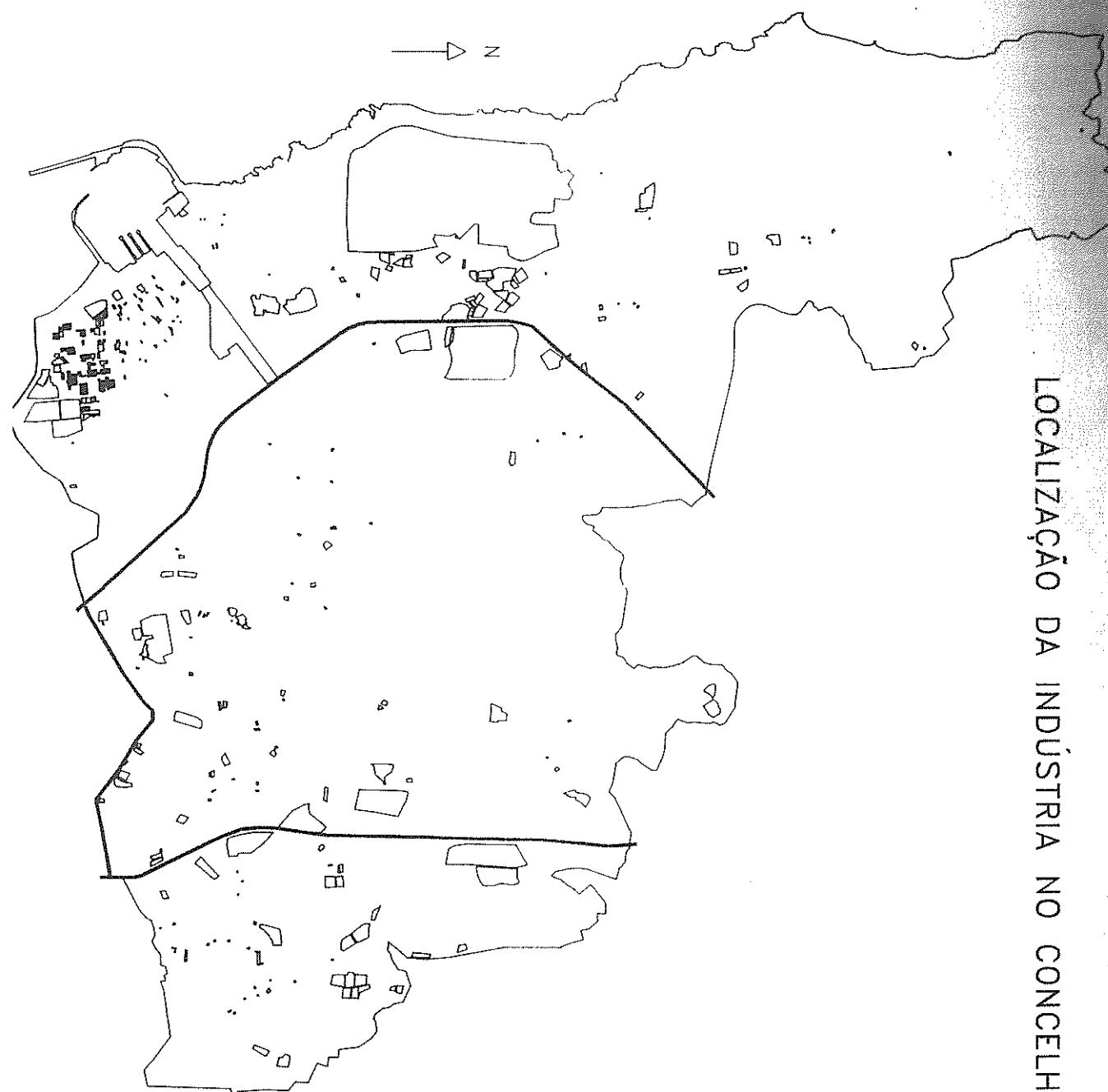
LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO CONCELHO
DE MATOSINHOS POR RAMOS DE ACTIVIDADE (CAE, 1989)

- 31 I. Conservas
32
33
34
35
36
37
38
- Desactivadas

0 100m



LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO CONCELHO

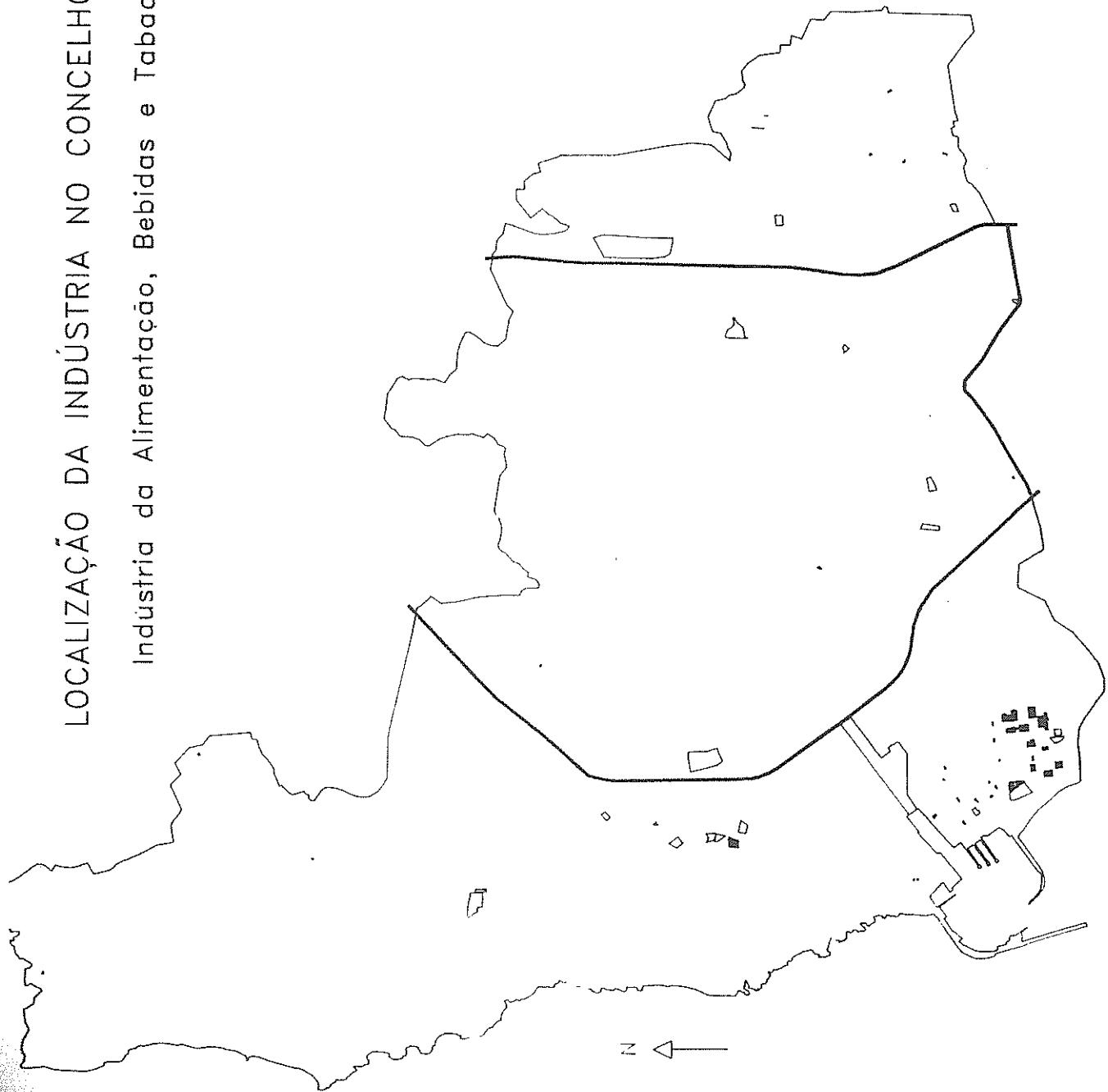


0
100m

LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO CONCELHO
Indústria da Alimentação, Bebidas e Tabaco

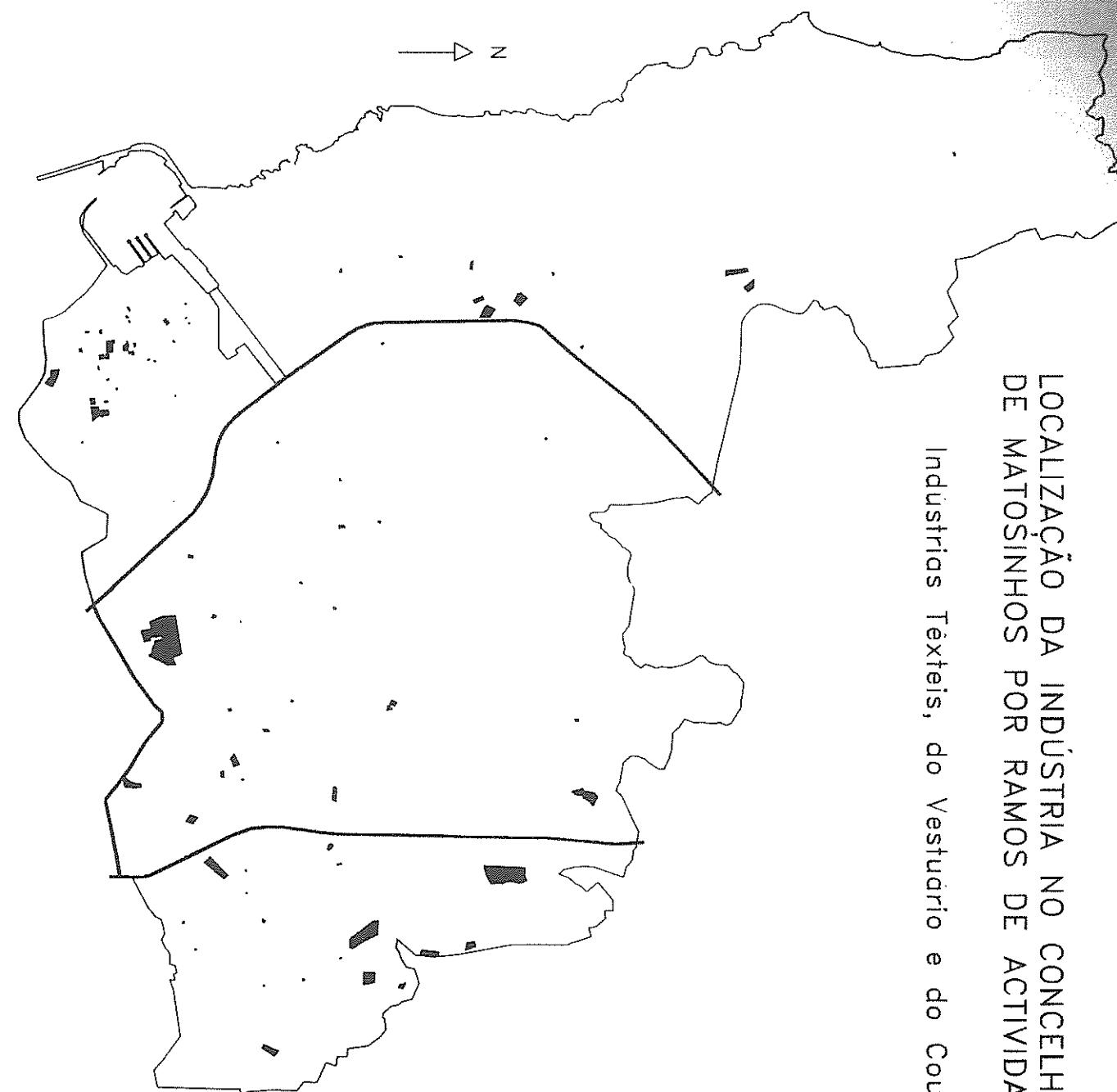
I. Conservas

0 100m



LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO CONCELHO
DE MATOSINHOS POR RAMOS DE ACTIVIDADE (CAE, 1989)

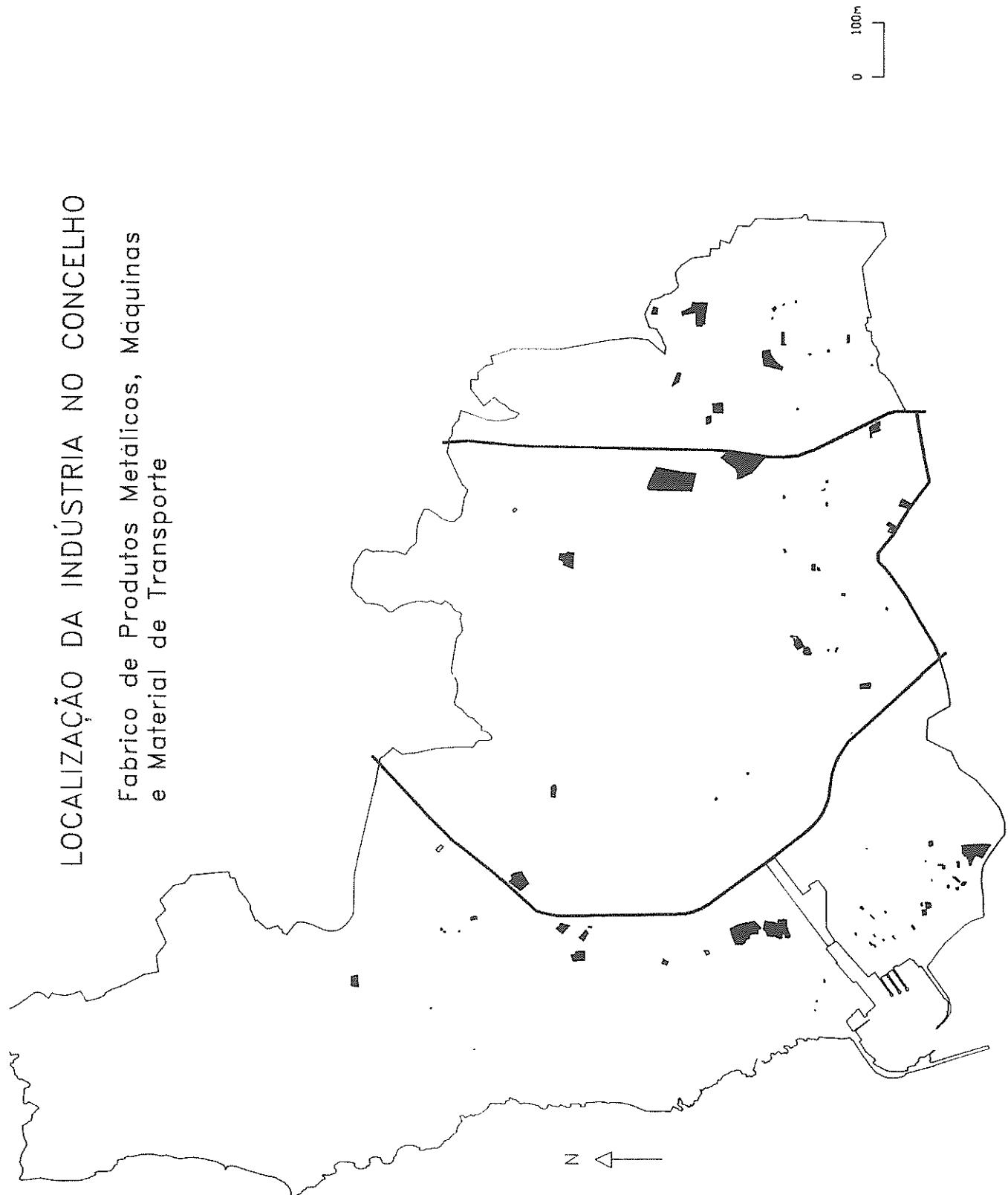
Indústrias Têxteis, do Vestuário e do Couro



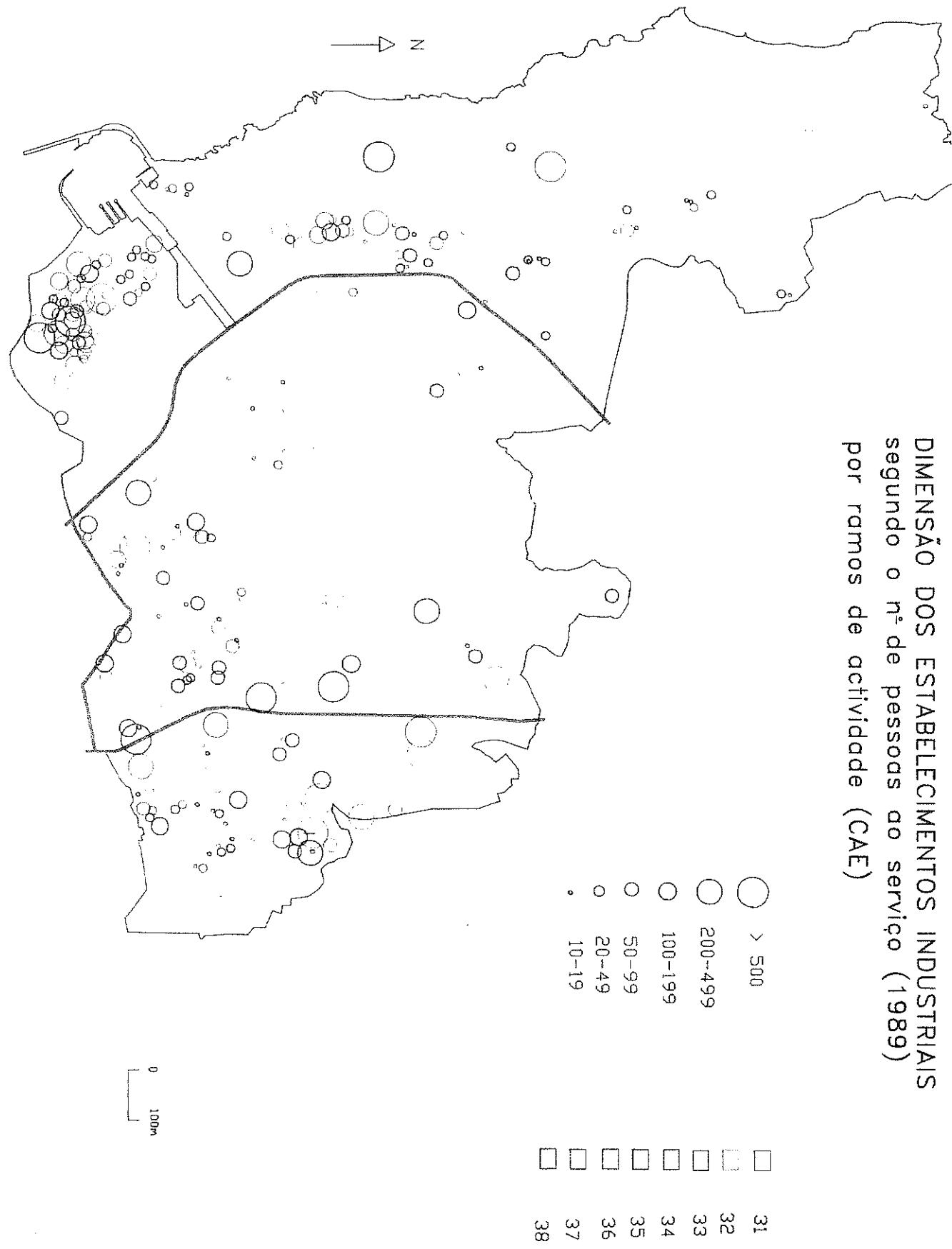
0
100m

LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO CONCELHO

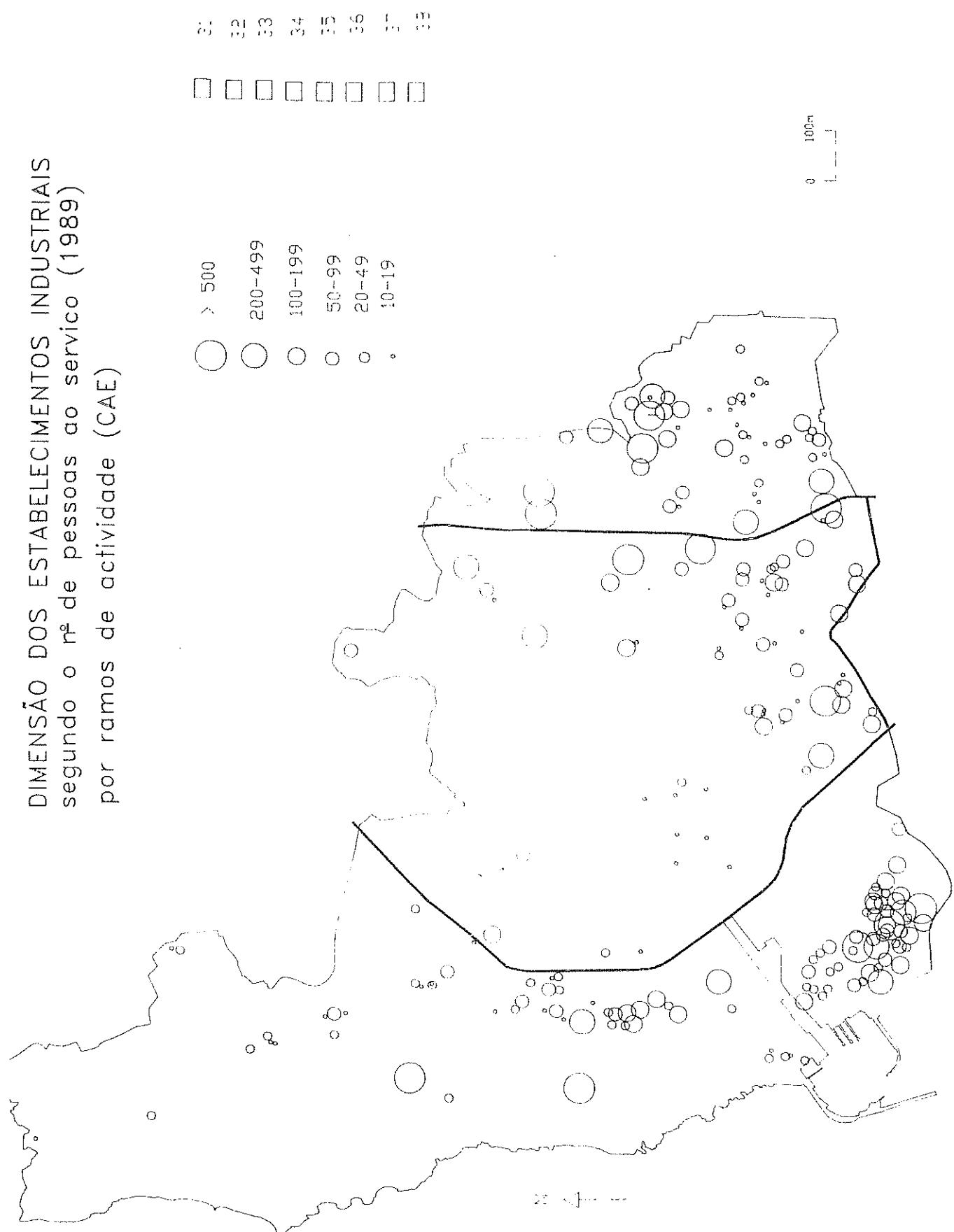
**Fábrico de Produtos Metálicos, Máquinas
e Material de Transporte**



DIMENSÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS
segundo o nº de pessoas ao serviço (1989)
por ramos de actividade (CAE)



DIMENSÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIASIS
segundo o nº de pessoas ao serviço (1989)
por ramos de actividade (CAE)



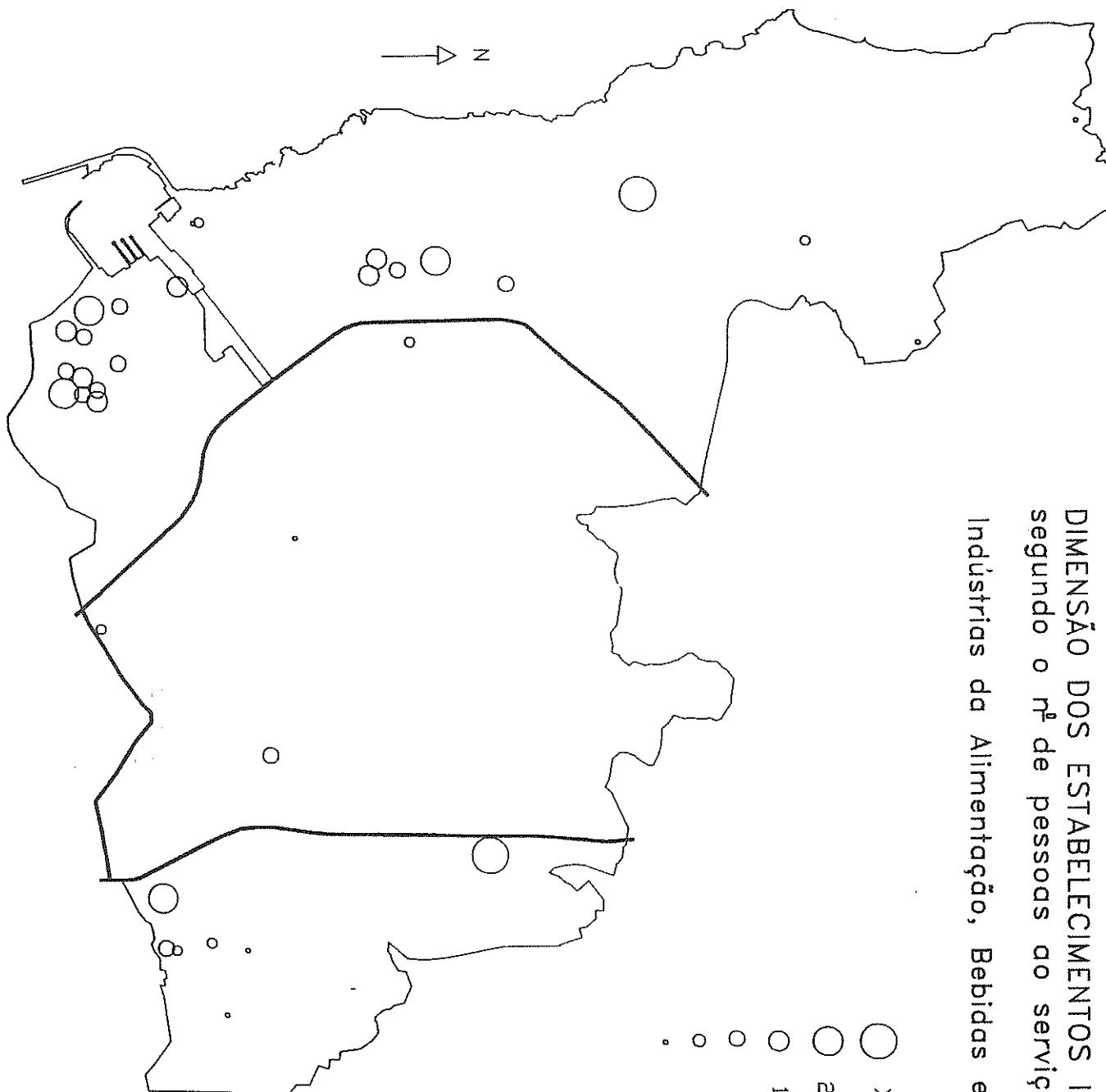
DIMENSÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAS
segundo o nº de pessoas ao serviço (1989)

Indústrias da Alimentação, Bebidas e Tabaco

- (○) > 500
- (○) 200-499
- (○) 100-199
- (○) 50-99
- (○) 20-49
- (○) 10-19

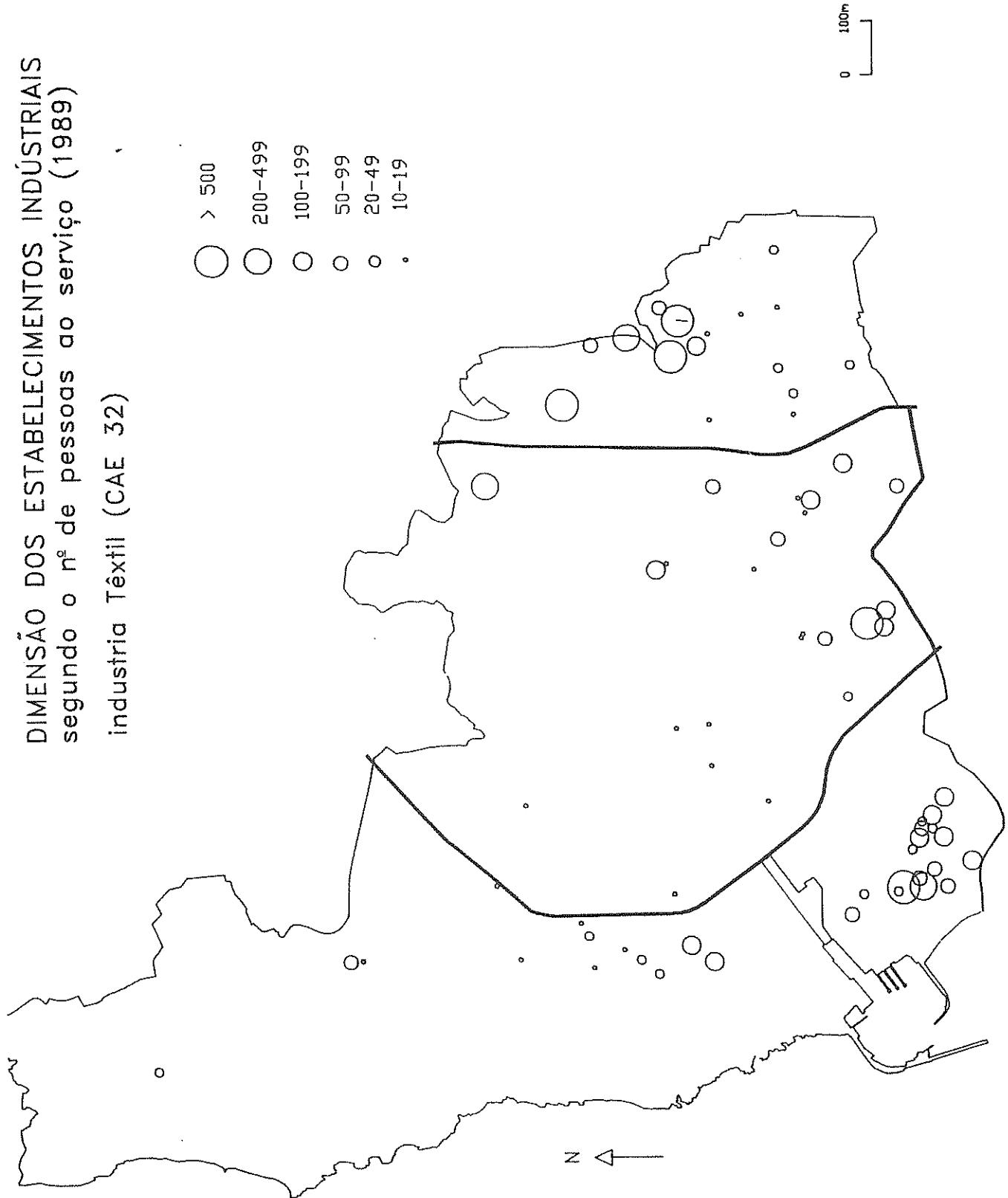
0 100m

→ N



DIMENSÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDÚSTRIAS
segundo o nº de pessoas ao serviço (1989)
indústria Têxtil (CAE 32)

- > 500
- 200-499
- 100-199
- 50-99
- 20-49
- 10-19



DIMENSÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAS
segundo o nº de pessoas ao serviço (1989)

Fabricação de Prod. Metálicos e de Máq., Equip. e
Material de Transporte

- > 500
- 200-499
- 100-199
- 50-99
- 20-49
- 10-19

→ N

0
100m

